

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
Departamento de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento

**PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA VISIBILIDADE E DO ACESSO
À PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ESCOLA DE GOVERNO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Leonardo dos Santos Araujo

Natal – RN
Dezembro de 2019

[Página propositalmente deixada em branco]

Leonardo dos Santos Araujo

**PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA VISIBILIDADE E DO ACESSO
À PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ESCOLA DE GOVERNO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Professor Dr. Fernando Luiz Vechiato

Natal – RN

Dezembro de 2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Araujo, Leonardo Dos Santos.

Proposta de ampliação da visibilidade e do acesso à produção acadêmica da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte / Leonardo Dos Santos Araujo. - 2019.

225f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato.

1. Gestão da Informação e do Conhecimento - Dissertação. 2. Produção acadêmica - Visibilidade - Dissertação. 3. Produção acadêmica - Acesso - Dissertação. 4. Escolas do Legislativo - Dissertação. I. Vechiato, Fernando Luiz. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 005.94

Elaborado por Shirley de Carvalho Guedes - CRB-15/404

Leonardo dos Santos Araujo

**PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA VISIBILIDADE E DO ACESSO
À PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ESCOLA DE GOVERNO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a futura obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Aprovada em: ____/____/____

Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Orientador

Prof^a. Dr^a. Luciana de Albuquerque Moreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Membro Interno ao Programa

Prof. Dr. Milton Shintaku

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Membro externo ao Programa

[Página propositalmente deixada em branco]

Dedico essa pesquisa a minha mãe, Vivianne Araujo Debruem – graduada em Letras e primeira pessoa da família a conquistar tal nível acadêmico – que exerceu com tanta dignidade e nobreza a profissão de professora e que sempre se dedicou para prover tudo o que eu necessitava e tornar-me o primeiro da família a conseguir a titulação de Mestre.

Estendo ainda minha dedicatória a todas as pessoas que não tiveram a oportunidade de buscar o conhecimento científico e as que, mesmo diante das dificuldades, persistiram e persistem no propósito de fazer Ciência em um país tão hostil nesse aspecto.

[Página propositalmente deixada em branco]

Agradecimentos

A Deus, pela minha vida e por sempre ter sido um alicerce permanente. De modo distinto, por dar-me o Seu amor e Sua sabedoria, infinita e generosamente;

A minha mãe, Vivianne Araujo Debruem, por, tendo sido escolhida por Ele para me conceber, ter me apresentado, de um modo único e indescritível, os amores divino e materno e ter complementado a base imprescindível para que meus estudos fossem profícuos;

Ao professor Fernando Luiz Vechiato, pelos ensinamentos, pelas orientações, pela paciência e pelos incentivos durante todo o cursar desse mestrado;

Aos professores Milton Shintaku e Luciana de Albuquerque Moreira pelas importantes contribuições dadas durante os exames de qualificação e defesa dessa pesquisa;

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituição reconhecida mundialmente por cumprir notavelmente sua missão, por ter colaborado para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, a partir das suas atividades de educação, pesquisa e extensão, e, em especial,

À Biblioteca Central Zila Mamede, por ser um ambiente informacional completo, com tantos serviços e espaços propícios para o estudo e para o desenvolvimento dessa pesquisa, os quais tantos me ajudaram, e, de forma singular,

Ao Setor de Informação e Referência e, de forma particular, às servidoras e amigas Fernanda de Medeiros Ferreira Aquino e Kalline Bezerra da Silva Flôr, pelo auxílio nos serviços de orientação à normalização, empréstimo entre bibliotecas e elaboração de ficha catalográfica;

Ao Setor de Circulação e seus servidores por manterem as coleções sempre disponíveis para as consultas e pela oferta dos serviços de empréstimos domiciliar e especial;

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento por oferecer um mestrado de grau tão alto de qualidade, e, distintamente,

Aos professores – Anátalia Saraiva Martins Ramos, Andréa Vasconcelos de Carvalho, Daniel de Araujo Martins, Fernando Luiz Vechiato, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus, Jacqueline Aparecida de Souza, Luciana de Albuquerque Moreira, Mônica Marques Carvalho Gallotti, Nadia Aurora Vanti Vitullo, Pedro Alves Barbosa Neto e Wattson José Saenz Perales – que concorreram com ensinamentos no cursar das disciplinas e também fora do ambiente de sala de aula, com informações, com orientações e com o empréstimo de obras importantes para o meu engrandecimento pessoal e profissional, e desse trabalho;

Aos servidores, que tanto ajudaram administrativamente no transcorrer do mestrado, principalmente na resolução de problemas;

Ao Grupo de Estudos em Tecnologia da Informação e do Conhecimento, pela colaboração no amadurecimento do projeto de pesquisa;

Aos mestres e mestrandos do PPGIC, com os quais tive o prazer de conjuntamente buscar o conhecimento, e, de modo destacado,

Ao amigo Andrie Bezerra de Oliveira, pela fagulha de inspiração que iniciou o projeto que resultou nessa pesquisa e pelas inúmeras discussões que levaram ao amadurecimento da pesquisa;

Às amigas Ana Kamila Silva Azevedo e Fernanda de Medeiros Ferreira Aquino por terem sido tão presentes em toda a trajetória acadêmica;

À Sara, pelo importante auxílio na tradução do resumo;

Aos amigos Edvania Nogueira de Araujo, Eugênio Pacelli Ferreira da Costa, Fernando Antony Guerra Alves, Jocigleuson Alves de Oliveira, Laerte Adler Ribeiro de Lima e Wellington Rodrigues da Silva, por terem tornado mais fácil a parte final do mestrado, através das inúmeras conversas e confraternizações, incluindo nessas as disputas no tênis de mesa;

Aos amigos e amigos que fiz durante o cursar desse curso e, de maneira especial,

A Clediane de Araújo Guedes, Elisângela Alves de Moura, Érica Simony Fernandes de Melo, Maria Aniolly Queiroz Maia, Mônica Paiva de Lima e Shirley de Carvalho Guedes, pelos diálogos que tanto colaboraram para o desenvolvimento dessa pesquisa a partir de opiniões, críticas, sugestões e questionamentos que me levaram a refletir e buscar ainda mais o conhecimento;

À Ângela Aragão, pela atenção, pelo apoio e pelo carinho, tão fundamentais na conclusão dessa pesquisa;

À Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte por incentivar, mediante convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a busca pelo conhecimento científico através da oportunidade ofertada de cursar essa fantástica pós-graduação *stricto sensu*.

Ao Parque Natural Municipal da Cidade do Natal Dom Nivaldo Monte, a sua Biblioteca e seu corpo técnico dessa, por manterem um ambiente agradável e aberto para aqueles que buscam o conhecimento;

Às Instituições e aos colaboradores do Poder Legislativo que auxiliaram na realização da pesquisa, seja como participantes dos instrumentos de coleta de dados ou de outras formas.

A todas as pessoas e instituições, incluídas nesses agradecimentos, as quais estiveram juntos comigo nessa caminhada e que funcionaram como molas propulsoras na consecução dessa indescritível conquista.

O homem é um ser jogado no mundo, condenado a viver a sua existência. Por ser ele existencial, tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significações. Cria intelectualmente representações significativas da realidade. A essas representações significativas chamamos de conhecimento.

(José Carlos Köche)

[Página propositalmente deixada em branco]

RESUMO

A sociedade, em toda a sua história, buscou preencher suas lacunas informacionais com o objetivo de compreender os ambientes que vivem, resolver seus problemas, e criar produtos e serviços. Contudo, consciente da carência quanto a esse aspecto, ela passou a demandar, de forma crescente, informações das diferentes fontes e ambientes informacionais existentes. Concomitantemente, essa sociedade passou a exigir uma Administração Pública cada vez mais eficiente, eficaz e efetiva. A maior visibilidade e facilidade de acesso à informação e ao conhecimento tornaram-se aliados importantes do Estado no processo de melhoria de seus serviços e, conseqüentemente, de atendimento das requisições da sociedade. Entretanto, muitas vezes ocorre desses recursos não estarem disponíveis para a sociedade e para o Poder Público. Diante desse cenário, eleva-se como imprescindível desenvolver estudos que promovam a aproximação entre as pessoas, as organizações, as informações e os conhecimentos explícitos no Poder Legislativo, especificamente, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso à informação e ao conhecimento desenvolvido e inclusos nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia, especificamente dos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, buscando a disseminação desses que estão desconhecidos ou conhecidos, porém inacessíveis. Para atingir a finalidade proposta, a investigação, de abordagem qualitativa, utilizou a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso como métodos de investigação. Foram definidos, como instrumentos de coleta de dados, a pesquisa documental, o questionário e a entrevista. A análise dos dados foi realizada mediante a utilização da metodologia de análise de conteúdo e de técnicas como a análise categorial e a triangulação de dados. Como resultado da investigação, entendeu-se que o desenvolvimento de bibliotecas digitais para a Assembleia e para o Poder Legislativo, bem como a extensão do Projeto LexML, são soluções viáveis para as ampliações da visibilidade e do acesso às informações e aos conhecimentos tão intrínsecos desse Poder e, conseqüentemente, para o seu fortalecimento. Conclui-se, dessa forma, que o objetivo geral e os específicos foram atingidos, à medida que as soluções construídas e propostas responderam à questão norteadora da pesquisa. Além disso, evidenciou-se que a integração das fontes de informação digital, alinhadas e somadas a outras ações, é imprescindível para o Poder Legislativo diante da necessidade de superar desafios que já se lançam e de novos que com certeza surgirão. Demandas legislativas sobre biotecnologia, transporte autônomo, nanotecnologia, inteligência artificial, criptomoedas, e tantos outros assuntos da sociedade moderna, exigirão cada vez mais o conhecimento dos agentes públicos, das unidades que atuam e das organizações desse Poder nos diferentes âmbitos.

Palavras-chave: Produção acadêmica-visibilidade. Produção acadêmica-acesso. Escolas do Legislativo. Gestão da Informação e do Conhecimento.

[Página propositalmente deixada em branco]

ABSTRACT

Society has attempted to fill its informational gaps over the years in order to understand the environments, solve their problems, and create products and services. However, it began to increasingly demand information from different sources and existing informational environments, and required a more efficient, efficacious and effective Public Administration. Visibility and access to information and knowledge have become state allies in the process of improving its services and, consequently, meeting the requirements of society, however these resources are not always available to society and the Government, so it is essential to develop studies that promote the approximation between people, organizations, information and explicit knowledge in the legislative branch, specifically in the Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. In this sense, this research aims to investigate and propose possible solutions that provide greater visibility and access to information and knowledge developed that are part of the academic productions of the Escola da Assembleia, specifically the completion of postgraduate course, seeking the dissemination of those who are unknown or known but inaccessible. To achieve the proposed goal, a qualitative research used bibliographic research, documentary research and case study as research methods. Data collection instruments were documentary research, questionnaire and interview. Data analysis was performed using content analysis methodology and techniques such as categorical analysis and data triangulation. The investigation achieved that the development of digital libraries for the Assembleia and the legislative branch, as well as the extension of the Projeto LexML, are viable solutions for increasing visibility and access to information and knowledge related to this branch. Thus, it is concluded that the general and specific objectives were reached, as the solutions built and proposed answered the guiding question of the research. In addition, it was evidenced that the integration of digital information sources added to other actions is essential for the legislative branch in view of the need to overcome challenges that are already being launched and new ones that are sure to emerge. Legislative demands about biotechnology, autonomous transport, nanotechnology, artificial intelligence, cryptocurrencies, and so many other issues of modern society will increasingly require the knowledge of public officials, the units they operate, and the organizations of this power in the different fields.

Keywords: Academic production-visibility. Academic production-access. Legislative schools. Information and Knowledge Management.

[Página propositalmente deixada em branco]

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Linha do tempo de mudanças na escola de governo da ALRN	57
Figura 02 – Modelo processual de administração da informação	71
Figura 03 – Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	85
Figura 04 – Biblioteca Digital do Senado Federal	87
Figura 05 – Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal	88
Figura 06 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais	89
Figura 07 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	91
Figura 08 – JusLaboris: Biblioteca Digital da Justiça do Trabalho	92
Figura 09 – BDJur: Biblioteca Digital Jurídica	93
Figura 10 – Consórcio BDJur	95
Figura 11 – Portal BIB-RN	97
Figura 12 – Portal LexML Brasil – Pesquisa simplificada	100
Figura 13 – Portal LexML Brasil – Pesquisa avançada	101
Figura 14 – Relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coleta de dados	115
Figura 15 – Desenvolvimento de uma análise	117
Figura 16 – Relação entre os objetivos específicos, a coleta e a análise de dados	119
Figura 17 – Subprocesso de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa	121
Figura 18 – Subprocesso de realização do pré-teste do questionário	125
Figura 19 – Processo da pesquisa	127
Figura 20 – Subprocesso de coleta de dados através da pesquisa documental	133
Figura 21 – Distribuição geográfica dos respondentes do questionário	136
Figura 22 – Distribuição quanto ao número de deputados estaduais/distritais dos respondentes do questionário	137
Figura 23 – Subprocesso de coleta de dados através de questionário	139
Figura 24 – Subprocesso de coleta de dados através de entrevista	142
Figura 27 – Subprocesso de análise de dados	175
Figura 28 – Solução 1 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte	178
Figura 29 – Solução 2 – Biblioteca Digital do Legislativo	181
Figura 30 – Solução 3 – Extensão do Projeto LexML	183
Figura 31 – Mídias e canais de comunicação	185
Figura 32 – Um caminho possível	186

[Página propositalmente deixada em branco]

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 – Resultado quantitativo de pesquisas realizadas em fontes de produções científicas e acadêmico-científicas.....	42
Quadro 01 – Características de tipos de conhecimento quanto à forma, ao modo e aos instrumentos utilizados no processo de conhecer.....	61
Quadro 02 – Características de tipos de conhecimento quanto à forma e aspectos de compartilhamento.....	64
Quadro 03 – Dados, informação e conhecimento.....	70
Quadro 04 – Uma comparação entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento.....	73
Quadro 05 – Características essenciais aos repositórios institucionais.....	82
Quadro 06 – Caracterização da pesquisa.....	107
Quadro 07 – População e amostra dos instrumentos de coleta de dados.....	110
Quadro 08 – Variáveis da pesquisa.....	112
Quadro 09 – Documentos coletados e utilizados na primeira etapa da coleta de dados.....	130
Quadro 10 – Identificação das turmas de pós-graduação <i>lato sensu</i> realizadas.....	131
Quadro 11 – Documentos coletados e utilizados na segunda etapa da coleta de dados.....	132
Quadro 12 – Documentos utilizados na análise de conteúdo.....	145
Quadro 13 – Grupos de códigos, códigos e códigos inteligentes utilizados na análise dos dados.....	147
Quadro 14 – Variáveis da pesquisa e as relações entre os códigos.....	148
Quadro 15 – Resumo das observações, interpretações e inferências realizadas seccionadas por instrumento de coleta de dados.....	170

[Página propositalmente deixada em branco]

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEL: Associação Brasileiras de Escolas do Legislativo e de Contas
AP: Administração Pública
ALMG: Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALRN: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
BDLegis: Biblioteca Digital do Legislativo
BDJur: Biblioteca Digital Jurídica
BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI: *Budapest Open Access Initiative*
BRAPCI: Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCDir: Classificação Decimal de Direito
CD: *Compact Disc*
CEDAM: Centro de Desenvolvimento da Administração Pública
CEE: Conselho Estadual de Educação
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
Cetremfa: Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal
CF: Constituição Federal
CI: Ciência da Informação
DOE: Diário Oficial do Estado
DOU: Diário Oficial da União
DVD: *Digital Versatile Disc*
EAL: Escola da Assembleia
EC: Emenda Constitucional
eGov: Governo Eletrônico
ENAP: Escola Nacional de Administração Pública
GC: Gestão do Conhecimento
GI: Gestão da Informação
GIC: Gestão da Informação e do Conhecimento
HUOL: Hospital Universitário Onofre Lopes
IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES: Instituições de Ensino Superior

ILP: Instituto do Legislativo Potiguar
LAI: Lei de Acesso à Informação
MARE: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
OA: *Open Access*
OAI: *Open Archives Initiative*
OJS: *Open Journal System*
OPAC: *Online Public Access Catalog*
PP: Projeto Pedagógico
ROAR: *Registry of Open Access Repository*
RFB: República Federativa do Brasil
RI: Regimento Interno
RIAA: Repositórios Institucionais de Acesso Aberto
RVBI: Rede Virtual de Bibliotecas
SciELO: *Scientific Electronic Library Online*
SEARH: Secretaria de Administração e Recursos Humanos
SIABI: Sistema de Automação de Biblioteca, Museus, Arquivos e Memoriais
SEER: Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
STJ: Superior Tribunal de Justiça
TCC: Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação
TST: Tribunal Superior do Trabalho
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
URI: *Uniform Resource Identifier*
URN: *Uniform Resource Name*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
2 AS ESCOLAS DE GOVERNO E A ESCOLA DA ASSEMBLEIA	33
2.1 O contexto de criação das escolas de governo.....	34
2.2 As escolas de governo e outras instituições de finalidades semelhantes	38
2.3 Os estudos sobre as escolas de governo e as Escolas do Legislativo	41
2.4 A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e a Escola da Assembleia.....	44
3 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO CIENTÍFICO	59
3.1 Os tipos de conhecimento existentes	59
3.2 A ciência e o conhecimento, as pesquisas e as produções	64
3.3 O enquadramento da pesquisa perante a GIC	69
4 AS FONTES DE INFORMAÇÃO	75
4.1 As fontes de informação analógica.....	76
4.2 As fontes de informação digital	78
4.2.1 Os repositórios institucionais de acesso aberto	81
4.2.2 As bibliotecas digitais.....	83
4.2.3 As redes de bibliotecas digitais	93
4.2.4 Os catálogos de acesso público <i>online</i>	95
4.2.5 Os sítios e portais governamentais	97
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	102
5.1 Caracterização da pesquisa	102
5.1.1 Quanto à abordagem do problema.....	103
5.1.2 Quanto ao objetivo	103
5.1.3 Quanto ao método científico	104
5.1.4 Quanto às estratégias de pesquisa.....	104
5.1.5 Quanto à natureza	106
5.1.6 Quanto aos fins	106
5.1.7 Quanto às fontes de informação	106
5.1.8 Resumo da caracterização da pesquisa.....	107
5.2 População e amostra.....	107
5.2.1 Pesquisa documental.....	108

5.2.2	Questionários	109
5.2.3	Entrevistas	109
5.2.4	Resumo da população e amostra dos instrumentos de coleta de dados	110
5.3	Variáveis da pesquisa.....	111
5.4	Instrumentos e técnicas de coleta de dados	112
5.4.1	Pesquisa documental	112
5.4.2	Questionários	113
5.4.3	Entrevistas	114
5.4.4	Resumo dos instrumentos e técnicas de coleta de dados	114
5.5	Metodologia e técnicas de análise de dados	115
5.5.1	Análise de conteúdo e técnicas associadas	115
5.5.2	Resumo da metodologia e técnicas de análise de dados	118
5.6	Princípios éticos.....	120
5.7	Pré-teste.....	123
5.8	Aplicativos utilizados	126
5.9	Processo da Pesquisa.....	126
6	COLETA DE DADOS	128
6.1	Pesquisa Documental	128
6.2	Questionário	134
6.3	Entrevistas	140
7	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	143
7.1	Pré-análise.....	143
7.2	Exploração do material	144
7.3	Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	149
7.3.1	Cientificidade da produção acadêmica	149
7.3.2	Visibilidade e acesso à produção acadêmica	154
7.3.3	Resumo do processo de análise de dados.....	174
8	PROPOSTAS DE SOLUÇÕES E UM POSSÍVEL CAMINHO	176
8.1	A Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.....	177
8.2	A Biblioteca Digital do Legislativo	179
8.3	O Projeto LexML	181
8.4	Um possível caminho	184
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS	190

APÊNDICE A – Questionário desenvolvido para aplicação nas Instituições do Poder Legislativo	205
APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado desenvolvido para realização das entrevistas com responsáveis pelos aspectos de visibilidade e acesso das produções acadêmicas nas Escolas do Legislativo	214
APÊNDICE C – Termo de consentimento para participação na pesquisa através do instrumento de coleta de dados questionário.....	215
APÊNDICE D – Termo de consentimento para participação na pesquisa através do instrumento de coleta de dados entrevista	219
ANEXO A – Autorização do Comitê de Ética da UFRN para aplicação dos instrumentos de coleta	223

[Página propositalmente deixada em branco]

1 INTRODUÇÃO

O interesse em entender por que as coisas acontecem e a possibilidade de modificar a maneira que se vive sempre moveram o homem na busca pelo conhecimento. Registros relatam atitudes nesse sentido desde a pré-história, período em que, através de suposições e/ou experiências pessoais, o homem, por exemplo, refletiu acerca de como deveria ser o melhor formato para suas ferramentas e as desenvolveu procurando atender suas necessidades pessoais e coletivas, facilitando sua vida e a de outras pessoas (PINTO, 2018a).

Entretanto, esse conhecimento popular, resultado de conjecturas e experiências cotidianas, não era capaz de esclarecer todos os fatos e fenômenos, ainda que atendesse parte das suas necessidades. Assim, o homem, no afã de querer respostas ou de ter explicações para o que acontecia, assumia a fé em verdades infalíveis de caráter divino – conhecimento religioso – ou, a partir de indagações reflexivas, desenvolvia relações consistentes entre ideias e exigências lógicas – conhecimento filosófico (FERRARI, 1982; MARCONI; LAKATOS, 2010; RODRIGUES, 2006).

Ainda no contexto do anseio em compreender o ambiente no qual o homem se envolvia, o conhecimento científico surgiu da necessidade de encontrar soluções para responder dúvidas e questionamentos elevados que se manifestavam (BARROS; LEHFELD, 2010). Sua orientação então direcionou-se para a interpretação e elucidação de fatos e fenômenos, bem como para a identificação de relações entre os elementos e a expressão de leis e constantes que regiam essas relações (MARCONI; LAKATOS, 2010). A busca por esse conhecimento permitiu modificar de modo muito mais amplo a vida dos seres humanos, ampliando o domínio efetivo sobre as coisas.

A produção do conhecimento científico, todavia, envolve maior complexidade que a dos demais tipos de conhecimento, visto que se desenvolve a partir de investigações criteriosas da realidade. Para garantir essa qualificação faz-se uso de métodos, análises, classificações e comparações (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Observa-se assim, nesse processo, a Ciência em sua faceta mais sistemática.

Os cientistas, em sua maioria, admitem que as pesquisas científicas desenvolvidas, as quais produzem conhecimento científico, têm finalidade prática. Ainda que essas tenham objetivos teóricos bem definidos, eles entendem que, em algum momento, o conhecimento desenvolvido será utilizado para atingir uma ação efetiva na realidade (FERRARI, 1982). Nesse contexto, Vieira (1997) enfatiza e ratifica a relação entre a produção do conhecimento e o

desenvolvimento da sociedade ao citar o controle da natureza, e as melhorias nas condições de vida e na organização da sociedade.

Dadas a importância do conhecimento científico e a valoração indiscutível da informação no momento atual, as atividades de comunicação científica e as fontes de informação digital ganharam relevância: aquelas, por serem elementos básicos e intrínsecos de qualquer pesquisa científica, realizadas em diferentes momentos dessa e inerentes a todos os cientistas (MEADOWS, 1999; MUELLER, 1995; TARGINO, 2000); enquanto essas, por serem instrumentos modernos e constituídos de recursos diversos que conectam as informações aos que necessitam delas para preencher suas lacunas de conhecimento (TOMAÉL; ALCARÁ, 2016). Os motivos que tornaram as atividades de comunicação científica e as fontes de informação digital destaques no cenário atual relacionam-se e tornam-se importantes no processo de produção e armazenamento de informações científicas.

O Estado, assim como a Ciência, também se entrelaça com a sociedade. Ele faz-se presente através dos seus Poderes, de suas Instituições, de suas funções e de seus serviços. Garantir à sociedade direitos individuais, coletivos e sociais, promover a resolução de conflitos entre cidadãos, entidades e o próprio Estado, elaborar leis e fiscalizar entes da Administração Pública, governar o povo e administrar os interesses públicos são suas principais funções e evidenciam o envolvimento da Administração Pública (AP) com as pessoas (BRASIL, 1988).

Os serviços públicos, atividades desenvolvidas pelo Estado que visam garantir o atendimento dessas funções e o atendimento das necessidades da sociedade, sofrem pressões por parte dessa para que esses sejam eficientes, eficazes e efetivos. Nesse contexto, as escolas de governo são instituições públicas – vinculadas à União, aos estados e ao Distrito Federal – criadas com a finalidade de atenderem a uma necessidade importante do Estado: formar e aperfeiçoar seus servidores públicos com vistas a oferecer os serviços com esses atributos.

Durante o período compreendido entre o ato normativo que as estabeleceram – promulgação da Emenda Constitucional (EC) de nº 19, em 04 de junho de 1998 – e os dias atuais, as escolas de governo tiveram um crescimento significativo em quantidade e diversidade, favorecendo, dessa forma, a manifestação natural de denominações especiais para determinados grupos de escolas de governo que desempenham atividades e finalidades semelhantes. Assim, surgiram as Escolas do Legislativo, as Escolas de Tribunais de Contas, as Escolas do Judiciário e as Escolas de Governo, por exemplo.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), órgão do Poder Legislativo no âmbito desse estado, assim como outras instituições dos entes federativos citados, também constituiu sua escola de governo e do Legislativo: a Escola da Assembleia.

Este pesquisador, dado o tempo de exposição ao ambiente dessa entidade, tanto por ser servidor da ALRN e ter sido lotado na Escola da Assembleia durante algum tempo, quanto por ocasionalmente ser aluno da referida Escola, realizou as seguintes observações:

- os cursos de pós-graduação *lato sensu* eram e são os mais procurados, apresentando grandes oferta e demanda por vagas, sendo essa maior;
- a Biblioteca Deputado Márcio Marinho, unidade de informação da Escola da Assembleia, não dispunha, e assim permanece, de acervo impresso de trabalhos de conclusão desses cursos proporcional à quantidade de alunos que concluiu as inúmeras turmas já ofertadas;
- a parte faltante do acervo de trabalhos de conclusão desses cursos foi entregue em mídias digitais na Coordenadoria Acadêmica e transferida, posteriormente, para a referida Biblioteca, onde encontra-se armazenada dentro de um armário;
- as produções são catalogadas no SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas, Museus, Arquivos e Memoriais) e ficam disponíveis no portal *online* BIB-RN, um catálogo que reúne o acervo de bibliotecas que apresentam convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo coordenado pela SEARH (Secretaria de Administração e Recursos Humanos). Entretanto, essa divulgação promove apenas a visibilidade das produções acadêmicas e não o acesso ao texto completo dessas.

Da análise das observações ficou constatado para o pesquisador que a sociedade, inseridos nessa a AP e a comunidade científica, têm acesso limitado ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas, as quais são exigidas para a conclusão de cursos de pós-graduações *lato sensu* ofertados pela Escola da Assembleia, e que a visibilidade restrita colabora para esse fato. Como consequência dessa verificação, ficou evidenciado que o conhecimento fica disponível:

- ao aluno e ao orientador, quando analisamos um trabalho específico de conclusão de curso de pós-graduação;
- a poucas pessoas que trabalham na Escola da Assembleia, particularmente as que estão lotadas na Coordenação Acadêmica ou na Biblioteca Deputado Márcio Marinho – setores de recebimento e destino das produções acadêmicas – por terem contato direto com essas;

- aos visitantes da referida biblioteca, os quais podem consultar apenas 83 trabalhos de conclusão de pós-graduações *lato sensu* entregues impressos, no período de 2011 a 2014, e os trabalhos entregues em mídia digital, caso saibam que esses existem e solicitem ao bibliotecário.

Apurado que o conhecimento se encontra restringido a um número pequeno de pessoas, verifica-se que os recursos públicos não são bem aproveitados, vez que o ônus dos cursos de pós-graduação é da AP, especificamente do orçamento da ALRN. Assim, há uma limitação no retorno à sociedade do conhecimento produzido.

Além disso, realizando uma análise pela perspectiva do controle social, é possível ter entendimento que o Poder Legislativo Estadual pode estar limitando o acesso a informações importantes, à luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Esse entendimento tem como base o argumento de que, dado que as pós-graduações *lato sensu* ofertadas pela Escola da Assembleia são financiadas totalmente com recursos públicos, os trabalhos de conclusão desses cursos podem ser considerados como documentos públicos, devendo assim estarem visíveis e acessíveis para toda a sociedade.

Desse problema e de suas consequências, surgiu então a questão que moveu essa pesquisa: como proporcionar maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia?

Essa pesquisa buscou então responder a esta indagação, objetivando principalmente investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia. No contexto definido para o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos e que também buscou-se atingir:

- apresentar a Escola da Assembleia, abordando os aspectos legais que envolvem o seu funcionamento, assim como princípios, preceitos, finalidades, competências, objetivos, cursos, produções acadêmicas, composições, estruturas administrativas e demais características da sua história, do seu passado mais recente e do seu presente;
- refletir a respeito da cientificidade do conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia;
- elencar as soluções que podem proporcionar visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso em produções acadêmicas;

- identificar, quanto aos aspectos de visibilidade e acesso, as soluções que estão sendo utilizadas para promover o conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas das Escolas do Legislativo, bem como o motivo dessas soluções estarem sendo utilizadas.

A importância dessa pesquisa fica enaltecida quando analisamos as justificativas pessoal, social, científica, acadêmica e institucional para a realização desse estudo.

Nos aspectos pessoal e social, as justificativas fundem-se porque, atingidos os objetivos dessa pesquisa, os benefícios oriundos da implantação das propostas sugeridas como resultado desse estudo – as quais visarão, especialmente, à promoção da visibilidade e ao acesso ao conhecimento produzido – alcançarão toda a sociedade, incluindo esse pesquisador. Além disso, é motivante, para esse, buscar soluções para que a sociedade seja melhor atendida pelos serviços fornecidos pela Administração Pública. Assim, essa pesquisa deve contribuir para:

- minimizar o distanciamento entre o conhecimento e a sociedade, através das ampliações da visibilidade e do acesso aos resultados das pesquisas acadêmicas;
- tornar os serviços da Casa Legislativa Estadual mais eficientes, eficazes e efetivos para a sociedade, vez que, a disseminação do conhecimento entre os colaboradores dessa Instituição, pode favorecer diretamente a melhoria dos processos internos; e
- otimizar o uso dos recursos públicos no Poder Legislativo, como consequências da contribuição anterior e, pela difusão do conhecimento, estimular o contato entre as instituições desse Poder na busca pela adoção de melhores práticas.

Pela faceta científica, esta pesquisa conecta-se ao escopo da Ciência da Informação (CI), especificamente à subárea da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), a partir da investigação de soluções que promovem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido nos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, no âmbito da Escola da Assembleia. Em caso de adoção das soluções apresentadas, a pesquisa irá contribuir, ainda que indiretamente, para a divulgação dos resultados das pesquisas acadêmicas desenvolvidas. A pesquisa justifica-se também por refletir a respeito da cientificidade do conhecimento desenvolvido nessas.

Pela perspectiva acadêmica, esta investigação encontra-se perfilada à área de concentração “Informação e conhecimento na sociedade contemporânea”, do Programa de Pós-

Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Essa área tem como finalidade “abordar as tendências em teorias, metodologias e práticas na Ciência da Informação”, tratando problemas relacionados à produção, difusão, acesso e uso da informação e do conhecimento, apresentando assim alinhamento direto com os objetivos dessa pesquisa (SIGAA, 2019).

Pelo prisma institucional, esta pesquisa, orientada ao estudo de uma situação real da ALRN, fornecerá um conjunto de soluções que, caso implantado, promoverá maiores visibilidade e acesso ao conhecimento existente na Escola da Assembleia. A partir da disseminação desse, é possível a melhoria dos serviços oferecidos, a otimização de recursos, a ampliação da visibilidade da entidade e da ALRN, e a preservação da Memória Institucional.

Essa dissertação, a partir dessa breve introdução, encontra-se estruturada da seguinte forma. Na segunda seção, apresenta-se o contexto que envolve a Escola da Assembleia, bem como essa unidade da ALRN. Na seção seguinte, expõe-se, como aporte teórico, o conhecimento existente e discussões breves sobre ele. Na quarta seção, denota-se acerca dos instrumentos que promovem o acesso e a visibilidade ao conhecimento, incluindo os que podem desempenhar esse papel no objeto de estudo. Posteriormente, apresenta-se os procedimentos metodológicos que apoiam essa pesquisa. Na sexta seção, trata-se da coleta de dados, e, seguidamente, analisa-se e discute-se os dados coletados e triangulados. As propostas selecionadas e que se apresentam como soluções do problema exposto são trazidas na oitava seção. Concluindo o trabalho, apresentam-se as considerações finais, as referências, os apêndices e o anexo.

2 AS ESCOLAS DE GOVERNO E A ESCOLA DA ASSEMBLEIA

Ainda que alguém tenha quisto acreditar ou que efetivamente tenha sido ratificada como verdadeira a hipótese de que não ocorreu um aumento dos serviços prestados pelo Estado, as mudanças no fornecimento desses pelo Poder Público e a importância deles para a qualidade de vida da sociedade evidenciam-se de forma acentuada. Essas modificações foram e são consequências de causas diversas como o surgimento ou a alteração de dispositivos normativos do próprio Estado, a criação e o aprimoramento de tecnologias e processos, a mudança de hábitos da sociedade ou mesmo a pressão exercida por essa ante a AP, dentre outras.

As transformações ocorridas, e que continuam a acontecer, exigiram e persistem em demandar a qualificação frequente dos servidores públicos para ampliar a efetividade dos serviços ofertados ou para a manutenção do nível dos existentes. Nesse cenário, as escolas de governo são instituições públicas que foram criadas com a finalidade de atenderem a essa necessidade importante do Estado: formar e aperfeiçoar os servidores públicos.

Com a obrigatoriedade legal desse entes federativos de manterem essas entidades, a partir da promulgação da Emenda Constitucional de nº 19, em 04 de junho de 1998 (BRASIL, 1998), e com o decorrer do tempo desde essa data até os dias atuais, ocorreu um crescimento quantitativo e diversificado dessas instituições. Essa expansão favoreceu o surgimento de denominações especiais para determinados grupos de escolas de governo que desempenham atividades e finalidades semelhantes. Assim, surgiram as Escolas do Legislativo, as Escolas de Tribunais de Contas, as Escolas do Judiciário e as Escolas de Governo.

O objetivo dessa seção é apresentar a Escola da Assembleia – escola de governo da ALRN e integrante das Escolas do Legislativo – a qual compôs o objeto de estudo dessa pesquisa. Para atingi-lo, estrutura-se essa seção em quatro subseções. Primeiramente, retrata-se o momento vivido pela AP e que motivou a criação das escolas de governo. Na sequência, destaca-se o instrumento normativo que instituiu a criação dessas unidades, bem como é feita uma breve discussão acerca de outras entidades que apresentaram, historicamente, finalidade semelhante a essas na AP. Posteriormente, expõe-se a revisão de literatura de pesquisas que tiveram escolas de governo como foco de investigação. Após a contextualização, entendida como necessária, conclui-se a seção tratando da Escola da Assembleia, abordando os aspectos legais relativos ao seu funcionamento, assim como princípios, preceitos, finalidades, competências, objetivos, cursos, produções acadêmicas e outras características da sua história.

2.1 O contexto de criação das escolas de governo

A Emenda Constitucional (EC) de nº 19, conhecida como a Emenda da Reforma Administrativa (BRASIL, 1998), foi promulgada em 04 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia posterior a sua promulgação e suscitou mudanças importantes na AP, destacando-se, entre essas, a introdução do princípio da eficiência ao rol existente dos princípios explícitos – legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade – constante no caput do artigo 37 do texto original da Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil (RFB) (BRASIL, 1988).

A inserção desse princípio posteriormente ao texto original da CF, de valor tão indiscutível quanto o da moralidade para a administração pública, talvez tenha causado e ainda cause perplexidade. Entretanto, esse fato encerrou os entendimentos doutrinários e de jurisprudências diversos, e reafirmou as concepções basilares a serem seguidas no exercício dos poderes administrativos, objetivando sempre a busca por um Estado eficiente (MENDES; BRANCO, 2012; MORAES, 2009).

Todavia, anteriormente à inclusão do princípio da eficiência, algumas leis do ordenamento jurídico já haviam introduzido o requisito tratado e desejado pelo Estado. A própria e atual CF, no artigo 74, inciso II, trouxe, em seu texto original, que um sistema de controle interno será mantido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto aos aspectos de eficácia e eficiência de órgãos e entidades da administração federal e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado (BRASIL, 1988; MORAES, 2009). A Lei Federal de nº 8.987/1995, que trata da concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da CF, estabeleceu, no artigo 6º, § 1º, que o serviço adequado é aquele que satisfaz, dentre outras, a condição de eficiência (BRASIL, 1995a; CARVALHO, 2009). O Decreto-Lei de nº 200/1967, que organiza a Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, instituiu, no artigo 14, que a atividade administrativa deve ser organizada objetivando a simplificação de processos e a supressão de controles que sejam meramente formais ou que o custo seja superior ao risco (BRASIL, 1967a; CARVALHO, 2009)

Contudo, com a incorporação expressa do princípio da eficiência à Carta Magna, a AP passou a legitimar-se também em razão dos resultados obtidos, e não somente pelos meios empregados. Essa inquietude do constituinte reformador com o desempenho da AP ressalta-se em outros dispositivos presentes na EC de nº 19/1998, como (1) no que amplia a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos da administração direta e indireta, mediante

contrato a ser estabelecido entre administradores e o Poder Público, fixando metas de desempenho para esse, conforme artigo 37, § 8º, da CF, e (2) no que insere o instrumento de avaliação periódica de desempenho para o servidor público, conforme artigo 41, § 1º, inciso III, da CF (MENDES; BRANCO, 2012).

A inclusão do princípio da eficiência, vinculado a outros dispositivos inseridos pela EC de nº 19/1998 que fixaram a busca por desempenho, alinhou-se aos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Esse Plano foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), aprovado em 21 de setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado, sancionado posteriormente pelo Presidente da República, e publicado em novembro do mesmo ano na Imprensa Oficial (BRASIL, 1995b).

A motivação para o desenvolvimento desse Plano foi a identificação de que era essencial, dada a crise da década de 1980, estabilizar a economia e assegurar o crescimento sustentado dessa. Assim, propôs-se a implementação de uma reforma na administração pública que efetivasse a transição do modelo burocrático para o gerencial, ainda que se reconhecesse a importância daquele, conforme trecho de apresentação do documento.

Este ‘Plano Diretor’ procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica. A situação agravou-se a partir do início desta década, como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a ‘memória administrativa’, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental.

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de ‘gerencial’, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna ‘cliente privilegiado’ dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995b, p. 10)

A reforma administrativa planejada e instaurada buscou atingir objetivos globais e específicos, sendo esses organizados em quatro áreas: Núcleo Estratégico, Atividades

Exclusivas, Serviços Não-Exclusivos e Produção para o Mercado. Por serem muitos os objetivos estratégicos e se distanciarem da linha de raciocínio dessa construção, optou-se por não os apresentar. Entretanto, identificou-se como válida a exposição dos objetivos globais definidos que segue:

- Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.
- Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.
- Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União. (BRASIL, 1995b, p. 45)

Tanto no excerto extraído da apresentação do Plano, quanto nos macros objetivos definidos para a reforma supracitada, o vocábulo “eficiência” e seus cognatos – eficiente, eficientes, deficiência, ineficiente, eficiências, ineficiência e ineficiências – estiveram presentes. Isso ocorreu por todo o Plano. Foram 48 instâncias que evidenciaram a preocupação dos gestores e elaboradores acerca do referido assunto.

Porém, diante do contexto jurídico no qual tanto se utilizou o termo “eficiência” e seus correlatos, ou seja, em um recorte onde analisou-se o surgimento do princípio da eficiência, bem como a reforma na administração pública, considerou-se trazer a ressalva técnica destacada por Carvalho (2009) quanto à utilização dessa palavra, ainda que essa tenha sido feita somente em relação à EC de nº 19/1998. No quadro retratado, o conceito de eficiência está relacionado à qualidade final dos serviços prestados pela Administração Pública, bem como à satisfação dos usuários atingidos por esses, ou seja, a sociedade. No entanto, na Ciência da Administração, o vocábulo “eficiência” apresenta significado distinto, inclusive, quanto ao vocábulo “eficácia”.

Para que se possa levar a efeito um exame técnico da matéria, é necessário observar que na Ciência da Administração, os vocábulos eficiência e eficácia possuem uma acepção científica, a despeito de vulgarmente serem considerados sinônimos. A eficácia surge como medida normativa do alcance de resultados, estando relacionada ao sucesso no alcance dos objetivos, donde se infere ser pertinente com aspectos externos da organização. A eficiência, por sua vez, aparece como medida da utilização dos recursos neste processo, estando relacionada aos meios e métodos de trabalho empregados internamente pela instituição. Sendo assim, eficácia tem relação com o sucesso nos objetivos (exterior a quem age) e a eficiência está vinculada aos

investimentos realizados por quem age (análise pessoal e interna). (CARVALHO, 2009, p. 200–201)

A autora explanou ainda que a apresentação da distinção entre os termos não visou diminuir as concepções apresentadas desses e trouxe o conceito de “efetividade” para esse domínio, o qual, de fato, parece ser a acepção que tinha em mente o legislador quando utilizou-se do vocábulo “eficiência”.

Com efeito, o que se pretende é não reduzir o atendimento ao princípio em comento às noções supra-mencionadas de eficiência e de eficácia. Entende-se que do artigo 37, caput, da Constituição resulta o dever de buscar a **efetividade** administrativa, a qual exige o exercício imediato e célere das competências, com a qualidade necessária ao atendimento das necessidades sociais, de modo que as normas que prescrevem a boa administração tornem-se realidade objetiva e universal. A efetividade surge quando se alcançam os resultados através do emprego dos meios adequados. (CARVALHO, 2009, p. 202, grifo do autor)

Mello (2014), ratificando a finalidade da efetividade exposta por Carvalho, relacionou esse princípio a uma perspectiva particular do Princípio da Boa Administração, do Direito Italiano, apresentado por Falzone (1953 apud MELLO, 2014, p. 125): Segundo esse Princípio, a atividade administrativa “deve se desenvolver do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto”.

Di Pietro (2015) validou o que trouxe Carvalho ao dizer que o objetivo da Administração Pública deve ser sempre o de atingir os melhores resultados na prestação do serviço público e que, para que isso seja alcançado, deve se observar as duas facetas do princípio tratado: a eficiência no modo de agir do agente público e a eficiência no modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública.

Moraes (2009) também sancionou o entendimento que os resultados dos serviços fornecidos pelo Estado necessitam atingir os objetivos propostos, ou seja, promover o bem da sociedade. Assim, administradores e demais agentes públicos devem pautar suas atividades observando essa característica, bem como as seguintes: a imparcialidade, a neutralidade, a transparência, a participação e a aproximação dos serviços públicos da população, a eficácia, a desburocratização e a busca da qualidade.

Além da inclusão do princípio da eficiência, a EC de nº 19/1998 incluiu garantias para que esse requisito fosse aplicável e efetivo, através de formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, conforme artigo 37, § 3º, da CF, e da avaliação especial

de desempenho por comissão instituída para essa finalidade como condição obrigatória para aquisição da estabilidade pelo servidor público, segundo o artigo 41, § 4º, da CF (MORAES, 2009).

2.2 As escolas de governo e outras instituições de finalidades semelhantes

As escolas de governo, tal qual existem atualmente, também foram instrumentalizadas, no ordenamento jurídico, pela EC de nº 19/1998, originando-se assim no contexto apresentado anteriormente de planejamento e execução da reforma administrativa do aparelho estatal, a qual objetivou, dentre outros propósitos, ampliar a eficiência dos serviços prestados à sociedade. A redação dada para a criação dessas unidades consta no artigo 39, § 2º, da CF:

2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (BRASIL, 1988, Artigo 39, § 2º)¹

Todavia, a capacitação administrativa do Estado – cuja definição pode ser expressa como a competência para implementar programas que proporcionem o bem-estar da sociedade e que necessita, para tal, da capacitação, em sentido amplo do termo, dos servidores públicos – não se iniciou com a criação dessas escolas de governo, tampouco com a Reforma do Aparelho do Estado. Segundo Souza (2002), esse processo, no qual o Brasil encontra-se imerso, iniciou-se na década de 1940 com a criação de instituições voltadas para a formação, a qualificação e a capacitação do quadro de pessoal da administração pública.

Pelo Decreto Federal de nº 6.693, de 14 de julho de 1944, o presidente da República dispôs sobre a criação de uma entidade responsável por realizar estudos acerca da organização racional do trabalho e por capacitar pessoas para as administrações pública e privada (BRASIL, 1944). Esta entidade, constituída em 20 de dezembro de 1944, foi a Fundação Getúlio Vargas, instituição de caráter técnico, científico e educativo, de natureza filantrópica e de personalidade jurídica de direito privado, e que apresentou e apresenta como objetivo qualificar profissionais envolvidos com a administração pública, ainda que, com o decorrer dos anos, sua abrangência e seus objetivos tenham sido ampliados e redefinidos (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1966, 2018). Buscando melhor atender a demanda expressa, em 15 de abril de 1952, a Fundação

¹ Documento eletrônico não paginado.

concebeu a Escola Brasileira de Administração Pública, atualmente Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - EBAPE, 2016).

Alguns meses após a criação da Fundação Getúlio Vargas, a sugestão para a criação de um órgão que ministrasse cursos de preparação e aperfeiçoamento para servidores da carreira diplomática, feita em 1934, por Jorge Latour, então Secretário de Estado das Relações Exteriores, foi acatada e o Instituto Rio Branco foi instituído pelo Decreto Federal de nº 7.473, de 18 de abril de 1945 (BRASIL, 1945a; INSTITUTO RIO BRANCO, 2018). Assim como aconteceu com a Fundação, a abrangência e os objetivos deste foram redefinidos durante sua história. Isso ocorreu pelo Decreto Federal de nº 8.641, de 26 de dezembro de 1945, o qual deu nova redação ao Decreto Federal de nº 7.473, e pelo Decreto Federal de nº 9.032, de 6 de março de 1946, que incumbiu ao órgão a realização de concurso de provas para ingresso na carreira diplomática (BRASIL, 1945b, 1946). Não obstante, a instituição mantém, entre seus propósitos, formar e aperfeiçoar o pessoal da carreira de diplomata (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, outra unidade de natureza educacional, foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto Federal de nº 37.608, como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Teve como objetivo promover um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, com *status* de pós-graduação (BRASIL, 1955; WANDERLEY, 2016).

Durante as décadas de 1960 e 1970, algumas instituições surgiram para apoiar o processo de desenvolvimento nacional, como a Escola Interamericana de Administração Pública e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico, os quais tinham como objetivos a capacitação de administradores do setor público na América Latina, e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico que visava à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais da área de planejamento, nos âmbitos municipal, estadual e federal do Estado (MATTOS, 1965; SOUZA, 2002).

O Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda (Cetremfa), criado pelo Decreto Federal de nº 60.602, de 20 de abril de 1967, absorveu os cursos de aperfeiçoamento promovidos por esse ministério, os quais eram realizados desde a década de 1940 (BRASIL, 1967b). Pelo Decreto Federal de nº 73.115, de 8 de novembro de 1973, o Cetremfa, posteriormente transformado na Escola de Administração Fazendária, tinha como finalidade, no âmbito desse ministério, o monitoramento, a avaliação e a promoção de

atividades referentes aos cursos de formação, treinamento, recrutamento e seleção de recursos humanos atuantes nessa área, bem como pesquisas sobre ela (BRASIL, 1973; SOUZA, 2002).

O Decreto Federal de nº 93.277, promulgado em 19 de setembro de 1986, instituiu duas unidades voltadas para a capacitação dos servidores públicos: a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (CEDAM) (BRASIL, 1986). Enquanto aquela teve como competências o planejamento, a promoção, a coordenação e a avaliação das atividades de formação, aperfeiçoamento e profissionalização do pessoal de nível superior, essa teve as mesmas competências previstas, mas direcionadas para as atividades de treinamento.

Na década de 1990, surgiu, através da Resolução de nº 5.116, de 10 de julho de 1992, a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a qual teve e tem como finalidade, dentre outras, a profissionalização dos servidores da Instituição ao associar a teoria à prática (ALMG, 1992).

Após a apresentação de diversas instituições com atribuições relacionadas à capacitação dos servidores públicos torna-se oportuno inserir três adendos.

O primeiro deles busca-se ressaltar que o rol de instituições, exposto anteriormente, com funções de formação, qualificação e profissionalização dos servidores públicos, é meramente exemplificativo. Essa exposição teve como objetivo mostrar que elas fazem parte de um processo permanente, iniciado há algum tempo, conforme acentua Souza (2002), e que teve e tem continuidade com a criação das escolas de governo.

O segundo acréscimo refere-se ao estudo realizado por Ranzini e Bryan (2017), os quais destacaram que o conceito de escola de governo veste uma pluralidade de organizações, com experiências variadas e características diferentes, mas, com objetivos, muitas vezes, comuns. Assumindo essa premissa, os autores trouxeram que, além das escolas de governo, definidas como as mantidas com recursos públicos pela administração pública direta ou indireta, as instituições de ensino superior, as universidades corporativas, as organizações não-governamentais e as fundações partidárias participam do processo que promovem a capacitação dos servidores públicos.

Porém, ao serem apresentadas diversas instituições que têm essa finalidade, priorizou-se revelar as mantidas pela administração pública direta, nas quais identificou-se a mesma característica do objeto de estudo, ou seja, um órgão, no caso a Escola da Assembleia, vinculado diretamente ao Estado, que é a ALRN. Todavia, como exceções, foram pontuadas (1) a Fundação Getúlio Vargas, de personalidade jurídica de direito privado, cuja escolha baseou-se na sua importância dentro do contexto histórico de formação, capacitação e qualificação dos

servidores públicos; e (2) a Escola Interamericana de Administração Pública e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico, as quais são instituições internacionais, mas que tiveram participação governamental e financeira desse Estado.

O terceiro complemento foi quanto à criação da primeira escola – Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – vinculada ao Poder Legislativo, a qual precedeu o Plano de Reforma do Estado de 1995 e, conseqüentemente, a EC de nº 19/1998. Assim, esse fato tornou-se importante para essa pesquisa por tratar-se de objeto de estudo análogo ao que foi tratado. A relevância dessa entidade pode ser atestada pelo trabalho desenvolvido por Assis (1997), o qual apresentou a Escola, um histórico sobre sua criação e seu avanço, os desafios enfrentados e os limites institucionais e históricos existentes.

Entretanto, apesar de, durante um período superior a 50 anos, terem sido criadas diversas instituições voltadas para a finalidade de capacitação dos servidores públicos, foi com a readequação das funções do Estado, promovida pela reforma administrativa, que ampliou-se o debate e a expansão dessas instituições, especialmente a partir de 1998, ano de publicação da EC de nº 19 (RANZINI; BRYAN, 2017).

2.3 Os estudos sobre as escolas de governo e as Escolas do Legislativo

Pesquisas realizadas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Eletrônica Científica Digital (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), segmentadas pelo período compreendido entre 1988 e 2018, tendo as escolas de governo ou especificamente Escolas do Legislativo como objeto de estudo, apresentaram, de forma geral, resultados semelhantes entre si, mas que diferem, em parte, do cenário apresentado por Ranzini e Bryan (2017). Nas pesquisas realizadas na BRAPCI e na SciELO, os resultados foram inexistentes ou próximos a isso. Todavia, as realizadas no CAPES retornaram um número relevante de estudos relacionados às escolas de governo, ainda que, quanto as do legislativo, tenha sido nulo.

Na base BRAPCI, a pesquisa de estudos realizados acerca das escolas de governo, utilizando a expressão de busca “escol* govern*”, retornou cinquenta resultados, mas apenas um deles tinha como objeto de estudo essas entidades. Quando a pesquisa foi realizada utilizando a expressão de busca “escol* legislat*” catorze resultados foram apresentados, mas nenhum relacionado ao objeto do presente estudo. Na biblioteca SciELO, a pesquisa utilizando como expressão de busca ““escola de governo” OR “escolas de governo”” retornou vinte e um

estudos, onde apenas dois desses tinham uma escola de governo como objeto de estudo. Quando a pesquisa foi realizada utilizando a expressão ““escola do legislativo” OR “escolas do legislativo”” apenas um resultado foi apresentado, o qual tinha relação com o objeto de estudo. No portal da CAPES, a pesquisa utilizando como expressão de busca ““escola de governo” OR “escolas de governo”” retornou cento e três resultados, sendo dezoito desses tendo as escolas de governo como temática. Quando a pesquisa foi realizada utilizando como expressão de busca ““escola do legislativo” OR “escolas do legislativo”” ocorreu um retorno de dezenove resultados, mas nenhum desses tinham como objeto de estudo uma ou mais escolas do Poder Legislativo.

Também foram realizadas pesquisas na literatura cinzenta, onde essas concentraram-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O objetivo foi verificar se o fenômeno do baixo interesse pela temática também ocorre na produção acadêmico-científica, especificamente em relação à produção de teses e dissertações. Na biblioteca BDTD, a pesquisa utilizando como expressão de busca ““escola de governo” OR “escolas de governo”” retornou cento e vinte e quatro estudos, onde vinte e três desses tinham uma escola de governo como objeto de estudo. Quando a pesquisa foi realizada utilizando a expressão ““escola do legislativo” OR “escolas do legislativo”” houve um retorno de apenas três resultados, dentre os quais dois desses tinham relação com o objeto de estudo.

O resultado condensado encontra-se exposto na tabela 01, apresentada a seguir.

Tabela 01 – Resultado quantitativo de pesquisas realizadas em fontes de produções científicas e acadêmico-científicas

Fontes de produções científicas e acadêmico-científicas	Resultados relacionados a escolas de governo	Resultados relacionados a Escolas do Legislativo
BRAPCI	1	0
SciELO	2	0
CAPES	18	0
BDTD	23	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A análise dos resultados das pesquisas realizadas identificou que as escolas de governo, ainda que estejam sendo um objeto de estudo mais comum que outrora, conforme afirma Ranzini e Bryan (2017), é uma temática pouco explorada, e que praticamente não

existem estudos acerca de Escolas do Legislativo. Entretanto, alguns estudos se destacaram nas pesquisas efetuadas e são apresentados a seguir.

Pacheco (2000) apresentou discussões acerca das escolas de governo latino-americanas, sua origem, evolução recente e perspectivas, na qual concluiu que a reforma da administração pública era uma grande oportunidade para essas instituições promoverem a gestão do conhecimento no setor público, através da interação dessas com a sociedade, gerando conhecimento e gerentes mais capacitados frente aos novos desafios específicos do setor público e para o melhor desempenho das organizações públicas.

Passados dois anos, Pacheco (2002) discutiu consequências decorrentes do desafio das escolas de governo de se tornarem centros de excelência em gestão pública, a partir da perspectiva da ENAP, como a necessidade dessas (1) estarem alinhadas às políticas e diretrizes do governo, (2) serem protagonistas quanto à tendências e melhores práticas do mercado, e (3) realizarem filtros e adequações dessas para o ambiente público.

Ferrarezi e Tomacheski (2010) apresentaram resultados parciais acerca do mapeamento das ofertas de capacitação das escolas de governo nacionais integrantes da Rede Nacional de Escolas de Governo, em um estudo que teve como objetivo fornecer informações para a tomada de decisão e a otimização de recursos disponíveis para a capacitação.

Jesus e Mourão (2012) realizaram estudo acerca da temática gestão do conhecimento buscando contribuir com a melhoria de processos de desenvolvimento organizacional em organizações públicas, como as escolas de governo, a partir da comparação entre sete escolas de governo internacionais e uma nacional – a ENAP.

Filatro e Mota (2013) analisaram os desafios de uma escola de governo, no caso a ENAP, quanto aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, abordando aspectos importantes quanto ao processo de contratação de solução tecnológica para a gestão da aprendizagem e do conhecimento.

Tavares-Silva, Dias e Valente (2013) apresentaram e discutiram os quatro suportes utilizados – criação de curso contextualizado e significativo, mediação técnica e pedagógica, participantes responsáveis e envolvidos, e aprendizagem continuada – como apoio às Comunidades Virtuais de Aprendizagem na Escola de Governo e Administração Pública do estado de São Paulo.

Aires *et al.* (2014) analisaram o cenário brasileiro quanto às escolas de governo existentes, promovendo um levantamento amplo sobre essas, descrevendo-as, analisando-as, e apresentando os resultados segmentados por região e estado.

Wanderley (2016) investigou a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, como unidade de ensino e pesquisa, e criado em 1955.

Ranzini e Bryan (2017) objetivaram compreender os diferentes modelos de escolas de governo desenvolvidos no Brasil.

Duran (2017) apresentou a produção disponibilizada pela Revista do Serviço Público que contribuiu para as discussões quanto à profissionalização dos serviços públicos. O autor trouxe uma seção dedicada às escolas de governo, na qual expôs as produções de Berquió (2012) – texto republicado de 1938 em que o autor tratou da criação de uma escola nacional de administração na França e no Brasil –, Gaetani (1994) – artigo que discutiu o processo de formação de gestores das burocracias públicas e sua complexidade, além de aspectos importantes sobre capacitação, remuneração e carreiras –, Santos e Brito (1995) – texto que refletiu acerca do perfil dos servidores públicos envolvidos no processo de reforma administrativa –, Pacheco (2000, 2002) – apresentados anteriormente nesta revisão de literatura –, além de textos reflexivos elaborados pela ENAP e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento.

2.4 A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e a Escola da Assembleia

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), cuja denominação adveio após a Proclamação da República do Brasil em 1889 e persiste até os dias atuais, foi criada em 1834, em conjunto com as demais Assembleias Legislativas Estaduais, por força do Ato Adicional à Constituição do Império, ainda com o nome de Assembleia Legislativa Provincial (ALRN, 2018a). A referida instituição, quase duocentenária, constitui unicamente o Poder Legislativo Estadual, sendo responsável pela elaboração de leis estaduais, pela fiscalização de atos do Poder Executivo Estadual e também por zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes (ALRN, 2018a).

Passando por vários endereços durante seus 184 anos, desde 31 de janeiro de 1983 a Casa do Poder Legislativo Estadual está instalada no Palácio José Augusto, na Praça Sete de Setembro. Porém utiliza outros espaços distribuídos – anexos –, em diferentes endereços, que complementam a estrutura limitada fisicamente de sua sede, apesar da extensa ampliação feita e que foi entregue no final do ano de 2002 (ALRN, 2018a). Em um desses anexos funciona a Escola da Assembleia – a escola de governo dessa Instituição – a qual é o objeto desse estudo.

A Escola da Assembleia, entretanto, foi fundada com outra nomenclatura. A pesquisa documental realizada evidenciou que esse órgão, durante o decorrer dos anos, passou por essa modificação, assim como por outras que alteraram a organização, as características, os objetivos, as competências, as finalidades, os princípios, os preceitos, dentre outros constituintes próprios da unidade. Essas mudanças foram e são afirmadas por normatizações internas, como resoluções e atos da mesa que instituíram ou instituem regimentos e regulamentos, após o transcorrer do devido trâmite legal.

Inicialmente, essa entidade foi criada com o nome de Instituto do Legislativo Potiguar (ILP) através da Resolução de nº 003/2003, promulgada em 16 de abril de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) aos 24 dias desses mês e ano. O artigo 1º dessa resolução trouxe os seguintes objetivos iniciais para esse órgão:

- I. permanente realização de estudos, pesquisas e debates, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- II. subsidiar os trabalhos parlamentares, com vistas à definição de medidas que estimulem o desenvolvimento do Estado;
- III. promover ciclos de estudos, atividades e debates, tendo como núcleo o Estado e o Poder Legislativo, com destaque para a ética, cidadania e projetos de desenvolvimento em geral, visando o aprimoramento social e da democracia;
- IV. preparar, elaborar e acompanhar a implantação de convênios e protocolos de cooperação técnica, a serem firmados pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte com institutos, órgãos públicos, universidades e órgãos similares, visando a efetiva promoção e valorização do Poder Legislativo Estadual;
- V. propor ações legislativas, na área de políticas públicas, objetivando maior interação entre o Poder Legislativo e a sociedade, e o maior aperfeiçoamento da participação política;
- VI. realizar, permanentemente, seminários, cursos e eventos sobre o parlamento, a missão da instituição, o processo legislativo, o exercício do mandato, a atuação fiscalizadora e outros temas que ofereçam subsídios e instrumentos adequados à ação dos Deputados e aos funcionários da Casa Legislativa;
- VII. atuar em conjunto com a Diretoria de Estudos e Debates e a Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, visando o levantamento de dados técnicos necessários à realização de palestras, conferências, estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Poder Legislativo, sobre projetos de lei em tramitação, ou, ainda, sobre temas de interesse maior do Estado do Rio Grande do Norte;
- VIII. atuar em conjunto com a Coordenação de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, visando o aperfeiçoamento e a capacitação profissional de seus servidores, através de convênios com instituições que atuem na área de estudos, pesquisas e ensino de políticas públicas, e outros temas de interesse do Poder Legislativo;

- IX. implantar, através de convênios com instituições universitárias, cursos de especialização nas áreas de atuação do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais, nas respectivas áreas;
- X. realizar estudos, debates, seminários e campanhas, visando orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, capacitando lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembleia Legislativa. (ALRN, 2003, Artigo 1º)²

Da análise desse corpo textual da norma, verifica-se que os objetivos iniciais do Instituto estavam relacionados, com maior ênfase, ao apoio às atividades finalísticas da Assembleia Legislativa, através da realização de estudos, pesquisas, levantamento de dados, seminários, cursos, eventos, palestras, conferências, debates e ações por este órgão. Em menor expressividade, objetivava-se o auxílio ao processo de aperfeiçoamento e capacitação profissional dos servidores através de convênios com universidades e instituições de estudo, pesquisa e ensino de políticas públicas e outros temas relacionados ao Poder Legislativo.

A Resolução de nº 003/2003, além da criação do ILP e dos objetivos desse, tratou de sua organização, das dotações orçamentárias e previu a regulamentação dessa unidade no prazo de 90 dias, com a elaboração e o estabelecimento de regimento interno próprio (ALRN, 2003). Todavia, esse documento não foi desenvolvido ou, caso tenha sido, não foi aprovado por ato da Mesa Diretora da ALRN, dada a pesquisa realizada e a informação, constante na apresentação da terceira edição do regimento interno do órgão, que os documentos deste tipo elaborados anteriormente ou alterações nesses foram aprovados por atos em 16 de fevereiro de 2009 e em 17 de agosto de 2009 (ALRN, 2009a).

Em 23 de dezembro de 2008, 5 anos após a criação do ILP, a Resolução de nº 037/2008 foi promulgada e reestruturou organizacionalmente essa entidade, caracterizando-a como “unidade educacional promotora de programas, cursos e eventos de capacitação e de atualização dos agentes políticos e servidores desta Assembleia Legislativa” (ALRN, 2008, Artigo 1º)³. Além disso, disponibilizou suas atividades para as demais instituições do Poder Legislativo, especialmente para as Câmaras Municipais, bem como para entidades públicas e privadas norte-río-grandenses (ALRN, 2008, Parágrafo único). Esse instrumento normativo foi publicado no DOE em 27 de dezembro de 2008 e, em seu artigo 2º, definiu princípios e preceitos que o órgão devia seguir:

- I. Finalidade educacional;
- II. Formação política, cidadã e profissionalizante;

² Documento eletrônico não paginado.

³ Documento eletrônico não paginado.

- III. Fortalecimento do Poder Legislativo, pela oferta de uma educação legislativa direcionada ao seu conhecimento e reconhecimento valorativo no contexto democrático;
- IV. Instrumentalização dos agentes públicos e sociais para o exercício das funções e atribuições do parlamento;
- V. Vinculação organizacional do ILP com a Mesa Diretora da Assembleia;
- VI. Representatividade dos agentes políticos e dos servidores da Assembleia na instância consultiva integrante do modelo gestão;
- VII. Integração do Legislativo com a comunidade externa;
- VIII. Liberdade no ensino, na pesquisa e na divulgação da cultura, da arte e do saber;
- IX. Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- X. Agilidade nos processos de decisão e de gestão;
- XI. Valorização do gerenciamento executivo das atividades técnico-administrativas e pedagógicas inerentes a toda unidade escolar, pela utilização de profissional especializado em educação. (ALRN, 2008, Artigo 2º)⁴

Das leituras da nova caracterização do ILP, expressa no *caput* do artigo 1º, e dos princípios e preceitos que esse órgão deve seguir, constantes nos incisos do artigo 2º, ambos textos da Resolução de nº 037/2008 (ALRN, 2008), quando comparadas aos objetivos constantes nos incisos do artigo 1º da Resolução de nº 003/2003, a qual criou a entidade (ALRN, 2003), interpreta-se que ocorreu uma mudança em sua finalidade, tendo como principais pontos de apoio da análise e conclusão a utilização da expressão “unidade educacional” e os incisos I, II, III, IV, VIII, IX e XI (ALRN, 2008). Ratifica essa conclusão a presença de dispositivo presente no § 2º, do artigo 2º, da Resolução de nº 037/2008, o qual normatizou que os objetivos fossem “revistos e redeclarados” em regimento interno (ALRN, 2008).

Outros componentes importantes para a regulamentação da unidade, como a organização, as competências, as atribuições e o funcionamento dos órgãos de administração do ILP – Conselho Consultivo, Diretoria Executiva, Assessoria Técnica-Pedagógica e Secretaria Geral – também tiveram a mesma tratativa dos objetivos e suas definições foram postergadas para quando da elaboração do regimento interno (ALRN, 2008, Artigo 3º, § 2º).

Os demais dispositivos dessa resolução promoveram modificações na estrutura administrativa e na composição dos órgãos de administração do ILP citados anteriormente, mas, por não incorporarem aspectos importantes para a contextualização do objeto de pesquisa, não foram abordados.

Identificou-se como um ponto de destaque que a resolução de nº 003/2003 não foi revogada. Assim, as duas normas – resoluções de nºs 003/2003 e 037/2008 – permaneceram

⁴ Documento eletrônico não paginado.

coexistindo e, talvez, conflitantes em alguns assuntos do ponto de vista legal, ainda que, no andamento das atividades do órgão, isso possa não ter tido influência.

Assim como a Resolução de nº 003/2003, a Resolução de nº 037/2008 também previu a regulamentação do órgão no prazo de 90 dias, com a elaboração e o estabelecimento de regimento interno próprio (ALRN, 2003, 2008). Essa normatização ocorreu em 16 de fevereiro de 2009, através do ato de nº 053/2009 (ALRN, 2009b), com a aprovação pela Mesa Diretora da ALRN do Regimento Interno (RI) do ILP, regulamentando assim a Resolução de nº 037/2008 e normatizando a unidade sobre diversos aspectos.

O título I desse RI tratou do próprio regimento, contendo informações acerca dos trâmites para sua existência e de suas finalidades como documento regulamentador. O título II abordou o ILP e sua finalidade, com capítulos dedicados à caracterização da entidade e aos objetivos desta, enquanto o título III regulou a organização administrativa da unidade. O título IV regulamentou os serviços educacionais ofertados pelo órgão, inclusive nesses os cursos livres, os cursos de formação escolar, os programas de estudos e pesquisa, e os eventos e projetos integradores da ALRN. Os corpos docente, discente e técnico-administrativo do ILP foram normatizados no título V quanto a aspectos de composição, atribuições dos docentes, bem como direitos e deveres dos discentes. O título VI dedicou-se ao regime disciplinar geral e aos elogios dos três grupos citados anteriormente e o título VII tratou das disposições gerais.

Ressaltamos aqui os objetivos da unidade, os quais foram redefinidos, atendendo ao expresso no artigo 2º, § 2º, da Resolução de nº 037/2008:

- I. cumprir sua finalidade educacional, promovendo uma educação legislativa de excelência;
- II. oferecer formação política, cidadã e profissionalizante aos agentes do Poder Legislativo e da comunidade;
- III. contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo Potiguar, promovendo o incentivo e apoio à difusão do seu conhecimento e do seu reconhecimento valorativo no contexto democrático;
- IV. promover a integração do Legislativo com a comunidade externa;
- V. estimular o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas através de estudos, debates e programas educacionais próprios do Legislativo e de apoio às comunidades e à sociedade civil;
- VI. desenvolver atividades de integração institucional, objetivando a inclusão e a orientação suplementar do parlamentar e do servidor no exercício das funções inerentes ao funcionamento e à missão do Parlamento;
- VII. qualificar o servidor da Assembleia e outros agentes públicos e sociais para o exercício de funções operacionais, de assessoramento e de consultoria;
- VIII. possibilitar a complementação ou avanço de nível na formação escolar do servidor da Assembleia, através de cursos de Ensino Fundamental, Médio e Superior, próprios ou através de convênios com instituições de ensino públicas ou privadas;

- IX. fomentar a produção do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados para os trabalhos legislativos e as de natureza acadêmica realizadas em parceria com entidades científicas educacionais;
- X. incrementar a permuta de informações e experiências com instituições públicas e privadas em questões que interessem ao Legislativo;
- XI. divulgar as atividades realizadas pelo Legislativo através de publicações impressas ou virtuais;
- XII. subsidiar os trabalhos dos parlamentares e prestar assessoramento a setores da Assembleia;
- XIII. celebrar convênios e firmar protocolos de cooperação educacional, técnica e científica com órgãos públicos e entidades privadas, preferencialmente com instituições de ensino e escolas do legislativo, para o recíproco intercâmbio de apoio institucional. (ALRN, 2009b, Artigo 5º, Incisos I ao XIII)⁵

Da análise realizada dos documentos normativos apresentados, evidenciou-se o alinhamento entre os princípios e preceitos definidos na resolução de nº 037/2008, que reestruturou o ILP, e os objetivos redefinidos no RI.

Contudo, o texto do RI foi revisado e, em 17 de agosto de 2009, através do ato de nº 202/2009 (ALRN, 2009a), aprovado pela Mesa Diretora. Segundo o texto de apresentação modificado do RI, a revisão deu-se em virtude da identificação da “necessidade de aprimoramento normativo dos processos administrativos e acadêmicos e, sobretudo, da organização institucional para a oferta de cursos de formação escolar” (ALRN, 2009c, Apresentação). Essa revisão contemplou 25 modificações, distribuídas em seis dos sete títulos que compunham o documento. As mudanças foram pontuais, merecendo destaque a atualização de seis incisos do artigo 5º, que trata dos objetivos do ILP, e dos artigos 5º, 50 e 58 que incluíram o acesso de servidores do Poder Legislativo Municipal e de outros agentes públicos aos cursos de formação escolar e capacitação, atualização e treinamento promovidos pelo órgão. O último título, que tratou das disposições gerais, não apresentou alterações.

Em 30 de setembro de 2009, a ALRN promulgou a Resolução de nº 054/2009 (ALRN, 2009d) que alterou a estrutura organizacional da Casa. Até o presente momento, não foram localizadas as informações – meio e data – sobre a publicização dessa promulgação, mas os atos dessa resolução entraram em vigor. Porém, as modificações efetuadas não afetaram o ILP e suas atividades.

Entretanto, em 27 de novembro de 2012, aproximadamente 3 anos após a última grande reestruturação organizacional, a ALRN promulgou a Resolução de nº 050/2012, a qual dispôs sobre esse assunto, sendo publicada no Diário Oficial do Estado no dia posterior ao ato

⁵ Documento eletrônico não paginado.

(ALRN, 2012). Essa normatividade definiu competências para o ILP e reestruturou a unidade, extinguindo, por exemplo, a Diretoria Executiva, criando as diretorias Geral, Administrativa e Pedagógica, bem como setores dentro dessas, e incluindo no escopo do órgão a Biblioteca Deputado Márcio Marinho. As competências definidas para a entidade foram expressas no artigo 37 e são expostas a seguir:

- I – desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente continuada, visando fortalecer a atuação da Assembleia Legislativa na construção de uma sociedade justa e igualitária;
- II – capacitar o servidor público, conscientizando-o de suas funções no Legislativo e na sociedade;
- III – propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural dos servidores da Assembleia Legislativa;
- IV – qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos, de forma que estejam aptos para o exercício de qualquer função na Assembleia Legislativa;
- V – promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira;
- VI – fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas à Assembleia Legislativa, em cooperação técnico-científica com outras instituições de ensino;
- VII – desenvolver programas de ensino, objetivando a formação de futuras lideranças comunitárias e políticas;
- VIII – integrar o Programa Interlegis do Senado Federal, por intermédio de participação em videoconferências e capacitação à distância;
- IX – oferecer aos servidores oportunidade e possibilidade de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade, em parceria ou não com outras instituições de ensino; e
- X – desenvolver os programas de formação e aperfeiçoamento profissional: Programa de Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, Programa Conhecendo o Parlamento, Programa de Capacitação de Agentes Públicos e Programa de Educação à Distância. (ALRN, 2012, Artigo 37, Incisos I ao X)⁶

Nessa resolução também foram atribuídas competências específicas para a Gerência da Biblioteca, sendo elas:

- I – reunir, selecionar, organizar, arquivar e difundir o acervo, centralizando material informativo de interesse principal dos Deputados e demais usuários;
- II – zelar pela conservação do acervo;
- III – propor aquisição de livros, periódicos, publicações e outros documentos de interesse da Assembleia Legislativa;
- IV – prestar informações aos usuários sobre acervo existente e os assuntos de seus interesses;
- V – contribuir para que os Deputados, ao fundamentarem seus pronunciamentos e pareceres, possam ter informações atualizadas;

⁶ Documento eletrônico não paginado.

VI – planejar, coordenar e gerenciar o sistema de informação bibliotecário;
VII – analisar e indexar todo o material que contenha informações de interesse dos usuários;
VIII – controlar o empréstimo do material bibliográfico;
IX – organizar e direcionar os serviços de documentação; e
X – agilizar os controles para entrada e saída de material, tanto no que diz respeito à compra quanto ao empréstimo de publicações. (ALRN, 2012, Artigo 42, Incisos I ao X)⁷

Em junho de 2014, o ILP redigiu novo texto, propondo alterações no RI, que, após aprovado pelo ato da Mesa Diretora de nº 266/2014, regulamentou, no âmbito do órgão, a Resolução de nº 050/2012, de 27 de novembro de 2012. A publicação da aprovação foi feita no Boletim Oficial da ALRN de nº 3.157, datado de 06 de junho de 2014 (ALRN, 2014a).

Na apresentação desse RI (ALRN, 2014b) constou duas informações oportunas. A primeira delas relaciona-se com o início da oferta dos serviços educacionais, os quais começaram a ser oferecidos no segundo semestre letivo de 2009. Ainda que no Projeto Pedagógico Institucional (ALRN, 2009e) conste que a oferta de serviços educacionais começou em 2008, divergindo assim dessa informação, essa torna-se importante porque é, a partir desse momento, adotando-se essa como correta, que o ciclo da produção do conhecimento teve origem na unidade e culminou, posteriormente, no desenvolvimento das primeiras produções acadêmicas e/ou científicas. A segunda informação relaciona-se à edição do RI, no caso a terceira, alinhando-se assim à investigação realizada e que não conseguiu encontrar regimento interno elaborado após a criação da entidade, em 2003.

As alterações aprovadas pela Mesa Diretora promoveram três mudanças importantes, as quais são explicitadas a seguir e anteriormente à apresentação do corpo do atual RI. Inicialmente, destaca-se a inserção de um capítulo dedicado à Biblioteca Deputado Márcio Marinho dentro do título que trata da estrutura organizacional, como consequência da inclusão dessa unidade ao ILP, a qual passou a subordinar-se à Diretoria-Geral. Posteriormente, ressalta-se a inclusão de normativos, de caráter informativo, sobre as características e os objetivos dos serviços educacionais no título que trata desse assunto, promovendo assim uma melhoria no entendimento e melhor regulamentação da temática tratada. Por fim, salienta-se a retirada do capítulo “Dos Elogios” do escopo do título que trata do regime disciplinar para sua inclusão como título, ainda que não tenha tido nenhuma mudança no corpo normativo relativo a esse assunto. Essa mudança ampliou o número de títulos do RI de sete para oito.

⁷ Documento eletrônico não paginado.

O título I tratou do RI como instrumento regulamentador da Resolução de nº 050/2012 e de suas finalidades, enquanto os demais títulos normatizaram, de forma mais efetiva, as atividades do órgão.

O título II dedicou-se à própria entidade, tratando dos instrumentos legais que regem o órgão, dos princípios e dos valores que adota, e dos objetivos. Quanto aos instrumentos legais, o ILP era regido pelo próprio documento, pela resolução de nº 050/2012, pelo RI da AL/RN, no que coubesse, pela legislação educacional pertinente, pelas orientações normativas do Sistema Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, no que coubesse, e por atos normativos internos. Os princípios e os valores que a unidade adotava foram praticamente os constantes na Resolução de nº 037/2008, apresentados anteriormente, excluindo apenas da nova lista o inciso V, o qual vinculava o ILP à Mesa Diretora da ALRN. Os objetivos foram expressos com texto igual ao das competências da Resolução de nº 050/2012, também trazidos anteriormente.

O título III abordou a estrutura organizacional da entidade, versando sobre: os órgãos, os setores e suas disposições no organograma; as composições, as competências, as atribuições e o funcionamento dos órgãos e setores constituintes; as atribuições de funções específicas, como a de Diretor Geral; os documentos necessários para inscrições em cursos; os documentos produzidos no âmbito da unidade; além de outros assuntos relacionados.

Os serviços educacionais – características, objetivos, organização, acesso, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, bem como o sistema de avaliação – foram abordados no título IV.

Os títulos V, VI, VII e VIII não apresentaram informações relevantes no âmbito dessa pesquisa e por isso não terão maior tratativa, sendo suficiente informar que os mesmos trataram da comunidade acadêmica – docentes, discentes e corpo técnico-administrativo –, do regime disciplinar e dos elogios aplicados a essa comunidade, e das disposições gerais.

Em 10 de junho de 2016, a Mesa Diretora da ALRN, através da Resolução de nº 035/2016, criou a Escola da Assembleia e revogou as resoluções de nºs 003/2003 e 037/2008, extinguindo assim o Instituto do Legislativo Potiguar (ALRN, 2016a). A finalidade dessa nova unidade ficou definida como de “promover a formação, o aprimoramento e a profissionalização dos servidores públicos da Casa, visando o fortalecimento e a ampliação da capacidade de execução do órgão” (ALRN, 2016a, Artigo 1º)⁸. Alinhada a essa finalidade, a Escola foi caracterizada como instituição promotora de cursos de capacitação pessoal, palestras profissionais, treinamentos operacionais profissionais, monitorias de ensino à distância,

⁸ Documento eletrônico não paginado.

instrutoria profissional, graduação, extensão acadêmica, pós-graduação *lato sensu*, orientação de trabalhos de conclusão de curso, bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso, correção de provas de seleção, pesquisa e produção de conhecimento de políticas públicas do Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte e assessoria, vinculado à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa desse estado.

O corpo normativo trouxe os seguintes objetivos iniciais para a entidade, ainda que, no artigo 2º, parágrafo único, tenha sido informado que os objetivos dessa seriam revistos e redeclarados em regimento interno:

- I – permanente realização de cursos, treinamentos, pesquisas e debates, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- II – subsidiar os trabalhos parlamentares, com vistas à definição de medidas que estimulem o desenvolvimento do Estado;
- III – promover ciclos de estudos, atividades e debates, tendo como núcleo o Estado e o Poder Legislativo, com destaque para a o aprimoramento das funções administrativas dos servidores, a ética, a cidadania e os projetos de desenvolvimento em geral, visando o aprimoramento social e da democracia;
- IV – preparar, elaborar e acompanhar a implantação de convênios, parcerias e protocolos de cooperação técnica, a serem firmados pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte com escolas, institutos, órgãos públicos, universidades e órgãos similares, visando a efetiva promoção e valorização do Poder Legislativo Estadual;
- V – propor ações legislativas, na área de políticas públicas, objetivando maior interação entre o Poder Legislativo e a sociedade, e o maior aperfeiçoamento da participação política;
- VI – realizar, permanentemente, seminários, oficinas técnicas, cursos e eventos sobre o parlamento, a missão da instituição, o processo legislativo, o exercício do mandato, a atuação fiscalizadora e outros temas que ofereçam subsídios e instrumentos adequados à ação dos Deputados e aos funcionários da Casa Legislativa;
- VII – atuar em conjunto com a Secretaria Geral e a Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, visando o levantamento de dados técnicos necessários à realização de palestras, conferências, estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Poder Legislativo, sobre projetos de lei em tramitação, ou, ainda, sobre temas de interesse maior do Estado do Rio Grande do Norte;
- VIII – atuar em conjunto com a Coordenação de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, visando o aperfeiçoamento e a capacitação profissional de seus servidores, através de convênios com instituições que atuem na área de estudos, pesquisas e ensino de políticas públicas, e outros temas de interesse do Poder Legislativo;
- IX – implantar, através de convênios com instituições universitárias ou diretamente mediante autorização do Conselho Estadual de Educação, cursos de Graduação e também de Extensão Acadêmica, especialmente do interesse do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais, nas respectivas áreas;
- X – implantar, através de convênios com instituições universitárias ou diretamente cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu, especialmente do interesse

do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais, nas respectivas áreas;

XI – implantar, através de convênios com instituições universitárias cursos de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* nas áreas de atuação da Gestão Pública, especialmente do interesse do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais, nas respectivas áreas;

XII – realizar estudos, debates, seminários e campanhas, visando orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, capacitando lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembleia Legislativa. (ALRN, 2016a, Artigo 3º, Incisos I ao XII)

Visto que esta pesquisa documental não encontrou ato da Mesa Diretora aprovando o primeiro regimento interno da Escola da Assembleia, os objetivos atuais permanecem sendo esses. Da análise desses, ficou evidenciada a utilização, como base, do texto que criou o Instituto do Legislativo Potiguar a partir da identificação que, dos doze objetivos presentes nos incisos, sete deles (incisos II, IV, V, VI, VII e VIII e XII) apresentam textos idênticos ao publicado na Resolução de nº 03/2003. Os demais objetivos ou foram levemente readequados – caso dos incisos I, III e X –, ou foram inseridos buscando a ampliação dos meios de formação dos servidores, através da promoção de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* – caso dos incisos IX e XI (ALRN, 2016a).

O legislador também retornou à normatividade inicial da Resolução de nº 03/2003 para compor a administração da Escola da Assembleia ao legislar que a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Gestor são os órgãos integrantes da administração da unidade. Além dos itens apresentados, essa nova resolução inseriu a Escola da Assembleia ao nível de Secretaria, tratou da sua composição e da dotação orçamentária da entidade.

Em 14 de dezembro de 2017, a ALRN passou por nova reorganização a partir da publicação da Resolução de nº 090/2017, no Boletim Legislativo Eletrônico, e, atualmente, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico (ALRN, 2017a). Essa resolução trouxe como objetivo maior da unidade

oferecer o suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo e de qualificação e capacitação profissional permanente aos servidores da Assembleia Legislativa, bem como incentivar o aperfeiçoamento cultural, educacional e científico de toda a sociedade, visando o fortalecimento e a ampliação de sua capacidade intelectual. (ALRN, 2017a, Artigo 18)⁹

⁹ Documento eletrônico não paginado.

Esse objetivo pode ser afirmado atualmente na escola de governo pela oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* – promovidos por instituições parceiras através de contratos –, e de pós-graduação *lato sensu* – efetivados pelo próprio órgão. Além desses cursos de formação acadêmica, são oferecidos cursos de qualificação funcional através de capacitações pessoal e técnica, oficinas técnicas e palestras profissionalizantes (ALRN, 2018b). Além do objetivo, a publicação trouxe quinze competências para a entidade.

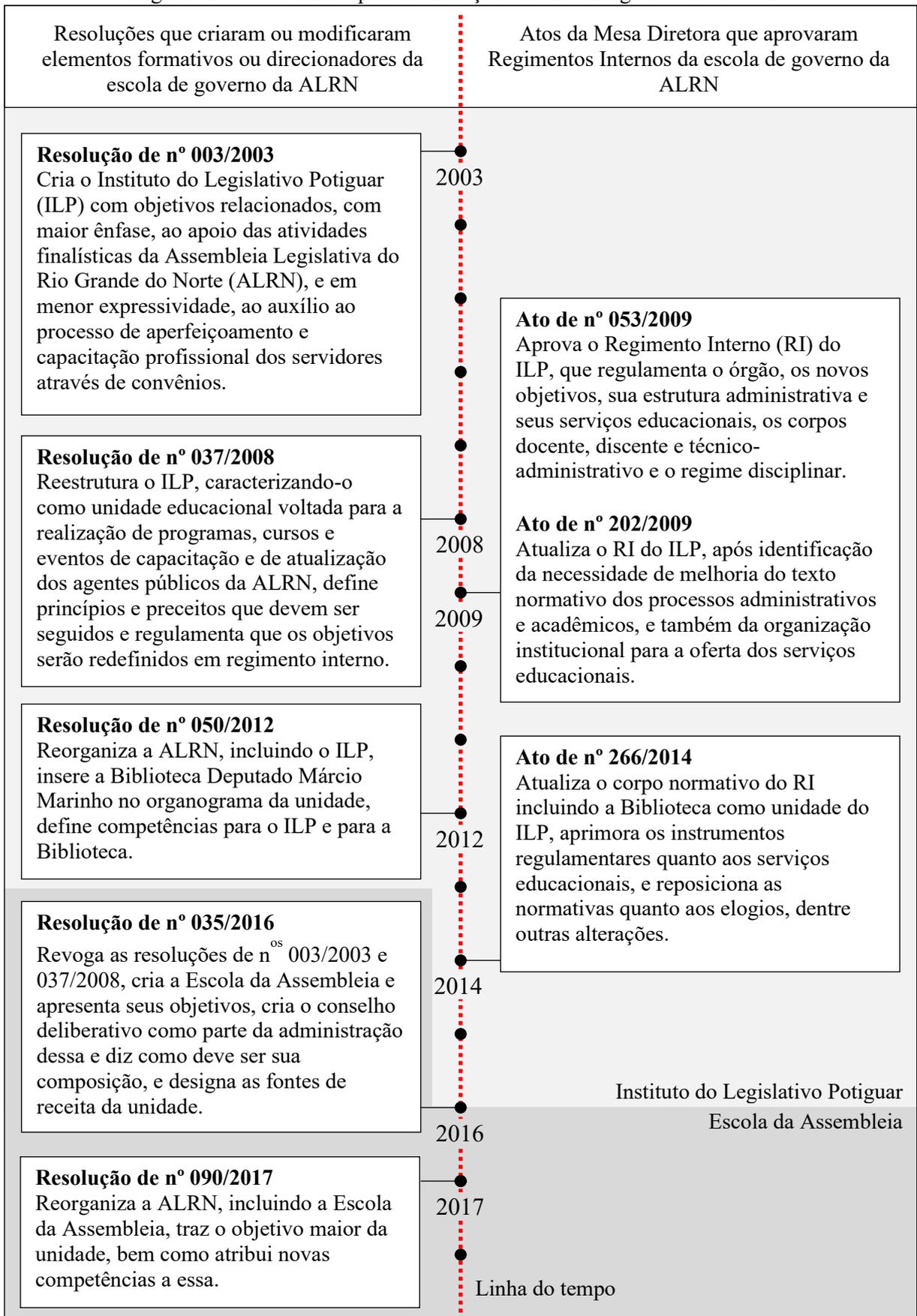
- I – desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente continuada, visando fortalecer a atuação da Assembleia Legislativa na construção de uma sociedade justa e igualitária;
- II – realizar grupos de estudos, atividades e debates sobre o Estado, o Poder Legislativo, ética, cidadania, projetos de desenvolvimento e temas relacionados às Comissões da Assembleia Legislativa, visando ao aprimoramento social e da democracia;
- III – atuar em conjunto com as Comissões da Assembleia Legislativa no levantamento de dados técnicos, na elaboração de estudos e pesquisas e na realização de eventos sobre temas de interesse do Poder Legislativo ou sobre projetos de lei em tramitação;
- IV – realizar, como atividade preparatória de cada Legislatura e durante as Sessões Legislativas, seminários, cursos e eventos sobre o parlamento, a missão da Instituição, o exercício do mandato, o processo legislativo, a atuação fiscalizadora e os demais temas que ofereçam subsídios e instrumentos adequados à ação dos Deputados;
- V – atuar em conjunto com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, visando ao aperfeiçoamento dos servidores, através de cursos de capacitação pessoal, profissional e técnica, bem como a realização de oficinas técnicas e práticas, podendo, para isso, utilizar recursos de ensino à distância e realizar convênios com instituições que atuem na área de estudos, pesquisas e ensino de políticas públicas e outros temas de interesse do Poder Legislativo;
- VI – realizar estudos, seminários, campanhas, debates e congressos, para promover a discussão sobre a gestão pública legislativa focada na evolução do Poder Legislativo Estadual, apoiando também o Poder Legislativo Municipal;
- VII – orientar sobre a legislação participativa, capacitando lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembleia Legislativa;
- VIII – propiciar a formação permanente, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural dos servidores da Assembleia Legislativa, em nível de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado;
- IX – qualificar os servidores nas atividades de suporte técnicoadministrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos, através de capacitação técnica e de oficinas técnica e prática, de forma que estejam aptos para o exercício de qualquer função na Assembleia Legislativa;
- X – promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira, disponibilizando as vagas não ocupadas pelos servidores à comunidade;
- XI – fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas à Assembleia Legislativa, em cooperação técnico-científica com outras instituições de ensino;
- XII – incentivar e capacitar os servidores na utilização do Programa Interlegis do Senado Federal, por intermédio de participação em videoconferências e capacitação à distância;

- XIII – realizar estudos, pesquisas e debates para o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas no Estado;
- XIV – propiciar, realizar e desenvolver o Programa Parlamento Jovem, com o objetivo principal de possibilitar aos estudantes do Rio Grande do Norte a oportunidade de conhecer a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo;
- XV – orientar os trabalhos dos parlamentares jovens. (ALRN, 2017a, Artigo 19, 1º, § 1º, Incisos I ao XV)¹⁰

Da análise de toda a documentação entre resoluções que tratam da organização da AL, do Regimento Interno da AL e suas alterações, bem como das resoluções que criaram ou reorganizaram o ILP, da resolução que criou a Escola da Assembleia e dos regimentos internos e suas atualizações, verificou-se que ocorreram diversas transformações durante o decorrer do tempo neste órgão, as quais foram resumidas e apresentadas na figura 01.

¹⁰ Documento eletrônico não paginado.

Figura 01 – Linha do tempo de mudanças na escola de governo da ALRN



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir de observação realizada na Escola da Assembleia, foi identificado que os cursos de pós-graduação *lato sensu* são os mais procurados e apresentam grande oferta de vagas. Por atuar na Instituição, foi fácil identificar que a Biblioteca Deputado Márcio Marinho não dispõe de acervo proporcional à quantidade de alunos concluintes desses cursos. Em pesquisa efetuada na Biblioteca, foram encontrados apenas 83 trabalhos de conclusão desse tipo de curso, produzidos no período de 2011 a 2014. Ao buscar a informação sobre onde estaria o restante das produções, foi obtido como resposta que essas são entregues em mídia digital na Coordenadoria Acadêmica e, posteriormente, armazenados dentro de um armário na biblioteca. Antes do armazenamento, foi averiguado que essas produções são catalogadas no SIABI (Sistema de Automação de Biblioteca, Museus, Arquivos e Memoriais) e ficam disponíveis no portal *online* BIB-RN, um catálogo que reúne o acervo de bibliotecas que apresentam convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo coordenado pela SEARH (Secretaria de Administração e Recursos Humanos). Entretanto, essa divulgação promove apenas a visibilidade da produção acadêmica e não o acesso ao texto completo dessas.

Visando fortalecer o desenvolvimento de suas atividades e o aperfeiçoamento do quadro de servidores, Escolas, Centros de Treinamento, Institutos de Estudos e Pesquisa e entidades vinculadas ao Poder Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, incluindo-se também neste universo as Escolas de Tribunais de Contas, organizaram-se e criaram, em maio de 2003, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) (MADRUGA, 2008).

3 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO CIENTÍFICO

Esta seção apresenta extratos do aporte teórico relacionado à temática conhecimento. Ela abrange desde concepções basilares para o desenvolvimento da pesquisa, como os diversos tipos de conhecimento, até definições centrais e imprescindíveis para essa, caso das expressões “conhecimento científico”, “pesquisa científica” e “produção científica”. Tem como finalidade trazer um *corpus* teórico que permita entender e relacionar os diversos conceitos associados ao objeto de estudo e, dessa forma, auxiliar na consecução dos objetivos definidos e no enquadramento dessa pesquisa perante a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento. Não se tem assim a intenção de abranger inúmeras ou todas as possíveis reflexões e os diferentes aspectos relativos ao conhecimento e aos conceitos associados.

Dessa forma, para o contexto dessa pesquisa, identificou-se como importante: (1) abordar o referencial sobre os principais tipos de conhecimento existentes perante duas perspectivas – (a) quanto à forma, ao modo e aos instrumentos no processo de conhecer, e (b) quanto à forma e aspectos de transmissão e compartilhamento –; (2) expor as relações da ciência com o conhecimento, com a pesquisa e com a produção e explicar facetas das produções científicas; e (3) apresentar os conceitos de informação, conhecimento, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento, buscando apresentar a relação dessa pesquisa com eles.

3.1 Os tipos de conhecimento existentes

A busca do homem pelo saber, com o intuito de entender o mundo e transformar seu modo de vida, advém desde a pré-história. Isso pode ser evidenciado nas inúmeras pesquisas realizadas por arqueólogos, paleontólogos, antropólogos e historiadores, a partir da análise de pinturas rupestres, sítios arqueológicos, fósseis, artefatos e outros vestígios deixados pelos homens que viveram nesse período (PINTO, 2018a).

O conhecimento adquirido naquela época por eles, através de suposições e/ou de experiências pessoais, ou seja, do empirismo, como, por exemplo, o conhecimento necessário para desenvolver as primeiras ferramentas básicas e criar o fogo, constitui um tipo de conhecimento conhecido predominantemente por popular, mas também denominado empírico, vulgar, ordinário, comum ou de senso comum (FERRARI, 1982; KÖCHE, 1985; PINTO, 2018b; RODRIGUES, 2006; RUIZ, 2009; SOUSA, 2018a). Esse conhecimento, independente

da nomenclatura, é o da vida cotidiana, que circunda e se entrelaça com o indivíduo, sendo transmitido às pessoas pelos contatos – repetidos e casuais – do dia-a-dia. Esse modo de transferência é responsável também pela passagem para as gerações seguintes (FERRARI, 1982; RODRIGUES, 2006).

Tão antigo quanto o conhecimento popular, o conhecimento religioso ou teológico, advém da fé em verdades, as quais são consideradas infalíveis por serem proposições divinas (FERRARI, 1982). Sua transmissão ocorre por outra pessoa, pelas tradições ou por escritos sagrados, e fornece respostas para questões que nem sempre são respondidas pelos outros tipos de conhecimento (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; RODRIGUES, 2006). Pesquisas feitas também remontam a existência desse tipo de conhecimento aos primórdios da humanidade, dada a crença de caçadores que os animais tinham poderes sobrenaturais e que as almas dos mortos pudessem entrar nos animais (DUARTE, 2013; MARCONI; LAKATOS, 2010; SOUSA, 2018b).

Um terceiro tipo de conhecimento identificado e caracterizado pelos autores é o filosófico, o qual desenvolve-se a partir de ideias, relações entre concepções coerentes, e exigências lógicas; e busca entender a realidade a partir de questionamentos reflexivos (FERRARI, 1982; MARCONI; LAKATOS, 2010; RODRIGUES, 2006). Nasce portanto da experiência e com a formulação de hipóteses, mas, diferentemente da experimentação, não tem o objetivo de serem comprovadas ou refutadas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; RODRIGUES, 2006).

Há ainda o conhecimento científico que objetiva interpretar e explicar os fatos e fenômenos, identificar relações entre os elementos e expressar leis e constantes que regem essas relações (MARCONI; LAKATOS, 2010). Como bem aduz Martins e Theóphilo (2009), é resultado da investigação metódica e sistemática da realidade, a qual faz uso de métodos, análises, classificações e comparações.

A existência dessas várias formas de conhecimento apresentadas no ser humano não é conflituosa, conforme entendimento de Ferrari (1982).

Não é de se estranhar que um renomado cientista possa ser também crente participante ou praticante de sua religião e que ainda, possa estar engajado dentro de uma orientação filosófica, isto sem pôr de lado aqueles conhecimentos que são provenientes do senso comum. Ora, o fato de persistirem concomitantemente diversas formas de conhecimento no ser humano não acarreta conflitos, devido à extração seletiva nas mais diversas situações. (FERRARI, 1982, p. 5)

Ruiz (2009) complementa, quanto à coexistência dos tipos de conhecimento no ser humano, ao dizer que a parte maior do conhecimento presente nesse é do tipo popular, visto que não é necessário ou exigido fazer uso de conhecimentos científicos, filosóficos e religiosos para integrar-se à família, ao trabalho, à sociedade, bem como não carece de especializar-se em teologia para adotar uma religião ou tornar-se cientista para expressar convicções.

Algumas características dos tipos de conhecimentos tratados foram sistematizadas por Ferrari (1982), especialmente para fins comparativos, e são apresentadas no quadro 01, exposto a seguir.

Quadro 01 – Características de tipos de conhecimento quanto à forma, ao modo e aos instrumentos utilizados no processo de conhecer

Conhecimento popular	Conhecimento religioso	Conhecimento filosófico	Conhecimento Científico
- valorativo; - reflexivo; - assistemático; - verificável; - falível; - inexato;	- valorativo; - inspiracional; - sistemático; - não-verificável; - infalível; - exato;	- valorativo; - racional; - sistemático; - não-verificável; - infalível; - exato;	- real; - contingente; - sistemático; - verificável; - falível; - aproximadamente exato;

Fonte: Adaptado de Ferrari, 1982, p. 5-6.

A exposição desses quatro tipos de conhecimento – popular, religioso, filosófico, e científico –, incluindo as características de cada um deles, deu-se por essa apresentação ser a mais comum dentre os diversos autores pesquisados (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; FERRARI, 1982; MARCONI; LAKATOS, 2010; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2013). Contudo, alguns autores apresentam entendimentos diferentes, promovendo inclusões ou exclusões ao rol dos tipos de conhecimento citado (KÖCHE, 1985; RUIZ, 2009).

Köche (1985) acrescenta um tipo de conhecimento, denominado mítico. Porém, o autor não o explica, justificando que o objetivo do capítulo “O conhecimento científico”, de sua obra, tem por finalidade distinguir o conhecimento científico do ordinário.

Ruiz (2009) também amplia, adicionando três tipos de conhecimento: o sensorial, o intelectual e o intuitivo. Segundo o autor, o conhecimento sensorial é aquele apreendido a partir das realidades sensoriais, captadas pelos sentidos humanos, e compreende, por exemplo, o conhecimento sobre cores, movimentos, configurações, durezas, paladares, temperaturas, odores e sons. Ele traz também o conhecimento intelectual como resultante da capacidade dos seres humanos de abstrair, generalizar, definir e elaborar ideias transcendentais, compreendendo

assim a formulação de conceitos gerais e abstratos, definições universais e relações ideais. Dessa concepção, afirma que o conhecimento científico pertence ao gênero do conhecimento intelectual. Ruiz apresenta ainda o conhecimento intuitivo, de ordem subjetiva, que, em contraponto ao fenômeno do raciocínio, compreende as acepções internas feitas a partir do exercício dos sentidos, mas sem a realização de comparações, podendo ser resultado da intuição sensorial ou intelectual.

Há autores que não tratam dessa classificação dos tipos de conhecimento, mas dedicam-se a escrever sobre o conhecimento científico (BARROS; LEHFELD, 2010; DEMO, 2012; SEVERINO, 2016).

Barros e Lehfeld (2010) limitam-se a apresentar o conhecimento científico ainda que afirmem que esse é apenas um dos tipos de conhecimento existentes utilizados para que o homem compreenda a realidade social que o cerca. Além disso, as autoras denotam que o conhecimento científico surge da necessidade de encontrar soluções para os problemas do seu cotidiano e para responder as dúvidas e questionamentos elevados que se manifestam.

Severino (2016) trata de ciência e do método científico – fatos, leis, teorias e sistema – como caminho para a construção do conhecimento científico e para a diferenciação entre esse e o senso comum e as expressões da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião.

Por fim, Demo (2012) não faz nenhuma apresentação acerca dos tipos de conhecimento, mas discute sobre o que é ou não é ciência, adentrando no ambiente do conhecimento que é considerado de senso comum.

Essa perspectiva quanto à apresentação dos tipos de conhecimento, pelos diversos autores, é a mais tradicional quando se trata desse assunto e está relacionada à forma, ao modo e aos instrumentos utilizados no processo de conhecer (MARCONI; LAKATOS, 2010; RUIZ, 2009). Ruiz complementa ao dizer que “o mesmo ‘objeto’ de conhecimento pode ser atingido por diversas vias e diferentes modos” (RUIZ, 2009, p. 95).

Contudo, a partir da discussão promovida por dois autores acerca do sucesso das organizações japonesas nas décadas de 1970 e 1980, os tipos de conhecimento passaram a também serem vistos por outro prisma, diferente do apresentado¹¹. Nonaka e Takeuchi (1997) expressaram que o triunfo dessas organizações no período referido esteve associado à criação do conhecimento organizacional nessas, o qual eles definiram como “a capacidade que uma

¹¹ Anteriormente à Nonaka e Takeuchi (1997), o filósofo Michael Polanyi escreveu sobre o conhecimento tácito: um conhecimento particular de cada indivíduo, difícil de formalizar, de comunicar e de compartilhar (POLANYI, 1958, 1966). Polanyi inclusive é citado por eles e por outros autores. Entretanto, com a exposição da Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional e seus modos de conversão, ocorreu a elevação desse tipo de conhecimento.

empresa tem de criar conhecimento, disseminá-lo na organização e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. XII). A visão implementada por essas instituições mostrava-se então contrária à concepção ocidental, as quais viam as organizações como meras processadoras de informações. A partir desse entendimento, os autores apresentaram a Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional, a qual baseou-se, dentre outros, nos conceitos teóricos de conhecimento explícito e conhecimento tácito, assim como nos modos de conversão entre esses.

O conhecimento explícito, segundo eles, é aquele que pode ser expresso em palavras e números, e que, dada a sua forma de apresentação, favorece a comunicação e o compartilhamento, sendo registrado nos diferentes suportes existentes. Formal e sistemático, esse era o único tipo de conhecimento visto pelas organizações ocidentais. O conhecimento tácito, todavia, apresenta-se como aquele que é particular do indivíduo, internalizado após o contato com o conhecimento explícito e que se entrelaça com as ações e experiências pessoais, sendo de difícil formalização. Decorrente dessa última característica, apresenta dificuldades para transmissão e compartilhamento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Davenport e Prusak (1999) também fizeram referência ao conhecimento tácito. Eles mencionam, por diversas vezes em sua obra, os colegas de trabalho da organização como detentores de conhecimento e boas fontes de informação, sendo consultados a depender da posição que ocupam, da escolaridade, das informações advindas das redes informais e dos grupos que compartilham práticas, interesses ou objetivos de trabalho em comum.

Cavalcante e Valentim (2010) ressaltam que os dois tipos de conhecimentos são complementares e que um carece do outro para existir. Essa relação de existência decorre do conceito da espiral do conhecimento desenvolvido por Nonaka e Takeuchi, vez que ambos são resultados de processos de conversão – internalização e externalização – do conhecimento.

Do exposto, observa-se que os referidos tipos de conhecimento por esse ponto de vista relacionam-se com a forma como se apresenta o conhecimento e como estão relacionados a aspectos de transmissão e compartilhamento. O quadro 02 resume as características sob essa visão.

Quadro 02 – Características de tipos de conhecimento quanto à forma e aspectos de compartilhamento

Conhecimento explícito	Conhecimento tácito
- expresso em palavras e números;	- internalizado pelo ser humano e se entrelaça com ações e experiências pessoais;
- fácil de ser comunicado e compartilhado;	- carece ser convertido para ser comunicado e compartilhado;
- registrado em diferentes suportes;	- registrado na mente humana;
- formal e sistemático;	- difícil de ser formalizado e sistematizado;

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Apesar das duas perspectivas apresentadas, destaca-se que elas não são mutuamente excludentes. É plenamente possível, ainda que apresente alta complexidade, determinado conhecimento – popular, filosófico, religioso ou científico – estar registrado explicitamente ou internalizado pelas pessoas, estejam elas em organizações ou não.

3.2 A ciência e o conhecimento, as pesquisas e as produções

No contexto dessa pesquisa, o predicado “científico” associou-se a outros termos em relações de caracterização e/ou especificação. Assim, “conhecimento”, “pesquisa” e “produção”, quando chancelados por esse atributo, adquirem concepções especiais. A construção desses conceitos teóricos tornou-se importante para o desenvolvimento desse estudo à medida que desejou-se que esses suportassem as discussões, conforme entendimento de Capurro e Hjørland (2007).

Nessa linha, o conhecimento científico é tratado por diversos autores como um dos tipos de conhecimento existentes, conforme exposto na subseção anterior. Apesar do consenso acerca disso, apresenta-se a seguir concepções e ênfases distintas que se complementam e/ou se ratificam, ampliando assim o entendimento acerca do assunto.

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 7) ressaltam que esse conhecimento busca “compreender, além do ente, do objeto, do fato e do fenômeno, sua estrutura, sua organização e funcionamento, sua composição, suas causas e leis”. Rodrigues (2006) destaca a busca pela veracidade dos fatos e fenômenos como objetivo do conhecimento científico, enquanto Ruiz (2009, p. 96) complementa ao dizer que esse conhecimento caracteriza-se “pela capacidade de analisar, de explicar, de desdobrar, de justificar, de induzir ou aplicar leis, de predizer com segurança eventos futuros”.

Buscando sedimentar a percepção sobre o conhecimento científico e diferenciá-lo, através de comparação, dos demais tipos de conhecimento, Ferrari (1982) expôs, anteriormente

às concepções expostas no parágrafo anterior, atributos intrínsecos desse conhecimento, caracterizando-o como aquele que:

- é real, por tratar de fatos existentes;
- é contingente, porque suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência;
- é sistemático, visto que contém modelos – fundamentados em conceitos que se inter-relacionam de modo organizado e completo –, teorias e hipóteses, fontes de informação e propriedades relacionais explicadas, o que possibilita a apreensão dos fatos de modo sistemático;
- é verificável, porque afirmações, hipóteses, dados e teorias podem ser testados;
- é falível, em virtude de o conhecimento não ser definitivo ou imutável, vez que a ciência evolui; e
- é aproximadamente exato, pela possibilidade do conjunto cognitivo da teoria existente poder ser modificado.

Marconi e Lakatos (2010) e Santos (2013) ratificam essa compreensão ao trazer esses atributos de forma idêntica. Todavia, e de forma natural, o rol apresentado de características, por não ser taxativo, é ampliado ou não é trazido em sua completude por outros autores. Cervo, Bervian e Silva (2007), por exemplo, não expõem o conjunto de atributos apresentado, mas ressaltam a falibilidade e que o *corpus* teórico nunca se encontra concluído, enquanto Rodrigues (2006) destaca o conhecimento científico como contingente, sistemático e verificável.

Barros e Lehfeld (2010), afirmam que esse conhecimento é analítico, comunicável, organizado e explicativo, além de ser factual, verificável e sistemático. Ferrari (1982), além das características destacadas que utiliza para comparação, salienta que o conhecimento científico é analítico, geral, acumulativo, explicativo, preditivo e útil.

Santos (2013) abrange todas as características trazidas pelos outros autores ao inserir as seguintes características das ciências factuais – racionalidade, objetividade, precisão, clareza, factualidade, comunicabilidade, sistematização, acumulação, falibilidade, transcende os fatos analíticos, geral, explicativo, dependente de investigação sistemática, preditivo, aberto e útil – ao conhecimento científico (BUNGE, 1974 apud SANTOS, 2013).

Barros e Lehfeld (2010) acrescentam ainda que o conhecimento científico advém do aprimoramento do conhecimento popular, sendo o resultado de procedimentos metódicos de

investigações acerca de um objeto ou de um fenômeno, o que ratifica assim uma das características do conhecimento científico.

Ruiz (2009) também ressalta características do conhecimento científico que fazem diferenciá-lo dos demais tipos de conhecimento. Ele diz que conhecimento científico “é expressão que lembra laboratório, instrumental de pesquisa, trabalho programado, metódico, sistemático e não provoca associações com inspiração mística ou artística, religiosa ou poética” (RUIZ, 2009, p. 96).

Santos (2013) afirma ainda que o conhecimento só é científico quando atende duas condições: o campo de conhecimento encontra-se determinado, qualificado e os assuntos, os quais se deseja investigar, formulados; e os métodos de pesquisa são adequados para o estudo.

Capurro e Hjørland (2007) declaram que a produção desse conhecimento e o desenvolvimento de teorias científicas são as atividades realizadas pela Ciência, enquanto Targino (2000, p. 347) acentua que o conhecimento científico produzido representa “um acréscimo ao entendimento universal até então existente sobre algum fato ou fenômeno”, ratificando o caráter acumulativo do conhecimento. Ela ainda acrescenta que os novos conhecimentos tendem a substituir os antigos quando estes se tornam obsoletos, consolidados ou problemáticos, ainda que destaque que o novo conhecimento necessita de conhecimentos anteriores para seu desenvolvimento, fortalecendo uma das características do conhecimento científico – a falibilidade – ou resultando na ideia de que também há um ciclo do conhecimento.

Ferrari (1982) ressalta que o conhecimento, desenvolvido nas pesquisas científicas e associado a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos, será utilizado pelos pesquisadores em outras investigações, com o objetivo de obter respostas para os questionamentos. Witter também expõe esse caráter cumulativo e que o processo de busca pelo saber é contínuo (WITTER, 1990 apud 1997). Barros e Lehfeld (2010) destacam ainda que as respostas atingidas em uma pesquisa científica, após a aquisição de determinado conhecimento científico, enseja o surgimento de novos questionamentos, os quais podem iniciar novas pesquisas científicas, aludindo a existência de um ciclo também nas pesquisas científicas.

Ainda que fosse objetivo deste aporte teórico construir ou apresentar os conceitos de conhecimento científico e pesquisa científica de modo isolado, as concepções apresentadas evidenciam o quão difícil seria dissociá-los. Köche (1985) ratificou essa relação de quase dependência entre os conceitos ao afirmar que a investigação científica produz o conhecimento científico e que a ausência de conhecimentos existentes – científico ou de senso comum – ou a insuficiência desses inicia a investigação científica.

Entretanto, Barros e Lehfeld (2010) conseguiram suavizar essa conexão ao conceituar a pesquisa científica em função de sua aplicabilidade ao afirmarem que a pesquisa científica é “o produto de uma investigação, cujo objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” e que a investigação “é a composição do ato de delimitar, observar e experimentar os fenômenos, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões superficiais, subjetivas e imediatas” (BARROS; LEHFELD, 2010, p. 30–31).

Contudo, a relação de proximidade da pesquisa científica não é apenas com o conhecimento científico. A produção científica também estabelece conexões importantes com a pesquisa e com o conhecimento científico. Alguns autores, ainda que a expressão não seja utilizada explicitamente, elevaram a produção científica à forma utilizada para a disseminação dos resultados obtidos na pesquisa científica, tornando-a indispensável no contexto da ciência.

Skeef relacionou a publicização dos trabalhos de pesquisa à produção científica ao afirmar que essa é “o resultado em forma de publicações de trabalhos de pesquisa e de inovações nas respectivas áreas disciplinares” (SKEEF, 1979, p. 226 apud PÉCORA, 1997, p. 158). Para Schwartzman, a pesquisa só passa a existir a partir de sua publicação, visto que é com ela que ocorre a efetiva transmissão da informação (Schwartzman, 1984 apud CAMARGO, 1997). Freire-Maia endossou a sentença e complementou que, somente com a pesquisa expressa e divulgada, é que essa torna-se um fenômeno social (FREIRE-MAIA, 1992 apud FREITAS, 1997). Esse autor ainda registrou a obrigação do pesquisador com a publicação da pesquisa e a necessidade de informação aos pares do resultado do seu trabalho. Targino (2000) trouxe que

a ciência faz da pesquisa científica seu instrumento-mor e da comunicação científica seu elemento básico, de tal forma que a pesquisa científica e a divulgação de seus resultados são atividades inseparáveis. Divulgar resultados não é um complemento, mas uma das etapas essenciais do trabalho de investigação. (TARGINO, 2000, p. 347)

Lourenço (1997) definiu produção científica como o desenvolvimento de um documento, acerca de uma temática relevante para a comunidade científica, que contribui para o avanço da ciência e para a prospecção de novas pesquisas, enquanto Moura afirmou a importância da divulgação do conhecimento ser mais disponibilizada e disseminada a todos que dela necessitar, democratizando assim o conhecimento (MOURA, 1997). Witter *et al.* (1989) ratificaram a importância de desenvolvimento da ciência ao vincular a produção científica à

necessidade de distribuição das informações aos pares e à sociedade. Witter ainda destacou a relevância da produção científica para o desenvolvimento da sociedade ao definir que ela

é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder-ciência; é a base para o desenvolvimento e a superação da dependência entre países e entre regiões de um mesmo país; é o veículo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um país; é a forma de se fazer presente não só hoje, mas também amanhã; é... Este rol pode ir longe mas, seja qual for o ângulo que se tome por referência, é inegável o papel da ciência na vida das pessoas, das instituições dos países. (WITTER, 1996, p. 8 apud MOURA, 1997, p. 9)

Trzesniak (2014), ao discutir a confiabilidade das informações científicas, expôs que o processo editorial, o qual inclui a revisão por pares, reveste essas com esse atributo, fundamentando sua afirmação ao dizer que “É na discussão entre autores, revisores e editores que a pesquisa efetivamente é concluída.” (TRZESNIAK, 2014, p. 30). Entretanto, outros documentos são aceitos pela comunidade científica, incluindo nessa os colégios invisíveis, como detentores de cientificidade. Dentre os discursos científicos escritos, Witter e Freitas (1997) incluem as teses e as dissertações da literatura cinzenta, grupo que reúne determinadas características de nível de produção, audiência a que se destina, dificuldades de acesso, número de unidades reproduzidas, entre outras. As autoras complementaram que esses discursos enriquecem o conhecimento científico “em termos de saber e fazer, gerando poder de interferir na realidade para assegurar melhor, qualidade de vida para o ser humano” (WITTER; FREITAS, 1997, p. 116).

Nessa linha, Chauí foi um pouco além e situou a produção científica de modo mais abrangente, separando produção e publicação. Segundo a sua visão,

as teses em preparação, teses defendidas e ainda não publicadas, trabalhos apresentados em congressos, colóquios e simpósios, aulas, trabalhos de laboratórios concluídos e ainda não publicados e trabalhos de campo, tudo isso é produção científica. (CHAUÍ, 1998, cad. A, p. 21 apud CAMARGO, 1997, p. 236)

Diante da exposição da relação entre a ciência e o conhecimento, a pesquisa e a produção, extraiu-se que a produção científica é um produto explícito da pesquisa científica que transmite à comunidade científica e à sociedade os resultados do estudo desenvolvido e do pensamento construído, provendo a ampliação da base de informações e conhecimentos científicos da sociedade.

3.3 O enquadramento da pesquisa perante a GIC

Diante da apresentação dos tipos de conhecimento, segundo as duas perspectivas apresentadas, e da relação da Ciência com o conhecimento, com a pesquisa e com a produção, evidenciou-se a relevância do conhecimento científico para o desenvolvimento da sociedade a partir da teoria exposta. Ratificando essa constatação e imergindo na CI, Barbosa (2008), ao analisar o que um grupo de autores respeitáveis da área escreveram, resume que “a informação e o conhecimento se transformam, cada vez mais, em importantes fatores de transformações econômicas e sociais” (BARBOSA, 2008, p. 4).

Desse modo, torna-se imprescindível prover formas para que o conhecimento científico possa servir àqueles que dele necessitam, à medida que restou que esse se entrelaça com os diversos aspectos da vida das pessoas. O conjunto das atividades integradas que tem como finalidade atingir a promoção desse conhecimento enseja um contexto de “gestão”.

Contudo, antes de denotar acerca da gestão dessa base cognitiva, identificou-se a necessidade de apresentar, de forma breve, os conceitos de “informação”, “conhecimento”, “Gestão da Informação” e “Gestão do Conhecimento”. O objetivo com a exposição desses não é firmá-los como indiscutíveis dentro da CI, tampouco iniciar ou gerar discussões a partir dos entendimentos diversos existentes, mas trazer algumas percepções que possam, ao final, auxiliar no enquadramento do conhecimento que é objeto dessa pesquisa e na decisão das ações que visam torná-lo mais visível e acessível.

Ainda que exponha algumas definições acerca destes conceitos, Davenport (2002) diz que resiste a fazer a distinção entre dado, informação e conhecimento porque a imprecisão entre eles ainda é notável. Alvarenga Neto (2008) também afirma esse entendimento e lembra que essa indefinição é debatida desde os filósofos pré-socráticos e ainda permanece nos dias atuais.

Entretanto, o desejo de dirimir ou mitigar essa discussão parece instigá-los, visto que esses autores apresentam características e até definições, ainda que simples, para esses termos. Davenport (2002), por exemplo, apresenta algumas dessas em um quadro resumitivo.

Quadro 03 – Dados, informação e conhecimento

Dados	Informação	Conhecimento
<p>Simples observações sobre o estado do mundo</p>	<p>Dados dotados de relevância e propósito</p>	<p>Informação valiosa da mente humana Inclui reflexão, síntese, contexto</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Facilmente estruturado • Facilmente obtido por máquinas • Frequentemente quantificado • Facilmente transferível 	<ul style="list-style-type: none"> • Requer unidade de análise • Exige consenso em relação ao significado • Exige necessariamente a mediação humana 	<ul style="list-style-type: none"> • De difícil estruturação • De difícil captura em máquinas • Frequentemente tácito • De difícil transferência

Fonte: Davenport (2002, p. 18).

A exposição dos atributos, relacionados aos termos “informação” e “conhecimento”, vai ao encontro do apresentado por Nonaka e Takeuchi (1997). Segundo esses autores, tanto a “informação” quanto o “conhecimento” são conceitos relacionados ao significado e ao contexto em que estão inseridos. Entretanto, eles pontuam que o conhecimento sempre está relacionado a alguma finalidade/ação, diferentemente da informação.

Davenport (2002) expõe ainda uma breve definição do conhecimento como “informação valiosa da mente humana” alinhando-se assim ao conceito de conhecimento tácito, desenvolvido por Polanyi (1966) e utilizado por Nonaka e Takeuchi (1997). Esses autores explanam o conhecimento como uma “crença verdadeira justificada”, ou seja, algo que se toma por verdadeiro por haver algum embasamento, validando as características apresentadas, nas seções 3.1 e 3.2, para o conhecimento.

Nonaka e Takeuchi (1997) citam Dretske, que diz “A informação é um produto capaz de gerar conhecimento e a informação que um sinal transmite é o que podemos aprender com ela... O conhecimento é identificado com a crença produzida (ou sustentada) pela informação” (DRETSKE, 1981, p. 44;86 apud NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 64). Eles afirmam também que a informação é “um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 63).

Das definições, características e relações dos conceitos apresentados, observa-se que:

- a informação e o conhecimento são conceitos distintos, mas que se relacionam, sendo aquela a base para a criação desse;
- a informação é importante pelo seu valor intrínseco, mas carece de contexto e análise daquele que a detém para ser útil ou aplicável;

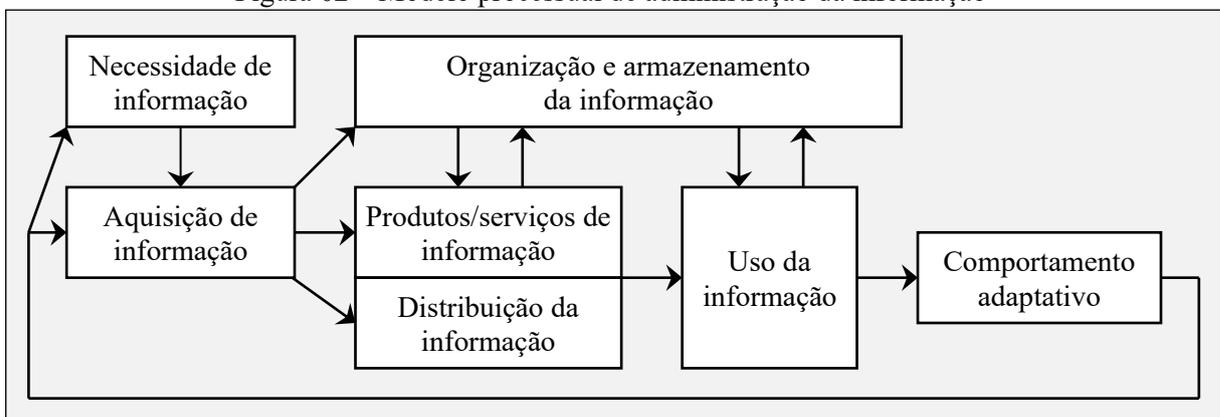
- o conhecimento é valioso e possui sentido completo na mente humana, mas apresenta complexidades que dificultam a sua transmissibilidade;
- a informação apresenta-se explicitamente, enquanto o conhecimento é frequentemente tácito.

A partir da exposição de breves explicações, realizadas por teóricos da CI, sobre os conceitos “informação” e “conhecimento”, evidencia-se que há uma clara distinção entre esses. Essa constatação resulta na necessidade de haver abordagens diferentes para o seu gerenciamento.

Com o amplo crescimento da disponibilidade da informação, gerir esse recurso passou a ser algo indispensável e as atividades envolvidas com tal função tornaram-se fundamentais para essa finalidade. As organizações movimentaram-se no intuito de analisar os diversos aspectos da informação como a proveniência e a credibilidade, a confidencialidade e a proteção de informações sensíveis, a complexidade, o volume, a ausência, o custo, as condições de existência. Além dessas facetas, passou-se a observar as ações para criar, recuperar, analisar, interpretar e usar as informações e, conseqüentemente, atender as necessidades específicas de indivíduos e pequenos grupos (MARCHIORI, 2014).

Choo (2003) apresenta essas ações, cujas nomenclaturas e entendimentos podem variar entre os autores, como parte de um modelo processual de administração da informação. Na percepção dele, a gestão da informação compreende as atividades de adquirir, criar, organizar, distribuir e usar as informações. Essas atividades estão inseridas em um processo cíclico de seis estágios, conforme encontra-se exposto na figura 02. O comportamento adaptativo, segundo ele, apresenta-se como o “resultado do uso eficiente da informação” (CHOO, 2003, p. 404).

Figura 02 – Modelo processual de administração da informação



Fonte: Choo (1995, 24 apud CHOO, 2003, p. 404).

Davenport (2002) afirma que a Gestão da Informação trata “de um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento” (2002, p. 173), enquanto Tomaél, Alcará e Silva (2016) destacam a importância da gestão da informação no atendimento àqueles que necessitam de informações.

Eles [os usuários] querem informação que possibilite o acesso rápido e a estruturação concisa, porém confiável e relevante. Para isso, a informação deve ser filtrada, personalizada, de modo a atender a necessidade do usuário e pronta para ser utilizada. Para oferecer informação com essas características, e que atendam aos usuários eficiente e efetivamente, o provedor da informação deve estabelecer práticas de gestão da informação. (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p. 17)

As características do conhecimento – difícil de ser estruturado, capturado por máquinas e transferido, até por ser frequentemente tácito – e que foram expostas anteriormente no quadro 03, indiciam que deve haver maior dificuldade em gerenciá-lo em comparação à informação. Davenport (2002), autor do referido quadro, sanciona algumas dessas características ao denotar acerca da dificuldade exigida para gerenciar o conhecimento ao afirmar que o

Conhecimento é a informação mais valiosa e, conseqüentemente, mais difícil de gerenciar. É valiosa precisamente porque alguém deu à informação um contexto, um significado, uma interpretação; alguém refletiu sobre o conhecimento, acrescentou a ele sua própria sabedoria, considerou suas implicações mais amplas. (DAVENPORT, 2002, p. 19)

Alguns autores (ALVARENGA NETO, 2008; CARVALHO, 2010) apresentam entendimento semelhante a Davenport. Contudo, afirmam que não é possível gerenciar o conhecimento, sendo possível apenas promovê-lo ou estimulá-lo através de contextos organizacionais favoráveis. Carvalho (2010) define que o objetivo principal da Gestão do Conhecimento é

Contribuir para a consecução dos objetivos organizacionais, gerenciando as condições e os meios pelos quais os membros da organização criam ou adquirem, compartilham, disseminam e transferem esse conhecimento (CARVALHO, 2010, p. 73, tradução nossa)

enquanto Alvarenga Neto (2008) compreende a GC como

o conjunto de atividades voltadas para a promoção do conhecimento organizacional, possibilitando que as organizações e seus colaboradores sempre utilizem as melhores informações e os melhores conhecimentos disponíveis, a fim de alcançar os objetivos organizacionais e maximizar a competitividade (ALVARENGA NETO, 2008, p. 2)

Pelo exposto, observa-se que a GI e a GC tratam de fenômenos diferentes, compõem-se de processos e atividades distintos, mas que se relacionam. Segundo Fadel *et al.* (2010), os modelos de gestão apresentados são complementares, visto que o da informação envolve-se com os fluxos formais e o do conhecimento, com os fluxos informais.

Barbosa (2008) simplifica esses modelos, em quadro comparativo e apresentado a seguir, a partir dos seguintes aspectos definidos: fenômenos centrais, visibilidade dos fenômenos, processos críticos, nível de centralidade para a gestão estratégica, influência da cultura organizacional sobre processos e resultados, possibilidade de gerenciamento, outros conceitos relacionados e principais campos disciplinares envolvidos.

Quadro 04 – Uma comparação entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento

<i>Critério</i>	<i>Gestão da Informação</i>	<i>Gestão do Conhecimento</i>
Fenômenos centrais	Informação ou conhecimento explícito	Conhecimento tácito, competências pessoais
Visibilidade dos fenômenos	Baixa	Muito baixa
Processos críticos	Organização e tratamento da informação	Descoberta e compartilhamento do conhecimento
Nível de centralidade para a gestão estratégica	Mediana	Alta
Influência da cultura organizacional sobre processos e resultados	Mediana	Alta
Possibilidade de gerenciamento	Baixa ou mediana	Baixa ou muito baixa
Outros conceitos relacionados	Sistemas de informação, gestão eletrônica de documentos	Capital intelectual, ativos intangíveis, aprendizagem organizacional
Principais campos disciplinares Envolvidos	Ciência da computação, ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia	Administração, ciência da informação

Fonte: Barbosa (2008, p. 14).

Dos aspectos apresentados, alguns deles foram tratados anteriormente, como os fenômenos centrais, a visibilidade desses, os processos críticos e a possibilidade de

gerenciamento. Optou-se por não abordar todos, visto que apenas alguns foram considerados relevantes para o contexto dessa pesquisa.

Nesse cenário, entende-se que as produções acadêmicas finais dos cursos de pós-graduação *lato sensu* desenvolvidas no âmbito da Escola da Assembleia reúnem informações ou conhecimentos explícitos úteis para a sociedade e que podem ter caráter científico. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida que tem como objetivo ampliar a visibilidade e o acesso a essas produções insere-se no contexto da Gestão da Informação.

Contudo, ainda que seu objetivo não esteja relacionado diretamente à realização de atividades inerentes à Gestão do Conhecimento, a promoção da visibilidade e do acesso às referidas produções podem apresentar-se como uma condição favorável para a criação, a aquisição, o compartilhamento, a disseminação e a transferência do conhecimento. Nesse sentido, Choo (2003) ressalta que as ações da organização do conhecimento “baseiam-se numa compreensão correta de seu ambiente e de suas necessidades, e são alavancadas pelas fontes de informação disponíveis e pela competência de seus membros” (CHOO, 2003, p. 31). Assim, evidencia-se também a relação da pesquisa com a Gestão do Conhecimento.

Portanto, entende-se que gerenciar essa base cognitiva, no enquadramento dessa pesquisa e da discussão acerca do conhecimento científico, abrange o conjunto de atividades que envolve a aquisição das produções acadêmicas de final de curso desenvolvidas, a organização, o armazenamento – físico ou digital – em alguma fonte informacional, tornando-as visíveis e acessíveis, permitindo, dessa forma, a sua disseminação e recuperação.

A partir da literatura analisada, o estudo das fontes de informação, objeto da seção 4, torna-se imprescindível porque:

(1) essas são instrumentos específicos utilizados para a promoção da visibilidade e do acesso às informações;

(2) elas relacionam-se com todas as atividades do modelo processual de administração da informação exposto por Choo (2003);

(3) autores, como Davenport e Prusak (1999), afirmam que o conhecimento nas organizações encontra-se inserido também nos documentos e repositórios, espécies de fontes de informação.

4 AS FONTES DE INFORMAÇÃO

A sociedade atual vive um momento particular quanto ao aspecto da disponibilidade informacional existente. Ainda que, segundo Meadows (1999), um autor tenha afirmado, em 1613, que um dos males daquele tempo era a abundância de livros com conteúdo inútil, dado que estimou-se que a produção média anual desse tipo de fonte de informação aumentou de 420, no período de 1436 a 1536, para 5750, no período de 1536 a 1636, encontramos-nos imersos em uma conjuntura de sobrecarga informacional ímpar, a qual se apresenta há alguns anos (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016).

Além do excesso de informações existentes, há um segundo ponto em comum entre os fatos do passado e do presente: os problemas destacados são causados pela própria sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que essa sociedade avidamente busca aquilo que virá a preencher suas lacunas informacionais, ela produz e dissemina informações demasiadamente, ampliando a barreira que se insere entre suas necessidades informacionais e as informações que precisa.

Quando se analisa um enquadramento mais específico e que envolve o conhecimento científico, o cenário não é diferente. Enquanto os pesquisadores buscam insumos científicos produzidos e inseridos nos resultados das pesquisas científicas, inúmeros cientistas produzem suas investigações e comunicam seus resultados.

No centro dos problemas relatados, encontra-se a fonte de informação, a qual pode ser conceituada como “um documento ou qualquer registro, independente do formato e suporte, que provê de informação o usuário, tendo em vista as suas necessidades informacionais” (TOMAÉL; ALCARÁ, 2016, p. 7). Entretanto, diante do conceito de fonte de informação exposto, torna-se importante trazer a observação de Garcia e Targino (2016) que pontuam que as práticas no uso da informação, ou seja, como os usuários em seu cotidiano buscam, encontram e utilizam a informação para preencher suas lacunas informacionais, é que definem essa expressão.

Dada a posição de realce no quadro exposto das fontes de informação, um tipo específico delas parece destacar-se: os ambientes informacionais. Esses espaços reúnem e interligam documentos e registros, disponibilizando-os para os usuários. Antigamente, as bibliotecas, os museus, os arquivos e os centros de documentação apresentavam essa função agregadora, cujas fontes de informação eram todas analógicas (VECHIATO; VIDOTTI, 2016). Com o decorrer do tempo e o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), esses espaços passaram a compor-se também de fontes de informação digital.

Outrossim, surgiram novos ambientes informacionais exclusivamente digitais, como, por exemplo, os repositórios digitais, as bibliotecas digitais e as redes dessas, os catálogos digitais, e os periódicos eletrônicos.

Diante desse cenário, objetivou-se nessa seção apresentar algumas fontes de informação. Essas, foram identificadas como soluções possíveis e adequadas para a resolução do problema dessa pesquisa por terem a capacidade de ampliar a visibilidade e o acesso ao conhecimento de produções acadêmico-científicas. Deu-se ênfase aos ambientes informacionais por esses apresentarem-se como verdadeiros elos entre aqueles que produzem conhecimentos e os que os consomem, relacionando-se assim diretamente com o objeto do estudo e com a Gestão da Informação e do Conhecimento. Na primeira subseção, apresentam-se as fontes de informação analógicas e, na seguinte, as digitais.

4.1 As fontes de informação analógica

Ainda que não se tenha um marco inicial de quando se começou a fazer ciência, pode-se afirmar que diversas formas de comunicação foram e têm sido utilizadas para a divulgação dos resultados das pesquisas científicas. Meadows (1999) inicia o prefácio do livro “A comunicação científica” – obra clássica da literatura científica de sua autoria – destacando a importância da comunicação para a ciência ao situá-la no coração dessa, uma metáfora que alude ao órgão de importância singular para o funcionamento do corpo humano. A justificativa para essa posição tem como fundamento maior o fato de que a pesquisa, para ser considerada científica, necessita ser analisada e aceita pelos pares, ou seja, obrigatoriamente carece de comunicação para que saia do âmbito do pesquisador social. O raciocínio utilizado pelo autor, torna-se base então para a elaboração de um corolário importante: a comunicação científica é atividade intrínseca da pesquisa científica. Além do valor inerente da comunicação científica, Meadows (1999) argumenta, acerca da importância do ato de comunicar, que investimentos alocados com atividades científicas seriam desperdiçados caso os resultados não fossem apresentados aos reais interessados.

Decorrente do exposto, aliado ao fato de que parte dos investimentos que financiam as pesquisas científicas são oriundos de recursos públicos, o processo de comunicação científica ganha relevância e, por isso, necessita ser analisado. Nesse contexto, as fontes de informação ganham destaque, visto que as maiores eficiência e eficácia desses promovem a maior visibilidade da produção científica e o acesso a ela.

Segundo Meadows (1999), as duas formas mais importantes de comunicação da pesquisa científica são a fala e a escrita. Ainda que a comunicação através da fala seja de grande relevância para o avanço da ciência, sendo utilizada por meios como conferências, palestras e discussões, diante do contexto dessa pesquisa iremos nos ater aos tipos de fontes de informação que se utilizam da escrita para ampliar a visibilidade e o acesso ao conhecimento científico.

Na obra citada, o autor relata que, durante a história, vários foram os instrumentos utilizados para as fontes de informação escrita. Inicialmente, manuscritos registravam os debates pelos gregos e os livros, também escritos a mão, armazenavam o conhecimento científico explícito. A partir da reprodução impressa, no século XV na Europa, a disponibilização de textos avulsos e livros resultou no aumento da produção média de livros, conforme relato citado no início dessa subseção. As universidades, pela aproximação com os cientistas, passaram a ter seus próprios serviços de impressão e a maior facilidade de impressão de livros promoveu a melhor e mais rápida difusão das pesquisas científicas. O surgimento dos serviços postais promoveram a difusão de notícias, já no século XVI, através de boletins, canal de comunicação antecessor do jornal moderno (MEADOWS, 1999).

No século XVII, a partir da reunião de grupos da sociedade na França e na Inglaterra, surgiram as primeiras publicações periódicas científicas – *Journal des Sçavants* e *Philosophical Transactions* – as quais, através da difusão de resumos analíticos de obras recentes e elementos da atualidade científica, para a primeira, e comunicações originais apresentadas em sessões públicas, foram responsáveis não somente pela garantia da cientificidade dos resultados das pesquisas, mas por consolidarem as comunidades intelectuais, estabelecerem as primeiras redes de intercâmbio e ampliarem a visibilidade e o acesso à comunicação científica da época (KURAMOTO, 2008).

Encontrando-se novamente em momento de sobrecarga informacional dada a literatura científica abundante existente, isso no século XIX, surgiram as revistas de resumos para auxiliar o processo de pesquisa pela comunidade científica (MEADOWS, 1999).

Da breve exposição, identifica-se, no decorrer do tempo e por aspectos diversos, a utilização de variados tipos de fontes de informação, onde a maioria continua a ser utilizada ainda hoje no campo científico para a comunicação. Acerca disso, Meadows (1999) afirmou:

A maneira como o cientista transmite informações depende do veículo empregado, da natureza das informações e do público-alvo. Da mesma forma que, com o passar do tempo, isso sofre mudanças, também sofrem alterações a formulação e o acondicionamento das informações. Por exemplo, a conferência é uma forma tradicional de transmitir informações: sobre isso

parece não pairar dúvida alguma. No entanto, a conferência que se ministra hoje em dia não é idêntica, quanto à forma, à sua equivalente de dois séculos atrás. (MEADOWS, 1999, p. 1)

Ainda que a observação pelo autor tenha sido feita em um momento em que as tecnologias da informação e comunicação já ocupavam um espaço importante na comunicação científica, o autor, ao usar o passado para alicerçar-se, antecedeu um grande processo de mudanças nessa área. O advento e a aplicação das tecnologias da informação e da comunicação propiciaram o surgimento de novos meios de disseminação do conhecimento.

4.2 As fontes de informação digital

Na década de 1960, Meadows (1999) relata que era comum na sociedade as indagações sobre como maximizar a quantidade de pesquisas científicas de alto nível dado um determinado financiamento. O autor, todavia, questionava-se acerca de algo mais particular que era como a comunicação científica poderia ser mais eficiente caso os recursos financeiros diminuíssem. A resposta veio de forma clara: a evolução do computador promoveria eficiência no tratamento de grande volume de informações, visto que o equipamento já era utilizado para o processamento dessas e, assim, tornar-se-ia ferramenta eficaz para a comunicação científica.

É difícil questionar que o avanço tecnológico ocorrido dessa época até os dias atuais promoveu inúmeras melhorias e inovações nos canais de comunicação da comunidade científica. Entretanto, muitas das mudanças mantiveram a essência – objetivo, formato, público – do tipo de fonte de informação, sendo adequado apenas o meio, ou seja, ocorreu uma transição do analógico para o digital.

Contudo, a variável “custo”, cuja relevância ascendeu-se com o advento da globalização nas diferentes áreas, inseriu-se no centro de discussões no âmbito da Comunicação Científica. Em um passado relativamente curto, o acesso à informação científica tornou-se um dos grandes desafios da sociedade, dadas algumas barreiras existentes, sendo o dispêndio crescente da assinatura dos principais periódicos uma dessas.

Essa dificuldade provocou então a necessidade de superá-la, surgindo assim algumas propostas. Uma delas adveio do surgimento do movimento global em direção ao acesso aberto à informação científica, realizado, em 2001, pela *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), ou Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto (KURAMOTO, 2009).

A Iniciativa promoveu, em 2002, a expressão *Open Access* (OA) e o seu ideal de remoção das barreiras existentes que impedem ou dificultam o acesso ao conhecimento

científico produzido. O objetivo era possibilitar que a sociedade – cientistas, acadêmicos, professores, estudantes ou quaisquer interessados – pudessem se beneficiar do conhecimento gratuitamente, promovendo assim a pesquisa e fortalecendo a educação (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002). A BOAI definiu acesso aberto como a

disponibilidade gratuita na Internet, permitindo que qualquer usuário leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou crie um link para os textos completos desses artigos, rastreie-os para indexação, passe-os como dados para software ou use-os para quaisquer outros fins lícitos, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à própria Internet. A única restrição à reprodução e distribuição, e o único papel para os direitos autorais neste domínio, deve ser o de dar aos autores controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser apropriadamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002)¹²

Essa iniciativa não criou a ideia do acesso aberto. Costa e Leite (2016) ressaltam, em uma revisão profícua acerca dessa temática, que eventos anteriores – Declaração de Santo Domingo, Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento científico, e a Agenda para ciência – trataram desse assunto. Entretanto, a BOAI foi a primeira a utilizar a expressão com essa finalidade, defini-la publicamente e apresentar estratégias complementares – o autoarquivamento das produções científicas e a implementação de periódicos de acesso aberto – na busca pelo atingimento do objetivo proposto.

Além da implementação dessas estratégias, a iniciativa reuniu projetos existentes com o propósito de alcançar o êxito de modo abrangente, denso e célere (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002). Torna-se oportuno acrescentar que a proposta do autoarquivamento foi sistematizada por Steven Harnad, em 1994, no estudo “*A subversive proposal*”, e, posteriormente, incluída na BOAI (COSTA; LEITE, 2016; KURAMOTO, 2009).

Mueller (2006) diz que

O movimento para acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica. Ao mesmo tempo, este movimento representa enorme desafio para a comunidade científica, à medida que, quanto mais amplo o seu sucesso, mais radical será a mudança provocada no sistema tradicional e profundamente arraigado de comunicação do conhecimento científico. (MUELLER, 2006, p. 27)

¹² Documento eletrônico não paginado.

As estratégias apresentadas pela Iniciativa de Budapeste atuam no sentido de promover gratuitamente a disponibilização do conhecimento científico pelos pesquisadores e para a sociedade, através da divulgação dos resultados de pesquisas em periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto, estratégia conhecida como via dourada, e do depósito de artigos em repositórios institucionais de acesso aberto, estratégia conhecida como via verde (KURAMOTO, 2009).

Nessa pesquisa, decidiu-se por não abordar os periódicos eletrônicos de acesso aberto pelo entendimento que esses ambientes se relacionam apenas com a publicização de produções científicas. Dado que restou o entendimento que as produções acadêmicas da Escola da Assembleia não se incluem nesse grupo, ainda que possam conter informações ou conhecimentos científicos, esse tipo de fonte de informação digital não se apresenta como solução para o problema da pesquisa. Contudo, o referencial aborda os repositórios institucionais de acesso aberto por entender que eles podem constituir um caminho viável para o problema dessa pesquisa.

Além desse tipo de ambiente informacional, outros quatro são expostos por diferentes motivos: as bibliotecas digitais, caracterizadas por poderem ter conteúdos diversificados; as redes de bibliotecas, por agregarem as informações advindas de diferentes bibliotecas digitais; os catálogos de acesso público *online*, por promoverem a visibilidade de conteúdos informacionais; e os sítios e portais governamentais, por reunirem e muitas vezes utilizarem-se de estruturas particulares de ambientes informacionais para apresentar suas informações, sejam elas científicas ou não.

Antes de adentrar em cada um desses ambientes, ressalta-se que, no contexto das fontes de informação digital abordadas, os objetos digitais constituem-se em “um registro de informação codificado digitalmente, consistindo de conteúdo informacional, metadados e identificador” (TOUTAIN, 2005, p. 20). Pinheiro e Ferrez (2014) destacam que esses itens “requerem um computador para dar suporte à sua existência e apresentação visual” (PINHEIRO; FERREZ, 2014)¹³.

Nesse contexto, os tipos de ambientes informacionais que serão abordados apresentam-se como grandes gestores de objetos digitais, organizando-os, armazenando-os e propiciando sua recuperação.

¹³ Documento eletrônico não paginado.

4.2.1 Os repositórios institucionais de acesso aberto

Os repositórios institucionais, os temáticos e os de teses e dissertações constituem-se como espécies do gênero repositório digital. Entretanto, deste, originam-se diversos ambientes informacionais que organizam, armazenam e propiciam a recuperação de documentos digitais. No contexto do acesso aberto, esses três tipos de repositórios digitais apresentam-se como ambientes gerenciadores e fontes de informação científica digital (LEITE, 2009). Para o enfoque dessa pesquisa, onde objetiva-se propor soluções para a promoção da visibilidade e do acesso da produção acadêmica desenvolvida de uma instituição, no caso a escola do legislativo da ALRN, os repositórios institucionais de acesso aberto (RIAA) apresentam-se como uma possível solução, ou parte dela, para o propósito desse estudo.

Conforme apresentado anteriormente, os repositórios institucionais ganharam força com o movimento pelo acesso aberto, um movimento orientado para promover o acesso à informação ou ao conhecimento científico. Garcia e Targino (2016) vinculam a existência desses ambientes tanto a esse movimento quanto à *Open Archives Initiative* (OAI).

Os RI são possíveis por alinhar-se com dois movimentos internacionais – *Open Archives Initiative* (OAI, openarchives.org) e Movimento do Acesso Aberto (Open Access, AO, ibict.br/openaccess). Eles caminham *pari passu* com a ampliação da produção acadêmica e científica nos formatos impresso e eletrônico. Em trabalho conjunto, asseguram acesso gratuito, livre e irrestrito e, portanto, público à informação disponibilizada eletronicamente – em especial, àquela produzida mediante financiamento governamental, figurando como estrutura de sustentação para combate à hegemonia das editoras científicas comerciais. (GARCIA; TARGINO, 2016, p. 152)

Inicialmente, os RIAA reuniam apenas artigos científicos – produções resultantes das pesquisas científicas, avaliadas e aprovadas por pares. Entretanto, no decorrer do tempo, os ambientes passaram a armazenar outros tipos de publicações que não somente essas publicações, abrangendo, por exemplo, teses e dissertações. Nesse sentido, Guimarães, Silva e Noronha (2009) apresentam o repositório institucional

como um locus online para coleta, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição (de pesquisa), emerge, assim, como uma peça fundamental no quebra-cabeça da iniquidade no acesso à informação científica. (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009, p. 262)

Leite e Costa (2017), em estudo amplo acerca dos repositórios institucionais, apresentam os tipos de documentos constantes nesses ambientes em diversos países. Apesar da

grande diversidade e da predominância entre os diversos países, o resultado evidencia a prevalência de seis tipos de documentos de produção acadêmica: artigos científicos, pré-prints de artigos científicos, trabalhos apresentados em eventos científicos, teses e dissertações, dados primários e recursos educacionais. Todavia, Garcia e Targino (2016) afirmam, ao analisar dados dos anos de 2012 e 2013 do DOAR, que, ainda que se prevaleça as revistas e artigos científicos, teses e dissertações, já há registro de inúmeros outros tipos de documentos nesses repositórios, como trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização.

O estudo de Leite e Costa (2017) apresenta também as características essenciais aos repositórios institucionais em um quadro, o qual reproduzimos a seguir. Nele, além dos aspectos que foram pontuados nessa seção, observa-se que os RIAA devem conter somente coleções digitais de texto completo.

Quadro 05 – Características essenciais aos repositórios institucionais

Critérios de seleção	Especificações	Formas de avaliação
1. Ser institucionalmente definido	Relaciona-se explicitamente com uma instituição e armazena exclusivamente a produção acadêmica dos membros desta instituição	Avaliação da descrição do RI.
2. Tratar da produção acadêmica	Tipos de documentos considerados como produção acadêmica, descritos na Tabela 10.	Descrição voltada para finalidade acadêmica. Avaliação do relatório do validador RCAAP e das coleções descritas no RI.
3. Ser coleções digitais de texto completo	São bases de dados digitais que disponibilizam o texto completo dos documentos.	Quantidade de registros do validador
4. Ser interoperável	Adequação ao protocolo OAI-PMH.	Avaliação do relatório do OpenAcrchies e do Validator oaipmh.
5. Ser uma iniciativa de acesso aberto	Disponibilização livremente e sem custos, por meio da Internet pública, publicações acadêmicas, acompanhada de licenças de uso.	Avaliação da descrição do RI.

Fonte: Costa e Leite (2017, p. 103).

Dentre as instituições do Poder Legislativo, nenhuma intitula-se como Repositório Institucional, mas, em consulta ao OpenDOAR¹⁴, um ambiente informacional desse Poder aparece na listagem dos 137 repositórios brasileiros: a Biblioteca Digital do Senado Federal. Além desse, outras duas bibliotecas, do Poder Judiciário, constam na relação: a JusLaboris e a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Essas e outras bibliotecas são apresentadas na próxima seção.

4.2.2 As bibliotecas digitais

Um levantamento realizado por Souza (2016), identificou que tanto há autores que utilizam as expressões “bibliotecas virtuais” e “bibliotecas eletrônicas” como sinônimos de “bibliotecas digitais”, quanto, que afirmam não existir consenso na literatura nacional e internacional quanto a relação conceitual entre essas expressões. Visto que não é propósito dessa investigação discuti-los, tampouco firmá-los na ciência, optou-se pelo emprego de definições que se complementam.

Essa escolha teve como finalidade proporcionar um entendimento comum e necessário para atingir o objetivo dessa subseção e, conseqüentemente, da pesquisa. Ou seja, torna-se importante a apresentação da concepção desse ambiente informacional digital que desejou-se expor, o qual pode vir a embasar a definição de uma ou mais soluções para a questão problematizadora dessa pesquisa, e não a nomenclatura utilizada.

Nessa perspectiva, para Lemos (1998 apud SOUZA, 2016), a biblioteca digital seria

aquela que teria, além de seu catálogo, também, os textos dos documentos de seu acervo armazenado de forma digital, permitindo sua leitura na tela do monitor ou sua importação (*download*) para o disco rígido do computador que funcione como porta de acesso à Internet, sem desprezar toda a gama de opções que o sistema de hipertexto poderá oferecer em termos de interligação de sítios no universo da Internet. (LEMOS, 1998, p. 366 apud SOUZA, 2016, p. 275)

Toutain (2005) apresenta entendimento semelhante e acrescenta ao inserir, em seu conceito, a pluralidade de formatos digitais e a possibilidade do *corpus* estar distribuído em diversos servidores e/ou redes de bibliotecas, ao afirmar que esse ambiente informacional possui

¹⁴ O OpenDOAR é um diretório de repositórios acadêmicos de acesso aberto e está disponível para acesso em <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>.

como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros – que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza. (TOUTAIN, 2005, p. 16)

Lovatti (2010 apud SOUZA, 2016) também contribui ao agregar os metadados e os diversos serviços que são oferecidos, ao declarar que esse tipo de biblioteca

é uma combinação que envolve: uma coleção de objetos digitais (repositório); descrições destes objetos (metadados); um conjunto de usuários e sistemas que oferecem uma variedade de serviços, tais como captura, indexação, catalogação, busca, navegação, recuperação, entrega, arquivamento e preservação (LOVATTI, 2010, p. 19 apud SOUZA, 2016, p. 275)

Na busca por identificar como esses ambientes informacionais estão sendo utilizados na Administração Pública, realizou-se uma pesquisa acerca da implementação das bibliotecas digitais, tendo sido dada ênfase para as estabelecidas no Poder Legislativo e, pontualmente, em outros Poderes. Com o olhar voltado para determinados aspectos, objetivou-se, para cada uma das bibliotecas, captar a finalidade de sua existência, a composição do seu acervo, a estrutura básica do seu ambiente digital e, caso tenham sido disponibilizadas, onde estão localizadas e quais são as produções acadêmicas da organização. Algum detalhe que ressaltou a atenção do pesquisador também foi exposto. Nesse intuito, apresenta-se a seguir as bibliotecas digitais identificadas em instituições do Poder Legislativo – Câmara dos Deputados (CD), Senado Federal (SF), Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Assembleia Legislativa de São Paulo –, além de duas desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário: a JusLaboris, mantida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

4.2.2.1 Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

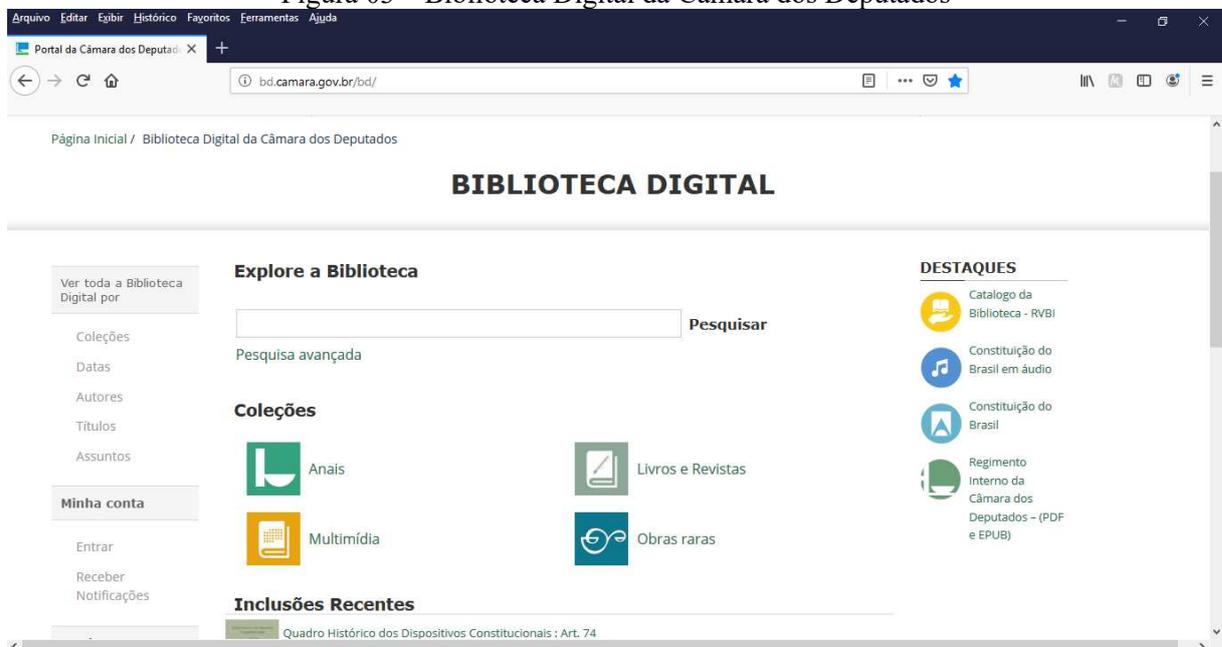
A Câmara dos Deputados, Instituição de âmbito nacional do Poder Legislativo, criou um ambiente em meio eletrônico denominado Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados¹⁵ que agrega conteúdos informacionais importantes e que estão relacionados às atividades

¹⁵ A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados está disponível para acesso em <http://bd.camara.gov.br/bd/>.

legislativas. Nessa proposta, o espaço abrange as publicações desenvolvidas pela editora da entidade – Edições Câmara –, os produtos de órgãos técnicos, as obras raras e valiosas, as produções acadêmicas de servidores da Casa Legislativa, além de estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento. Entretanto, não são todos os documentos inclusos nesse ambiente que apresentam o acesso aberto, visto que há produtos que dependem de licença para acesso ou que são de uso exclusivo da Instituição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a).

Na página inicial desse Portal, em espaço central, é possível encontrar mecanismos de busca simples e avançada, assim como acesso direto às coleções – conjunto de conteúdos informacionais representados entre si por um título comum – existentes, com *links* para “Anais”, “Livros e Revistas”, “Multimídia” e “Obras raras”, e também as inclusões mais recentes realizadas na Biblioteca Digital. Na lateral esquerda, há opções para visualizar o acervo por “Coleções”, “Datas”, “Autores”, “Títulos” e “Assuntos”, além de opções para entrar em área restrita, receber notificações de novas publicações e atualizações sobre o referido ambiente informacional. Na lateral direita, há destaques para o Catálogo da Biblioteca, a Constituição do Brasil em áudio, a Constituição do Brasil e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A figura 03, apresentada a seguir, expõe essa organização.

Figura 03 – Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados



Fonte: (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b)

As produções acadêmicas dos servidores da Casa, interesse maior dessa pesquisa, encontram-se inseridas dentro da coleção “Livros e Revistas”, na subcoleção “Produção

Acadêmica”, sendo composta por “teses, dissertações e monografias resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão empreendidas pelos servidores da Câmara dos Deputados e que sejam relacionadas às atividades legislativas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019c)¹⁶.

4.2.2.2 Biblioteca Digital do Senado Federal

O Senado Federal, Instituição também de circunscrição nacional do Poder Legislativo, igualmente estabeleceu um ambiente informacional nomeado Biblioteca Digital do Senado Federal¹⁷, que “armazena, preserva, divulga e dá acesso, em formato digital, a mais de 250 mil documentos de interesse do Poder Legislativo” (SENADO FEDERAL, 2019a)¹⁸. Esse Portal destaca a segurança e a preservação da informação, a maior visibilidade na Internet, a maior rastreabilidade em mecanismos de busca e a rápida disseminação do conhecimento como consequências da disponibilização desse acervo em meio digital, o qual é composto por livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores da Casa Legislativa, legislação em texto e áudio e outros documentos.

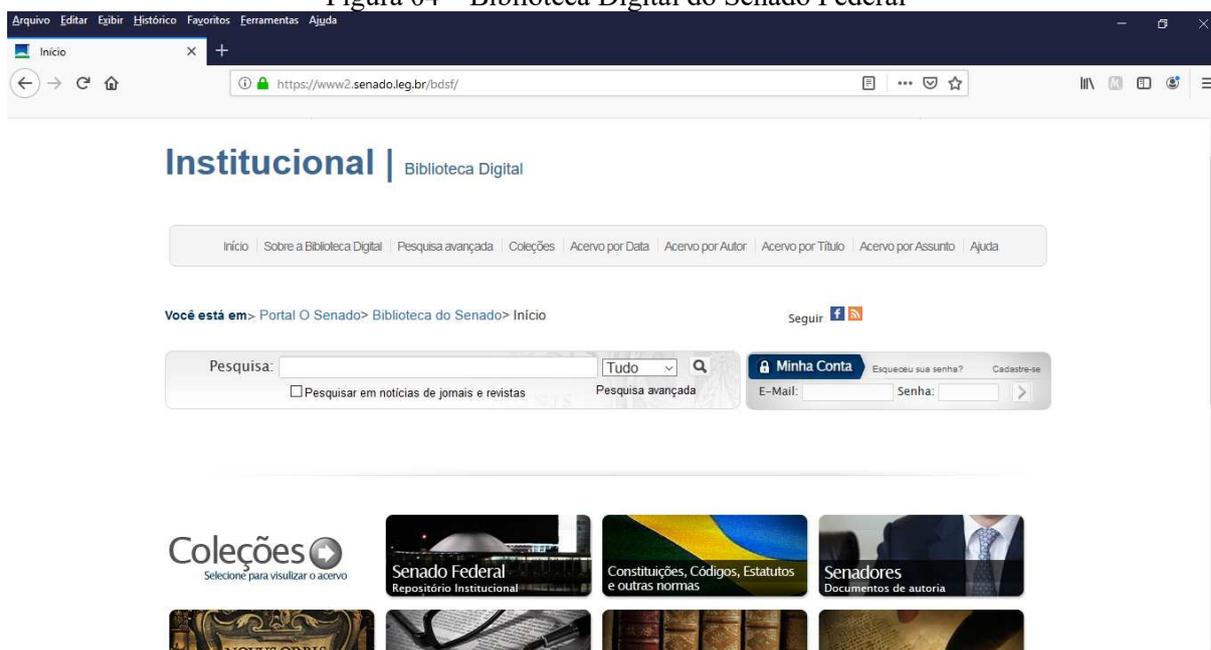
A página principal da Biblioteca Digital do Senado Federal apresenta estrutura central semelhante à Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, com mecanismos de busca simples e avançada, e acesso direto às coleções definidas – “Senado Federal - Repositório Institucional”, “Constituições, Códigos, Estatutos e outras normas”, “Senadores - Documentos de autoria”, “Obras raras - Livros e revistas”, “Jornais e revistas - Artigos e notícias”, “Biblioteca do Senado Federal - Documentos” e “Textos diversos - Documentos de autoria externa”, além de um espaço que possibilita entrar em uma área restrita. Todavia, dispensa o uso das áreas laterais com a utilização de *menus* ou *links*. A figura 04, apresentada a seguir, revela essa disposição.

¹⁶ Documento eletrônico não paginado.

¹⁷ A Biblioteca Digital do Senado Federal está disponível para acesso em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>.

¹⁸ Documento eletrônico não paginado.

Figura 04 – Biblioteca Digital do Senado Federal



Fonte: (SENADO FEDERAL, 2019b)

Dentro da coleção “Biblioteca do Senado Federal – Documentos”, encontra-se a comunidade “Coleção restrita” em que se faz necessário permissões especiais para acessá-la. Já a produção acadêmica da Instituição tem acesso aberto, podendo ser acessada através da coleção “Senado Federal - Repositório Institucional” e das subcoleções “Publicações institucionais” e “Teses, Dissertações e Monografias”, e conta com 460 produtos informacionais.

4.2.2.3 Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal

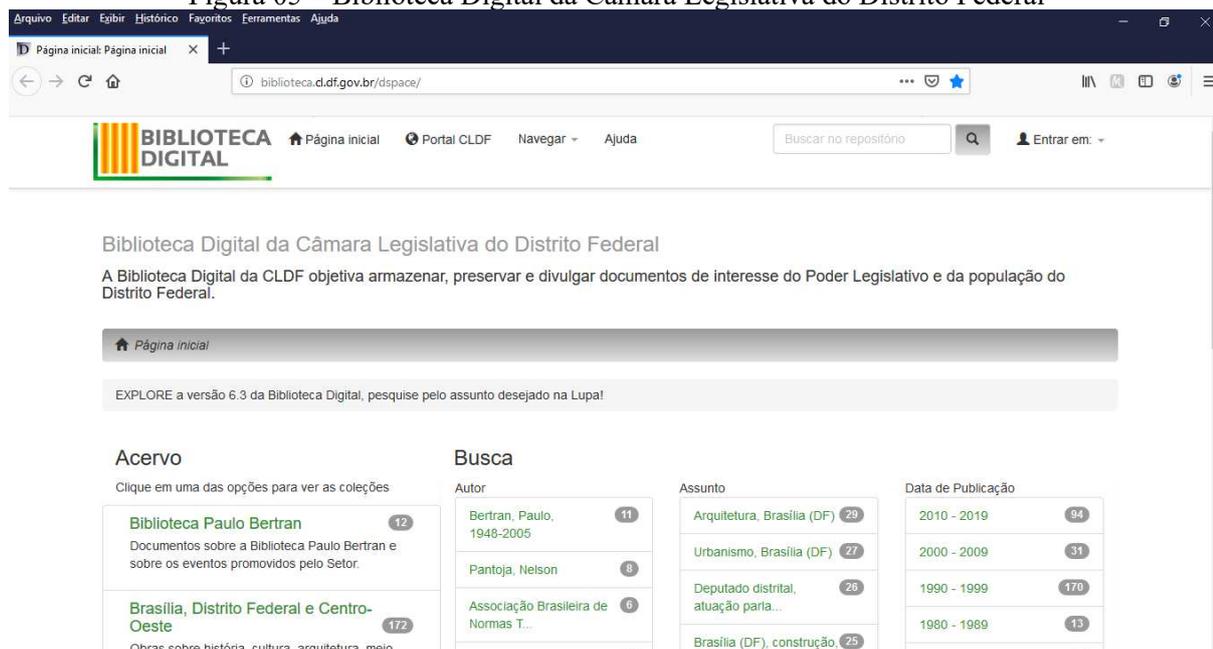
A Câmara Legislativa do Distrito Federal, instituição do Poder Legislativo da esfera distrital, também compôs um ambiente informacional digital com finalidade semelhante aos apresentados anteriormente. O objetivo, destacadamente expresso em sua Biblioteca Digital¹⁹, é armazenar, preservar e divulgar documentos de interesse desse Poder e do Distrito Federal (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2019a).

A estrutura principal da referida biblioteca apresenta, à esquerda, um *menu* com *links* para os acervos das diversas coleções existentes: “Biblioteca Paulo Bertran”, “Brasília, Distrito Federal e Centro-Oeste”, “Deputados distritais”, “Edições da CLDF”, “Produção Institucional e acadêmica” e “Promoção da cidadania”. Do centro à direita, encontra-se buscas previamente

¹⁹ A Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal está disponível para acesso em <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/>.

definidas por “Autor”, “Assunto”, “Data de Publicação” e “Quantidade de itens”. O mecanismo de busca simples encontra-se disponível em um *menu* superior, juntamente com outros *links* que encaminham o usuário a áreas internas e externas da Biblioteca Digital. Nesse mesmo *menu*, há um espaço para cadastrar-se, receber atualizações e editar o perfil do usuário. A figura 05, retrata a organização desse Portal.

Figura 05 – Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Fonte: (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2019a)

A produção acadêmica dos servidores da Casa Legislativa encontra-se disponível dentro da subcoleção “Publicações Acadêmicas”, da coleção “Produção institucional e acadêmica”. Essa subcoleção, composta atualmente por 24 conteúdos informativos, reúne “monografias, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos dos servidores e dos parlamentares da CLDF e de interesse do Poder Legislativo do Distrito Federal” (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2019b)²⁰.

4.2.2.4 Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Instituição do Poder Legislativo de âmbito estadual, também estabeleceu sua Biblioteca Digital²¹ com o desígnio de reunir “publicações

²⁰ Documento eletrônico não paginado.

²¹ A Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais está disponível para acesso em <https://dspace.almg.gov.br/>.

digitais de interesse do Poder Legislativo com o objetivo de proporcionar amplo acesso à informação e garantir a segurança e a preservação das publicações” (ALMG, 2019a)²². Suas coleções, no mais alto nível, guardam os produtos informacionais nas categorias “Acervo fotográfico”, “Anais da Assembleia”, “Assembleia Cultural”, “Coleção memória”, “Constituição Estadual”, “Leis Mineiras”, “Participação na ALMG”, “Periódicos” e “Regimento Interno”.

Assim como as estruturas das bibliotecas apresentadas anteriormente, essa também é bem demarcada. À esquerda, apresenta-se um *menu* de onde origina-se uma única coleção inicial – “Biblioteca Digital” – e, à direita, buscas segmentadas por “Autor”, “Assunto” e “Data de publicação”. O mecanismo de busca simples encontra-se disponível em um *menu* superior, juntamente com outros *links* que encaminham o usuário a áreas internas e externas da Biblioteca Digital. Nesse *menu*, há espaço também para cadastrar-se, receber atualizações, editar perfil e mudar o idioma entre as opções português e inglês. A figura 06, apresentada a seguir, expõe a organização dessa Biblioteca Digital.

Figura 06 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

The screenshot displays the DSpace ALMG website interface. At the top, there is a navigation bar with a search box labeled "Buscar no repositório" and a language selection dropdown. Below this, the main content area is divided into three sections:

- Coleções do repositório:** A section titled "Clique em uma coleção para ver seus documentos" featuring a single collection, "Biblioteca Digital", with 31836 items.
- Busca facetada:** A section for faceted search with three columns:
 - Autor:** Lists authors with their respective document counts: Murta, Fagundes (530), Oliveira, Antônio Flávio de (471), Rigolin, Ivan Barbosa (320), Mukai, Toshio (190), Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby (182), Copola, Gina (164), Martins, Ives Gandra da Silva (157), and Pereira Júnior, Jessé (145).
 - Assunto:** Lists subjects with their respective document counts: Administração pública (9550), Direito Administrativo (5046), Direito Financeiro e Tributário (871), Licitação - Brasil (723), Direito Constitucional (713), Direito administrativo (683), Finanças públicas (677), Administração Pública (668), and Contrato administrativo - (635).
 - Data de Publicação:** Lists publication date ranges with their respective document counts: 2000 - 2019 (18994), 1900 - 1999 (12686), and 1835 - 1899 (153).

Fonte: (ALMG, 2019b)

Diferentemente dos ambientes informacionais apresentados anteriormente, a Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais não disponibiliza a produção acadêmica dos servidores da Casa Legislativa. Entretanto, torna acessível, na subcoleção

²² Documento eletrônico não paginado.

“Periódicos de acesso aberto”, da coleção “Periódicos”, as revistas eletrônicas “Revista do Legislativo” e “Cadernos da Escola do Legislativo”. Em contraponto ao acesso aberto exposto, a Biblioteca Digital conta, com acesso fechado, a subcoleção “Periódicos de acesso restrito”, a qual “reúne artigos técnicos sobre direito publicados em periódicos assinados pela biblioteca da Assembleia, cujo conteúdo é protegido pela legislação de direitos autorais” (ALMG, 2019c)²³. Para o acesso ao conteúdo dessa subcoleção, faz-se necessário informar o login e a senha utilizados no correio eletrônico da ALMG.

4.2.2.5 Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo concebeu sua Biblioteca Digital²⁴, a qual disponibiliza “uma seleção de trabalhos elaborados para subsidiar as atividades da Assembleia e outros documentos de interesse do Poder Legislativo” (ALESP, 2019a)²⁵.

A estrutura principal do Portal apresenta, de forma destacada e centralizada, o mecanismo de busca avançada. Nesse mesmo espaço, há um link para coletâneas de obras do acervo. As coletâneas digitais desse acervo são temáticas abordando assuntos diversos, transitando desde os ramos do Direito Público, perpassando por aqueles mais voltados para o cotidiano da sociedade, como “Segurança Pública”, “Saúde” e “Meio Ambiente”, até atingir matérias mais internas à atividade legiferante, dentre as quais cita-se “Comissões – Apresentações em audiências públicas” e “Processo Legislativo” (ALESP, 2019b). A figura 07, apresentada a seguir, expõe essa organização.

²³ Documento eletrônico não paginado.

²⁴ A Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais está disponível para acesso em <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/>.

²⁵ Documento eletrônico não paginado.

Figura 07 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

The screenshot displays the website interface for the Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. At the top, there is a navigation menu with options like 'Institucional', 'Deputados', 'Processo Legislativo', 'Comissões', 'Legislação', 'Documentação', 'Comunicação', and 'Transparência'. Below the menu, the page title 'Biblioteca Digital' is prominently displayed. A search form is the central focus, featuring several input fields: 'Busca Geral', 'Título', 'Autor', 'Palavra-chave' (with a dropdown menu), 'Ano da Publicação', and 'Coletânea' (with a dropdown menu). A red 'Pesquisar' button is positioned to the right of the search fields. Below the search form, there is a small note: '* Compreende a busca por: Título, Autor, Palavra-Chave, Ano, Conteúdo e Resumo da Obra'. At the bottom of the search form, there is a checkbox and a link: 'Selecione esta opção para obter uma pesquisa mais abrangente. Dicas de pesquisa: clique aqui.'

Fonte: (ALESP, 2019a)

Ainda que haja categorias específicas relacionadas à origem do produto informacional, caso de “Publicação ALESP” e “Publicação do ILP”, a produção acadêmica dos servidores da Instituição não recebeu tal status, encontrando-se dispersa pelas diferentes coleções temáticas.

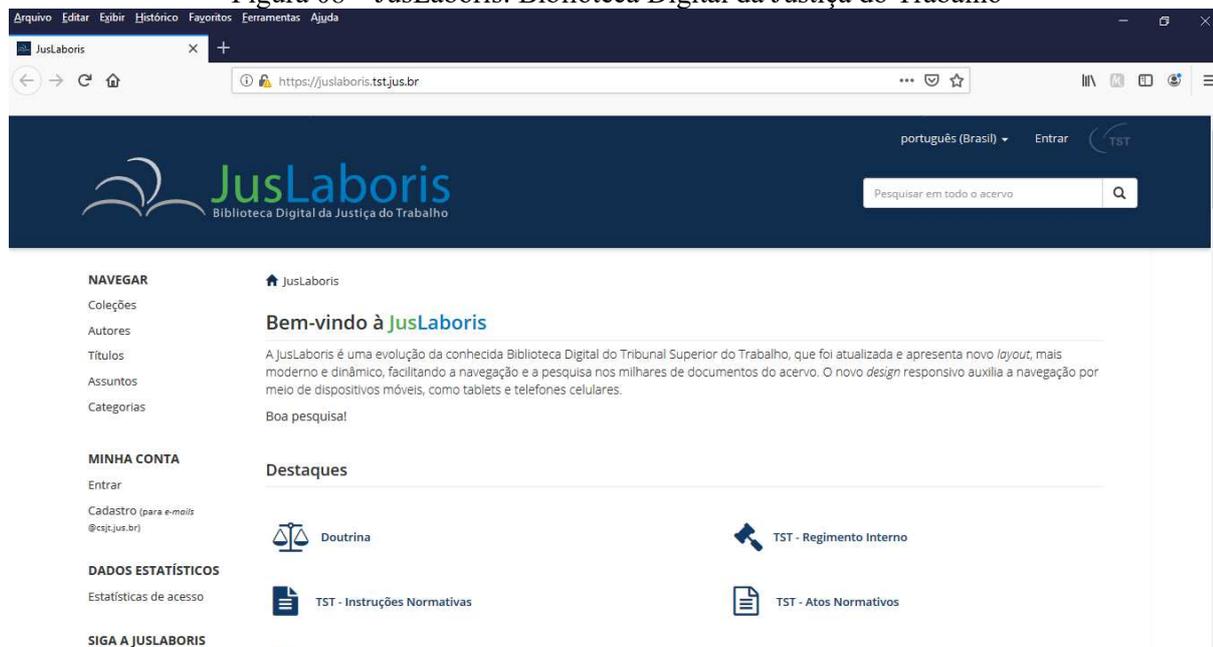
4.2.2.6 JusLaboris

No Poder Judiciário, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) também desenvolveu sua biblioteca digital que evoluiu, posteriormente e a partir de melhorias no *layout*, para a JusLaboris (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2019a).

A estrutura principal da referida Biblioteca Digital apresenta, à esquerda, um *menu* com *links* para navegar pelos acervos, sendo esses organizados por “Coleções”, “Autores”, “Títulos”, “Assuntos” e “Categorias”, além de opções para realizar *login* no ambiente, para cadastrar-se, caso seja integrante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e para visualizar estatísticas de acesso. Do centro à direita, encontra-se destaques previamente configurados, os quais são *links* para coleções – “Doutrina” e “Atos normativos” –, subcoleções – “Livros digitais” e “Acervo multimídia” –, produtos informacionais – “Regimento Interno do TST”, “Regulamento Geral da Secretaria do TST”, “Manual de organização do TST” ou consulta – instruções normativas cujo autor é o TST. O mecanismo de busca simples encontra-se disponível na parte superior, com opções de idioma – português, inglês, espanhol e francês –

juntamente com outros *links* que encaminham o usuário a áreas internas e externas da Biblioteca Digital. Além das coleções citadas, há outras duas: “Repositório institucional (TST)” e “Produção intelectual de Ministros e Servidores / Trabalhos acadêmicos” (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2019b). A figura 08, retrata a organização desse Portal.

Figura 08 – JusLaboris: Biblioteca Digital da Justiça do Trabalho



Fonte: (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2019a)

A produção acadêmica de servidores e ministros encontra-se inserida na coleção “Produção intelectual de Ministros e Servidores / Trabalhos acadêmicos”, abrangendo “teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso relacionados ao direito do trabalho e áreas correlatas” (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2019b)²⁶.

4.2.2.7 Biblioteca Digital Jurídica

A Biblioteca Digital Jurídica²⁷ (BDJur), desenvolvida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), “possibilita acesso a diversos conteúdos da área jurídica, disponíveis nas coleções: Atos Administrativos, Banco de Saberes, Doutrina e Repositório Institucional.” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019a)²⁸.

²⁶ Documento eletrônico não paginado.

²⁷ A Biblioteca Digital Jurídica está disponível para acesso em <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/>.

²⁸ Documento eletrônico não paginado.

Sua estrutura é voltada de forma destacada para a pesquisa, tendo, em seu espaço principal, opções para pesquisar em uma das 4 coleções citadas anteriormente ou em todo o acervo da biblioteca. À direita, são apresentados links para uma produção presente na BDJUR – “Doutrina: edição comemorativa, 30 anos do STJ” –, para produções externas à Biblioteca – “Regimento Interno do STJ”, “Manual de padronização de Textos do STJ”, “Manual de Organização do STJ” e “Tutorial de pesquisa da BDJur” –, para uma subcoleção da BDJur – “Bibliografias selecionadas” –, e para páginas externas como a de publicações institucionais do STJ e a do Consórcio BDJur.

Figura 09 – BDJur: Biblioteca Digital Jurídica



Fonte: (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019a)

A produção acadêmica dos servidores encontra-se inserida na subcoleção “Produção Intelectual dos Servidores do STJ”, a qual está inserida na coleção “Doutrina”, e também na subcoleção “Pós-Graduação”, da coleção “Banco de Saberes da Educação Corporativa”.

4.2.3 As redes de bibliotecas digitais

Esse tipo de ambiente informacional digital, conforme as definições de bibliotecas digitais de Lemos (1998 apud SOUZA, 2016), Toutain (2005) e Lovatti (2010 apud SOUZA, 2016) apresentadas na subseção anterior, pode ser enquadrado como uma biblioteca digital, dadas as suas características. Optou-se, entretanto, por trazê-la separadamente, dado o seu

atributo particular, perante as outras bibliotecas digitais expostas, de ser provida por informações distribuídas, as quais encontram-se armazenadas e organizadas em outras bibliotecas.

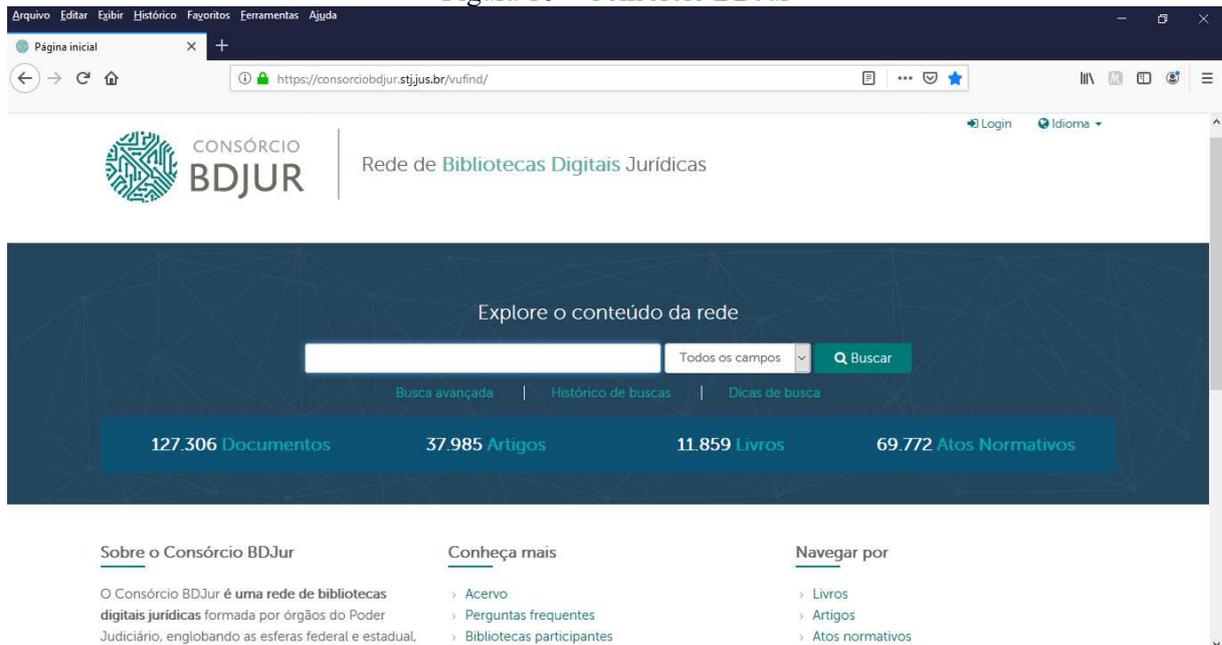
Assim, ratificando o exposto anteriormente, as redes de bibliotecas digitais absorvem todas as demais características das bibliotecas digitais apresentadas pelos autores (LEMOS, 1998; LOVATTI, 2010 apud SOUZA, 2016; TOUTAIN, 2005): acesso aos textos completos, com possibilidade de download, pluralidade de formatos digitais, descrição dos objetos digitais, e um conjunto de usuários e de oferta de serviços como captura, indexação, catalogação, busca, navegação, recuperação, entrega, arquivamento e preservação.

Após a realização de pesquisa, expõe-se, como exemplo dessa rede, o Consórcio BDJur. Ainda que essa contenha um requisito imprescindível que impede a disponibilização da produção acadêmica final dos cursos de pós-graduação *lato sensu* realizados no âmbito da Escola da Assembleia, visto que a produção desenvolvida não tem caráter exclusivamente jurídico, optou-se por destaca-la porque a implementação de uma nova rede de bibliotecas digitais ou a concepção associada a esse tipo de ambiente informacional pode ensejar uma solução para a ampliação da visibilidade e do acesso à referida produção.

O Consórcio BDJur é uma integração entre bibliotecas digitais de órgãos do Poder Judiciário, tanto da esfera federal quanto estadual, e por outras instituições de outros poderes que são provedoras de informação jurídica (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019b). Contribuem para o acervo desse consórcio, com produtos informacionais de doutrina, legislação, atos normativo e administrativo, diversas bibliotecas digitais dentre as quais três foram apresentadas anteriormente: a BDJur, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e a Biblioteca Digital do Senado Federal (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019c). A maior parte do acervo apresenta acesso aberto aos documentos. Entretanto, alguns são restritos ao público interno das instituições participantes (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019d).

A estrutura principal do Portal apresenta, de forma destacada e centralizada, o mecanismo de busca simples e *link* para o mecanismo de busca avançada, além do histórico e de dicas de buscas. Logo abaixo, constam informações como a descrição do Consórcio BDJur e *links* sobre o acervo, as bibliotecas participantes e as perguntas frequentes. Há também *links* para consultas pré-definidas de produtos informacionais que são livros ou artigos ou atos normativos. A figura 10, apresentada a seguir, expõe essa organização.

Figura 10 – Consórcio BDJur



Fonte: (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019b)

Nesse ambiente, as produções acadêmicas encontram-se dispersas e depende de como cada instituição participante as vinculam em suas coleções e/ou subcoleções. Identifica-se, por exemplo, que as produções de conclusões de curso de servidores das instituições do Poder Legislativo não estão inseridas, vez que não foram enquadradas nos tipos de documentos e coleções que constam no acervo (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019c).

Os requisitos para participar do Consórcio são mínimos, exigindo da instituição interessada apenas que essa disponha de um repositório de informação jurídica. A efetivação da participação ocorre “por meio da assinatura de acordo de cooperação técnica entre a instituição interessada e o Superior Tribunal de Justiça, responsável pela gerência do Consórcio BDJur” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2019d)²⁹.

4.2.4 Os catálogos de acesso público *online*

Os catálogos de acesso público *online* apresentam-se como um dos muitos serviços de acesso remoto que passaram a ser oferecidos pelas bibliotecas com o advento das TIC. Esse serviço proporcionou aos usuários das bibliotecas a possibilidade de consultar o acervo desses

²⁹ Documento eletrônico não paginado.

ambientes informacionais sem precisar deslocar-se até ela para ter o acesso à informação, o que o levou à ampla difusão pelas bibliotecas.

Decorrente desse desenvolvimento, alguns benefícios podem ser observados pela ótica deles, como a economia de tempo e de trabalho, visto que esses ambientes permitem saber se um recurso informacional está disponível e a localização do mesmo na biblioteca, por exemplo (SOUZA, 2016; TAMMARO; SALARELLI, 2008). Outro proveito identificado é a facilidade de pesquisa pelo usuário (SOUZA, 2016). Essa habilidade pode estar relacionada a outros fatores como a competência informacional do usuário, mas também a recursos desses ambientes, como a aplicação de filtros, que minimizam os ruídos nas respostas (TAMMARO; SALARELLI, 2008).

Para as bibliotecas, além da publicização do seu acervo no ambiente digital, aparecem como vantagens a possibilidade de integrar diversos recursos informacionais e a otimização do espaço físico (SOUZA, 2016).

Dentre os objetivos dos OPAC, muitos relacionam-se diretamente à visibilidade da informação: “melhorar a disponibilidade de informações”, “tornar as informações disponíveis em 100% do tempo”, “reduzir o tempo de recuperação da informação”, “fornecer acesso às coleções locais, regionais, nacionais e internacionais” e “permitir ao usuário recuperar as informações por meio de diversos pontos de acesso” (SANTOS, 2008 apud SOUZA, 2016, p. 284–285).

Dessa forma, ainda que os catálogos de acesso público *online* sejam fontes de informação digital, os recursos informacionais providos por eles fazem referência a objetos que apresentam como suporte o papel. Essa característica, associada à não disponibilização do texto completo pelos OPAC, apresentam-se como as principais diferenças entre esses e os ambientes apresentados anteriormente – Repositórios Institucionais de Acesso Aberto e Bibliotecas Digitais.

Dentre os OPAC existentes, optou-se pela apresentação do Portal BIB-RN³⁰, como exemplo. Essa solução privada é um catálogo coletivo que reúne o acervo de bibliotecas que apresentam convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo coordenado pela SEARH (Secretaria de Administração e Recursos Humanos). Um dos órgãos que firmou convênio com esse ente foi a ALRN, o que permitiu que o acervo da Biblioteca Deputado Márcio Marinho – Biblioteca Parlamentar dessa Casa Legislativa – estivesse disponível nesse catálogo.

³⁰ O Portal BIB – RN está disponível para acesso em <http://www.rn.portalsiabi.com/>.

A estrutura principal do Portal apresenta, na parte superior, informações sobre a Escola de Governo do Poder Executivo Estadual e, logo abaixo, há um menu com links que direcionam para as instituições conveniadas, as notícias, os bibliotecários dessas bibliotecas, uma página de homenagens, as obras que são destaques no acervo, os documentos do Portal, o e-mail, assim como recursos de acessibilidade e uma área restrita. Logo abaixo, encontra-se informações sobre o Portal, à esquerda, e a consulta unificada, à direita.

Na consulta unificada, é possível realizar a pesquisa (1) em todas as instituições ou em uma específica, (2) em todos os materiais ou em um específico, (3) em um dos diversos atributos, como título, autor, assunto, ano e local de publicação, e (4) inserindo um argumento de pesquisa. Não há disponível o mecanismo de busca avançada. A figura 11, apresentada a seguir, expõe essa organização.

Figura 11 – Portal BIB-RN



Fonte: (WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, 2019)

4.2.5 Os sítios e portais governamentais

Ainda que, no final da década de 1990, já ocorressem ações no sentido de identificar as atividades na Administração Pública que utilizavam as TIC, o Governo Eletrônico (eGov) do Estado Brasileiro nasceu apenas no ano 2000. A implantação desse Programa deu-se com o objetivo de “ampliar a oferta e melhorar a qualidade das informações e dos serviços prestados por meios eletrônicos, independentemente da origem das demandas” e “compreende a definição

de padrões, a normatização, a articulação da integração de serviços eletrônicos, a disponibilização de boas práticas, a criação e construção de super infraestrutura tecnológica entre outras questões” (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019)³¹.

O marco inicial do eGov foi a publicação de decreto federal, deliberado em 3 de abril desse ano, publicado no dia posterior no DOU e que ainda encontra-se vigente (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019). Esse normativo criou o Grupo de Trabalho Interministerial, o qual tinha e tem como propósito “examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação” (BRASIL, 2000a)³².

Esse Grupo de Trabalho realizou diagnósticos os quais resultaram na Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal, em 20 de setembro de 2000. Posterior a apresentação dessa Proposta, foi criado o Comitê Executivo de Governo Eletrônico, com a publicação de decreto federal, deliberado em 18 de outubro de 2000 e publicado no dia posterior no DOU (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019; BRASIL, 2000b).

No período compreendido entre a criação desse Comitê até os dias atuais, orientações, recomendações e normatizações, nos âmbitos interno e externo às unidades envolvidas com o Programa, foram disponibilizadas através de portarias, resoluções, medidas provisórias, decretos, instruções normativas e publicações, como guias, padrões, metodologias, modelos e roteiros, por exemplo. Todos esses instrumentos foram e continuam a ser utilizados para a consecução dos objetivos do eGov. Nesse âmbito, os sítios e os portais governamentais da Administração Federal são desenvolvidos alinhados ao Governo Eletrônico (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Diante do cenário apresentado, os sítios e portais governamentais revelam-se como ferramentas que fornecem serviços para a própria administração e para a sociedade. Com o advento e a amplificação da exigência de transparência no setor público, através, especialmente, da Lei Federal nº 12.527, promulgada e publicada no DOU em 18 de novembro de 2011, e de outros dispositivos criados para o exercício do controle social, o Estado passou a utilizar-se também desses ambientes digitais para prover o acesso às informações de interesse da sociedade (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019; BRASIL, 2011).

Dentre os diversos ambientes informacionais digitais e governamentais existentes, um desses ganhou destaque por algumas de suas características: o projeto LexML. O LexML³³ é um portal governamental especializado em informações jurídicas e legislativas que tem como

³¹ Documento eletrônico não paginado.

³² Documento eletrônico não paginado.

³³ O sítio do projeto encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://projeto.lexml.gov.br/>.

objetivo identificá-las e estruturá-las. Essas informações advêm de todos os Poderes e âmbitos desses (TICONTROLE, 2019a). Esse *corpus*, no Portal, encontra-se organizado em quatro áreas:

- legislação: compõe-se de leis, decretos, emendas, instruções, orientações, atos, constituições, resoluções, portarias, deliberações, enunciados, medidas provisórias, ordens de serviço, provimentos, recomendações e regimentos internos;
- jurisprudência: constitui-se de acórdãos, decisões, orientações e súmulas;
- proposições legislativas: agrega projetos de lei, de decreto e de resolução, além de propostas de emendas à constituição e medidas provisórias; e
- doutrina: abrange artigos de revistas, folhetos, livros e revistas.

Essa iniciativa, de diversos órgãos públicos dentre eles o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, tem como finalidade facilitar o acesso do cidadão à informação e contribuir para a aceleração de projetos judiciais, administrativos e legislativos através da integração de processos de trabalho e compartilhamento de dados utilizando padrões abertos (TICONTROLE, 2019a).

A estrutura principal da página principal do Portal apresenta, de forma destacada e centralizada, o mecanismo de busca simplificada, com opções para a pesquisa em toda a base e apenas em uma das quatro áreas citadas anteriormente, e *links* para: o mecanismo de busca avançada; os provedores de dados do acervo e os conteúdos disponibilizados por eles; as informações sobre o Projeto em quatro línguas (as estrangeiras estão apresentadas apenas um resumo); as perguntas frequentes; e, o Manual de Pesquisa do Portal LexML. A figura 12, apresentada a seguir, mostra a página principal desse.

Figura 12 – Portal LexML Brasil – Pesquisa simplificada



Fonte: (TICONTROLE, 2019b).

A pesquisa avançada, contudo, apresenta diversos aspectos que propiciam uma busca mais detalhada, sendo possível a pesquisa por siglas, categorias de documento, tipo do documento, localidade, esfera da autoridade emitente, pela autoridade emitente, pelo número, pelo título, pelo nome popular, pela ementa, pelo assunto, pela URN, por período entre anos e, em caso de doutrina, por autor, por classificação CDDir, idioma e biblioteca. Além disso, conta com a possibilidade de utilizar o operador booleano *not* (campo exceto).

Figura 13 – Portal LexML Brasil – Pesquisa avançada

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

LexML: Formulários de Pesquisa

https://www.lexml.gov.br/busca/search?smode=advanced

LEXML

Palavras e Frases Pesquisa Avançada

Todos os Campos

Sigla exceto

Categoria do Documento Todas

Tipo do Documento exceto

Localidade exceto

Esfera da Autoridade Emitente Todas

Autoridade Emitente exceto

Número exceto

Título exceto

Apelido / Nome Popular exceto

Ementa exceto

Assunto / Indexação exceto

URN exceto

Do ano até

Fonte: (TICONTROLE, 2019c).

Nesse ambiente, o único provedor de dados da área “doutrina” é a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), a qual apresenta-se como um catálogo de acesso público *online*. Nesses dados, não constam informações de produções acadêmicas, apenas os tipos de documentos apresentados anteriormente (TICONTROLE, 2019d).

Para participar do Projeto é exigida da instituição interessada a assinatura do acordo de cooperação técnica (TICONTROLE, 2019a)³⁴.

³⁴ Documento eletrônico não paginado.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem como finalidade expor os procedimentos metodológicos que foram aplicados nessa pesquisa científica com a finalidade de responder a questão que concebeu esse estudo: “Como proporcionar maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia?”. Desejou-se ainda atingir os objetivos propostos, especialmente o geral, que buscou investigar possíveis soluções que proporcionem as ampliações da visibilidade e do acesso desse conhecimento.

Nesse sentido, são apresentados, a amostra e o universo da pesquisa, os instrumentos e técnicas utilizados na coleta e na análise de dados, assim como o comprometimento com a ética e a aplicação de pré-teste em um dos instrumentos de coleta de dados. Para o melhor entendimento desse estudo, assim como das decisões acerca dos procedimentos metodológicos, caracteriza-se previamente a pesquisa desenvolvida.

5.1 Caracterização da pesquisa

Diversos autores apresentam tipos e classificações que incidem na caracterização ou no delineamento das pesquisas científicas. De modo geral, ocorrem divergências sutis entre os autores quanto ao núcleo central de conhecimento de cada classificação, predominando as convergências e complementações entre os conceitos. Todavia, evidencia-se, como comum, a discordância quanto aos tipos de classificação e a posição das classificações dentro destes.

A maior parte dos autores pesquisados categorizam as pesquisas quanto à abordagem do problema – quantitativa, qualitativa e mista –, quanto aos objetivos – exploratória, descritiva e explicativa – e quanto às estratégias de pesquisa, ainda que essa última classificação apresente variação na nomenclatura adotada por eles.

A expressão “estratégias de pesquisa” é usada por Martins e Theóphilo (2009), mas também são empregadas as expressões “quanto aos procedimentos de coleta” (SANTOS, 2001), “quanto aos procedimentos técnicos” (MATIAS-PEREIRA, 2010; SANTOS, 2013), “quanto à obtenção de informação” (RODRIGUES, 2006), “tipos de pesquisa” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007) ou simplesmente “técnicas de pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Além da distinção nos nomes, quanto a esse último tipo de classificação, percebe-se naturalmente a diferença acerca das classificações que uma pesquisa pode assumir. Há autores, por exemplo, que entendem a pesquisa participante como estratégia de pesquisa (MATIAS-

PEREIRA, 2010; SANTOS, 2013) enquanto alguns tem compreensão diferente (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; SANTOS, 2013).

Outros tipos de classificações identificados na pesquisa são quanto à natureza (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; FLICK, 2013; MATIAS-PEREIRA, 2010), quanto aos fins (BARROS; LEHFELD, 2010), quanto às fontes de informação (SANTOS, 2001, n. 30–31) e quanto ao método científico (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

A partir do embasamento teórico quanto a esses tipos e classificações, caracteriza-se a pesquisa como segue.

5.1.1 Quanto à abordagem do problema

A pesquisa desenvolvida apresentou abordagem qualitativa, visto que utilizou-se de um conjunto de práticas interpretativas e materiais para entender ou elucidar os fenômenos, observando o contexto, o tempo e os fatos (FLICK, 2009a; MICHEL, 2009). O estudo com essa abordagem, segundo Creswell (2010, p. 206), “emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados”, características inerentes a essa pesquisa e que são ratificadas nas subseções posteriores dessa seção. Essa pluralidade de conceitos, estratégias e métodos buscou abranger uma pesquisa de complexidade que não pode ser atingida por procedimentos estatísticos, distanciando-se assim de mensurações e padronizações do cenário da pesquisa (FLICK, 2009b; RODRIGUES, 2006).

5.1.2 Quanto ao objetivo

Em relação a esse tipo de classificação, vários autores classificam as pesquisas como exploratórias, descritivas ou explicativas. A descritiva, especificação que se enquadrou esta investigação, tem como objetivo principal a descrição das características de determinado fato ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. Para isso, utiliza-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2010; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2001). O alinhamento com essa identificação deve-se porque este estudo buscou caracterizar um fato social – a visibilidade e o acesso às produções acadêmicas da Escola da Assembleia – e propor soluções que possam aproximar o conhecimento da sociedade. Segundo Michel (2009), a pesquisa descritiva relaciona-se com a

pesquisa de abordagem qualitativa, na medida que busca elevar, interpretar e discutir fatos e situações.

5.1.3 Quanto ao método científico

A definição de um método científico confere ao estudo que o utiliza maiores confiabilidade nos resultados e compreensão dos limites de validade, conforme Koche (1985). Entretanto, tanto esse autor, quanto Martins e Theóphilo (2009) fazem ressalvas quanto ao entendimento induzido que associa um conjunto de regras exaustivas e infalíveis à utilização de um método científico. Segundo eles, atinge-se o conhecimento científico a partir da utilização do método e de um conjunto de estratégias e técnicas, as quais são apresentadas nas subseções seguintes.

Posto o adendo, adotou-se o método científico indutivo para essa pesquisa, buscando explicar, generalizar e sintetizar como o conhecimento acadêmico pode ter sua visibilidade e seu acesso ampliados nas escolas do legislativo, a partir do estudo de um caso específico com o intuito de, ao final, propor soluções que possam ser aplicadas na Escola da Assembleia. Dados a cientificidade do estudo, o aporte teórico utilizado, os dados e as análises realizadas, as discussões feitas e as soluções propostas, a pesquisa poderá servir de base para a análise por outras escolas do legislativo. Entretanto, fugiu ao escopo dessa pesquisa criar uma teoria – composta por estrutura lógica, conjunto de regras empíricas e que tenha validade universal.

5.1.4 Quanto às estratégias de pesquisa

Antes de ser apresentada a caracterização dessa pesquisa quanto a essa categoria, identifica-se como oportuno expor o motivo de ter sido utilizado o tipo de classificação adotado por Martins e Theóphilo (2009). Segundo os autores, a utilização da expressão “estratégias de pesquisa” torna-se mais adequada que o termo “delineamento” ou “*design*”, vez que esses muitas vezes são vinculados a pesquisas com planejamentos rígidos, comum das Ciências Naturais, enquanto, nas Ciências Sociais Aplicadas, há diferentes maneiras de abordar e analisar dados empíricos.

Sob essa perspectiva, Martins e Theóphilo (2009), enfatizam que há diferentes propostas de classificação, citando explicitamente as desenvolvidas por Leon Festinger e Daniel Katz, na obra “A pesquisa na psicologia social”, e por Louise Kidder, na obra “Métodos de pesquisa nas relações sociais”, e outras implicitamente.

Assim, aos olhos desse pesquisador, a aproximação entre os meios técnicos de investigação e as Ciências Sociais Aplicadas associado à diversidade de estratégias e técnicas de pesquisa contempladas por Martins e Theóphilo (2009), bem como o conteúdo cognitivo desenvolvido, motivou o uso desse tipo de classificação, incluindo sua nomenclatura e suas concepções acerca desse assunto, ainda que conceitos de outros autores tenham sido aproveitados.

Diante do exposto, identifica-se três estratégias de investigação utilizadas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso.

A primeira estratégia foi a pesquisa bibliográfica que busca explicar e discutir uma temática utilizando-se de referências diversas. Segundo os autores, essa estratégia de investigação deve ser desenvolvida como base indispensável de qualquer trabalho científico, ainda que possa ser aplicada de forma independente, constituindo assim uma pesquisa de análise teórica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Severino (2016) complementa ao ressaltar que esse tipo de pesquisa realiza-se a partir de registros de pesquisas anteriores, como livros, artigos, teses, dentre outros, enquanto Gil (2010) eleva como vantagem a possibilidade do pesquisador cobrir um conjunto de fenômenos de forma mais ampla que poderia fazer diretamente.

A pesquisa documental também foi inserida como estratégia de pesquisa, sendo fundada nos estudos de documentos, onde esses incluem fontes de dados, informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Segundo os autores, há estudos que empregam apenas fontes documentais, enquanto outros combinam o emprego dessas com outras fontes, como a entrevista e observação. A pontuação feita por eles aproxima-se do idealizado para essa pesquisa, a qual utilizou-se também de dados coletados em campo, através de outros dois instrumentos, para compor o conjunto de informações que foi analisado. Por fim, eles ressaltam, assim como outros autores, que a pesquisa documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica pela natureza das fontes, vez que, enquanto essa utiliza fontes secundárias, aquela utiliza-se de fontes primárias (GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2010; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; SANTOS, 2013; SEVERINO, 2016).

A última estratégia de pesquisa foi o estudo de caso, o qual apresentou-se de forma destacada entre as desenhadas para a pesquisa. Segundo Martins e Theóphilo (2009), essa estratégia pede pesquisa qualitativa – caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos – visto que o objetivo é o estudo complexo e denso de um conjunto social. Desta forma, essa estratégia, associada às anteriores, integraram-se e ratificaram a escolha e a característica da abordagem qualitativa da pesquisa, expressa na seção “5.1.1 Quanto à

abordagem do problema”, e da pesquisa descritiva, expressa na seção “5.1.2 Quanto ao objetivo”.

Os autores ainda afirmam que o estudo de caso compõe uma investigação empírica, característica que é tratada na seção “5.1.6 Quanto aos fins”, buscando a apreensão, em sua completude, e a descrição, compreensão e interpretação de uma situação concreta, permitindo a imersão na realidade social, inatingível pela avaliação quantitativa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Yin (2005) destaca a unicidade técnica da situação que encontra-se diante do pesquisador, a existência de mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e a necessidade deste utilizar-se de diversas fontes de evidências, utilizando técnicas de triangulação para a convergência dos dados.

5.1.5 Quanto à natureza

Nesse tipo de classificação, a pesquisa realizada caracteriza-se como aplicada, visto que buscou desenvolver conhecimentos científicos que serão utilizados na prática e de forma imediata para a resolução de um problema concreto, podendo fazer uso de tecnologias existentes (BARROS; LEHFELD, 2010; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; FLICK, 2013; MATIAS-PEREIRA, 2010).

5.1.6 Quanto aos fins

Esse tipo de pesquisa, no contexto abordado por Barros e Lehfelld (2010), aproxima-se do conceito de pesquisa empírica definido pelas autoras, ainda que não tenha sido estabelecido para a investigação uma hipótese. Segundo elas, a pesquisa que se enquadra nessa categoria é aquela que está “relacionada ao levantamento de dados empíricos para comprovação ou não de uma hipótese” (BARROS; LEHFELD, 2010, p. 33).

5.1.7 Quanto às fontes de informação

Relativo a esse tipo de classificação, identifica-se que essa pesquisa utilizou informações advindas do campo – local onde acontecem os fatos e fenômenos – e de bibliografia – informações organizadas, analisadas e registradas que, originalmente, emergiram do campo ou do laboratório. (SANTOS, 2001). Não se evidencia, desta forma, o uso direto do laboratório como fonte informacional.

5.1.8 Resumo da caracterização da pesquisa

Dados os diversos tipos e classificações expostos, o quadro 06, apresentado a seguir, resume as características da pesquisa desenvolvida.

Quadro 06 – Caracterização da pesquisa

Tipo de classificação	Classificação
Quanto à abordagem do problema	Pesquisa qualitativa
Quanto ao objetivo	Pesquisa descritiva
Quanto ao método científico	Método científico indutivo
Quanto às estratégias de pesquisa	Pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso
Quanto à natureza	Pesquisa aplicada
Quanto aos fins	Pesquisa empírica
Quanto às fontes de informação	Pesquisa bibliográfica e de campo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dentre tantos atributos, torna-se oportuno concluir a caracterização dessa pesquisa, apresentando-a como social. Segundo Gil (2010), a pesquisa social é a investigação que utiliza-se de procedimentos científicos para a obtenção de conhecimentos aplicáveis na realidade da sociedade, nos diversos aspectos das relações entre os indivíduos e também entre esses e as instituições sociais.

5.2 População e amostra

As pesquisas de campo, classificação que qualifica estudos que objetivam a apreensão de informações no local onde acontece os fatos e fenômenos e que é inerente a essa investigação, conforme pode ser visto na subseção “5.1.6 Quanto às fontes de informação”, apresentam metodologia de pesquisa baseada em fases (MARCONI; LAKATOS, 2010; SANTOS, 2001). Segundo Marconi e Lakatos (2010), a primeira fase consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica, enquanto a segunda consiste na determinação das técnicas que serão utilizadas na aplicação dos instrumentos de coleta de dados, assim como na determinação da amostra.

A amostra de uma população permite ao pesquisador a generalização dos resultados, desde que o subconjunto de elementos da população seja representativo e suficiente, ainda que, para determinados tipos de tratamento estatístico e caso a escolha dos elementos tenha sido não-aleatória, a possibilidade de inferência seja reduzida (MARCONI; LAKATOS, 2010). Um

adendo a esta terminologia de amostragem não-aleatória é feita por Olsen (2015) que opta pela expressão “seleção não-aleatória”, visto que, segundo o autor, não existe amostragem não-aleatória. Contudo, dada a ampla maioria dos autores utilizar aquela nomenclatura, decidiu-se pelo uso dela.

Escolhidos os instrumentos de coleta de dados de campo – pesquisa documental, questionários e entrevistas –, os quais estão detalhados nas subseções posteriores, determinou-se as amostragens para esses como não-probabilistas, do tipo intencional, com exceção para os projetos pedagógicos. A seguir, são apresentados os procedimentos para a definição dessas amostragens.

5.2.1 Pesquisa documental

Uma das fontes primárias e que forneceu informações consistentes e úteis para o estudo desenvolvido foram os documentos. Nessa pesquisa, eles constituíram uma população vasta e diversificada, sendo composta por diversos tipos de documentos normativos/informativos, como leis e decretos federais, resoluções estaduais, atos da Mesa Diretora da ALRN e normativos internos das unidades.

Dado o grandioso esforço que seria necessário para analisar todos esses documentos e que, muito provavelmente, extrapolaria o prazo para o desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se por utilizar uma amostragem em que se utilizou referências em cadeia. Por não utilizar pessoas que conduziram a outras pessoas, e sim documentos que conduziram a documentos, escolheu-se por não utilizar o tipo de amostragem em bola de neve, como apresentado por Olsen (2015). Entretanto, o princípio é o mesmo: inicia-se de poucos elementos e expande-se a quantidade desses a partir de referências e de buscas por aqueles que se configuraram como importantes no contexto da pesquisa. Dessa forma, não ocorreu delimitação da quantidade de documentos da amostra.

Para um tipo de documento específico, os projetos pedagógicos, foi solicitado à Escola da Assembleia o fornecimento de dez elementos aleatórios, que atendessem a dois requisitos: tivessem sido elaborados entre os anos de 2009 e 2018 e que fossem, preferencialmente, um de cada ano do período.

5.2.2 Questionários

A população de elementos para esse instrumento de coleta de dados foi composta por todas as instituições do Poder Legislativo nos âmbitos federal, estadual e municipal que apresentam escolas do legislativo estabelecidas. Contudo, dado que emanaria empenho destacado consultar todas as Câmaras Municipais com o intuito de ter ciência das que estabeleceram escolas do legislativo, para a aplicação do questionário preferiu-se compor a amostra com as instituições de âmbito federal, estadual e distrital, excluída a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a qual tem sua escola do legislativo como objeto desse estudo.

Desta forma, a amostra foi reduzida de um número desconhecido a vinte e oito elementos. A escolha definida teve como fundamentos os fatos dessas (1) serem obrigadas a terem estabelecidas Escolas do Legislativo, (2) de forma geral, apresentarem maior orçamento para a instituição e manutenção dessas unidades, e, (3) em sua maioria, serem de mesmo nível que a instituição do objeto de estudo ou, em sua minoria, serem organizações governamentais de dimensão maior. Para a resolução do questionário, as instituições selecionadas foram representadas por um servidor indicado pelo gestor responsável pela escola do legislativo ou por ele próprio.

5.2.3 Entrevistas

Assim como para o questionário, a população desse instrumento consistiu no mesmo conjunto universo. Entretanto, um dos objetivos da aplicação do questionário foi obter informações acerca das unidades do Poder Legislativo consultadas, possibilitando assim direcionar a escolha dos elementos para a realização das entrevistas. Desta forma, a amostra para a entrevista apresentou diferença da definida para o questionário.

Inicialmente não se tinha ciência de quais instituições seriam selecionadas para as entrevistas, tampouco havia um número estabelecido para a quantidade de elementos da amostra. Sabia-se, todavia, que seriam realizadas entrevistas enquanto fosse detectado que não havia se chegado à saturação de dados úteis para a análise, e que as instituições seriam representadas nessas entrevistas por servidores que podiam exercer funções diversas seja: (1) na instituição, como diretores, editores, bibliotecários e gestores; (2) nas Escolas do Legislativo, como diretores, coordenadores, professores que orientam trabalhos de conclusão de curso,

bibliotecários, gestores de biblioteca, de setor de repositórios ou de bibliotecas digitais, de editoras, entre outras.

5.2.4 Resumo da população e amostra dos instrumentos de coleta de dados

O quadro que segue tem como objetivo sintetizar a população e a amostra dos instrumentos de coleta de dados.

Quadro 07 – População e amostra dos instrumentos de coleta de dados

Instrumentos	População	Amostra
Pesquisa documental	Leis e decretos federais, resoluções estaduais, atos da Mesa Diretora da ALRN e normativos internos das unidades da ALRN, incluindo os projetos pedagógicos institucional e de cursos de pós-graduação promovidos pela Escola da Assembleia	Aleatória, com restrições, para os projetos pedagógicos; não-aleatória, do tipo bola de neve, para os demais documentos
Questionário	Instituições federais, estaduais e municipais do Poder Legislativo	Não-aleatória, do tipo intencional, sendo composta por instituições federais, estaduais e distrital do Poder Legislativo
Entrevista	Instituições federais, estaduais e municipais do Poder Legislativo	Não-aleatória, do tipo intencional, sendo composta por instituições federais, estaduais e distrital do Poder Legislativo, selecionadas a partir da análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.3 Variáveis da pesquisa

As variáveis são conceitos operacionais, ou seja, são objetos que possuem um valor associado: uma característica, uma quantidade, uma qualidade, um traço etc. Esse valor é que as validam para a sua utilização. No âmbito da Ciência, elas vinculam-se para a compreensão de fatos e fenômenos e assumem diversos qualificadores, a depender da classificação desenvolvida, como, por exemplo, “contínuas”, “descontínuas”, “independentes”, “dependentes”, “intervenientes”, dentre outras (FERRARI, 1982).

No contexto dessa pesquisa, a classificação das variáveis quanto a sua natureza – quantitativas e qualitativas – apresentou-se de modo oportuno. Ferrari (1982) define as variáveis qualitativas ou nominais como aquelas

caracterizadas ou definidas pelos seus atributos; os atributos correspondem àqueles aspectos não mensuráveis, não numéricos das hipóteses ou do problema da pesquisa. Tautologicamente, as *variáveis qualitativas* não são contáveis nem medidas, apenas descritas como, por exemplo, quando o sociólogo se refere às situações de: ‘acomodação completa’, ‘assimilação parcial’, ‘conflito interétnico’, ‘competição inconsciente’, ‘cooperação agressiva’, ‘segregação profissional’ etc., ou quando o economista fala em atividades econômicas ‘primárias’, ‘secundárias’, ‘terciárias’ ou ainda quando o psicólogo se refere a um indivíduo como ‘neurótico’, ‘psicótico’, ‘exaltado’, ‘tímido’, ou quando a trabalhadora social pondera: ‘família pobre’, ‘mãe solteira’ etc. (FERRARI, 1982, p. 143–144, grifo do autor)

O autor complementa dizendo que essas variáveis são eficientes para o propósito descritivo de certas pesquisas, estudo no qual se encaixa essa investigação (FERRARI, 1982). Na investigação realizada, fez-se uso delas de modo a atingir o objetivo geral da pesquisa – investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia – e o objetivo específico de refletir a respeito da cientificidade do conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas. Assim, foram definidas as seguintes variáveis:

Quadro 08 – Variáveis da pesquisa

Variáveis da pesquisa
Acesso à produção acadêmica
Armazenamento da produção acadêmica
Assimetria informacional
Carência informacional
Custo da solução que promove a visibilidade à produção acadêmica
Custo da solução que promove o acesso à produção acadêmica
Divulgação da produção acadêmica
Formato da produção acadêmica
Fortalecimento do Poder Legislativo
Limitação da visibilidade da produção acadêmica
Limitação do acesso à produção acadêmica
Missão ou função da escola do legislativo
Oferta de cursos de pós-graduação
Promoção da visibilidade da produção acadêmica
Promoção do acesso à produção acadêmica
Público da produção acadêmica
Qualidade da produção acadêmica
Temática científica
Temática e aplicabilidade da produção acadêmica
Terceirização da visibilidade da produção acadêmica
Terceirização do acesso à produção acadêmica
Visibilidade da produção acadêmica

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.4 Instrumentos e técnicas de coleta de dados

Anteriormente, na seção 5.2 – População e amostra –, foram expostos os instrumentos de coleta de dados. A seguir, são detalhados a pesquisa documental, o questionário e a entrevista, meios escolhidos para a obtenção de dados em campo.

5.4.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental desenvolvida buscou coletar informações presentes em fontes primárias que auxiliassem o pesquisador a atingir o objetivo geral da pesquisa, que é o de investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas finais dos cursos de pós-graduação *lato sensu* na Escola da Assembleia. Além disso, a utilização desse importante instrumento de coleta de dados teve também como propósito caracterizar o fenômeno estudado e atingir dois objetivos específicos: (1) apresentar a Escola da Assembleia e (2) discutir a cientificidade do conhecimento desenvolvido e incluso nas referidas produções acadêmicas.

Quanto ao primeiro desses objetivos, buscou-se encontrar leis, resoluções, portarias, atos da mesa da ALRN relacionados à Escola da Assembleia e ao órgão antecessor de atribuições semelhantes, normatizações internas e projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação que fornecessem uma apresentação quanto a aspectos técnicos, sociais e normativos. Além disso, normatizações externas importantes que afetam ou afetaram a Escola da Assembleia ou o ILP também foram importantes para o contexto do objetivo especificado.

Em relação ao propósito de discutir a cientificidade, os projetos pedagógicos adquiriram maior relevância, em conjunto com a normatização de órgãos que regularam e regulam o ensino, como o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

5.4.2 Questionários

A aplicação do questionário relacionou-se, além do objetivo geral, com dois objetivos específicos da pesquisa: (1) elencar as soluções que podem proporcionar visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso em produções acadêmicas, e (2) identificar as soluções que estão sendo utilizadas para promover as produções acadêmicas das Escolas do Legislativo. Entretanto, a inclusão do questionário também apresentou o propósito de fornecer dados que, após analisados, sustentaram a seleção de instituições do Poder Legislativo que tiveram servidores entrevistados.

A construção do questionário foi bastante objetiva, baseando-se amplamente em questões fechadas. Utilizou-se de questões abertas apenas para o recebimento de críticas, sugestões, informações e observações, ao final de cada seção, e, inicialmente, para a informação de um código de segurança. As questões fechadas foram do tipo múltipla escolha e algumas delas foram dependentes de respostas anteriores. Optou-se pela utilização de questionário eletrônico a partir das vantagens que ele proporciona: menores custos com impressões, postagens, tratamento de dados e deslocamentos; maior velocidade na aplicação do instrumento e na tabulação dos dados; possibilidade de envio para um número maior de potenciais respondentes (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

A aplicação dos questionários, cujo modelo encontra-se disponível no apêndice A, foi realizada com servidores de instituições que apresentam conhecimento suficiente para respondê-los, sendo indicados pelos gestores responsáveis das Escolas do Legislativo, podendo inclusive ser eles. Assim, esses servidores desempenhavam funções diversas e podiam inclusive não fazer parte do quadro da unidade, e somente da instituição.

Buscando ampliar a qualidade da pesquisa, esse instrumento passou por um teste prévio, sendo aplicado a um colaborador que trabalha em uma biblioteca de uma Escola do Legislativo. Tinha-se como objetivo também aplicar o mesmo instrumento ao seu chefe imediato, o qual é o gestor responsável da biblioteca, mas não foi possível por questões de ausência do ambiente de trabalho. Os dados obtidos através desse instrumento não foram analisados para a seleção dos entrevistados e para as consecuições dos objetivos gerais e específicos.

5.4.3 Entrevistas

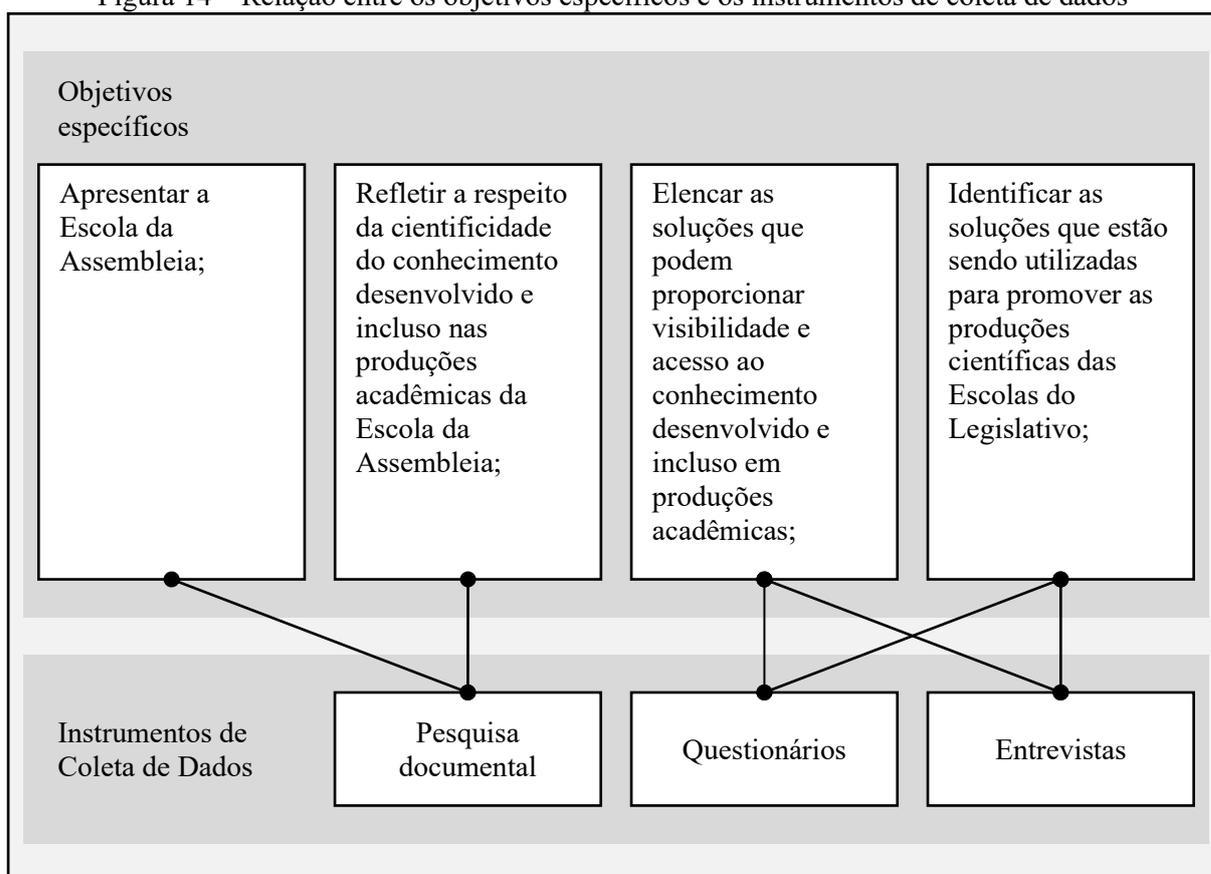
A realização de entrevistas com servidores de instituições do Poder Legislativo está associada ao intuito de atingir o objetivo geral e igualmente os dois objetivos específicos do questionário: (1) elencar as soluções que podem proporcionar visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso em produções acadêmicas, e (2) identificar as soluções que estão sendo utilizadas para promover as produções acadêmicas das Escolas do Legislativo.

Após a análise dos dados coletados nos questionários, foram selecionadas instituições cujos servidores foram convidados a serem entrevistados, os quais podiam ou não serem servidores das Escolas do Legislativo. A função que o entrevistado naquele momento exercia também podia ser diversa, como na subseção anterior. Uma diferença, todavia, é que, dessa vez, a escolha do participante do instrumento de coleta foi feita pelo pesquisador que identificou o servidor que melhor podia contribuir com informações para a pesquisa. Além disso, mais de um servidor de uma instituição podia ser escolhido para ser entrevistado, ainda que isso não tenha acontecido. O objetivo das entrevistas foi aprofundar as informações, dados e evidências acerca da instituição e da unidade, das produções acadêmicas e de aspectos de visibilidade e acesso dessas, através da utilização de roteiro de entrevista semiestruturado.

5.4.4 Resumo dos instrumentos e técnicas de coleta de dados

A figura a seguir apresenta a relação entre os objetivos específicos que desejou-se atingir e os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, facilitando a visualização da importância desses perante àqueles.

Figura 14 – Relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coleta de dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.5 Metodologia e técnicas de análise de dados

Em seções anteriores, foram expostos e explicados os três instrumentos de coleta de dados utilizados para a composição do conjunto de dados dessa pesquisa. Nessa seção, é apresentada a metodologia aplicada para a análise desse conjunto e as técnicas associadas.

5.5.1 Análise de conteúdo e técnicas associadas

Dentre as possibilidades de metodologias para análise de dados, optou-se por utilizar para essa pesquisa a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), essa metodologia conceitua-se como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48, grifo do autor)

A escolha por essa metodologia consiste no propósito da pesquisa de imergir no fenômeno estudado, alinhando-se, dessa forma, ao objetivo da análise de conteúdo quando da finalidade dessa de conhecer as condições de produção/recepção das mensagens. Assim, torna-se interessante para a pesquisa deduzir novas variáveis, a partir das pesquisadas, e conhecer mais sobre o emissor da mensagem ou sobre o meio (BARDIN, 2011).

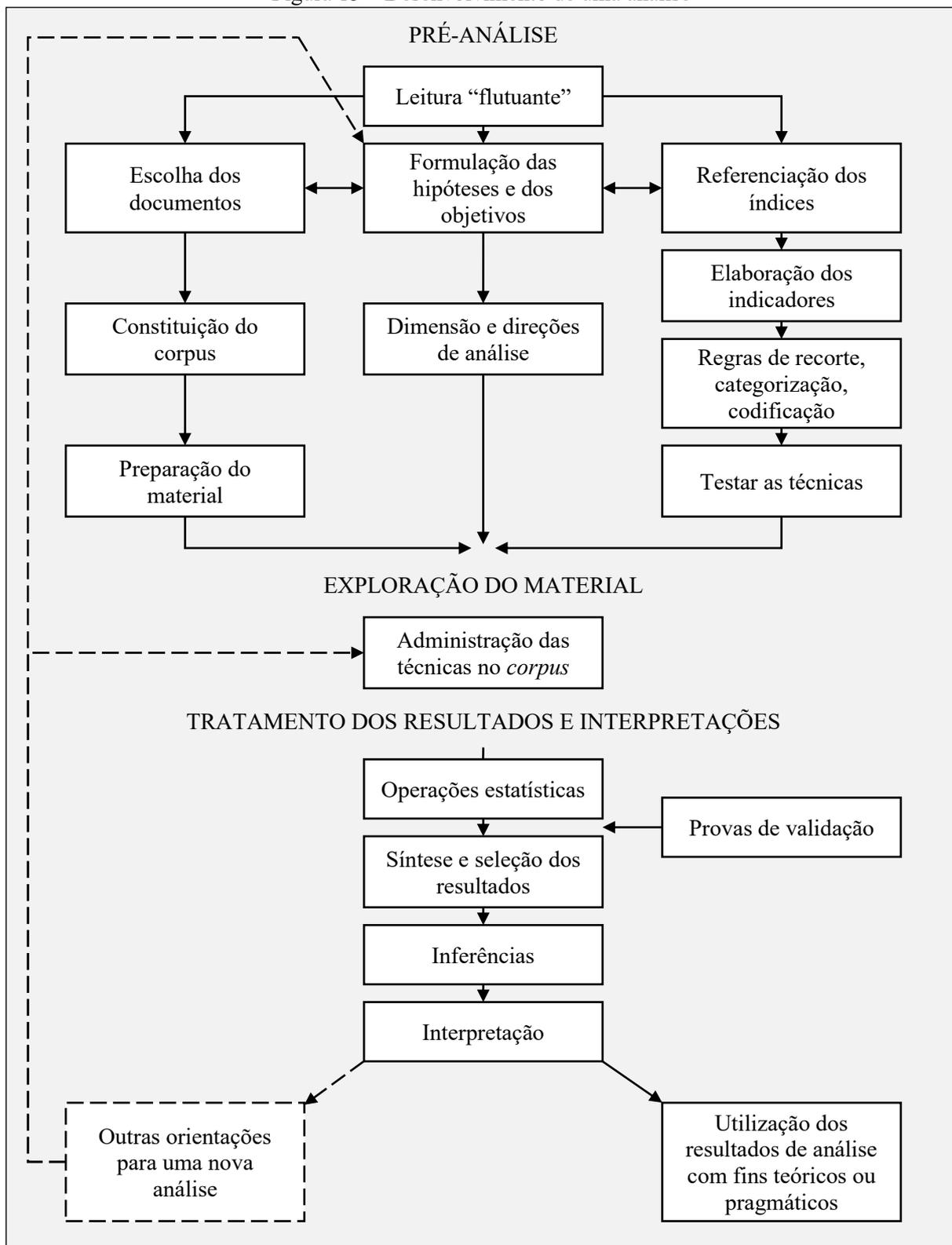
Em sua obra, a autora apresenta várias das técnicas de análise: categorial, de avaliação, de enunciação, proposicional do discurso, da expressão e das relações. Das que são expressas, escolheu-se por utilizar a análise categorial: a mais antiga e a mais utilizada. Essa técnica baseia-se no fracionamento do texto em unidades de sentido, também chamadas de unidades de codificação ou de registro (BARDIN, 2011).

A partir dessas escolhas – da metodologia e da técnica – torna-se possível desenvolver a análise a partir da realização das atividades, as quais relacionam-se e compõem as três fases da metodologia escolhida:

- na **pré-análise** é realizada a organização de todo o processo analítico e consiste basicamente na seleção dos documentos que serão analisados, na construção das hipóteses e dos objetivos, e na elaboração de indicadores que serão utilizados para a interpretação (BARDIN, 2011);
- na **exploração do material** são executadas as decisões definidas na fase anterior e realizadas as operações de codificação, decomposição ou enumeração (BARDIN, 2011); e
- no **tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação** ocorre a significação e a validação dos resultados brutos, as quais servem de base para a realização de interpretações e inferências desenvolvidas pelo pesquisador (BARDIN, 2011).

A figura 15, apresentada a seguir, expõe as atividades e as fases da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011).

Figura 15 – Desenvolvimento de uma análise



Fonte: Bardin (2011, p. 132).

O estudo de caso, estratégia de investigação definida para essa pesquisa, apresenta-se como um dos estudos qualitativos que permitem uma combinação ampla de métodos e técnicas

qualitativas (BELL, 2008). Segundo Martins e Theóphilo (2009), a confiabilidade dessa estratégia pode ser garantida pela adoção de várias fontes de evidências, técnica conhecida como triangulação. Os autores ainda complementam ao dizer que, caso essas evidências resultem da aplicação de técnicas distintas de coleta de dados, a confiabilidade reveste-se de um valor ainda maior.

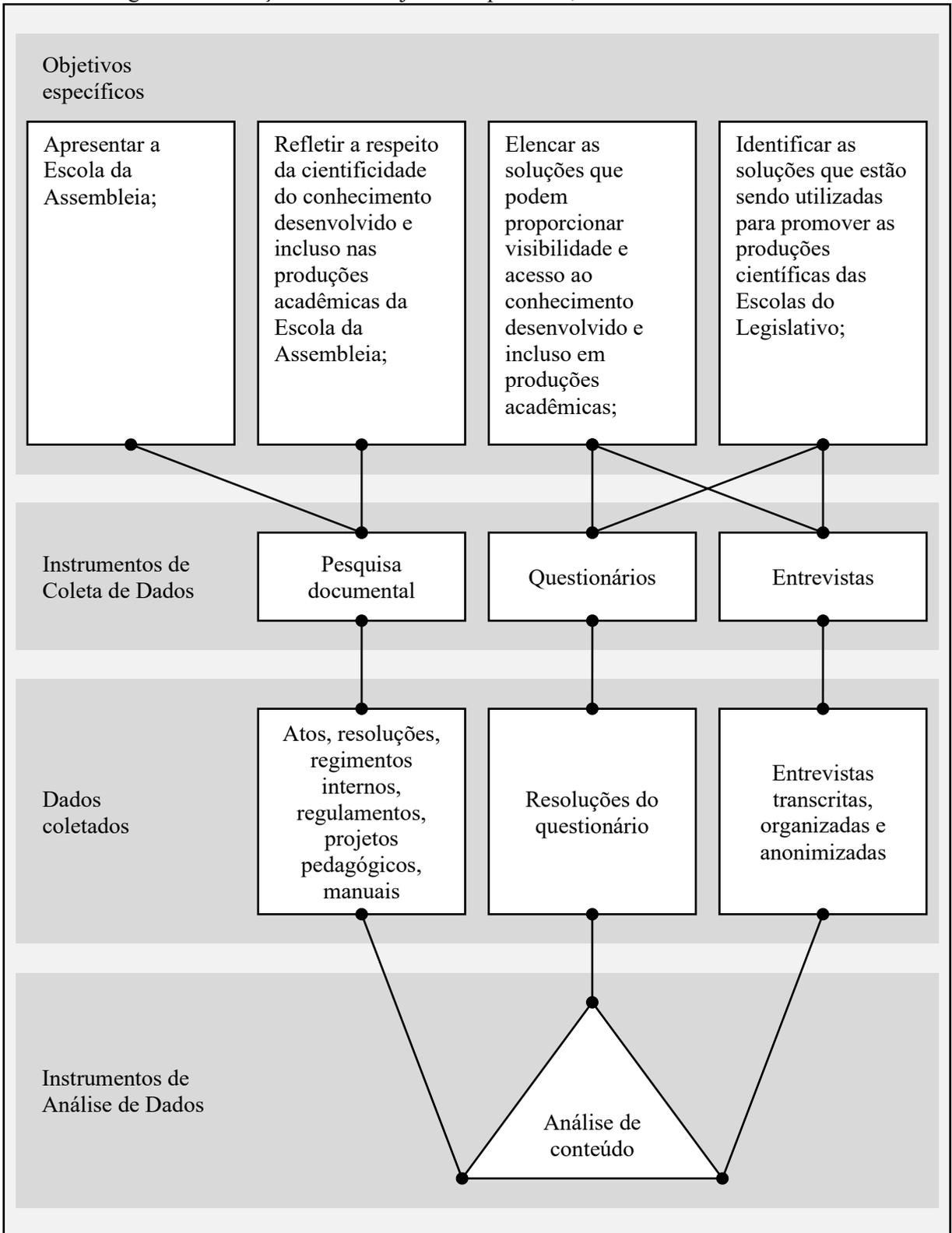
Diante dessa visão, além da técnica inerente à metodologia proposta para análise de dados – análise categorial –, optou-se pela utilização da técnica que reúne dados de diversas fontes – triangulação. Dos diversos tipos de triangulação discutidos pela literatura, a de dados foi a definida para essa pesquisa, conforme evidenciado pelas informações apresentadas no parágrafo anterior (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para o apoio à realização das atividades de análise de dados, foi definida a utilização de um aplicativo. O aplicativo escolhido foi empregado nas três fases, sendo utilizado nas atividades de constituição do *corpus* (fase de pré-análise), na administração desse *corpus* (fase de exploração do material) e nas atividades de interpretação e inferência (fase de tratamento dos resultados e interpretações). Entretanto, nas atividades de interpretação e a inferência, o aplicativo apenas serviu para a consulta à codificação realizada, evidenciando assim que essas atividades foram efetuadas pelo pesquisador.

5.5.2 Resumo da metodologia e técnicas de análise de dados

A figura 16 a seguir apresenta a relação entre os objetivos específicos que desejou-se atingir, os instrumentos de coleta de dados utilizados, os dados coletados e o instrumento único de análise de dados aplicado com a técnica de triangulação evidenciada.

Figura 16 – Relação entre os objetivos específicos, a coleta e a análise de dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

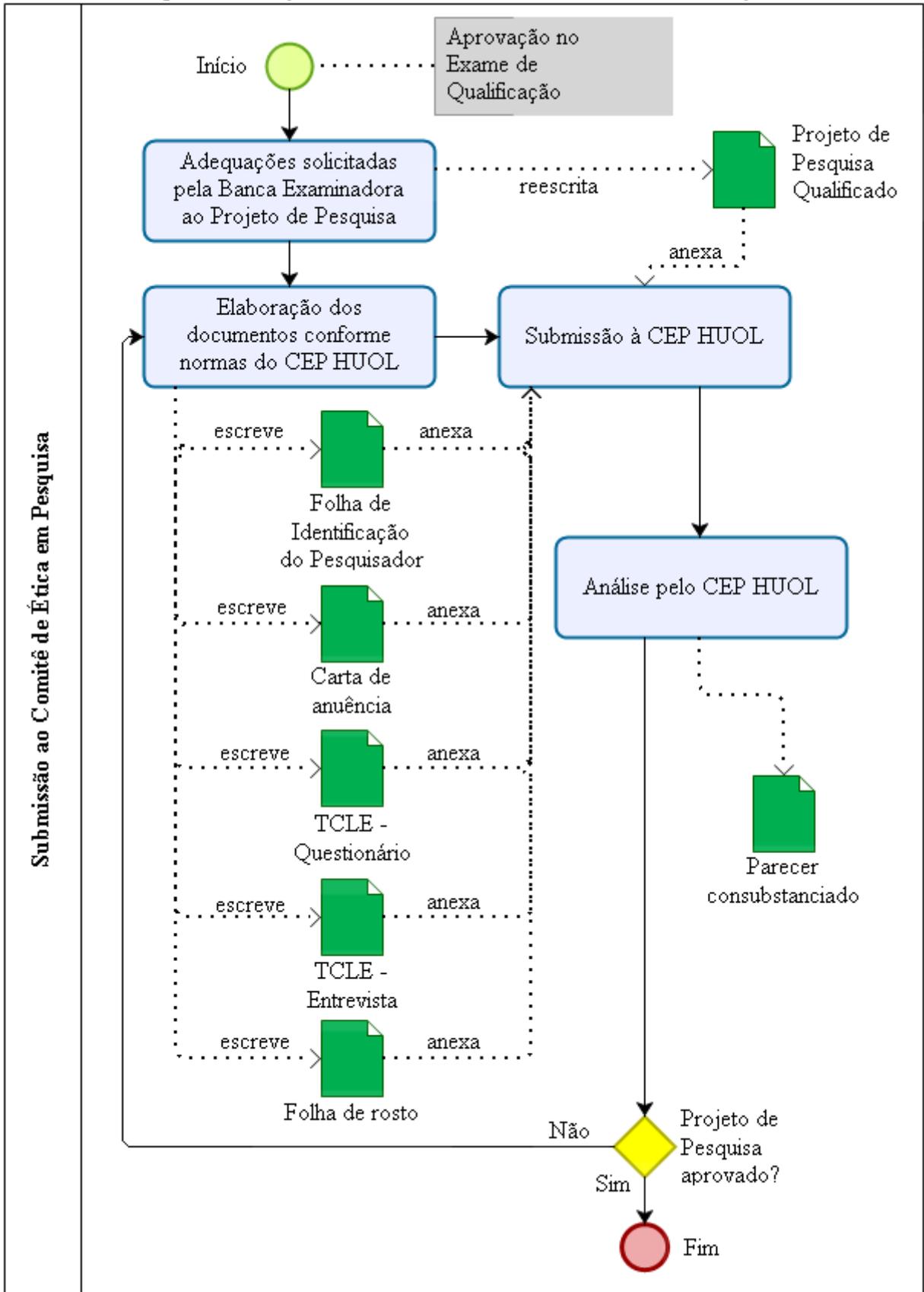
5.6 Princípios éticos

A adoção de princípios éticos é uma das questões que deve ser tratada pelos pesquisadores, visto que influenciam, segundo Gibbs (2009) as pesquisas científicas e, com maior ênfase, as etapas de planejamento e de coleta de dados. Nesse sentido, foi interesse dessa investigação respeitar esses princípios e adotar cuidados especiais para as fases ressaltadas, sem despreocupar-se com as demais. Assim, o projeto de pesquisa seguiu as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) da UFRN, tendo sido condicionada a continuidade dessa pesquisa à submissão e a aprovação por esse órgão.

O CEP HUOL, para o propósito desta pesquisa e a aprovação dela, exigiu os seguintes documentos: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Folha de Identificação do Pesquisador, Carta de Anuência, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e este Projeto de Pesquisa.

A ilustração a seguir apresenta o processo de submissão ao CEP HUOL.

Figura 17 – Subprocesso de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Aprovado o projeto de pesquisa pelo referido órgão para início dos procedimentos de coleta de dados com pessoas, dois desses documentos foram apresentados aos servidores que participaram da pesquisa: o TCLE e o Parecer Consubstanciado do CEP HUOL. O primeiro desses documentos informou aos participantes do que trata a pesquisa, de como seriam realizados os procedimentos que os envolvia e a tratativa dos dados fornecidos (GIBBS, 2009). Outras informações também constaram, conforme Yin (2005) expõe, como os riscos a que os servidores estariam expostos, que o consentimento podia e pode ser retirado a qualquer momento e que o colaborador não seria obrigado a participar da pesquisa. Além desse, o documento de aprovação desta pesquisa pelo CEP HUOL também foi apresentado como forma de transmitir segurança ao servidor da seriedade da pesquisa, do qual objetivou-se também um comprometimento, inclusive ético.

Iniciada a etapa de coleta de dados, o pesquisador entrou em contato com os colaboradores das instituições do Poder Legislativo – Assembleias Legislativas estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal – informando da realização da pesquisa, perguntando quem seria o colaborador ideal para responder o questionário e obtendo o endereço eletrônico de contato. Foram então enviados correspondências digitais para os endereços eletrônicos coletados, as quais continham o TCLE para o instrumento questionário, constante no Apêndice A, a autorização concedida pelo CEP, constante no Anexo A quando expedida, o link para o questionário *online* e o código de segurança único para cada Instituição que permitiu a validação pelo pesquisador do questionário respondido pelo participante. A participação na resolução do questionário esteve condicionada a sua concordância em participar da pesquisa.

Após a análise dos dados obtidos com as resoluções dos questionários, o pesquisador selecionou as instituições e colaboradores que participaram da etapa de coleta de dados através de entrevistas. Para a realização das entrevistas, o pesquisador entrou novamente em contato com a instituição buscando informar da pesquisa para o colaborador, visto que não necessariamente foi o mesmo colaborador que respondeu o questionário. Esse contato foi realizado no dia da realização das entrevistas, tendo sido apresentados o TCLE para o instrumento entrevista, constante no Apêndice B. Entretanto, diferentemente da aplicação do questionário, o consentimento em participar da pesquisa foi realizado presencialmente a partir da assinatura do TCLE, anteriormente a entrevista.

Antes, durante e posteriormente às coletas de dados, o pesquisador esteve disponível, e assim continua, para que os participantes retirem dúvidas sobre a pesquisa ou, de forma mais específica, acerca dos instrumentos de coleta de dados, conforme atenta Yin (2005).

Após a realização das entrevistas e o processo de transcrição, na etapa de análise dos dados, foi desenvolvida a organização e anonimização das transcrições, buscando retirar qualquer possibilidade de identificação dos entrevistados e de pessoas envolvidas.

A confidencialidade dos dados também foi e continua sendo garantida, sendo esses, em sua forma pura, vistos apenas pelo mestrando e o professor orientador.

5.7 Pré-teste

Anteriormente ao início da coleta de dados através de questionário e posteriormente à conclusão do processo de submissão do projeto de pesquisa ao CEP-HUOL, foi realizado o pré-teste do questionário. O planejado para esse subprocesso da pesquisa era realizá-lo com dois colaboradores de instituições do Poder Legislativo que foram identificados e escolhidos por terem conhecimento adequado para a resolução do questionário e senso crítico para auxiliar no processo de melhoria do instrumento de coleta de dados. Entretanto, um deles não pôde participar e a atividade foi desenvolvida com apenas um colaborador. É importante destacar que o pesquisador não estava inserido no mesmo local do colaborador e toda a comunicação ocorreu de forma remota, buscando desenvolvê-la do mesmo modo que iria ocorrer e ocorreu a resolução do questionário pelos colaboradores de instituições de todo o país.

Tão logo iniciou-se a aplicação do pré-teste, esse colaborador perguntou se o código de segurança era recebido por e-mail. Foi informado a ele que sim e que isso evitava que uma pessoa se passasse por outra, vez que, após a conclusão da aplicação dos questionários, seria feita uma validação no questionário através desse código de segurança. O colaborador então pediu que eu informasse um código para que ele pudesse iniciar a resolução do questionário. Comuniquei então que ele podia inserir qualquer um, visto que a verificação seria à posteriori e estávamos realizando um pré-teste. O usuário então iniciou a resolução do questionário e o concluiu sem mais indagações. O questionamento do colaborador serviu para ratificar a importância de uma comunicação efetiva, tanto pelo contato telefônico quanto por e-mail, para que os questionados entendessem o motivo pelo qual foi inserido esse código de segurança e a importância para o processo de coleta de dados.

A aplicação do pré-teste do colaborador resultou em dois conjuntos de informações que foram analisados. Primeiramente, foram analisadas as respostas do questionário, as quais apresentaram respostas dentro do esperado. Em seguida, foram analisadas as observações feitas

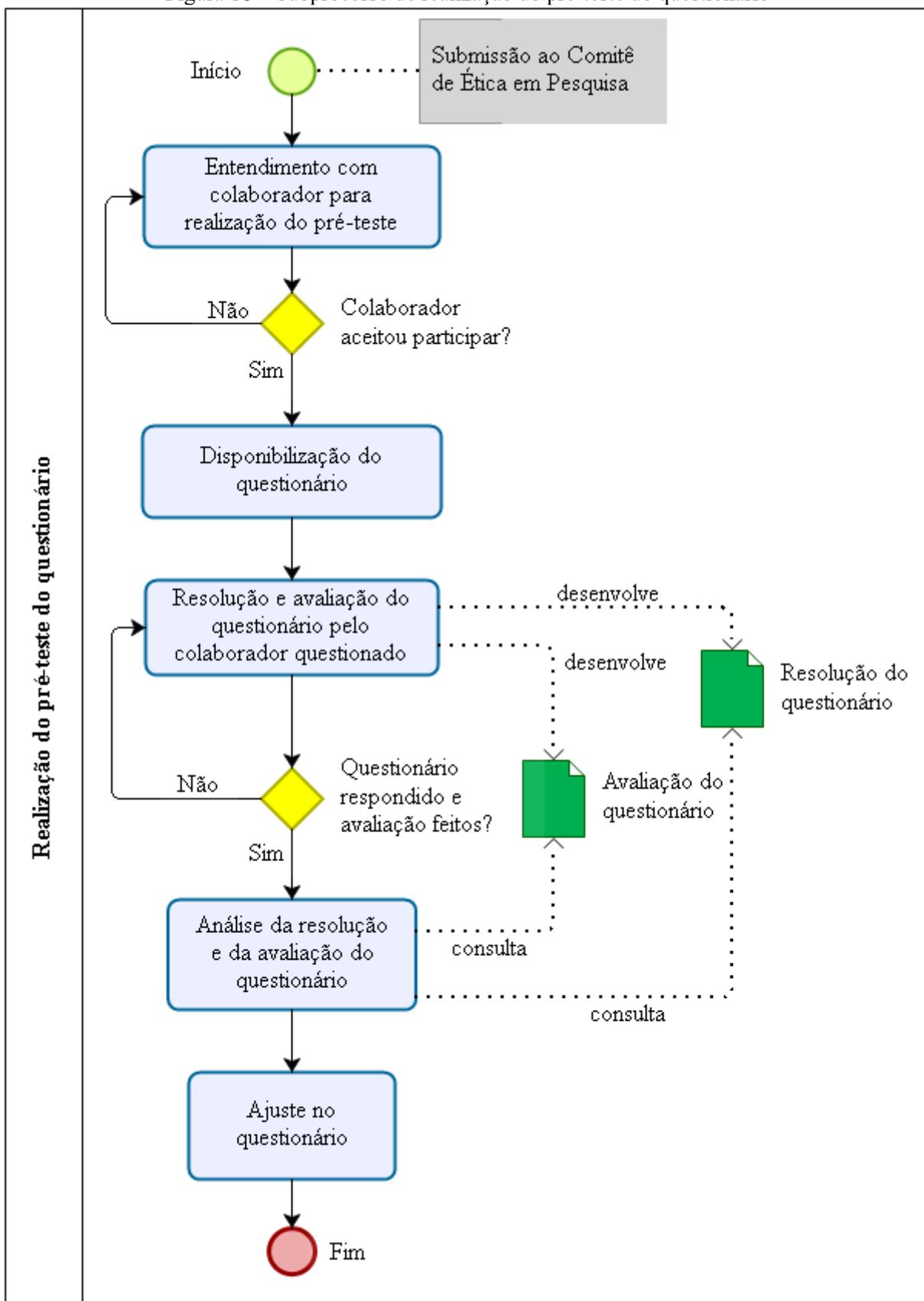
pelo colaborador. Através de um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz, o colaborador expressou a seguinte avaliação:

O questionário tá muito bem detalhado, só acho que na última seção, onde fala da visibilidade das produções, poderia acrescentar alguma questão sobre a preferência dos meios para acessar esse tipo de informação ou tipo de obstáculo percebido nesse processo, acredito que seja a ênfase do seu trabalho. As duas últimas questões são muito parecidas, poderia grifar o termo 'visibilidade' e 'acesso' para o respondente perceber a diferença. Acho que só isso mesmo.

Quanto à primeira pontuação, foi explicado ao mesmo, também pelo aplicativo, que esse questionamento não foi inserido no questionário porque poderia ser realizado na entrevista e que as respostas dos questionários seriam utilizadas, de forma predominante, para a seleção das instituições que teriam seus colaboradores entrevistados. A segunda consideração já havia sido identificada pelo pesquisador. Porém, o aplicativo utilizado para o desenvolvimento do instrumento de coleta de dados não permite qualquer tipo de grifo em termos, expressões ou frases. Essa informação foi então transmitida ao colaborador. Assim, ainda que tenham sido observações pertinentes, não ocorreu nenhum ajuste no questionário.

A figura 18 apresenta o subprocesso de realização do pré-teste do questionário.

Figura 18 – Subprocesso de realização do pré-teste do questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.8 Aplicativos utilizados

Para o desenvolvimento dessa pesquisa e o suporte dos procedimentos metodológicos definidos, alguns aplicativos foram necessários e são apresentados a seguir:

- Microsoft® Word® para Office 365 MSO – Versão 1808: aplicativo *desktop* utilizado para a edição dos textos da pesquisa, incluindo, além do corpo desta dissertação, os roteiros e as transcrições das entrevistas;
- Microsoft® Excel® para Office 365 MSO – Versão 1808: aplicativo *desktop* utilizado para a edição de planilhas de informações sobre as escolas do legislativo e para análise dos dados coletados nos questionários.
- Microsoft® PowerPoint® para Office 365 MSO – Versão 1808: aplicativo *desktop* utilizado para a edição de algumas imagens, bem como para o desenvolvimento das apresentações do projeto de pesquisa e da pesquisa, expostas nas arguições do exame de qualificação e da dissertação de mestrado, respectivamente.
- Macromedia® Fireworks® - Versão 4³⁵: aplicativo *desktop* utilizado para o desenvolvimento de parte das ilustrações utilizadas no corpo da dissertação;
- Mendeley Desktop® - Versão 1.19.3: aplicativo *desktop* utilizado para o gerenciamento das referências utilizadas nesta pesquisa;
- Google® Drive®: aplicativo *online* utilizado para a edição e aplicação dos questionários, um dos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa;
- Bizagi Modeler® – Versão 3.1.0.011: aplicativo utilizado para a edição dos processos utilizados na pesquisa, apresentados em ilustrações no corpo da dissertação;
- ATLAS.ti – Versão 8.4.15.0³⁶: aplicativo utilizado na fase de exploração dos documentos coletados e desenvolvidos, na etapa de análise de dados.

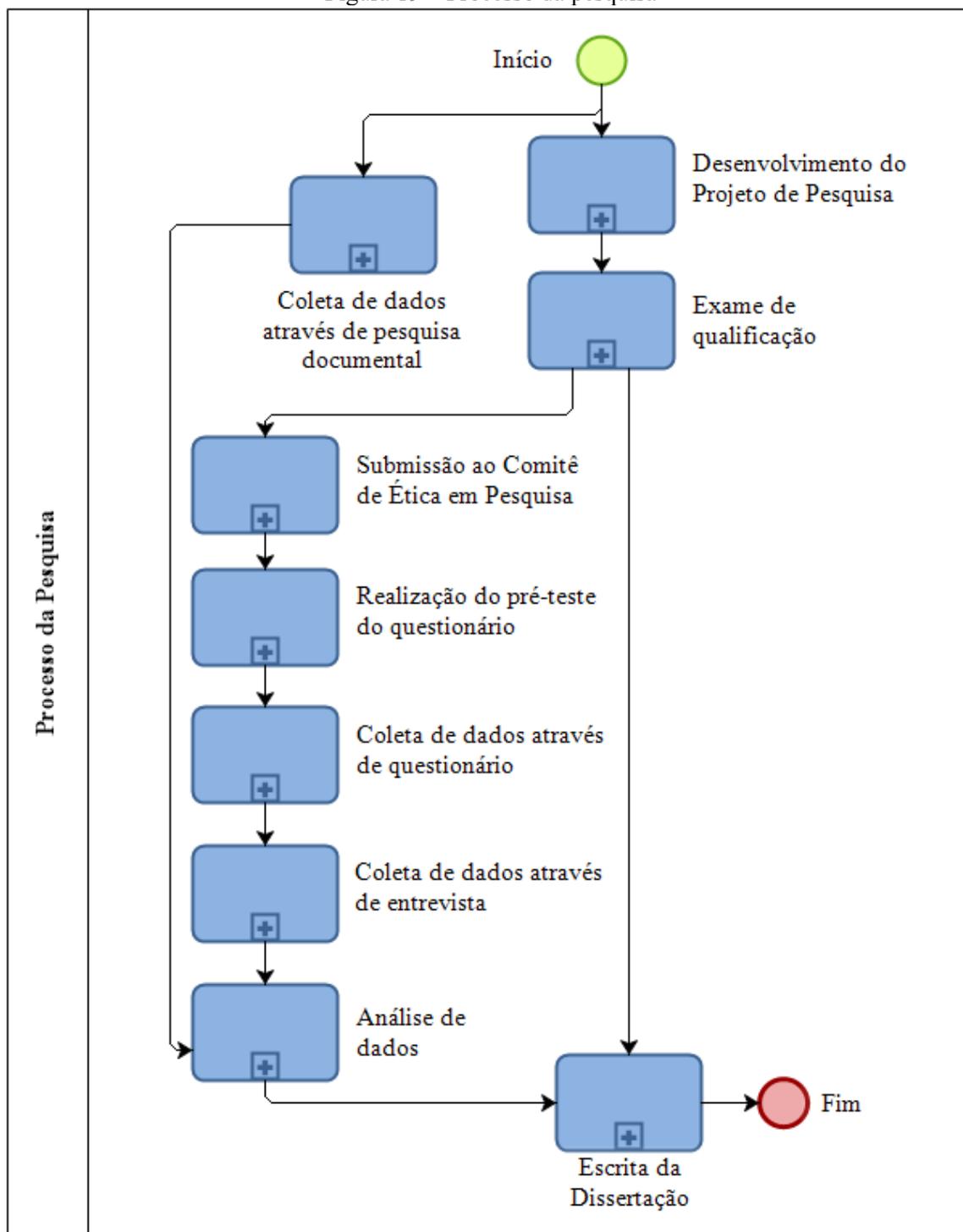
5.9 Processo da Pesquisa

O processo dessa pesquisa pode ser resumido na ilustração 19 apresentada a seguir.

³⁵ A Macromedia® foi adquirida posteriormente pela Adobe Systems®.

³⁶ A licença utilizada nesse aplicativo foi de teste para 1 usuário, a qual apresenta limitações, conforme apresentado na seção de análise de dados e discussões.

Figura 19 – Processo da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

6 COLETA DE DADOS

A partir da exposição dos procedimentos metodológicos delineados para essa pesquisa e que foram apresentados na seção anterior, realizou-se a coleta de dados através dos três instrumentos definidos para essa finalidade. A seguir, apresenta-se como ocorreram essas atividades.

6.1 Pesquisa Documental

A coleta de dados através da pesquisa documental iniciou-se paralelamente ao desenvolvimento do projeto de pesquisa e entendeu-se durante toda a realização dessa. Com o propósito de atingir vários objetivos – dois específicos, o geral e um que surgiu posteriormente –, as atividades desse instrumento podem ser segmentadas em três etapas.

Na primeira dessas, teve-se como objetivo a busca por informações que auxiliassem na construção do entendimento do que são ou foram, do que fazem ou fizeram e do que representam ou representaram as entidades – Instituto do Legislativo Potiguar e a Escola da Assembleia – para a própria Instituição, para o Poder Legislativo e para a sociedade. O propósito fundamental dessa etapa vincula-se assim ao primeiro objetivo específico desse estudo, assim como ao objetivo geral.

Nesse intuito, desejou-se localizar, consultar e analisar os atos que as criaram ou as modificaram, os que instituíram seus regimentos internos e os que regulamentaram setores de suas estruturas organizacionais ou serviços dessas unidades. Outros documentos internos descobertos, de caráter normativo ou não, foram coletados, examinados e apreciados. A finalidade com esses foi de preencher lacunas informacionais oriundas da investigação e de contextualizar, com mais qualidade, essas unidades que respondem, há 16 anos, pela capacitação e qualificação dos servidores públicos da Instituição, além de outras funções que lhes foram atribuídas e que foram apresentadas na segunda seção.

Nesse cenário, onde ousou-se compreender essas unidades de valor tão destacado para a Casa Legislativa, pesquisou-se também por documentos externos às unidades, mas internos a ALRN, como os atos que organizaram administrativamente a Casa e seu regimento interno. Documentos externos à Instituição e que regulamentaram os serviços educacionais também foram reunidos e explorados, como a Lei de Diretrizes e Bases e a Emenda Constitucional de nº 19, que instituiu as escolas de governo na Administração Pública.

Entretanto, o processo de localizar, consultar e analisar previamente esses documentos não se deu de forma linear. Por inúmeras vezes, essas atividades levaram à descoberta e à busca de outros documentos e informações. No processo, ocorreu também o encontro de informações divergentes, onde fez-se necessária persistir na busca, na consulta e na análise para dirimir os conflitos informacionais elevados.

Nessa atividade, diversos documentos foram coletados, consultados e analisados. Desses, os que não colaboraram para a consecução desse objetivo, foram descartados. Entretanto, vinte e dois documentos contribuíram e tiveram grande importância na consecução do primeiro objetivo específico. Foram documentos visíveis e acessíveis na Internet e que apresentaram informações relacionadas à existência da Escola da Assembleia e/ou do Instituto do Legislativo Potiguar. O quadro 09 apresenta a relação desses.

Quadro 09 – Documentos coletados e utilizados na primeira etapa da coleta de dados

Documento	Data	Autor
Constituição Federal	05 de outubro de 1988	Brasil
Emenda Constitucional nº 19 à Constituição Federal	04 de junho de 1.998	Brasil
Lei Federal nº 8.987	13 de fevereiro de 1.995	Brasil
Decreto-Lei nº 200	25 de fevereiro de 1.967	Brasil
Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado	Novembro de 1.995	Brasil
Decreto Federal nº 6.693	14 de julho de 1.944	Brasil
Decreto Federal nº 7.473	18 de abril de 1.945	Brasil
Decreto Federal nº 8.641	26 de dezembro de 1.945	Brasil
Decreto Federal nº 9.032	6 de março de 1.946	Brasil
Decreto Federal nº 37.608	14 de julho de 1.955	Brasil
Decreto Federal nº 60.602	20 de abril de 1.967	Brasil
Decreto Federal nº 73.115	8 de novembro de 1.973	Brasil
Decreto Federal nº 93.277	19 de setembro de 1.986	Brasil
Resolução nº 5.116	10 de julho de 1.992	ALMG
Resolução nº 3	16 de abril de 2.003	ALRN
Resolução nº 37	23 de dezembro de 2.008	ALRN
Regimento Interno do ILP	16 de fevereiro de 2.009	ALRN
Regimento Interno do ILP (atualização)	17 de agosto de 2.009	ALRN
Resolução nº 54	30 de setembro de 2.009	ALRN
Resolução nº 50	27 de novembro de 2.012	ALRN
Regimento Interno do ILP (atualização)	Junho de 2.014	ALRN
Resolução nº 35	10 de junho de 2.016	ALRN
Resolução nº 90	14 de dezembro de 2.017	ALRN

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tão logo o projeto de pesquisa tornou-se qualificado, a pesquisa documental concentrou-se na coleta dos projetos pedagógicos, documentos que se relacionaram com o segundo objetivo específico e com o geral, e fizeram parte da segunda etapa de coleta de dados. A coleta deu-se, inicialmente, através de pesquisas na Internet e na Escola da Assembleia e, posteriormente, com solicitações formais à entidade. Buscando-se analisar os documentos coletados, montou-se o quadro com as turmas que foram ofertadas.

Quadro 10 – Identificação das turmas de pós-graduação *lato sensu* realizadas

Turma	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Início	Conclusão	Demanda	Concluintes
01	Administração Legislativa	04/2010	2012	53	37
02	Gestão Pública 2011.2	*	2013	107	85**
03	Gestão Pública 2012.1	*	2014	107	
04	Gestão Pública 2014-A	04/2014	2016	62	32
05	Gestão Pública 2014-B	04/2014	2017	67	39
06	Poder Legislativo e Políticas Públicas (LEG002)	09/2015	2018	*	09
07	Gestão Eficaz no Serviço Público – Qualidade e Processo (GSP003)	09/2015	2018	*	13
08	Gestão Pública (GEP001)	09/2015	2018	*	13
09	Direito Processual Civil (JUF004)	07/2016	2018	*	43
10	Direito Público (DPU008)	07/2016	*	*	***
11	Gestão de Pessoas no Serviço Público (PES009)	07/2016	*	*	***
12	Planejamento Financeiro no Serviço Público (FIN010)	07/2016	*	*	***
13	Poder Legislativo e Políticas Públicas (LEG014)	05/2017	****	*	****
14	Direito Constitucional (DCO022)	12/2017	****	*	****
15	Saúde Pública: Enfermagem Oncológica (SAP019)	12/2017	****	*	****
16	Comunicação Pública (COM018)	09/2017	****	*	****
17	Direito Previdenciário (DPV021)	11/2017	****	*	****
18	Gestão Pública (GEP013)	05/2017	****	*	****
19	Direito Público (DPU012)	03/2017	****	*	****
20	Gestão Pública (GEP023)	01/2018	****	*	****
(*) Informação não encontrada. (**) O número de alunos concluintes inclui os certificados emitidos para as duas pós-graduações. (***) O número de certificados não está disponível porque ainda está em processo de emissão desses. (****) A pós-graduação encontra-se em andamento.					

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 20 turmas de cursos de pós-graduações *lato sensu* realizadas pela Escola da Assembleia ou pelo Instituto do Legislativo Potiguar, foram coletados 9 projetos pedagógicos de 10 turmas, os quais foram analisados. Além desses documentos, outros foram coletados, identificados como importantes e utilizados. O quadro 11 apresenta todos os documentos.

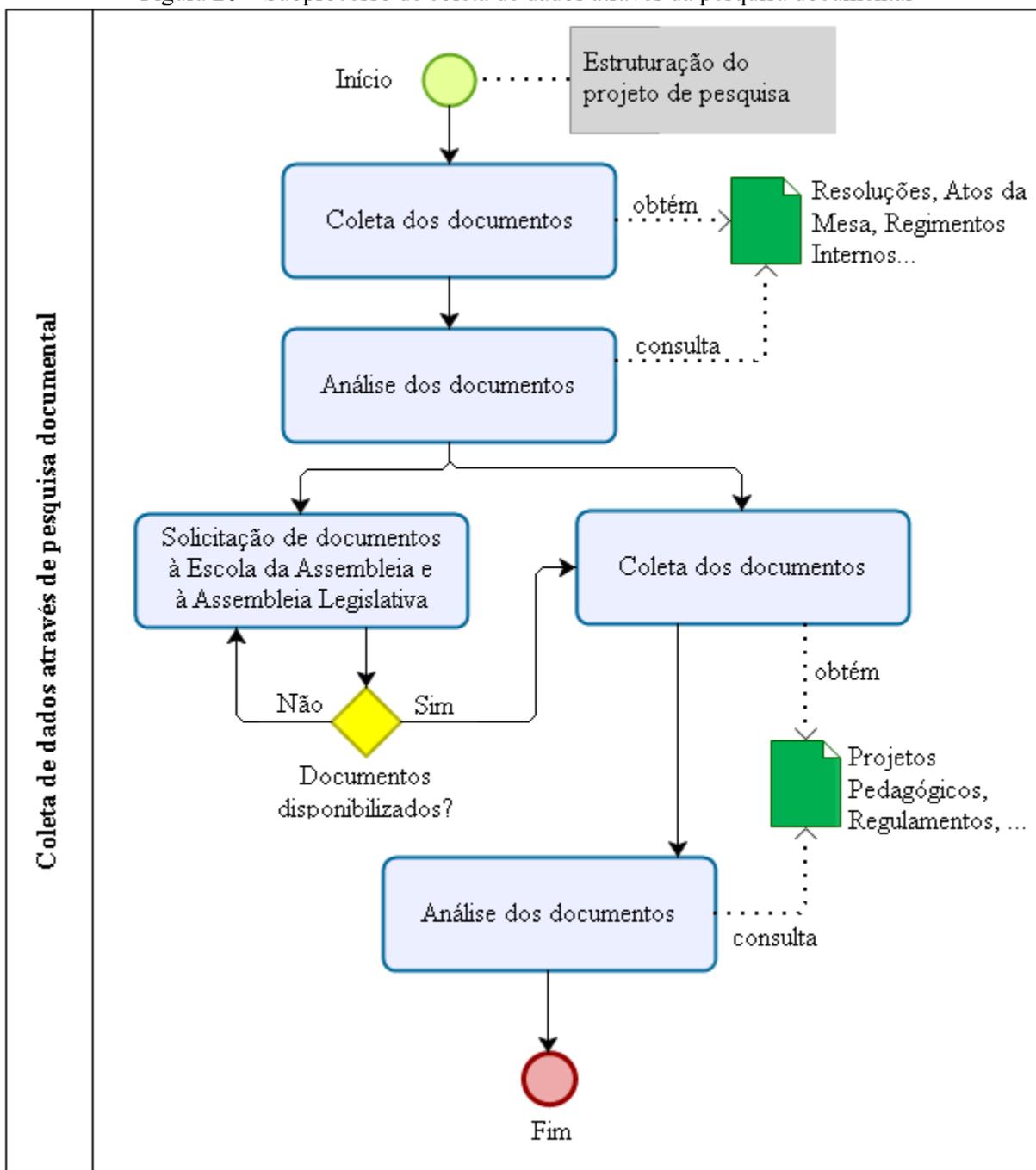
Quadro 11 – Documentos coletados e utilizados na segunda etapa da coleta de dados

Documento	Ano	Autor
Regimento Interno da ALRN – consolidado com atualizações posteriores	1990	ALRN
Regimento Interno do Instituto do Legislativo Potiguar	2014	ILP
Regulamento de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	2014	ILP
Regulamento da Secretaria Escolar	2014	ILP
Ato de criação da Escola da Assembleia	2016	ALRN
Reorganização da estrutura administrativa da ALRN	2017	ALRN
Manual de procedimentos de monografia	2015	ILP
Regulamento da Biblioteca Deputado Márcio Marinho	2014	ILP
Projeto Pedagógico Institucional	2009	ILP
PP - Especialização em Administração Legislativa	2010	ILP
PP - Especialização em Gestão Pública	2011	ILP
PP - Especialização em Gestão Pública	2015	ILP
PP - Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas	2015	ILP
PP - Especialização em Direito Público	2016	ILP
PP - Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público	2016	ILP
PP - Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas	2016	ILP
PP - Especialização em Saúde Pública	2017	EAL
PP - Especialização em Direito Previdenciário	2017	EAL

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A figura 20 apresenta o subprocesso de coleta de dados através da pesquisa documental.

Figura 20 – Subprocesso de coleta de dados através da pesquisa documental



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

6.2 Questionário

Previamente à disponibilização do questionário – desenvolvido e apresentado no Apêndice A – e do código de segurança – necessário para a validação da instituição do respondente – foram realizados contatos telefônicos com gestores responsáveis das escolas de governo de Instituições do Poder Legislativo nos âmbitos federal, estadual e distrital. Essas relações, anteriores à aplicação do instrumento de coleta de dados, ocorreram no período compreendido entre 24 de abril e 22 de maio de 2019. Nas ligações telefônicas efetuadas, informações sobre o pesquisador, a pesquisa e o questionário foram apresentadas, sendo então solicitada a participação da escola do legislativo na resolução dos questionários. Das 28 entidades que compunham o conjunto amostra para esse instrumento, obteve-se o contato com 26 dessas.

Com a ciência e a aprovação do gestor de cada instituição, foi solicitado um correio eletrônico para o qual foi enviado (1) o endereço eletrônico em que estava disponível o questionário *online*, (2) o código de segurança individual para cada instituição do Poder Legislativo e (3) informações da pesquisa, além (4) do Parecer Consubstanciado do CEP-HUOL e (5) do TCLE para esse instrumento de coleta de dados, documentos que foram anexados.

Das 26 instituições que receberam o correio eletrônico, 21 delas responderam ao questionário no período compreendido entre 24 de abril e 23 de maio de 2019. Durante esse intervalo, ocorreu a retirada de dúvidas por contato telefônico, por e-mail e por aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Esses canais de comunicação também foram utilizados para questionamentos diligentes do pesquisador quanto à existência de dúvidas sobre a resolução do questionário.

À medida que as instituições responderam o questionário, a partir de seus colaboradores, validou-se o questionário analisando se o código informado na resolução desse condizia com o enviado pelo correio eletrônico. Posteriormente, caso a primeira condição tivesse sido afirmativa, as condições de parada, relacionadas ao quantitativo mínimo de resolução e a duas distribuições, eram analisadas para verificar se essas tinham sido satisfeitas. As condições de parada estabelecidas foram:

- a quantidade mínima de 16 resoluções de questionário, dada a amostra de 28 instituições de âmbito federal, estadual e distrital;

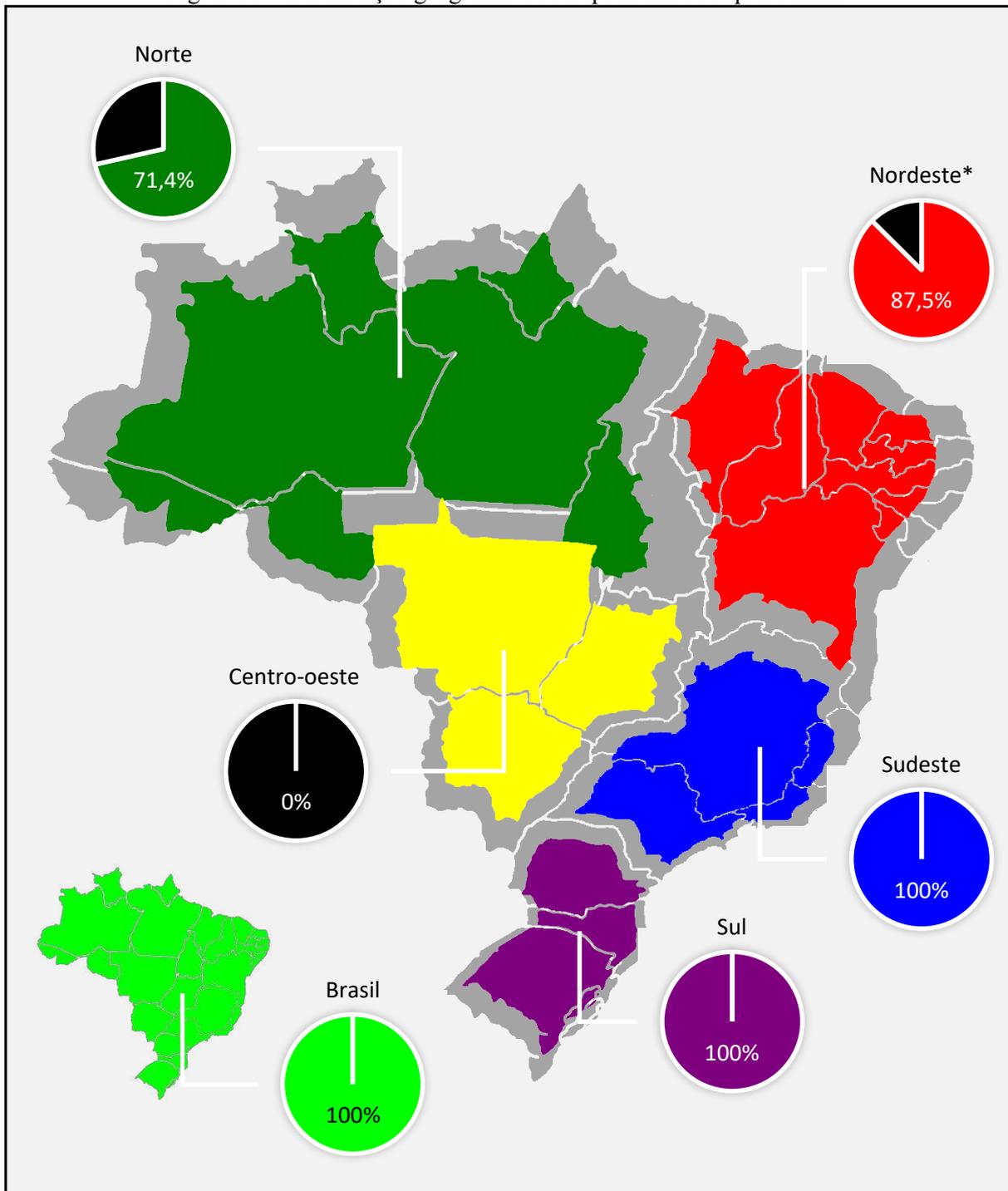
- todas as regiões e as instituições federais estarem representadas por, no mínimo, 50% das instituições respondentes da referida abrangência, dada a divisão geográfica do país;
- todos os grupos seccionados estarem representados por, no mínimo, 50% das instituições respondentes, dada a segmentação feita relativa à quantidade de deputados estaduais de cada instituição do Poder Legislativo;

As distribuições apresentadas – geográfica e por número de deputados estaduais/distritais – foram definidas com o objetivo de garantir representatividade quantos aos aspectos levantados: características naturais, sociais, culturais e econômicas, para o primeiro arranjo, e quantidade de eleitorado, para o segundo.

Após atingir o número mínimo especificado de respondentes – 16 – identificou-se que os demais critérios de parada não haviam sido satisfeitos. Assim, continuou-se o processo de entendimento com gestores das escolas do legislativo buscando a resolução do questionário por eles ou pessoas designadas por ele. De forma demorada, atingiu-se o quantitativo de 21 instituições respondentes, mas, ainda assim, o segundo critério de parada planejado não foi atendido. Após identificar que o período para a resolução do questionário havia sido suficiente, inclusive pelos inúmeros contatos efetuados entre o pesquisador e as cinco instituições que não responderam ao questionário, foi encerrado o recebimento de respostas.

Quanto à primeira distribuição, de cunho geográfico e relacionado à localização da instituição respondente no território brasileiro, identificou-se (1) a ausência de envolvimento de entidades da região centro-oeste com a pesquisa e (2) a participação uniforme, em termos percentuais, das demais regiões do país e de instituições que têm representação nacional. A figura 21 apresenta a distribuição ao final do processo de coleta.

Figura 21 – Distribuição geográfica dos respondentes do questionário

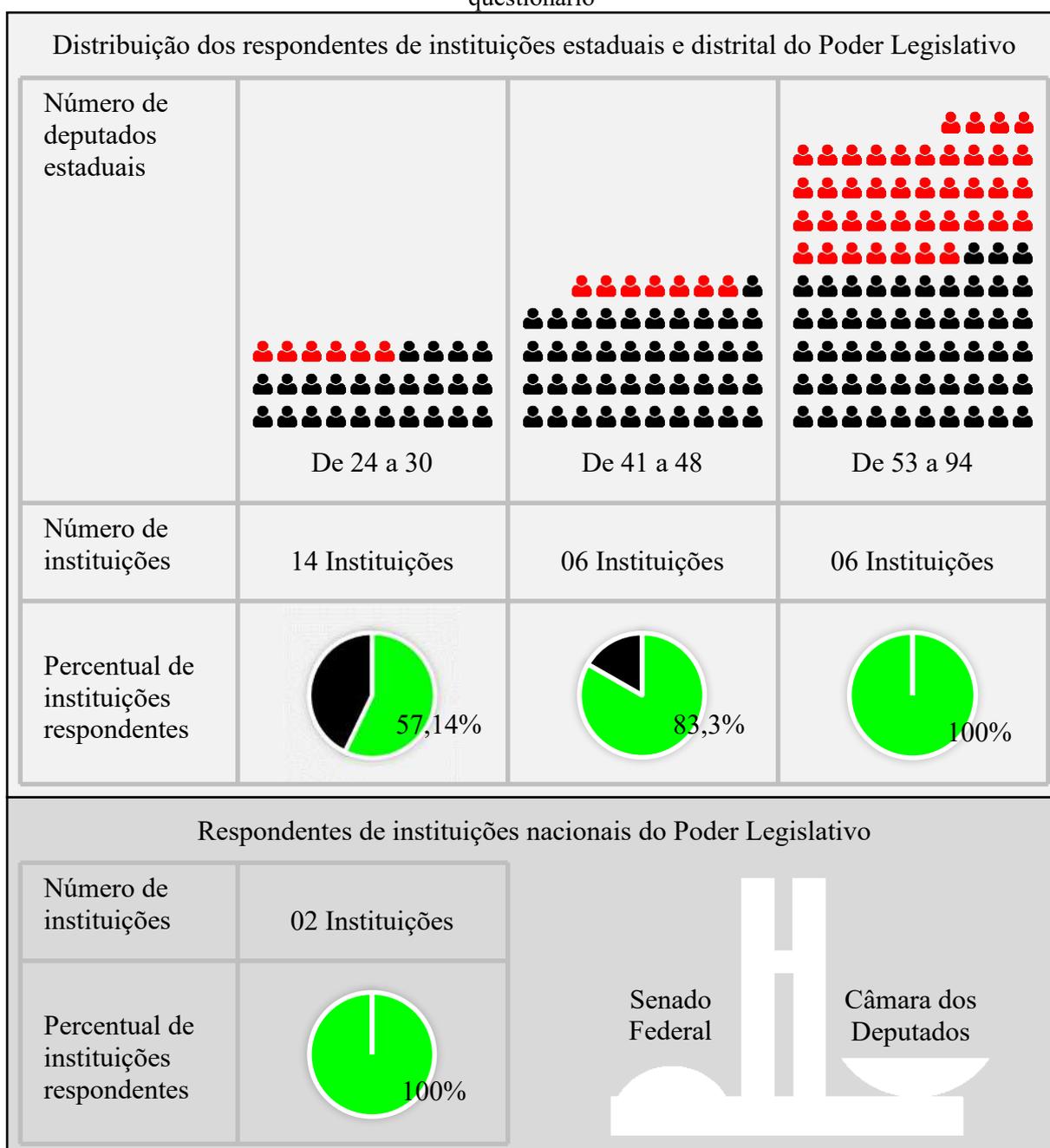


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A segunda distribuição associa-se à quantidade de deputados estaduais ou distritais que compõe a casa legislativa. Esse número está diretamente vinculado à quantidade de eleitores de um estado ou distrito, visto que essa medida é definida com base no número de deputados federais e esses são definidos com base na quantidade de eleitores dessas circunscrições. Para essa distribuição, as instituições respondentes foram segmentadas em três

grupos, sendo: o primeiro, e mais numeroso, composto por casas legislativas que apresentam de 24 a 30 deputados, ou seja, que representam estados com menor quantidade de eleitores; o segundo, por entidades que apresentam de 41 a 48 deputados; e o terceiro, constituído por aquelas que apresentam de 53 a 94 deputados. Ainda que o SF e a CD tenham composições diversas das assembleias legislativas e distrital, aquelas também foram inseridas na figura 22.

Figura 22 – Distribuição quanto ao número de deputados estaduais/distritais dos respondentes do questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Identificou-se, na segunda distribuição, que todos os grupos tiveram participação superior a 50%, ainda que tenha havido valores variando entre 57,14% e 100%. Esses percentuais enfatizam que houve uma boa representatividade nos diferentes grupos dessa distribuição.

Assim, a análise geral da aplicação do questionário evidenciou que, ainda que tenha ocorrido a ausência de envolvimento de entidades da região centro-oeste com a pesquisa, realçados na primeira distribuição, os resultados gerais demonstraram que a coleta de dados por esse instrumento foi proveitosa.

Quanto às informações extraídas dos dados coletados, algumas foram utilizadas para a escolha das instituições que tiveram servidores entrevistados. Essas informações, associadas aos aspectos geográficos e de número de deputados estaduais/distritais, balizaram a escolha de onze instituições (I2, I3, I4, I5, I6, I9, I11, I12, I13, I15, I20) para a finalidade apresentada anteriormente. A seguir, são apresentadas essas informações.

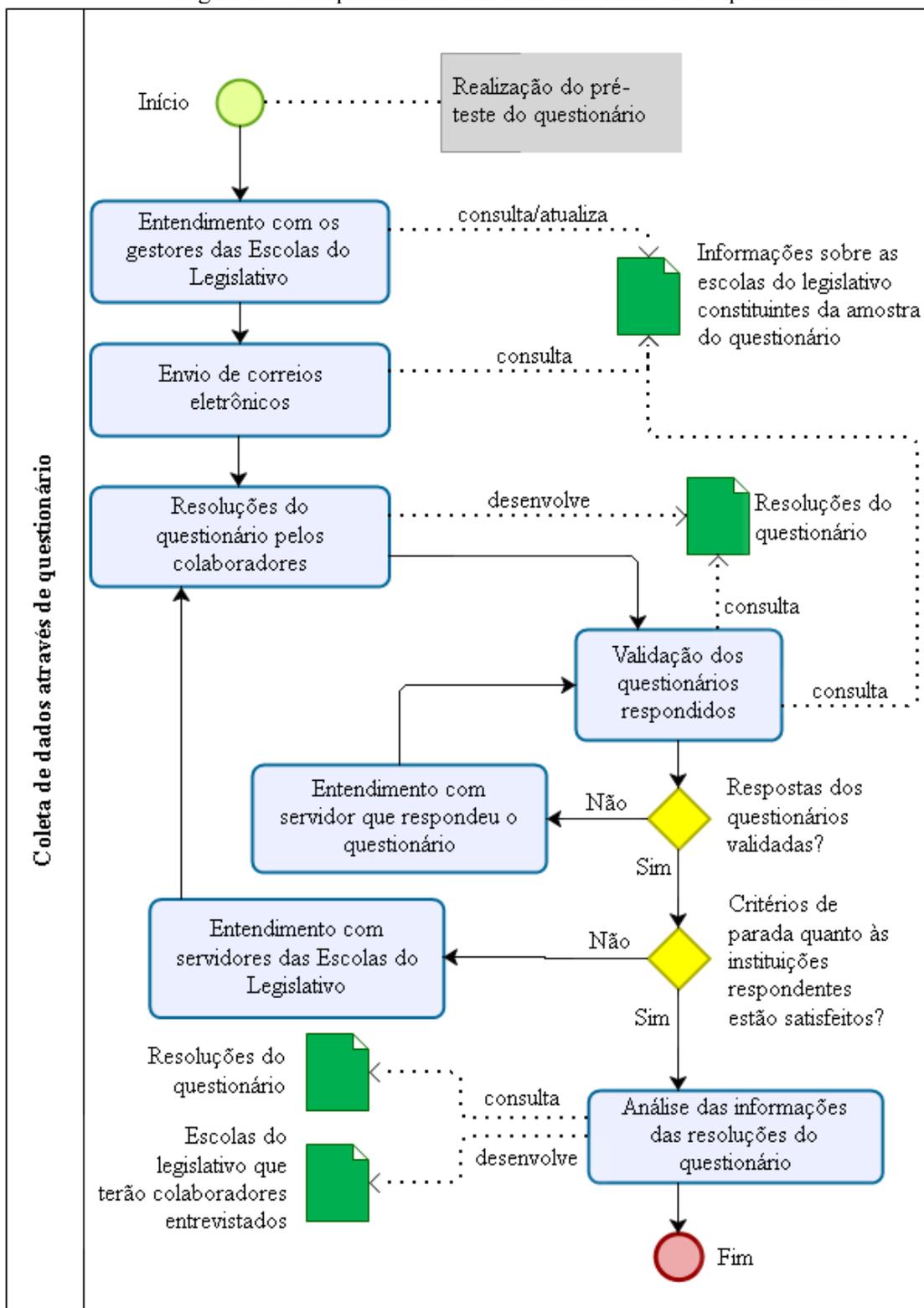
Relativo à oferta de cursos, das vinte e uma instituições respondentes, catorze informaram que ofereceram algum dos cursos questionados: quatro (I9, I11, I12 e I14), cursos de graduação; doze (I1, I2, I3, I4, I10, I11, I12, I13, I15, I17, I18 e I20), cursos de pós-graduação *lato sensu*; e duas (I4 e I15), cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Dessa forma, sete instituições (I5, I6, I7, I8, I16, I19 e I21) não realizaram, até aquele momento, nenhum curso de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), ainda que duas dessas (I5 e I6) promoveram a visibilidade e o acesso a produções científicas através de revistas.

Referente à presença de bibliotecas, há desde instituições (I9, I10 e I12) que apresentam duas bibliotecas – uma na sede da instituição e outra na escola do legislativo que funciona em prédio anexo – até instituições (I6, I18 e I19) que não tem nenhuma. Quando possuem somente uma biblioteca, em onze instituições (I1, I2, I3, I7, I11, I13, I14, I15, I16, I20 e I21) a biblioteca fica na sede, enquanto em quatro (I4, I5, I8 e I17) a biblioteca fica na Escola do Legislativo.

No tocante ao local onde funciona a escola do legislativo, doze (I2, I3, I4, I8, I9, I10, I12, I13, I15, I17, I19 e I20) funcionam em uma estrutura anexa ao prédio principal da instituição, enquanto nove (I1, I5, I6, I7, I11, I14, I16, I18 e I21) funcionam nesse.

Finalizando a subseção, a ilustração 23 apresenta o subprocesso de coleta de dados através de questionário.

Figura 23 – Subprocesso de coleta de dados através de questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

6.3 Entrevistas

Dado o entendimento de que as entrevistas deveriam ocorrer presencialmente, visto que a realização desse modo permite maior empatia entre o entrevistado e o entrevistador, a aplicação desse instrumento de coleta de dados foi realizada durante o 33º Encontro da ABEL. Esse evento aconteceu na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, durante o período de 5 a 7 de junho de 2019. O encontro, realizado duas vezes por ano congrega gestores e servidores das Escolas do Legislativo e de Tribunais de Contas, assim como as instituições que as mantêm.

Das instituições selecionadas, algumas não tiveram servidores entrevistados porque não se fizeram presentes ao evento (I5, I9, I12 e I20) ou pela dinâmica do evento dificultar a realização das entrevistas (I6 e I13). Assim, das onze instituições que foram previamente selecionadas para terem servidores entrevistados, conseguiu-se apenas efetuar a entrevista com pessoas de cinco dessas (I2, I3, I4, I11 e I15). Dada uma oportunidade surgida durante no decorrer do processo de coleta de dados, uma pessoa de uma instituição não selecionada (I1) foi entrevistada, resultando em seis instituições que tiveram servidores entrevistados.

Em virtude de o pesquisador entender que ainda havia tempo hábil para a realização das entrevistas e que essas poderiam fornecer informações importantes para os objetivos da aplicação desse instrumento de coleta de dados, buscou-se a realização de entrevistas *online* posteriormente ao evento. Essas seriam feitas então com pessoas de instituições que foram selecionadas, mas que não foi possível entrevistá-las durante a realização desse. Entretanto, não se conseguiu realizar nenhuma entrevista, devido principalmente ao distanciamento entre entrevistado e entrevistador, ratificando o entendimento do pesquisador que a empatia é importante no ambiente em que se realiza essa pesquisa.

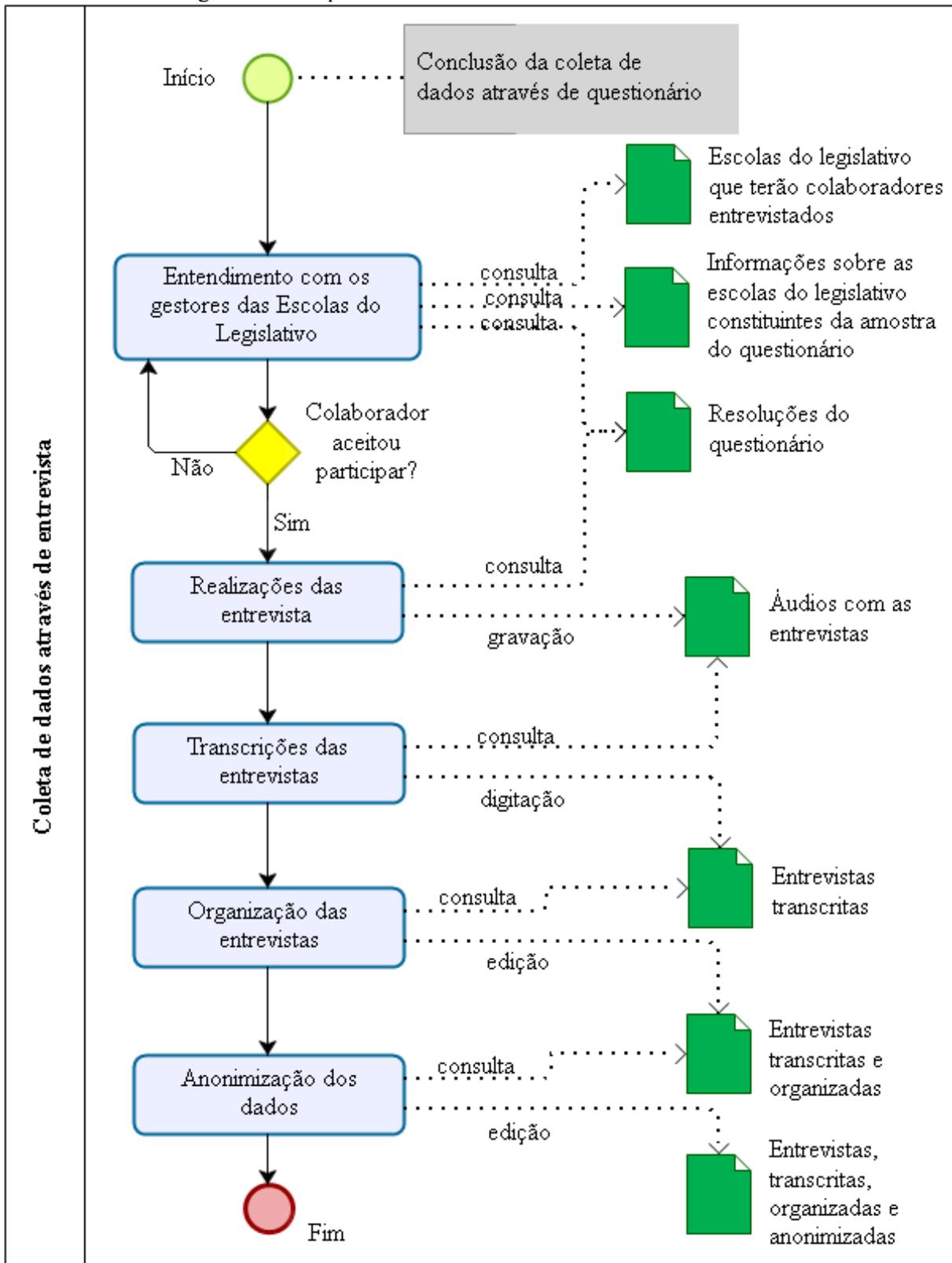
Após a realização das entrevistas, os áudios gravados dessas foram transcritos. Posterior a essa atividade, os dados transcritos foram organizados e anonimizados, objetivando a realização das análises apresentadas na próxima seção.

Ainda que tenha sido desenvolvido um roteiro semiestruturado para as entrevistas, a análise das informações apresentadas nas resoluções dos questionários evidenciou uma pluralidade vasta de cenários nas Escolas do Legislativo. Em algumas, não há bibliotecas e nunca foram realizados cursos de graduação e pós-graduação. Em outras, todavia, são ofertados esses cursos e os trabalhos de conclusão de curso são visíveis e acessíveis. Naquelas, não há de se falar assim em visibilidade. Nessas, foi possível seguir o roteiro. Em um meio termo, há as

que promoveram alguns dos referidos cursos, através de contratos, mas que a visibilidade e o acesso são promovidos pelas ações das instituições firmadas.

Apresenta-se, a seguir, o subprocesso de coleta de dados através de entrevista.

Figura 24 – Subprocesso de coleta de dados através de entrevista



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme indicado anteriormente, a análise de dados foi realizada a partir da execução das atividades das três fases propostas por Bardin (2011) e de técnicas, como a análise categorial e a triangulação. A primeira dessas foi utilizada nas fases de “pré-análise” – etapa de planejamento – e “exploração do material” – etapa de aplicação. A segunda, no “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”. A seguir apresentamos como foi realizada cada uma dessas.

7.1 Pré-análise

Essa fase da análise de conteúdo apresenta vinculação com a organização do processo de análise de dados. Bardin (2011) a descreve como um “período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2011, p. 125). Segundo ela, as atividades que devem ser realizadas nessa etapa iniciam-se pela leitura dos documentos, tendo como consequência a escolha dos documentos que deve seguir regras, seguido da formulação das hipóteses e objetivos, da referenciação dos índices e elaboração de indicadores, e sendo concluída com a preparação do material (BARDIN, 2011). Contudo, para essa pesquisa optou-se pela não definição de hipóteses, fato que a autora faz referência como análise “às cegas”, quando não se tem hipóteses pré-concebidas. Dessa escolha, resulta que não há a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores (BARDIN, 2011).

Inicialmente, foi desenvolvida a leitura flutuante dos documentos coletados e expostos no quadro 09, apresentado anteriormente na subseção 6.1. Posteriormente, foi efetuada a escolha dos documentos, a partir de algumas regras.

Para os documentos do tipo “Projetos Pedagógicos”, decidiu-se pela não aplicabilidade da regra da exaustividade. Essa escolha fundamentou-se no conhecimento do número de elementos desse tipo de documento associado à dificuldade ou a impossibilidade de consegui-los, os quais poderiam inviabilizar a conclusão dessa pesquisa. Assim, foi realizada a solicitação de apenas dez documentos desse tipo à Escola da Assembleia. Entretanto, foi aplicada a regra da representatividade, conforme subseção 5.2.1, visto que se solicitou que esses projetos pedagógicos fossem um de cada ano de determinado período. Para os demais tipos de

documento, a regra da exaustividade foi aplicada, tendo sido analisados todos os documentos existentes e que se teve ciência. Para todos os documentos, aplicou-se as regras de homogeneidade e de pertinência.

Por fim, realizou-se apenas a organização das resoluções dos questionários em um único documento, como preparação do material para a sua exploração, vez que os documentos e as entrevistas já estavam nos formatos adequados e preparados.

7.2 Exploração do material

Segundo Bardin (2011), a etapa de exploração do material baseia-se na aplicação sistemática das decisões tomadas na etapa anterior, consistindo em atividades de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Inicialmente, realizou-se o processo de codificação das transcrições organizadas e anonimizadas na ferramenta que serviu de suporte para a realização dessa atividade. Durante esse processo:

- identificou-se as limitações da versão do aplicativo;
- intensificou-se o aprendizado sobre o aplicativo, incluindo como superar os limitantes da versão;
- reconheceu-se que era necessário melhorar a nomenclatura e o significado dos códigos criados, visando também maior efetividade da análise dos dados;
- observou-se que os grupos de códigos podiam ser melhor criados, também buscando a maior efetividade da análise dos dados;

Desta forma, após a primeira tentativa de codificação e diante da oportunidade de produzir uma análise de conteúdo com maior qualidade no processo, nos resultados e no que pode vir a promover os resultados da pesquisa, realizou-se o descarte dessa organização e também da codificação para o desenvolvimento de um novo processo de análise, o qual é apresentado a seguir.

O estágio inicial da análise de dados iniciou-se com a codificação das fontes coletadas. Segundo o guia rápido do aplicativo (ATLAS. T. SCIENTIFIC SOFTWARE DEVELOPMENT GMBH, 2019, p. 5), a codificação “se refere ao processo de atribuição de categorias, conceitos ou ‘códigos’ a segmentos de informação que são de interesse para seus objetivos de pesquisa”.

Com o aprendizado, de forma ampla, a partir da primeira tentativa de realizar a análise de conteúdo, definiu-se uma base comum – composta pelos códigos, pelos grupos de códigos, pelos relacionamentos entre esses e aqueles, e pelos grupos de documentos – que foi utilizada para a criação dos projetos. Os documentos selecionados foram relacionados a um único grupo de documentos, ainda que a ferramenta permita a vinculação a mais de um. Dado os conteúdos dos documentos, foram definidos os seguintes grupos: Atos de organização administrativa; Manual de procedimentos; Projeto Pedagógico Institucional; Projeto pedagógico de curso de pós-graduação *lato sensu*; Questionários respondidos, corrigidos, organizados e anonimizados; Regimento Interno da Assembleia Legislativa; Regimento Interno do Instituto do Legislativo Potiguar; Regulamento; Transcrição organizada e anonimizada de entrevista.

Quadro 12 – Documentos utilizados na análise de conteúdo

Identificação	Documento
D1	Regimento Interno do Instituto do Legislativo Potiguar
D2	Regulamento de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
D3	Ato de criação da Escola da Assembleia
D4	Reorganização da estrutura administrativa da ALRN
D5	Regulamento da Secretaria Escolar
D6	Manual de procedimentos de monografia
D7	Regimento Interno da ALRN – Alterações posteriores
D8	Regimento Interno da ALRN
D9	Regulamento da Biblioteca Deputado Márcio Marinho
D10	Projeto Pedagógico Institucional
D11	PP - Especialização em Administração Legislativa
D12	PP - Especialização em Gestão Pública
D13	PP - Especialização em Gestão Pública
D14	PP - Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas
D15	PP - Especialização em Direito Público
D16	PP - Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público
D17	PP - Especialização em Direito Previdenciário
D18	PP - Especialização em Saúde Pública
D19	PP - Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas
D20	Questionários respondidos, corrigidos, organizados e anonimizados
D21	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 1 (E1)
D22	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 2 (E2)
D23	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 3 (E3)
D24	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 4 (E4)
D25	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 5 (E5)
D26	Transcrição organizada e anonimizada de entrevista – Entrevistado 6 (E6)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A concepção para a organização e conseqüente criação dos códigos deu-se em razão do significado do código. Para essa finalidade, foram criados os seguintes grupos de códigos:

- Agentes: abrange códigos relacionados àqueles que praticam ou são atingidos pelos fatos ou ações;
- Caracterizadores da produção: agrega código relacionado ao tipo de produção (não houve necessidade de criar o código “acadêmico”, visto que já havia sido criado o código alusivo ao aluno);
- Fatos ou ações: engloba os códigos que expressam um fato ou uma ação a depender do contexto;
- Variáveis da pesquisa: reúne as variáveis da pesquisa oriundas a partir das relações entre os códigos.

Por fim, os códigos planejados foram vinculados aos grupos de códigos criados. Da mesma forma que foi realizado com os documentos e os grupos de documentos, ainda que a ferramenta permita a vinculação a mais de um grupo de código, foi realizada uma única vinculação para cada código. Torna-se importante destacar que as variáveis da pesquisa se constituem como códigos inteligentes, ou seja, códigos criados a partir da relação entre outros códigos.

A seguir são apresentados dois quadros: o 13, apresenta a vinculação entre os grupos de códigos e os códigos; e o 14, as relações entre os códigos para cada variável da pesquisa (código inteligente).

Quadro 13 – Grupos de códigos, códigos e códigos inteligentes utilizados na análise dos dados

Grupos de códigos	Documentos	Questionários	Entrevistas
Agentes	Aluno (de, da, do), Biblioteca (de, da, do), Conhecimento (de, da, do), Curso de pós-graduação lato sensu (de, da, do), Escola de governo (de, da, do), Informação (de, da, do), Instituição (de, da, do), Instituição privada, Outro curso (de, da, do), Outro Poder, Pesquisa, Poder Legislativo		
Caracterizadores da produção	Científica (de, da, do)	-	-
Fatos ou ações	Acesso (à, ao), Armazenamento (de, da, do), Assimetria (de, da, do, entre), Carência (de, da, do), Comunicação (de, da, do, com), Custo (de, da, do), Dificuldade (de, da, do), Divulgação (de, da, do), Eficiência (de, da, do), Falhas (de, da, do, na, no), Formato (de, da, do), Fortalecimento (de, da, do), Gestão (de, da, do), Importância (de, da, do), Indicador (de, da, do), Limitação (de, da, do), Missão ou função (de, da, do), Oferta (de, da, do), Percepção (de, da, do), Política (de, da, do), Processo de mudança (de, da, do, na, no), Produção (de, da, do), Promoção (de, da, do), Público (de, da, do), Qualidade (de, da, do), Solução (de, da, do), Temática e aplicabilidade (de, da, do), Terceirização (de, da, do), Visibilidade (de, da, do)		
	Ementa (de, da, do), Disciplina (de, da, do), Referência (de, da, do), Objetivo específico (de, da, do), Objetivo geral (de, da, do), Parceria, intercâmbio, acordo (de, da, do)		
Variáveis da pesquisa	Acesso à produção acadêmica, Armazenamento da produção acadêmica, Assimetria informacional, Carência informacional, Custo da solução que promove a visibilidade da produção acadêmica, Custo da solução que promove o acesso à produção acadêmica, Divulgação da produção acadêmica, Formato da produção acadêmica, Fortalecimento do Poder Legislativo, Limitação da visibilidade da produção acadêmica, Limitação do acesso à produção acadêmica, Missão ou função da escola do legislativo, Oferta de cursos de pós-graduação, Público da produção acadêmica, Promoção da visibilidade da produção acadêmica, Promoção do acesso à produção acadêmica, Qualidade da produção acadêmica, Temática científica, Temática e aplicabilidade da produção acadêmica, Terceirização da visibilidade da produção acadêmica, Terceirização do acesso à produção acadêmica, Visibilidade da produção acadêmica		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 14 – Variáveis da pesquisa e as relações entre os códigos

Variáveis da pesquisa	Relações entre os códigos
Acesso à produção acadêmica	Acesso (à, ao) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Armazenamento da produção acadêmica	Armazenamento (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Assimetria informacional	Assimetria (de, da, do) E Informação (de, da, do)
Carência informacional	Carência (de, da, do) E Informação (de, da, do)
Custo da solução que promove a visibilidade da produção acadêmica	Custo (de, da, do) E Solução (de, da, do) E Promoção (de, da, do) E Visibilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Custo da solução que promove o acesso à produção acadêmica	Custo (de, da, do) E Solução (de, da, do) E Promoção (de, da, do) E Acesso (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Divulgação da produção acadêmica	Divulgação (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Formato da produção acadêmica	Formato (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Fortalecimento do Poder Legislativo	Fortalecimento (de, da, do) E Poder Legislativo
Limitação da visibilidade da produção acadêmica	Limitação (de, da, do) E Visibilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) & Aluno (de, da, do)
Limitação do acesso à produção acadêmica	Limitação (de, da, do) E Acesso (de, da, do) E Produção (de, da, do) & Aluno (de, da, do)
Missão ou função da escola do legislativo	Missão ou função (de, da, do) E Escola de governo (de, da, do) E Instituição (de, da, do)
Oferta de cursos de pós-graduação	Oferta (de, da, do) E Curso de pós-graduação lato sensu (de, da, do)
Promoção da visibilidade da produção acadêmica	Promoção (de, da, do) E Visibilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Promoção do acesso à produção acadêmica	Promoção (de, da, do) E Acesso (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Público da produção acadêmica	Público (de, da, do) & Produção (de, da, do) & Aluno (de, da, do)
Qualidade da produção acadêmica	Qualidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Temática científica	Científica (de, da, do)
Temática e aplicabilidade da produção acadêmica	Temática e aplicabilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Terceirização da visibilidade da produção acadêmica	Terceirização (de, da, do) E Visibilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Terceirização do acesso à produção acadêmica	Terceirização (de, da, do) E Acesso (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)
Visibilidade da produção acadêmica	Visibilidade (de, da, do) E Produção (de, da, do) E Aluno (de, da, do)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

7.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

No intuito de analisar os dados e realizar as inferências e interpretações possíveis, optou-se pela divisão dessa subseção em duas: na primeira, observa-se e discute-se com o olhar voltado para a cientificidade da produção acadêmica, buscando assim atender o segundo objetivo específico desse estudo; na segunda, para as variáveis da pesquisa em relação aos aspectos de visibilidade e do acesso com o propósito de atingir o objetivo geral da pesquisa.

7.3.1 Cientificidade da produção acadêmica

Quando da apresentação do referencial teórico acerca da relação entre a ciência e a produção, a pesquisa e o conhecimento, muitas foram as pontuações feitas acerca do que os autores consideram como produção científica ou de aspectos relacionados. A maior parte dos autores pesquisados atribuem a característica científica à determinada produção quando essa passa pela avaliação cega por pares, os quais fazem seus julgamentos.

Contudo, há autores (OHIRA, 1997; WITTER; FREITAS, 1997) que defendem que determinados tipos de produções são científicas, apesar de não terem passado pela referida avaliação. O mais comum, entretanto, é a atribuição da chancela daquilo que é da ciência somente às teses e dissertações. Entretanto, Chauí (1998 apud CAMARGO, 1997), ao diferenciar a produção científica da publicação científica, adiciona outros trabalhos como as teses em preparação, os trabalhos apresentados em congressos, os colóquios e os simpósios, as aulas, os trabalhos de laboratórios concluídos e os trabalhos de campo como produção científica. Ainda assim, não inclui os trabalhos exigidos para a conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* como científicos.

Pelo exposto, a teoria pouco favorável não possibilita a discussão se a produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Escola da Assembleia é científica, tampouco a coleta de dados forneceu argumentos que permitissem iniciar alguma análise. Porém, as informações colhidas expõem indícios que podem qualificar o conhecimento incluso nessa produção como científico. Nesse sentido, buscou-se analisar todas as apresentações nos documentos, nas respostas de questionários e nas transcrições das entrevistas que envolvem a temática “científica”, ou seja, as relações da ciência com seus diversos aspectos.

Na coleta realizada, essas manifestações foram destacadas sessenta e oito vezes. Analisou-se então do que elas tratam e também da sua distribuição.

Nos projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18 e D19), os termos “científico” e seus correlatos são encontrados nas ementas da disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”. Essa disciplina está presente na estrutura curricular de todos os projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação *lato sensu* promovidos pela Escola da Assembleia e sua ementa inclui conteúdos indispensáveis para o desenvolvimento dos trabalhos de conclusão desses cursos e que discute aspectos da ciência, os quais são importantes para a prática científica. A ementa da disciplina é padrão, como consta no seguinte projeto pedagógico.

DEFINIÇÃO DE PROBLEMA DE PESQUISA. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA. TIPOS DE PESQUISA. TÉCNICAS E MÉTODOS DE COLETA DE DADOS. INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE DADOS. NORMAS ASSOCIADAS À ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS. ESTRUTURA E ELEMENTOS DO ARTIGO CIENTÍFICO. INCLUSÃO DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS. ELABORAÇÃO E FORMATAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS. (ALRN, 2010, p. 30)

Na seção que trata dos trabalhos de conclusão de curso, também se encontra a ocorrência do atributo “científico”, em sete dos nove projetos pedagógicos (documentos D11, D12, D13, D14, D17, D18 e D19), em dois momentos. A primeira menção é feita ao normatizar que o formato de trabalho de conclusão de curso é o artigo científico, como apresentado em D19 e nos demais projetos pedagógicos:

Como trabalho de final de curso é adotada a elaboração de um artigo científico, o qual deve refletir a interação entre o saber e o saber fazer e as realidades profissionais vivenciadas pelo aluno, sobretudo, em funções técnicas e administrativas na Assembleia Legislativa, em outras Casas Legislativas e de Contas, observando-se, ainda:

- O trabalho de final de curso deve manter coerência com linhas de pesquisa nas áreas de concentração do curso e preservar consonância com os conteúdos ministrados, as atividades acadêmicas desenvolvidas, as habilidades e as competências requeridas do aluno. (...) (ALRN, 2016b, p. 26)

Em D11, ainda há a relação com a oferta da disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”.

Como trabalho de final de curso é adotada a elaboração de um artigo científico, cuja orientação metodológica constituirá objeto da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica. (ALRN, 2010, p. 27)

A segunda, refere-se à possibilidade de publicação desse trabalho em alguns meios determinados, o que, inclusive, poderia qualificá-lo como produção científica.

O trabalho final poderá ser publicado sob a forma de comunicação em seminários, eventos científicos, publicações ou outros meios definidos no projeto do curso. (ALRN, 2016b, p. 26)

Ainda acerca da disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”, as referências utilizadas como base para o ensino e aprendizado dos conteúdos dessa também expõem a relação com o conhecimento, a pesquisa e a produção científica. Essas referências são encontradas em todos os projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18 e D19). Isso ocorre não somente nessa disciplina, mas na disciplina “Seminários – Tópicos Especiais”. Os registros são apresentados a seguir.

Lakatos E.M. ; Marconi M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. SP: Altas, 2005

PARRA FILHO D. ; SANTOS J.A. Metodologia Científica 5. Ed. SP: Futura, 2002.

SANTOS A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. (ALRN, 2016b, p. 29)

Araújo, R. M. D.; Gomes, F. P. & Lopes, A. D. O. B. Pesquisa em Administração: qualitativa ou quantitativa? Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora, v. 3, p. 151-175, jan-jun 2012. ISSN 1.

Carvalho, L. C. Como elaborar a monografia de final de curso. São Paulo: Companhia Forense, 2000.

Cervo, A. L. & Bervian, P. A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

Deese, J., & Desse, E. K. Como estudar. 11. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983.

Demo, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1981.

Duarte, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa, v. 115, n. 1, p. 139-154, 2002

Ferrari, A. T. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

Flick, U. Uma Introdução a Pesquisa Qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Flick, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. SP: Altas, 2005.

Rudio, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1980.

Ruiz, J. Á. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.

Salomon, D. V. Como fazer uma monografia. 4. ed. São Paulo: Martins, 1996.

- Salvador, Â. D. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- Santos, A. R. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- Severino, A. J. Metodologia do trabalho científico. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moares, 1978.
- Silva, R. P. et al. Redação técnica. 3. ed. Porto Alegre: Formação, 1976.
- Vergara, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- Vergara, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.
- Vieira, M. M. F., & Zouain, D. M. (Org). Pesquisa qualitativa em administração. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Yin, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001. (ALRN, 2017b, p. 37–38)

Quanto ao que foi exposto nessa subseção, cabe inserir dois adendos:

- a disciplina “Seminários – Tópicos Especiais” não foi incluída na oferta de disciplinas apenas por não conter na ementa o termo “científico” ou algum correlato, ainda que contenha conteúdos importantes para a construção da pesquisa científica e que suas referências apresentem base similar a da disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica”;
- pelo mesmo motivo (não conter o termo “científico” ou correlato em nenhum espaço da apresentação) a presença e as características do corpo docente não foram relacionadas. Entretanto, é importante o registro que os professores e orientadores, principalmente das últimas turmas ofertadas pela Escola da Assembleia, já apresentam as titulações de mestre e doutor. Nas primeiras turmas, identificou-se algumas ausências dessas titulações, mas a presença de especialistas.

Contudo, a temática “científica” não consta somente nos projetos pedagógicos. A apresentação, citada anteriormente, de que o trabalho final poderá ser publicado também está expressa no regimento interno do ILP e no regulamento de cursos (D1 e D2). Além disso, no “Manual de procedimentos de monografia” (D6), na seção “Banca de orientação e examinadora”, entende-se que o termo “científico” é utilizado como um atributo de qualidade.

A finalidade da BANCA é a de acompanhar os alunos no processo de elaboração das monografias e ajudá-los a desenvolver o seu trabalho com o rigor científico, com a métrica e a estilização que o ILP exige de seus alunos. Ou seja, a finalidade de orientar os alunos sobre a estética da monografia (normas ABNT) e também sobre seu conteúdo. Vale ressaltar, entretanto que

em caso de dúvidas específicas sobre conteúdo, o coordenador-acadêmico será consultado. (ALRN, 2015, p. 2)

As evidências elevadas – diretrizes e normas presentes no “Regimento Interno do ILP”, no “Regulamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*”, no “Manual de procedimentos de monografia” e nos projetos pedagógicos dos diferentes cursos – em torno da temática “científica” une-se a outras, como, por exemplo, a participação de professor orientador durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso e a exigência de apresentação desse para uma banca avaliadora, no sentido de entender as pesquisas acadêmicas como científicas.

Entretanto, do mesmo modo que a cientificidade de uma produção qualquer só pode ser atestada após o julgamento e a aprovação pelos pares, não é possível assegurar nessa pesquisa, a partir dos dados coletados, das análises realizadas e das discussões feitas, que o conhecimento desenvolvido e incluso em um trabalho de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, produzido no âmbito da Escola da Assembleia, é científico através de uma possível generalização. Contudo, os indicativos expostos, importantes e relacionados a diversos aspectos, destacam que essa entidade do Poder Legislativo zela para que as pesquisas sejam científicas e que o conhecimento produzido seja real, contingente, sistemático, verificável, aproximadamente exato e, inclusive, falível (FERRARI, 1982).

Quando analisadas as evidências e feita a comparação do conhecimento que se acredita que é produzido com os demais tipos de conhecimento, utilizando como base a classificação mais comum, compreende-se que esse distancia-se do senso comum e aproxima-se do científico. Destaque-se também que esse conhecimento não apresenta qualquer relação com o filosófico ou com o religioso.

Diante disso, infere-se que o conhecimento produzido e incluso nas produções acadêmicas de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* da Escola da Assembleia, pode ser científico, a depender dos diversos aspectos, incluindo nesses a metodologia desenvolvida, da pesquisa científica. Não obstante, identifica-se como importante ampliar o controle de qualidade dessas produções observando aspectos que inviabilizam essas produções como acadêmicas, como a identificação de plágio, a sistematização da pesquisa e a relação entre a pesquisa desenvolvida e a ciência. A promoção da visibilidade e do acesso a essas produções pode inclusive ser um passo importante para o exercício de controle social praticado pela sociedade e pela comunidade científica.

7.3.2 Visibilidade e acesso à produção acadêmica

A pesquisa realizada na literatura evidenciou que autores, como Meadows (1999), Garcia e Targino (2016) e Mueller (2006), destacaram a importância de proporcionar visibilidade e acesso aos conteúdos informacionais. No âmbito dessa pesquisa, as fontes de informação digital constituem-se como elementos fundamentais a fim de promover esses aspectos. Nesse contexto, buscou-se realizar a análise de conteúdo utilizando a pesquisa bibliográfica como referência, os dados advindos da aplicação dos instrumentos de coleta como sustentáculos para as interpretações e inferências, e o olhar para as fontes de informação identificadas como caminhos para a promoção da visibilidade e do acesso à produção acadêmica da Escola da Assembleia.

Após a realização da codificação das citações constantes nos documentos, identificou-se que os códigos que apresentaram maior magnitude estão diretamente relacionados ao objeto de estudo. O código “Instituição (de, da, do)” teve 527 vinculações; “Escola de governo (de, da, do)”, 495; “Curso de pós-graduação *lato sensu*”, 329; “Produção (de, da, do)”, 277; “Aluno (de, da, do)”, 192. Ainda que não seja objetivo dessa pesquisa uma abordagem quantitativa, os números refletem algo esperado: os documentos selecionados e analisados apresentam uma relação estreita com a temática do estudo.

Das variáveis de pesquisa, identificou-se que os códigos inteligentes de maior magnitude também estão relacionados ao objeto de estudo. A variável “Acesso à produção acadêmica” apareceu como a mais vinculada com 63 menções, sendo seguida por: “Visibilidade da produção acadêmica”, com 48; “Missão ou função da escola do legislativo”, com 42; “Divulgação da produção acadêmica”, com 33; e “Promoção do acesso à produção acadêmica”, com 28. Quanto às variáveis menos citadas, identificou-se que “Assimetria informacional” e “Carência informacional” foram mencionadas apenas uma vez, seguidas pela “Limitação da visibilidade da produção acadêmica”, “Limitação do acesso à produção acadêmica” e “Público da produção acadêmica”, com 2 menções cada.

Optou-se por iniciar a análise pelas variáveis menos mencionadas e, a partir das apreciações introdutórias, ir construindo as interpretações e inferências possíveis até chegar às variáveis mais pontuadas e que tem mais relacionamentos com as outras e com os aspectos dessa análise – a visibilidade e o acesso à produção acadêmica.

7.3.2.1 Carência informacional e assimetria informacional

A “Carência informacional” foi mencionada por E1 (D21) ao afirmar que, de modo geral, há uma carência elevada de informação, destacadamente a especializada e concernente ao Poder Público. De forma a complementar o exposto, ele elevou a existência de uma assimetria informacional entre as diferentes instituições do Poder Legislativo. Logo, inferiu-se que, apesar de haver um déficit informacional, esse não atinge todas as instituições e que, alguma proporção delas, detêm maior quantidade ou meios de acesso às informações que outras.

E1 observou ainda que, na instituição que ele atua, há muitos meios para o acesso à informação, mas que essa não é a realidade das instituições de boa parte dos municípios. Essa observação alinhou-se ao resultado da pesquisa realizada sobre as fontes de informação digital utilizadas pelas instituições do Poder Legislativo, onde percebeu-se o emprego das bibliotecas digitais nas de âmbito federal e estadual e a ausência dessas nas de âmbito municipal. Além disso, notou-se que não há uma rede de bibliotecas nesse Poder que promova a disseminação de conteúdos informacionais para as instituições que tem menos meios de acesso às informações e aos conhecimentos.

Dessa forma, observa-se a existência de três indícios (a carência elevada de informação sobre o Poder Público, a presença de ambientes informacionais digitais em instituições de determinados âmbitos e a ausência em outro, e a inexistência de rede de bibliotecas no Poder Legislativo) de que a disponibilidade de meios para acesso à informação e ao conhecimento, pode, de alguma forma, estar associada ao âmbito da instituição. Entretanto, não é possível inferir que de fato isso é verdadeiro. Estudos posteriores podem confirmar isso.

Tanto a assimetria, quanto a carência informacional, causam desnivelamentos do poder de agir e também podem causar a paralisia, a inércia das pessoas e dos órgãos. Nesse sentido, as fontes de informação digital, especificamente as que disseminam o acesso aberto, podem apresentar-se como solução para esses problemas, visto que essas têm como princípio basilar a remoção das barreiras existentes que impedem ou dificultam o acesso ao conhecimento científico produzido (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002; KURAMOTO, 2009). Essa perspectiva enaltece a importância de disponibilizar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Escola da Assembleia, muitos dos quais apresentam-se como estudos aplicados com vistas a melhorar os serviços prestados pelo Poder Público, especificamente pelo Poder Legislativo.

7.3.2.2 Público da produção acadêmica

Essa variável só foi mencionada por um dos entrevistados. E6 (D26) enfatizou que é necessário saber a finalidade das produções acadêmicas e que o público leitor dessas é o acadêmico. Para esse público, E6 informou que já existe um meio estabelecido pela academia, fazendo assim referência ao processo editorial científico, o qual está relacionado à visibilidade, ao acesso e à divulgação das produções científicas. Entretanto, ele afirmou que, na escola do legislativo que trabalha, o público que está relacionando-se com o conhecimento das produções está sendo ampliado e segmentado a partir da disposição desse em diferentes formatos, buscando assim atender as diversas necessidades. Segundo E6, esse modo de trabalho não se encontra restrito somente às produções acadêmicas, mas a todos os conhecimentos produzidos no âmbito da entidade.

Acerca da melhor forma de otimizar a disseminação desses conhecimentos, E6 a relaciona a diversos aspectos, como o custo, o formato, a eficácia, a eficiência, a finalidade, o meio e a divulgação, mas sem aprofundar-se. Ao final, ratifica que são muitas as possibilidades existentes e que a instituição que ele atua não têm a certeza sobre qual é a melhor forma de disponibilizar todo o conhecimento produzido – tanto o acadêmico quanto o constante nos demais materiais desenvolvidos pelos professores da escola do legislativo. Diante dos aspectos apresentados, o entrevistado questiona-se quanto custaria a implantação de um repositório e, imediatamente, afirma que pode sair caro, mas que se for um repositório comum a outras instituições, o custo será gratuito. Ele então fala que a utilização de meios nesse sentido passa pelo desenvolvimento de soluções cooperativas e que a centralização facilita a pesquisa.

Assim, revela-se que é possível que o público das produções acadêmicas seja apenas o acadêmico. Entretanto, ainda que essa hipótese seja confirmada, a adequação das informações e do conhecimento contido nessas produções pode apresentar-se como um meio para que a sociedade possa ter acesso a eles. A partir do momento que esses estejam acessíveis, podem tornar-se mais úteis. Dessa forma, entende-se que essa variável apresenta relação com os aspectos de visibilidade e acesso às produções acadêmicas à medida que o primeiro passo para adequar o conhecimento aos diversos públicos é saber que ele existe e que se pode ter acesso.

7.3.2.3 Qualidade da produção acadêmica

Com exceção da expressão “rigor científico”, exposta no “Manual de procedimentos de monografia” (D6) e que foi entendida como um sinônimo de qualidade, não há nenhuma

menção dessa variável nos demais documentos. Contudo, nas entrevistas, E1, E5 e E6 (D21, D25, D26) pontuaram quanto a esse aspecto.

E1 (D21) afirmou que a instituição que atua tem tentado melhorar a qualidade dessa produção ao buscar enquadrá-la em uma das linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação. Ou seja, para ele, o aspecto da qualidade relaciona-se ao da temática e da aplicabilidade dos trabalhos de conclusão de curso.

E5 (D25) pontuou que, a partir da implementação da primeira turma de curso de pós-graduação *lato sensu* da instituição e de sua conclusão, pretende apresentar as produções acadêmicas de conclusão de curso mais relevantes para a alta administração. A finalidade é mostrar o que os servidores da Casa Legislativa estão desenvolvendo e possibilitar que esses trabalhos façam a diferença nessa instituição.

E6 (D26) relatou que os produtos desenvolvidos na escola do legislativo (acadêmicos ou decorrentes de outras atividades) apresentam qualidade e que o esforço necessário atualmente é para promover a divulgação desses produtos com o objetivo de fazê-los chegar a quem deles necessita.

Das menções feitas, identificou-se que a variável “Qualidade da produção acadêmica” apresenta relação com os aspectos de visibilidade e acesso à produção acadêmica, à medida que duas menções vinculam essas variáveis. Infere-se ainda que, se há qualidade na pesquisa realizada, é importante a torná-la visível e acessível.

7.3.2.4 Limitação da visibilidade da produção acadêmica e do acesso à produção acadêmica

As variáveis analisadas nessa subseção foram pontuadas apenas nas entrevistas. E1 (D21) ressaltou, quanto às limitações da visibilidade e do acesso à produção acadêmica, que o único meio utilizado para promover esses aspectos das produções desenvolvidas no âmbito de sua instituição é a publicação no periódico eletrônico da própria instituição. Ele afirma, entretanto, que essa não é garantida, vez que a produção será submetida ao processo editorial da revista. Ao mesmo tempo, E1 diz que a publicação de um livro contendo as produções acadêmicas não se apresenta como uma solução, visto que há um controle de publicações na instituição. Contudo, afirma que a escola do legislativo não encontrou ainda uma forma de promover essa produção acadêmica.

Da análise das menções feitas por E1, percebe-se uma evidência de limitação da visibilidade e do acesso à produção acadêmica, a partir da constatação de que os periódicos

eletrônicos não vinculam a publicação desta ao ato de ter sido realizada a submissão ao processo editorial. Nesse cenário, observa-se que as fontes de informação digital também podem apresentar características limitantes em parte dos aspectos analisados, ainda que as fontes de informação digital possuam uma ampla gama de atributos que favoreçam a sua utilização.

Pelo analisado, percebe-se que há relação entre as variáveis da pesquisa – “Limitação da visibilidade da produção acadêmica” e “Limitação do acesso à produção acadêmica” – e os aspectos analisados “Visibilidade da produção acadêmica” e “Acesso à produção acadêmica”.

7.3.2.5 Custo da solução que promove a visibilidade da produção acadêmica e que promove o acesso à produção acadêmica

Acerca dos custos das soluções, tanto para promover a visibilidade, quanto para promover o acesso às produções acadêmicas, não houve nenhuma menção nos documentos pesquisados, assim como nas respostas dos questionários. Contudo, na transcrição de três entrevistas (D21, D24 e D26) há referências a esses aspectos.

E1 (D21) pontuou que o custo de alguns produtos informacionais é menor que outros, e que o fato da instituição que ela trabalha ter uma gráfica e a produção ser caseira reduz os custos dos produtos informacionais impressos. Entretanto, informa que há uma diretriz para a diminuição gradual das tiragens das publicações impressas. Nesse sentido, ele assinala a valorização das publicações eletrônicas, destacando a utilização em sua instituição do SEER³⁷ no processo de editoração eletrônica. O entrevistado fala ainda que a instituição utiliza um *mailing* para a distribuição das publicações impressas.

E4 (D24), em questionamento se tinha sido levantado o custo para o desenvolvimento de uma revista eletrônica própria, dado o projeto citado por ele de criação desse instrumento, citou o custo-benefício para o servidor, o qual terá seu trabalho reconhecido. Porém, afirmou que, ainda que o objetivo não seja criar um periódico endógeno, vez que obedecerá aos critérios exigidos pela CAPES, a revista eletrônica será uma oportunidade para os que desejarem ter seus trabalhos publicados.

E6 (D26) referenciou a variável analisada ao falar sobre a redução de custos dada a possibilidade de compartilhamento de um ambiente informacional digital, no caso, um repositório digital.

³⁷ O SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas) é um software que contempla todas as ações necessárias para a automação das atividades de editoração de periódicos científicos (IBICT, 2019).

A análise dos segmentos de texto evidencia que essas variáveis apresentam relação com os aspectos analisados, vez que o custo pode ser um limitante na capacidade de promover a visibilidade e o acesso da produção acadêmica. Entretanto, também há a menção de soluções que otimizam o recurso financeiro e promovem os aspectos analisados.

7.3.2.6 Terceirização da visibilidade da produção acadêmica e do acesso à produção acadêmica

A terceirização da visibilidade e o do acesso à produção acadêmica foi uma variável elevada a partir da identificação de que as instituições do Poder Legislativo se utilizam da prerrogativa de realizar contratos/convênios com outras instituições para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Assim, analisar a visibilidade e o acesso à produção que não foi desenvolvida no âmbito da escola do legislativo, mas que apresenta conteúdo de interesse desse Poder e que foi gerido com recursos públicos, tornou-se relevante.

Dessa forma, foi inserido, no questionário desenvolvido, indagação sobre quais os meios utilizados para a promoção das produções acadêmicas de conclusão de curso de pós-graduação. Uma organização (I11) informou que esses aspectos ficam sob os critérios da instituição contratada/conveniada.

Nas entrevistas, E1 (D21) informou que as produções desenvolvidas, durante o período de 10 anos em que a instituição teve parceria com uma organização para a realização dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, estão armazenadas e catalogadas na IES. E4 (D24) afirmou que a instituição que trabalha irá firmar contrato com uma instituição de ensino superior pública, mas ausentou-se a falar sobre esses aspectos. E5 (D25), assim como E1, discorreu que as produções acadêmicas de final de curso foram entregues para a instituição que realizou os cursos de pós-graduação *lato sensu* e que não teve acesso a eles.

Do exposto, observa-se que não houve diferenciação entre os aspectos de visibilidade e de acesso, assim como ocorrido na análise de outras variáveis. Além disso, evidenciou-se que, a partir da terceirização da realização das turmas dos cursos, questões como a visibilidade e o acesso são negligenciados, ainda que não se possa inferir, pela limitação do estudo, se há ou não a promoção da visibilidade e do acesso às produções acadêmicas pelas instituições parceiras.

7.3.2.7 Oferta de curso de pós-graduação

A variável “Oferta de curso de pós-graduação” não foi mencionada na aplicação dos questionários e, nos documentos, só teve menção em um histórico, constante em um projeto pedagógico, no qual é dito que a prioridade do ILP é a capacitação, a qualificação e a atualização dos servidores da Casa. Entretanto, nas entrevistas são feitas algumas referências a essa variável.

E3 (D23) informou que só foi realizada uma turma de curso de pós-graduação *lato sensu*, a qual qualificou, após o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, a escola do legislativo como uma instituição de ensino superior. Ele complementou que a turma foi preenchida por servidores da instituição e também por servidores de Câmaras Municipais.

E4 (D24) informou que as pós-graduação *lato sensu* são feitas em parcerias com uma universidade estadual da região e que há projetos em andamento para a abertura de novas turmas no mesmo regime.

E5 (D25) informou que está em contato com uma escola de governo de outro Poder buscando a realização de uma parceria para a realização de uma turma de curso de pós-graduação *lato sensu*, sendo promovida por uma universidade estadual da região e que essa turma deve ter vagas para o público externo.

E6 (D26) informou que a instituição tem uma preocupação quanto à oferta de cursos dado o custo desses e que atualmente está havendo maior investimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Observa-se, dessa forma, que os segmentos de textos se relacionam com aspectos diversos. Entretanto, não há relação da variável analisada – “Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*” – com os aspectos analisados de visibilidade e acesso à produção acadêmica.

7.3.2.8 Formato da produção acadêmica

Conforme apresentado na discussão acerca da cientificidade e evidenciado pelos documentos, o artigo científico (nomenclatura utilizada pela Escola da Assembleia) é amplamente utilizado como formato de trabalho de conclusão de curso na Escola da Assembleia. Essa informação consta na maioria dos projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D17, D18, D19) e também no “Regimento Interno do ILP” (D1) e no “Regulamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*” (D2). O “Manual de procedimentos de monografia” (D6) é o único que apresenta uma segunda opção de formato de produção acadêmica ao utilizar o

termo “monografia”. Essa nomenclatura é utilizada posteriormente na exposição da finalidade da banca de orientação e examinadora e na seção que trata do contato da banca com o aluno.

Nas entrevistas realizadas, E1 e E4 (D21 e D24) apontaram que o artigo científico também é o adotado por suas instituições, enquanto quatro dos entrevistados não se pronunciaram quanto a essa variável. Nas respostas dos questionários não foi observada nenhuma informação acerca do formato da produção acadêmica de pós-graduação *lato sensu*, ainda que tenha sido informado que esse é o formato utilizado nas revistas científicas dessas entidades (I5, I6 e I15).

Ainda que haja inúmeras menções em documentos e entrevistas, observa-se que essa variável não se relaciona com os aspectos analisados da visibilidade e do acesso às produções acadêmicas.

7.3.2.9 Fortalecimento do Poder Legislativo

No “Regimento Interno do ILP” e no “Regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu” (D1 e D2), essa variável aparece nos “Princípios e valores” como uma diretriz para a “oferta de uma educação legislativa direcionado ao seu conhecimento e reconhecimento valorativo no contexto democrático” (ALRN, 2014b, p. 10, 2014c, p. 12). No “Projeto Pedagógico Institucional” (D10) e em oito projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação lato sensu (D11, D12, D13, D14, D15, D16, D18 e D19), essa variável aparece nos “Objetivos específicos”, tendo texto levemente modificado para “promovendo o incentivo e apoio à educação com difusão do conhecimento e do seu reconhecimento valorativo no contexto democrático” (ALRN, 2017b, p. 18).

Essa variável também é mencionada nas transcrições de duas entrevistas (D21 e D24). Para E1 (D21), o fortalecimento do Poder Legislativo está relacionado à missão da escola do legislativo de promover a divulgação do conhecimento especializado desse Poder para as demais instituições legislativas, através das produções acadêmicas desenvolvidas por ela. E4 (D24) afirmou que a visibilidade e o acesso promovem a aproximação entre as instituições, a partir da contribuição crítica, do diálogo e de debates amplos, e também o reconhecimento do servidor.

A partir dos segmentos de texto apresentados dos documentos e das transcrições das entrevistas, evidencia-se a relação entre a variável “Fortalecimento do Poder Legislativo” e os aspectos analisados, tendo como elo as fontes de informação digital.

7.3.2.10 Temática e aplicabilidade da produção acadêmica

As menções à temática e à aplicabilidade da produção acadêmica foram bem distribuídas entre os documentos e as transcrições das entrevistas. Nos questionários, entretanto, nenhuma referência a esses aspectos foi identificada.

Nos documentos, elas apareceram em todos os projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18, D19) ao constar que o trabalho de final de curso “deve refletir a interação entre o saber e o saber fazer e as realidades profissionais vivenciadas pelo aluno, sobretudo, em funções técnicas e administrativas na Assembleia Legislativa, em outras Casas Legislativas e de Contas (...)” (ALRN, 2016b, p. 26). No “Regimento Interno do ILP” e no “Regulamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*” (D1 e D2), texto de redação semelhante também aparece. Os referidos escritos, ainda que de forma sutil, vinculam a temática dessa produção acadêmica à realidade vivida do cotidiano do trabalho. Já no “Manual de procedimentos de monografia” (D6), a relação da temática é expressa com o propósito do curso, ao deixar de pontuar positivamente o aluno na avaliação final caso a temática não apresente relação com o objetivo dele.

Nas entrevistas, a variável foi identificada em quatro delas. E1 (D21) informou que, de quatro anos para cá, a escola do legislativo tem atuado para vincular as temáticas dos trabalhos às linhas de pesquisa existentes. Entretanto, cita a ausência de um corpo docente fixo como uma das dificuldades na consecução desse objetivo. E2 (D22) afirmou que as pesquisas desenvolvidas apresentam temáticas vinculadas às pós-graduações e que, alguns alunos, optam por utilizar o ambiente de trabalho como objeto na pesquisa. E4 (D24) disse que os estudos realizados não são aplicados, caracterizando-os como amplos e genéricos, conduzindo assim ao entendimento de que essas produções são teóricas. E5 (D25) acredita que alguns dos trabalhos desenvolvidos possam ter sido feitos sobre a própria instituição e que planeja que os próximos sejam apresentados à direção para, posteriormente, fazerem a diferença na Casa. Assim, ele conduz ao entendimento de que se objetiva o desenvolvimento de estudos aplicados.

Pelo exposto, observa-se que a temática e a aplicabilidade da pesquisa são aspectos frequentes nos documentos coletados e que são importantes para o direcionamento que se deseja dar para as produções acadêmicas dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Entretanto, pelo exposto não se evidencia relação existente entre essa e os aspectos analisados – a visibilidade e o acesso às produções acadêmicas.

7.3.2.11 Promoção da visibilidade da produção acadêmica

Quanto à promoção da visibilidade da produção acadêmica, há referências em dois documentos analisados – “Regimento Interno do ILP” e “Regulamento da biblioteca Deputado Márcio Marinho” (D1 e D9). Nesses documentos é informado que esse ambiente oferece os serviços de “consulta às fontes informacionais” e de “acesso à Internet e às Bases de Dados disponíveis”. Denota ainda que o “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca” é responsável “pelas tarefas institucionais de democratizar o acesso e orientar o uso das novas tecnologias de informação; organizar e manter o acervo de publicações eletrônicas e de multimídia da Biblioteca; e controlar a disponibilização desse acervo para os usuários.” (ALRN, 2014b, p. 54, 2014d, p. 11). Do exposto, entende-se que esses serviços são de responsabilidade desse setor.

Nas resoluções dos questionários (D20), quando perguntados qual ou quais os destinos das produções acadêmicas, I2 informou que, eventualmente, a produção acadêmica, após passar pelo processo editorial (informação coletada na entrevista), é publicada no periódico eletrônico, desenvolvido pela instituição que atua. Já I13 denotou que essa produção acadêmica fica disponibilizada em um ambiente do tipo biblioteca digital. I15 fez a mesma pontuação de I13, mas acrescentou que, anteriormente, era solicitada também uma cópia impressa, a qual ficava disponibilizada na biblioteca. Contudo, apontou que, nos últimos anos, isso deixou de ser feito.

Quando indagados sobre os meios utilizados para promover essa visibilidade, I12 e I17 informaram que o resumo da produção acadêmica é disponibilizado em algum meio interno, como Intranet, jornal ou boletim, correio eletrônico. Essa última, ainda acrescentou que a produção é incluída no catálogo da biblioteca. I15 pontuou outros meios, como a disponibilização do resumo dessa produção em repositório ou biblioteca digital, além do desenvolvimento de livros e da apresentação desses na Jornada de Pesquisa e Extensão. Nas observações acerca dessa seção, I16 informou que está previsto a edição de um livro digital com essas produções.

Nas entrevistas, apenas E5 (D25) não falou diretamente desse aspecto. E1 (D21) pontuou sobre a promoção da visibilidade ao relacioná-la à política de publicações e à otimização de custos da instituição. E2 (D22) vinculou à promoção dessa à IES que realizou a pós-graduação, buscando evitar uma possível dupla publicação. Entretanto, posteriormente, afirmou que o conhecimento necessita de promoção, de exposição para que a sociedade possa usufruir dele. I3 (D23) afirmou que a biblioteca da instituição teve suas atividades encerradas e que não sabe onde essas produções estão, ou seja, não há visibilidade dessas para os demais

servidores e para a comunidade. E4 (D24) denotou sobre o projeto de desenvolvimento de um periódico eletrônico que pode dar visibilidade para essa produção, ressaltando os critérios estabelecidos pela CAPES. E6 (D26) expôs a visibilidade da produção acadêmica perante os meios tradicionais – os periódicos eletrônicos – e também de meios que podem ser adotados, de forma cooperativa, como os repositórios.

A análise das citações dessa variável evidencia vinculação entre as fontes de informação digital e a visibilidade da produção acadêmica. Diversos meios são citados nos questionários e entrevistas, inclusive abordando a variável terceirização dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Nos documentos, encontra-se referência à promoção da visibilidade da produção acadêmica.

7.3.2.12 Promoção do acesso à produção acadêmica

Quanto à promoção do acesso à produção acadêmica, há referências em dois documentos analisados – “Regimento Interno do ILP” e “Regulamento da biblioteca Deputado Márcio Marinho” (D1 e D9). Nesses documentos é informado que esse ambiente oferece os serviços de “consulta às fontes informacionais” e de “acesso à Internet e às Bases de Dados disponíveis”. Denota ainda que o “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca” é responsável “pelas tarefas institucionais de democratizar o acesso e orientar o uso das novas tecnologias de informação; organizar e manter o acervo de publicações eletrônicas e de multimídia da Biblioteca; e controlar a disponibilização desse acervo para os usuários.”. Explana que a Biblioteca Deputado Márcio Marinho deve participar de sistemas e redes buscando ampliar a capacidade de acesso à informação.

Especificamente no Regulamento da biblioteca Deputado Márcio Marinho, são apresentadas questões que envolvem como o usuário pode ter acesso às obras do acervo. Há tratativa específica inclusive para o trabalho de conclusão de curso, o qual pode ser “liberado pelo autor para o empréstimo domiciliar e/ou especial pode ser copiado para CD e outros tipos de mídia (...)” (ALRN, 2014d, p. 21).

Nas resoluções dos questionários (D20), quando perguntados qual ou quais os destinos das produções acadêmicas, I2 informou que, eventualmente, a produção acadêmica, após passar pelo processo editorial (informação coletada na entrevista), é publicada no periódico eletrônico, desenvolvido pela Instituição que atua. I5 e I13 informaram que essa produção acadêmica fica disponibilizada em um ambiente do tipo biblioteca digital. I15 fez a mesma pontuação, mas acrescentou que há produção de livro impresso com texto completo para algumas dessas

produções. I3 citou a produção de livro impresso com texto completo do trabalho de conclusão com meio de ter acesso. A I9 informou que “o [setor de pesquisa da Escola do Legislativo do questionado] da Escola, se propuseram a disponibilizar o e-book com toda a produção de pesquisa.” I6 falou que a escola não tem produção acadêmica própria. I16, quando indagado sobre sugestões, informou que está previsto a edição de um livro digital com essas produções.

Nas entrevistas, apenas E5 (D25) não falou diretamente desse aspecto. E1 (D21), pontuou sobre a promoção do acesso ao relacioná-lo à política de publicações e à otimização de custos da instituição. E2 (D22), vinculou à promoção desse à IES que realizou a pós-graduação, visto que a publicação fosse duplicada. Entretanto, posteriormente, afirmou que uma produção dessa necessidade de promoção, de exposição para que a sociedade possa usufruir dele. E3 (D23) pontuou que a biblioteca da instituição acabou e que não sabe onde essas produções estão, ou seja, não há meio para ter acesso pelos servidores e pela comunidade. E4 (D24) falou sobre o projeto de desenvolvimento de um periódico eletrônico que pode dar visibilidade e acesso a essa produção, ressaltando os critérios estabelecidos pela CAPES. E6 (D26) pontuou o acesso à produção acadêmica através dos meios tradicionais – os periódicos eletrônicos – e também de meios ótimos que podem ser adotados, de forma cooperativa, como os repositórios.

A análise das citações dessa variável, assim como ocorreu com a “Promoção da visibilidade da produção acadêmica”, evidenciou a vinculação entre as fontes de informação digital, a visibilidade e o acesso à produção acadêmica, assim como a realização de atividades inerentes à Gestão da Informação – adquirir, criar, organizar, distribuir e usar as informações. Diversos meios também são citados nos questionários e entrevistas, inclusive abordando a variável terceirização dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Nos documentos, encontra-se referência à promoção da visibilidade e do acesso à produção acadêmica.

7.3.2.13 Armazenamento da produção acadêmica

O armazenamento da produção acadêmica apresentou-se nos três instrumentos de coleta de dados. Nos documentos, especificamente no “Regimento Interno do ILP” (D1), é colocado que a biblioteca oferece o serviço de consultas às fontes informacionais, onde entende-se que as produções acadêmicas estão ou deveriam estar em uma dessas, e que é franqueado o acesso à internet e às bases de dados disponíveis, onde essas produções também podem estar. Nesse mesmo documento, é informado que o acervo da biblioteca se constitui de documentos

em diversos suportes, incluindo CD e DVD, nos quais estão parte das produções acadêmicas produzidas na instituição. Denota ainda que o “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca” é responsável “pelas tarefas institucionais de democratizar o acesso e orientar o uso das novas tecnologias de informação; organizar e manter o acervo de publicações eletrônicas e de multimídia da Biblioteca; e controlar a disponibilização desse acervo para os usuários” (ALRN, 2014b, p. 54). O “Regulamento da biblioteca Deputado Márcio Marinho” (D9) também traz esses segmentos de texto.

Nas resoluções dos questionários (D20), I1 e I11 afirmaram que as produções ficaram armazenadas na instituição que promoveu as turmas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em parceria com a que atua. I10 informou que ficou nas duas instituições. I3, I4, I12, I13, I17 e I20 denotaram que ficaram guardadas em um setor como a coordenação acadêmica ou de atividade administrativa similar. I12 e I17 comunicaram que também ficam armazenadas na biblioteca, enquanto I13 informou que se preserva em um ambiente online. I15 indicou que fica armazenado em um ambiente digital e que os impressos e mais antigos ficam armazenados na biblioteca. A I18 informou que ficam armazenadas onde foram realizados os cursos EaD.

Os entrevistados também falaram a respeito dessa variável. E1, E2, E4 e E5 (D21, D22, D24 e D25) afirmaram que as produções ficam guardadas na instituição parceira que promoveu as turmas de cursos de pós-graduação *lato sensu*. E5 pontuou ainda que a instituição não teve acesso às produções acadêmicas, mas que está tentando resgatar esses trabalhos.

Evidenciou-se que há menções nos três documentos que, de forma geral, relacionam essa variável à visibilidade e ao acesso às produções acadêmicas. Isso é mais forte nos documentos, onde identificou-se referências à variável de pesquisa quando se denota sobre como constitui-se o acervo da biblioteca, mas também quando se declara a responsabilidade do “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca”. Nos questionários, as referências são muitas, mas não vinculam diretamente essa variável aos aspectos analisados, ainda que a base para prover a visibilidade e o acesso é o conteúdo informacional estar armazenado. Os entrevistados afirmaram que as produções ficam armazenadas nas instituições parceiras, quando há relação de convênio ou contrato para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, mas, assim como nos questionários, não há relação entre a variável e os aspectos analisados.

7.3.2.14 Divulgação da produção acadêmica

Quanto à divulgação da produção acadêmica o “Regimento Interno do ILP” (D1), no capítulo V – “Da Biblioteca ‘Deputado Márcio Marinho’”, na seção 3 – “Dos Serviços”, traz

que é vedada a reprodução parcial ou total de qualquer produção intelectual, na qual incluem-se as produções acadêmicas de conclusão de curso, salvo se autorizado pelo autor. Nesse documento, no “Regulamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*” (D2), assim como em todos os projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18, D19) é apresentado texto que “o trabalho final poderá ser publicado sob a forma de comunicação em seminários, eventos científicos, publicações ou outros meios definidos no projeto do curso” (ALRN, 2016b, p. 26).

Nas falas dos entrevistados também foram identificadas menções a essa variável. E1 (D21) relacionou o fato de o conhecimento ser específico do Poder Legislativo à importância da sua divulgação e ao impacto que esse conhecimento produzido impacta na vida das pessoas. E4 (D24) relaciona a divulgação ao envio impresso do periódico eletrônico, que será desenvolvido, para os diversos órgãos dos Poderes. E5 (D25) trata da divulgação da produção acadêmica a partir da apresentação de parte dessa produção para a alta administração. E6 (D26) faz um destaque interessante acerca da divulgação da produção acadêmica ao dizer: “Então, não basta apenas a gente ter a... o meio. Não basta ele estar lá. As pessoas precisam saber que está lá e precisam conseguir encontrar lá e, nesse campo, a gente ainda precisa avançar.”. O entrevistado fala das mídias sociais como meios para a produção do conhecimento.

7.3.2.15 Missão ou função da escola do legislativo

Essa variável aparece mencionada nos documentos coletados, quando se refere à missão ou função da Escola da Assembleia, e também nas entrevistas realizadas, quando os entrevistados expõem suas opiniões sobre a missão e a função das escolas do legislativo.

Há citações que expõem que o ILP é a unidade responsável pelo cumprimento da política de qualificação profissional da ALRN (D1 e D9). Contudo, essa qualificação abrange também os servidores do Poder Legislativo Municipal e de outros agentes públicos e sociais (D1). Os princípios e valores institucionais, importantes para o cumprimento da sua missão e para o exercício efetivo da sua função, também estão expressos nesse documento. No “Regulamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*” (D2) há a exposição da finalidade desses cursos e percebe-se o alinhamento com os princípios e valores da entidade e também com a finalidade do ILP. No ato de criação da Escola da Assembleia (D3) é exposto como essa unidade atingirá seu objetivo a partir da apresentação das atividades que realiza. No “Projeto Pedagógico Institucional” (D10), a missão do ILP e o público a ser qualificado, naquele momento histórico,

também é referenciado. Alguns projetos pedagógicos (D11, D12, D13, D14, D15, D16 e D19) reforçam a finalidade do ILP e a abrangência de suas qualificações. Outro projeto pedagógico (D18), enfatiza a finalidade da Escola da Assembleia.

Nas entrevistas, E1 (D21) refere-se à escola do legislativo como uma unidade curadora do conhecimento e o lugar responsável por organizar a produção do conhecimento e disseminá-lo. Em outro momento, o mesmo entrevistado diz que

Então, a gente encara como uma missão mesmo da Escola do Legislativo, da [Instituição do entrevistado], é... promover a divulgação desse conhecimento, que é um conhecimento próprio do Poder Legislativo, e que precisa chegar às Casas Legislativas Municipais para que... é onde começa... onde a política começa a ser feita no país. (D21)

É um conhecimento específico que o outro não se produz em lugar nenhum. Só se produz dentro do Legislativo, e que, portanto, nós temos de ser os divulgadores desse conhecimento. Então, nesse sentido, é... eu entendo que buscar formas de articular, de... de tornar acessível esse conhecimento faz parte dos nossos é... da nossa obrigação. É claro que é tanta obrigação, é tanta coisa que a gente tem que fazer, a Escola é muito múltipla e principalmente num [região que se localiza a Instituição] desse tamanho, [referência à dimensão de abrangência da Instituição], a gente tem que cuidar inclusive da capacitação dos servidores, dos... dos parlamentares. A gente tem... há programas também voltados para estudantes na área... na área da... da educação básica né... não é só... a gente não tem só esse foco na academia né. Isso é um dos nossos públicos. O número de atividades é muito grande. (D21)

Do exposto, observa-se que, nos documentos, não foi identificada associação entre a variável da pesquisa e os aspectos analisados. Entretanto, nas entrevistas, E21 (D21) relacionou à missão da escola do legislativo à promoção e à disseminação do conhecimento. Dessa forma, infere-se que há alguma relação entre a missão ou função das escolas do legislativo e a visibilidade e ao acesso à produção acadêmica.

7.3.2.16 Visibilidade da produção acadêmica e acesso à produção acadêmica

A visibilidade da produção acadêmica e o acesso à produção acadêmica foram as variáveis mais referenciadas, em conjunto com a temática científica. As citações feitas aparecem em muitos documentos. Na maioria dessas, vinculadas a algumas das variáveis analisadas anteriormente, como o custo, a limitação, a promoção e a terceirização. Dado que as menções em comum a esses aspectos já foram examinadas, objetiva-se aqui a análise dos segmentos de texto não explorados. Um ponto importante a destacar é que as análises dessas

variáveis serão somente cruzadas, vez que não faz sentido observar se a visibilidade da produção acadêmica apresenta relação com ela própria, assim como se há alguma associação entre o acesso da produção acadêmica e ele mesmo.

Nesse sentido, identificou-se a relação imediata entre as variáveis, visto que aquela é base para essa. Isso ocorreu no “Regimento Interno do ILP” e no “Regulamento da biblioteca Deputado Márcio Marinho” (D1 e D9), onde discorre-se acerca das responsabilidades do “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca” em que constam o controle a disponibilização do acervo para os usuários em conjunto com a democratização do acesso.

Nas entrevistas, isso também está presente. E2 (D22) afirma que um trabalho de pesquisa tem que estar exposto, jamais oculto, para que as pessoas possam usufruir dele. E6 (D26) relaciona a escolha das fontes de informação digital pela possibilidade de unir vantagens da busca, atividade relacionada à visibilidade, e do acesso ao texto completo.

7.3.2.17 Temática científica

A temática “científica” foi abordada na seção anterior com o objetivo de discutir a cientificidade dos trabalhos de conclusão de curso das pós-graduações *lato sensu* da Escola da Assembleia. Entretanto, entendeu-se que, o resultado da análise dessa variável para esse contexto, incluindo as interpretações e inferências feitas, é suficiente para a composição da análise que objetiva discutir a visibilidade e o acesso às referidas produções acadêmicas.

7.3.2.18 Resumo das observações, interpretações e inferências realizadas

Com o objetivo de simplificar todas as observações, interpretações e inferências realizadas, as quais tornaram-se a base para a escolha das soluções, apresenta-se o quadro 15. O ícone positivo é vinculado à variável da pesquisa se essa relaciona-se com pelo menos um dos aspectos analisados – visibilidade e/ou acesso à produção acadêmica. Caso não tenha sido possível nenhuma associação entre esses, o ícone negativo é exposto.

Quadro 15 – Resumo das observações, interpretações e inferências realizadas seccionadas por instrumento de coleta de dados

Variáveis da pesquisa	Pesquisa documental	Questionários	Entrevistas
Armazenamento da produção acadêmica	Em D1 e D9, identifica-se referências à variável de pesquisa quando se denotou sobre como constitui-se o acervo da biblioteca e quando se declarou a responsabilidade do “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca”.	Observa-se que muitos segmentos de textos fizeram referência a essa variável. Contudo, não a vincularam diretamente aos aspectos analisados, ainda que a base para prover a visibilidade e o acesso é o conteúdo informacional estar armazenado, presente em algum suporte.	E1, E2, E4 e E5 mencionaram essa variável. Percebe-se afirmações de que as produções ficam armazenadas nas instituições parceiras, quando há relação de convênio ou contrato para a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , mas, assim como nos questionários, não há relação expressa entre a variável e os aspectos analisados.
	 Há menções nos três documentos que, de forma geral, relacionam essa variável à visibilidade e ao acesso às produções acadêmicas.		
Assimetria informacional e carência informacional	Não foram identificadas nos documentos selecionados.	Não foram identificadas nas resoluções dos questionários.	Há menções feitas por E1 de que há assimetria e carência informacional no Poder Legislativo.
	 A pesquisa realizada evidenciou que há fontes de informação digital que não se apresentam em determinado âmbito desse Poder, ratificando as menções identificadas. Entretanto, não é possível inferir que a disponibilidade de meios para acesso à informação de uma instituição está, de alguma forma, relacionada ao âmbito dessa. Outros estudos podem evidenciar isso. Porém, restou evidenciado que há relação entre as variáveis analisadas e os aspectos da pesquisa, vez que a visibilidade ampliada e o maior acesso às produções acadêmicas reduzem as variáveis analisadas.		
Custo da solução que promove a visibilidade da produção acadêmica e que promove o acesso à produção acadêmica	Não foram identificadas nos documentos selecionados.	Não foram identificadas nas resoluções dos questionários.	E1, E4 e E6 fizeram menções às variáveis.
	 A análise dos segmentos de texto evidencia que essas variáveis apresentam relação com os aspectos analisados, vez que o custo pode ser um limitante na capacidade de promover a visibilidade e o acesso da produção acadêmica. Entretanto, também há a menção de soluções que otimizam o recurso financeiro e promovem os aspectos analisados.		
Divulgação da produção acadêmica	Há muitas menções em D1, D2, D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18 e D19. Dentre essas, vinculou-se a reprodução parcial ou total de qualquer produção intelectual, a qual pode relacionar-se à atividade de divulgação, à autorização pelo autor, e se denotou que a	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	E1, E2, E4, E5, E6 fizeram diversas pontuações, dentre as quais, relacionaram à divulgação ao acesso ao conhecimento como uma forma de impactar a vida das pessoas.

	produção acadêmica pode ser publicada de diversas formas.		
	 Há diversos segmentos de texto que fazem referências entre a variável da pesquisa e os aspectos analisados.		
Formato da produção acadêmica	Há diversas menções em D1, D2 e D6.	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	E1 e E4 apontaram que o artigo científico é adotado em suas instituições, mas não foram associadas aos aspectos analisados.
	 Ainda que haja inúmeras menções em documentos e entrevistas, observa-se que essa variável não se relaciona com os aspectos analisados da visibilidade e do acesso às produções acadêmicas.		
Fortalecimento do Poder Legislativo	Apareceu em D1 e D2 nos princípios e valores da organização, em D10, D11, D12, D13, D14, D15, D16, D18 e D19, nos objetivos específicos dos projetos pedagógicos.	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	E1 e E4 relacionaram a variável à difusão e divulgação do conhecimento e à contribuição crítica entre as instituições a partir da promoção dos aspectos analisados
	 Há segmentos de texto que relacionam a variável analisada à visibilidade e ao acesso às produções acadêmicas.		
Limitação da visibilidade da produção acadêmica e Limitação do acesso à produção acadêmica	Não foram identificadas nos documentos selecionados.	Não foram identificadas nas resoluções dos questionários.	E1 mencionou que os periódicos eletrônicos não vinculam a aprovação da produção ao ato de ter sido realizada a submissão ao processo editorial.
	 Há evidência de que há relação entre as variáveis da pesquisa e os aspectos analisados. Nesse cenário, observa-se que as fontes de informação digital também apresentam características que podem limitar em parte os aspectos analisados, ainda que essas fontes possuam uma ampla gama de atributos que favoreçam a sua utilização.		
Missão ou função da escola do legislativo	D1, D2, D3, D9, D10, D11, D12, D13, D14, D15, D16, D18 e D19 fazem menções à missão ou função da escola do legislativo.	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	E1, E2, E3 e E5 mencionaram essa variável. E1 relacionou à missão da escola do legislativo à promoção e à disseminação do conhecimento.
	 Dessa forma, infere-se que há alguma relação entre a missão ou função das escolas do legislativo e a visibilidade e ao acesso à produção acadêmica.		
Oferta de cursos de pós-	Não foi identificada nos documentos	Não foi identificada nas resoluções dos	E3, E4, E5 e E6 pontuaram sobre a

graduação	selecionados.	questionários.	variável, mas não a associaram aos aspectos analisados.
 Os segmentos de textos se relacionam com aspectos diversos. Entretanto, não há relação da variável analisada – a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu – com os aspectos analisados de visibilidade e acesso à produção acadêmica.			
Promoção da visibilidade da produção acadêmica	Nos documentos (D1 e D9), há destaque tanto para as fontes de informação analógicas quanto às digitais.	Diversas instituições fizeram referências à utilização de fontes de informação para a promoção do aspecto analisado.	E1, E2, E3, E4 e E6 mencionaram a variável, abordando principalmente o uso das fontes de informação digital para a promoção da visibilidade.
	 Evidencia a forte vinculação entre as fontes de informação digital, visto que são meios para a promoção da visibilidade da produção acadêmica.		
Promoção do acesso à produção acadêmica	Nos documentos (D1 e D9), há destaque tanto para as fontes de informação analógicas quanto às digitais.	Diversas instituições fizeram referências à utilização de fontes de informação para a promoção do aspecto analisado.	E1, E2, E3, E4 e E6 mencionaram a variável, abordando principalmente o uso das fontes de informação digital para a promoção do acesso.
	 Evidencia a forte vinculação entre as fontes de informação digital, visto que são meios para a promoção do acesso à produção acadêmica.		
Público da produção acadêmica	Não foi identificada nos documentos selecionados.	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	E6 afirmou que acredita que o público das produções acadêmicas seja apenas o acadêmico e denotou que a adequação do conhecimento contido nessas produções pode apresentar-se como um meio para que a sociedade, de modo amplo, possa ter acesso a ele.
	 Dessa forma, entende-se que essa variável apresenta relação com os aspectos de visibilidade e acesso às produções acadêmicas à medida que o primeiro passo para adequar o conhecimento aos diversos públicos é saber que ele existe e que se pode ter acesso.		
Qualidade da produção acadêmica	Apenas a expressão “rigor científico”, exposta no “Manual de procedimentos de monografia” (D6).	Não foi identificada nas resoluções dos questionários.	Foram identificadas relações entre a variável e os aspectos analisados, quando da menção à apresentação das produções relevantes e de que os produtos desenvolvidos apresentam qualidade, sendo necessários promove-los.

	 Há indícios (duas menções) que a variável “Qualidade da produção acadêmica” apresenta relação com os aspectos de visibilidade e acesso à produção acadêmica		
Temática e aplicabilidade da produção acadêmica	<p>Aparece em todos os projetos pedagógicos, no “Regimento Interno do ILP”, no “Regulamento de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>” e no “Manual de procedimentos de monografia”, mas não associam a variável aos aspectos analisados.</p>	<p>Não foi identificada nas resoluções dos questionários.</p>	<p>E1, E2, E4 E5 pontuam acerca da variável, mas suas menções não as vinculam à visibilidade e ao acesso às produções acadêmicas.</p>
	 A variável aparece com frequência nos documentos analisados e são importantes para o direcionamento que se deseja dar para as produções acadêmicas dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> . Entretanto, pelo exposto não se evidencia a relação existente entre essa e a visibilidade e o acesso às produções acadêmicas.		
Terceirização da visibilidade da produção acadêmica e Terceirização do acesso à produção acadêmica	<p>Não foram identificadas nos documentos selecionados.</p>	<p>A instituição 11 mencionou que para ambos os aspectos, a promoção é feita a critério das instituição de ensino conveniada.</p>	<p>E1, E4 e E5 fizeram menções a essa variável.</p>
	 Observa-se que não houve diferenciação entre os aspectos de visibilidade e acesso, assim como ocorrido com relação a outras variáveis (custo das soluções e limitação da visibilidade). Além disso, evidencia-se que, a partir da terceirização da realização das turmas dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , questões como a visibilidade e o acesso são negligenciados, ainda que não se possa inferir, pela limitação do estudo, se há ou não a promoção da visibilidade e do acesso às produções acadêmicas por essas instituições.		
Visibilidade da produção acadêmica e Acesso à produção acadêmica	<p>Essas variáveis apareceram em D1 e D9, em diversas menções. Em uma delas, por exemplo, consta como responsabilidades do “Setor de Internet, Base de Dados e Videoteca”, a disponibilização do acervo para os usuários e a democratização do acesso.</p>	<p>Diversas instituições (I2, I3, I5, I7, I9, I11, I12, I13, I15, I16, I17) fizeram referências à variável. A maior parte, apresenta relação com o outro aspecto analisado.</p>	<p>Todos os entrevistados fizeram menções à variável. E2 afirmou que um trabalho de pesquisa tem que estar exposto, jamais oculto, para que as pessoas possam usufruir dele.</p>
	 As variáveis foram as mais referenciadas, em conjunto com “Temática científica”. Elas aparecem especialmente nos documentos e nas entrevistas, sendo observada a relação imediata entre essas, visto que a visibilidade é base para o acesso às produções acadêmicas.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Da análise de conteúdo realizada, identificou-se a maioria das variáveis analisadas se fizeram presentes e associaram-se aos aspectos de visibilidade e acesso às produções

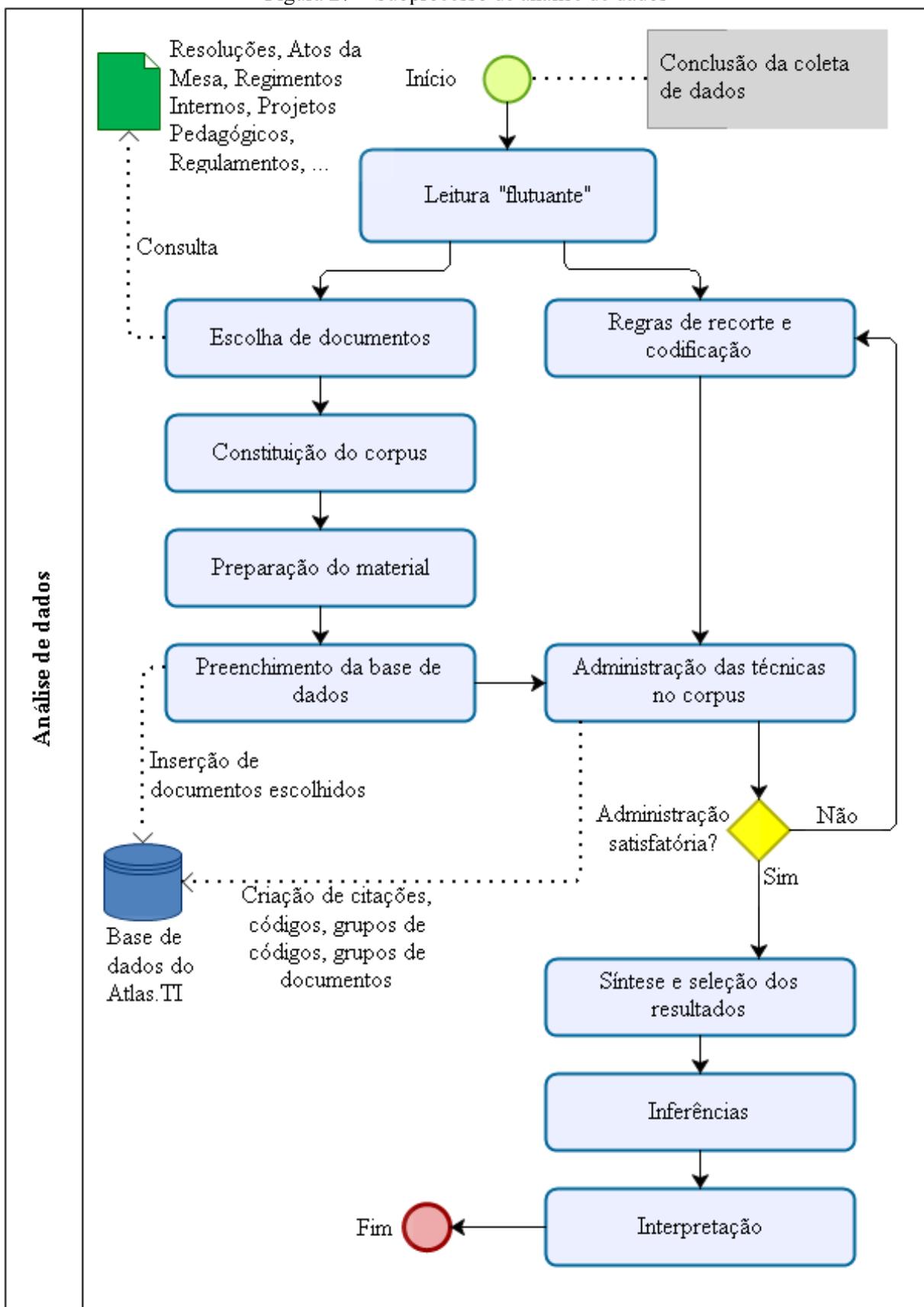
acadêmicas. Entretanto, algumas – “Formato da produção acadêmica”, “Oferta de cursos de pós-graduação” e “Temática e aplicabilidade da produção acadêmica” – não apresentaram relação alguma, ainda que possa existir, mas não terem sido manifestadas nos documentos selecionados, nas resoluções dos questionários e nas transcrições das entrevistas.

Nesse cenário, a escolha das soluções foi baseada na pesquisa bibliográfica e nas menções feitas às variáveis que apresentaram alguma relação com os aspectos analisados nessa pesquisa. Algumas variáveis apresentaram maior relevância, como “Assimetria informacional”, “Carência informacional” e “Fortalecimento do Poder Legislativo”. Porém, todas foram observadas para essa finalidade.

7.3.3 Resumo do processo de análise de dados

Apresenta-se, a seguir, o subprocesso de análise de dados.

Figura 27 – Subprocesso de análise de dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

8 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES E UM POSSÍVEL CAMINHO

O desenvolvimento dessa investigação resulta na exposição de três soluções para a baixa visibilidade e para o acesso reduzido ao conhecimento elaborado e constante nos trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* da Escola da Assembleia, problema exposto no início – seção 1 – dessa dissertação. Esse rol de soluções apresenta-se como o elemento central e caracterizador dessa pesquisa quanto à sua natureza, conforme explanado nos procedimentos metodológicos – subseção 5.1.5.

A pesquisa aplicada objetiva desenvolver conhecimentos científicos que serão utilizados na prática e de forma imediata para a resolução de problemas reais da sociedade, podendo fazer uso de tecnologias existentes. Nesse sentido, esse estudo buscou investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nessas produções acadêmicas da Escola da Assembleia.

Como resultado da pesquisa, apresenta-se três soluções, não excludentes e complementares, que visam atingir o objetivo definido. Contudo, antes disso ser feito, independente das escolhas efetuadas, recomenda-se a realização de duas atividades as quais julgou-se imprescindíveis.

A primeira atividade indicada é a elaboração de uma política de informação para a ALRN. Segundo Pinheiro (2012, p. 67), essa política “engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e a sua destruição”. Nesse sentido, sua implantação é fundamental à medida que se busca alterar, a partir da adoção de novas soluções, o modo como realizam-se atividades nos diferentes estágios do ciclo informacional.

A segunda atividade sugerida é a atualização – criação, exclusão e modificação – dos documentos normativos da Escola da Assembleia – “Regimento Interno da Escola da Assembleia”, “Regulamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*”, “Regulamento da Secretaria Escolar”, “Regulamento da Biblioteca Deputado Márcio Marinho”, “Projeto Pedagógico Institucional” e todos os demais documentos, identificados pelo corpo técnico dessa unidade – que carecem passar por algum tipo de procedimento. Essa atividade busca:

- ter um *corpus* regulamentar alinhado à Escola da Assembleia, unidade que detém características particulares apresentadas na seção 2.4 – “A Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Norte e a Escola da Assembleia”, ainda que se reconheça que o ILP apresentou finalidade semelhante;

- alinhar a atuação da Escola da Assembleia, perante os dispositivos normativos publicados pela ALRN, durante o período de 2014 até os dias atuais, dentre os quais podemos citar a reorganização administrativa aprovada em 12 de dezembro de 2017 e publicada no dia 14 desses mesmos mês e ano;
- estabelecer uma vinculação entre os documentos normativos da Escola da Assembleia e a política de informação recém-desenvolvida.

Expostas as atividades reconhecidas como importantes, diante do contexto de implantação das soluções propostas, apresenta-se essas, a seguir.

8.1 A Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

A primeira solução consiste na implantação da Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Conforme exposto anteriormente, as bibliotecas digitais são fontes de informação digital que estão sendo utilizadas no Poder Legislativo para promover conteúdos informacionais de diversos tipos – acadêmico, científico, administrativo, legislativo, jurídico, técnico, entre outros. Nesses ambientes, é possível encontrar, além de documentos da instituição, produções desenvolvidas externamente a essa.

Entretanto, anterior à implantação efetiva da Biblioteca Digital da ALRN, recomenda-se o desenvolvimento da política desse ambiente informacional, ou seja, a elaboração de um ou mais documentos, de teor mais específico que a política de informação da ALRN. Essa política deve conter como esse ambiente será gerido, como serão inseridos os depósitos, aspectos relacionados ao termo de autorização da disponibilização, quando envolver propriedade intelectual, se haverá integração com outros sistemas da Casa e, caso haja, como será essa interoperabilidade, quais documentos devem ser inseridos nesse ambiente, por exemplo.

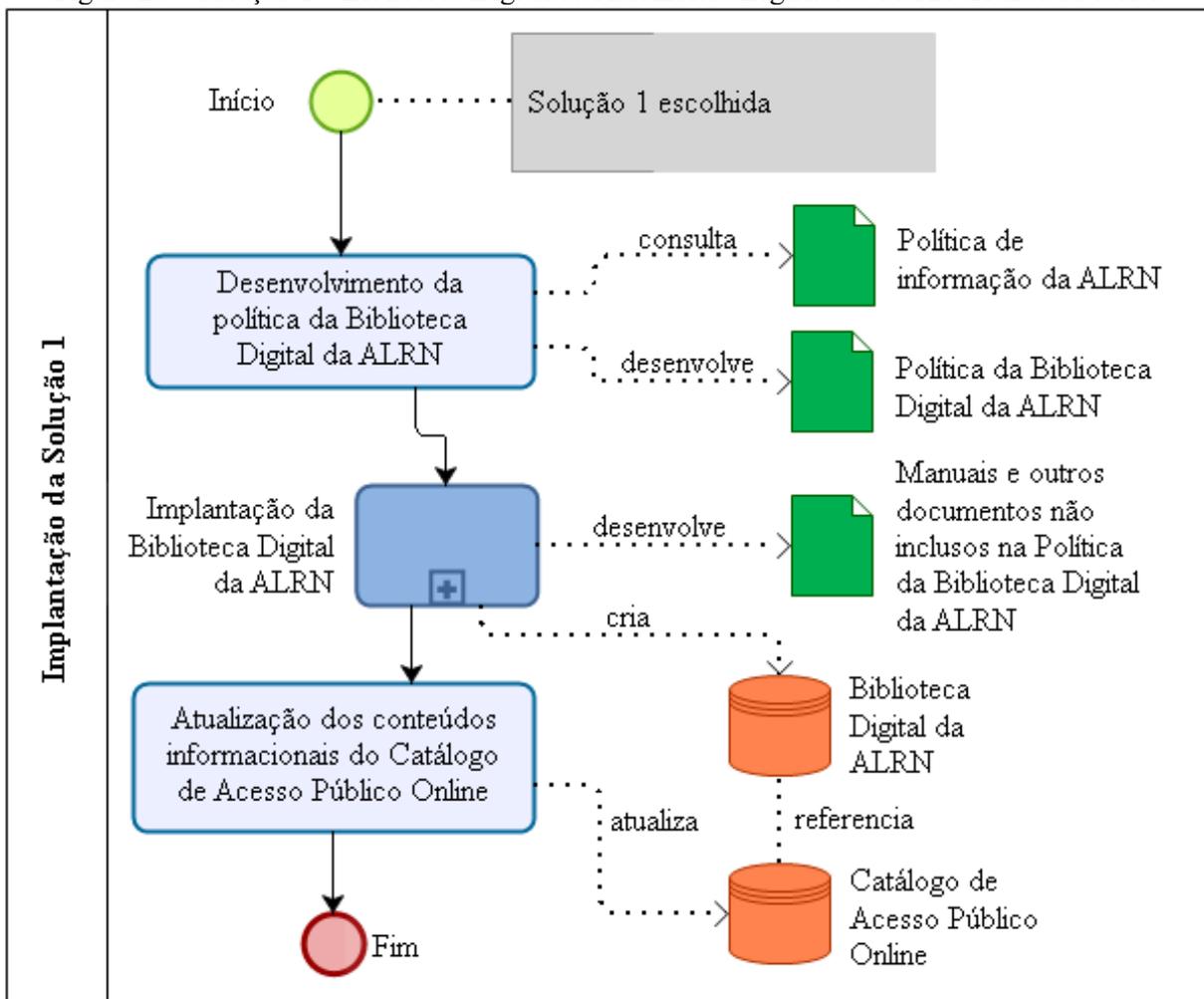
Posterior à implantação da Biblioteca Digital da ALRN, incluindo nesse processo o povoamento da base de dados, sugere-se que seja incluído o Identificador de Recursos Universal (URI) desse conteúdo informacional na respectiva catalogação da produção acadêmica, no Portal BIB-RN. Objetiva-se assim ampliar o acesso às produções acadêmicas, vez que a visibilidade é promovida por esse OPAC.

Ressalta-se que, ao final da implantação dessa solução, existirão então dois ambientes informacionais digitais em funcionamento:

- o Portal BIB-RN que promoverá a visibilidade, através da catalogação já existente da produção acadêmica, e o acesso ao texto completo, ao apresentar a URI da produção acadêmica relacionada na Biblioteca Digital da ALRN;
- a Biblioteca Digital da ALRN que promove tanto a visibilidade quanto o acesso ao texto completo da produção acadêmica.

A figura 28 apresenta o subprocesso “Implantação da Solução 1”, que expõe e relaciona as atividades, os documentos produzidos e os ambientes informacionais digitais.

Figura 28 – Solução 1 – Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

8.2 A Biblioteca Digital do Legislativo

A segunda solução proposta contempla a criação de uma rede de bibliotecas digitais do Poder Legislativo, a qual, apoiada no seu referencial teórico – seção 4.2.3 –, denominamos de Biblioteca Digital do Legislativo (BDLegis). Entretanto, a adoção desse ambiente, com o objetivo de promover a visibilidade e o acesso às produções acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Escola da Assembleia, carece da implementação da Biblioteca Digital da ALRN.

Ainda que as designações desses ambientes informacionais sejam semelhantes, há distinções relevante entre esses que advém da procedência dos seus elementos e de suas constituições. Enquanto na primeira solução ocorrerá o depósito de objetos digitais – constituídos de conteúdo informacional, metadados e identificador –, na BDLegis será realizada a coleta de metadados referentes aos objetos digitais de bibliotecas digitais.

Nesse cenário, a BDLegis consistirá na implantação de um ambiente informacional que agregará os metadados de objetos digitais de instituições de todos os âmbitos (federal, estadual/distrital e municipal) do Poder Legislativo, desde que essas tenham bibliotecas digitais implementadas. Diferentemente da primeira solução, na qual havia ambientes informacionais do mesmo tipo instalados nesse Poder, não foi identificada nenhuma rede de bibliotecas digitais restrita ao legislativo que promova seus diversos conteúdos informacionais.

Comum a essas soluções, há a recomendação de desenvolvimento da política dessas fontes de informação digital. A política desse ambiente deve conter como ele será gerido, como serão coletados os metadados, se haverá integração com outros sistemas da ALRN e, caso haja, como será essa interoperabilidade, o que deve ser inserido nesse ambiente, o acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a(s) instituição(-ões) administradora(s) da BDLegis e as instituições partícipes, como será realizada a implementação e a administração desse ambiente informacional destinado para o uso coletivo pelas instituições do Poder Legislativo e para a sociedade.

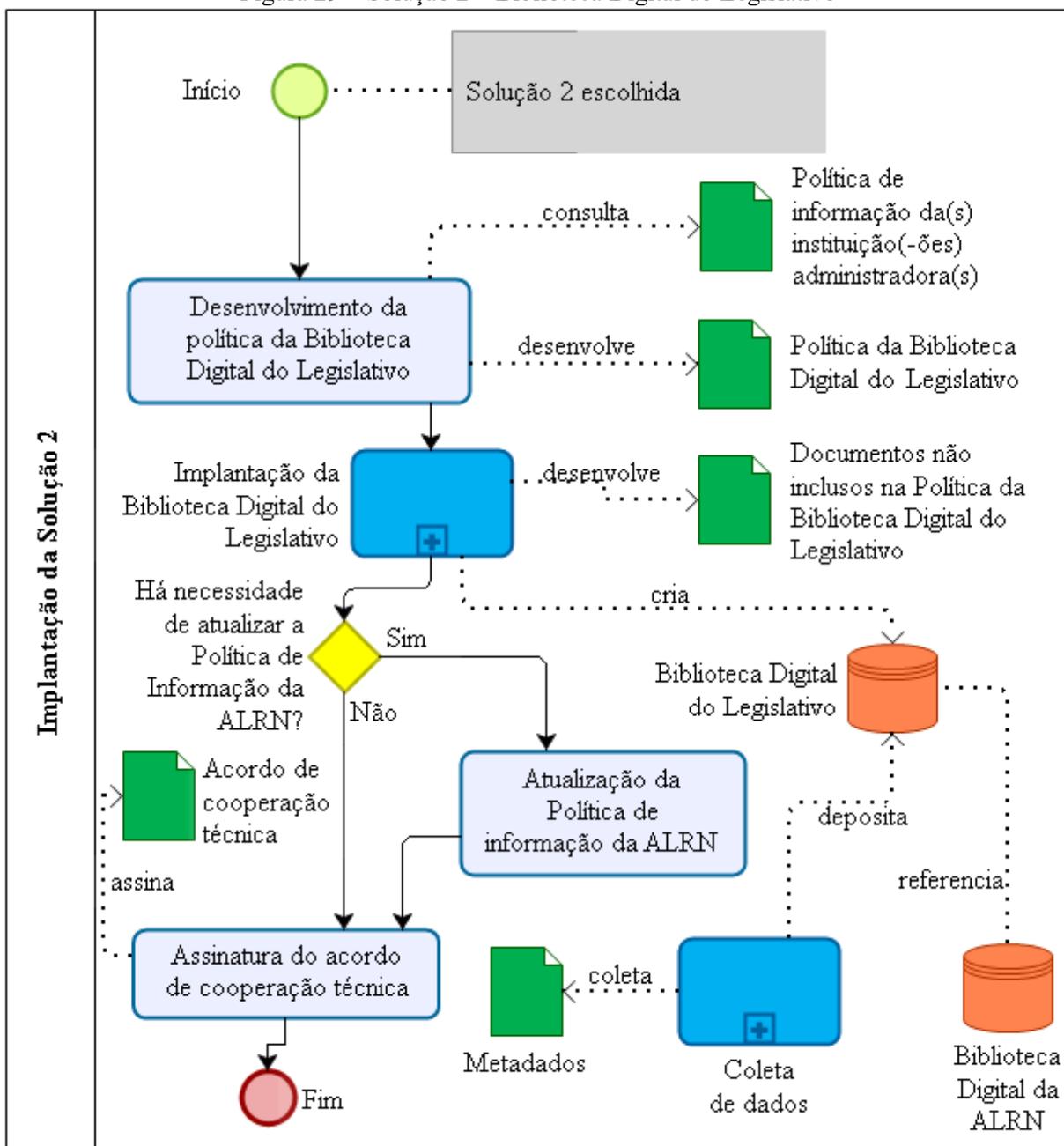
Caso a implantação dessa solução seja adotada, existirão, ao final, três ambientes informacionais digitais em funcionamento:

- o Portal BIB-RN que promoverá a visibilidade, através da catalogação já existente da produção acadêmica, e o acesso ao texto completo, ao apresentar a URI da produção acadêmica relacionada na Biblioteca Digital da ALRN;

- a Biblioteca Digital da ALRN que promoverá tanto a visibilidade quanto o acesso ao texto completo da produção acadêmica; e
- a Biblioteca Digital do Legislativo, a qual agregará os metadados dos objetos digitais das diversas instituições do Poder Legislativo que assinarem o termo de cooperação técnica e tiverem implementadas uma biblioteca digital, que promoverá tanto a visibilidade quanto o acesso ao texto completo da produção acadêmica, a partir das referências para os objetos digitais das bibliotecas digitais.

A figura 29 apresenta o subprocesso “Implantação da Solução 2”, que expõe e relaciona as atividades, os documentos produzidos e os ambientes informacionais digitais.

Figura 29 – Solução 2 – Biblioteca Digital do Legislativo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

8.3 O Projeto LexML

A terceira solução compreende a disponibilização de informações da ALRN para o Projeto LexML, o qual trata-se de um portal governamental, especializado em informações legislativas e jurídicas, que tem como objetivo identificá-las e estruturá-las, conforme apresentado no referencial teórico – seção 4.2.5. Para isso tornar-se possível, é necessário o entendimento entre a ALRN e o GT LexML para que sejam realizadas duas adequações:

- a primeira dessas está associada ao escopo das instituições que disponibilizam informações na área “Doutrina”. Dado que o Projeto reúne e disponibiliza, nessa área, apenas os conteúdos informacionais da RVBI, a qual contempla atualmente o acervo de 12 instituições da Administração Federal, é necessário identificar e estruturar as informações de outras instituições, incluindo nessas a ALRN;
- a segunda está relacionada aos tipos de documentos inseridos nessa área. Visto que atualmente apenas artigos de revistas, revistas, folhetos e livros são compreendidos pelo Projeto, é necessário possibilitar a inclusão de informações de documentos enquadrados como produção acadêmica, incluindo assim os trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*.

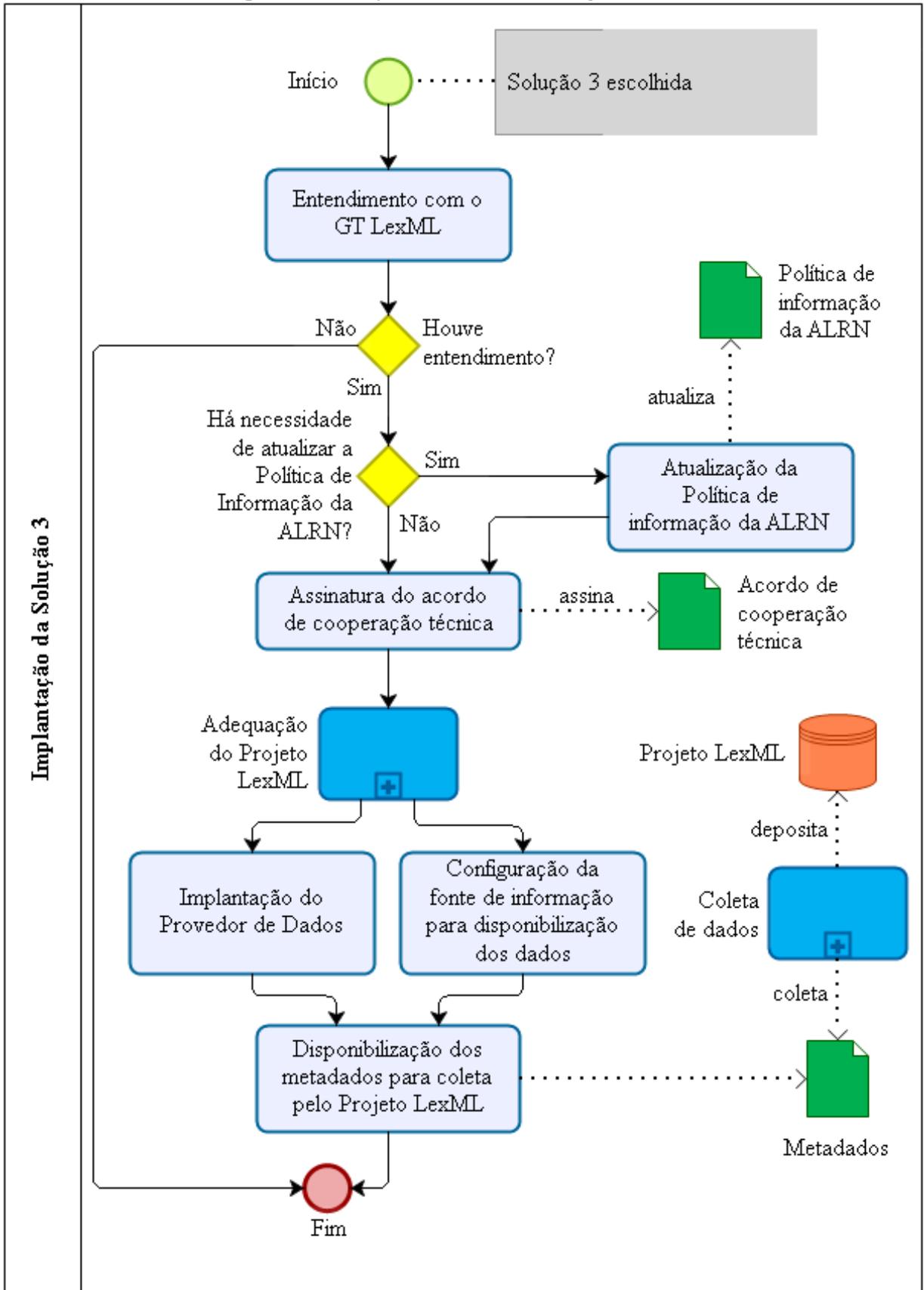
As adequações propostas, caso implementadas, promoverão a visibilidade, mas não o acesso à produção acadêmica. Observa-se assim que o LexML, referente a área “Doutrina” configurar-se-á como um OPAC. Entretanto, essa promoção parcial dos aspectos apresenta-se como relevante, visto que (1) o Projeto LexML tem abrangência nacional, (2) há iniciativas similares em outros países, (3) o conteúdo das produções vincula-se ao escopo do Projeto. É importante destacar que, sendo possível a adequação do ambiente para armazenamento de documentos, o Projeto LexML promoveria também o acesso às produções acadêmicas.

Após o entendimento com o GT LexML, deve ser analisado se há a necessidade de atualização da “Política da Informação da ALRN”. Se houver, a política deve ser atualizada antes da assinatura do acordo de cooperação técnica entre a ALRN e o Senado Federal. Caso contrário, procede-se com a assinatura do acordo de cooperação técnica que instrumentaliza a colaboração para a integração e atualização de informações de bases de dados da ALRN no Portal LexML. Após a assinatura do acordo, é realizada a adequação do Projeto para, posteriormente, ser realizada, concomitantemente, a implantação do “Provedor de Dados” e a configuração da fonte de informação para disponibilização dos dados. Após a conclusão dessas atividades, disponibilizam-se os metadados para a coleta pelo Projeto LexML.

Cabe destacar que, ao final da implantação dessa solução, haverá um novo ambiente informacional digital em funcionamento e com informações fornecidas pela ALRN.

A figura 30 apresenta o subprocesso “Implantação da Solução 3”, que expõe e relaciona as atividades, os documentos produzidos e o novo ambiente informacional digital.

Figura 30 – Solução 3 – Extensão do Projeto LexML



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

8.4 Um possível caminho

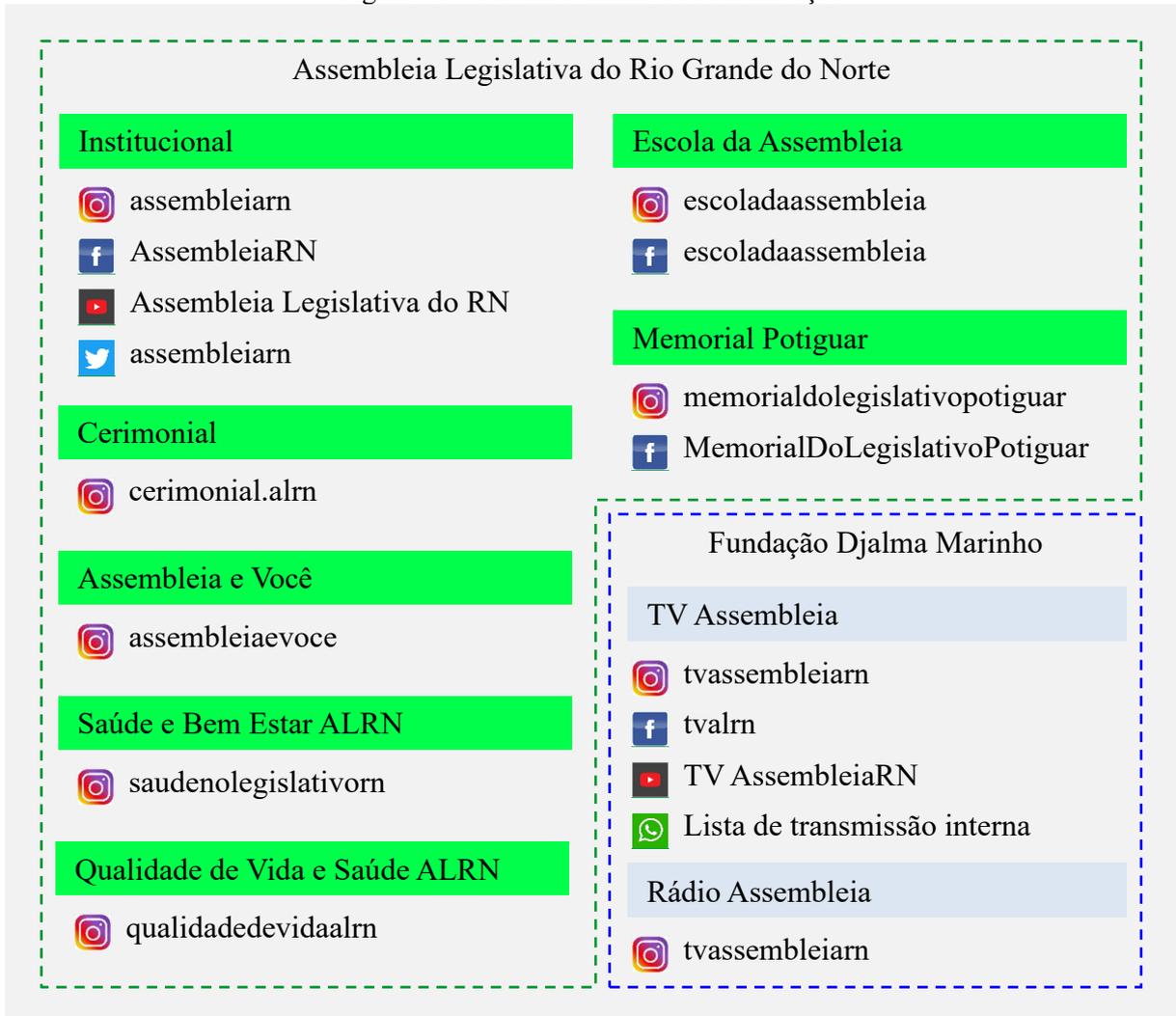
Nas subseções anteriores, foram apresentados três ambientes informacionais digitais – a Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a Biblioteca Digital do Legislativo e o Projeto LexML – que apresentam benefícios distintos quanto a um ou quanto aos dois aspectos analisados nesse estudo. Poder-se-ia também incluir nesse rol das fontes de informação digital, a única fonte de informação digital implantada – o Portal BIB-RN – e a sentença continuaria a ser verdadeira.

Além da exposição de três novos ambientes, algumas recomendações foram pontuadas: a elaboração de uma política de informação para a ALRN, a atualização – criação, exclusão e modificação – dos documentos normativos da Escola da Assembleia, o desenvolvimento da política dos ambientes informacionais digitais criados e a inclusão do URI dos conteúdos informacionais nas catalogações das produções acadêmicas no OPAC implantado. Essas recomendações entrelaçam-se com os ambientes apresentados e resultam na viabilização ou na otimização deles.

Quando todos os elementos referidos nos parágrafos anteriores dessa subseção alinham-se, há a criação de um possível caminho, dentre muitos que podem existir, para a ampliação da visibilidade e do acesso às produções acadêmicas finais dos cursos de pós-graduação *lato sensu* desenvolvidas no âmbito da Escola da Assembleia. Entretanto, estabelecer novos caminhos não se trata apenas de criar locais de visitação. Faz-se necessário que as pessoas transitem por esses e façam uso deles. Nesse sentido, sugere-se, como última recomendação, a fim de atingir o objetivo geral, que as fontes de informação digital sejam divulgadas.

Nesse sentido, orienta-se a utilização das diferentes mídias e canais de comunicação existentes para isso. A figura 31 resume os que foram identificados no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Além desses, deve ser acrescido a esse conjunto o próprio sítio governamental e a intranet da instituição.

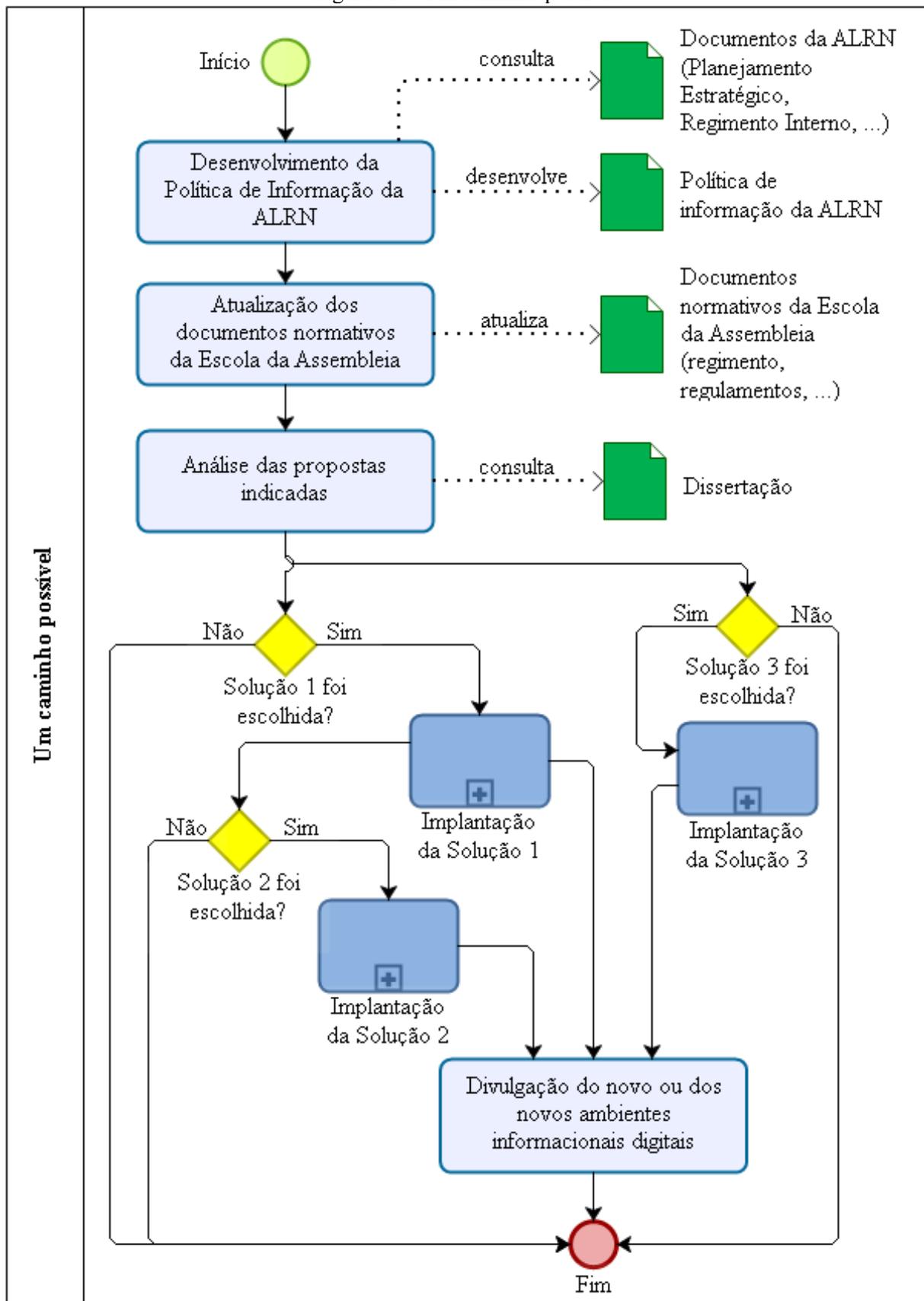
Figura 31 – Mídias e canais de comunicação



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Apresentamos a seguir, na figura 32, um possível caminho desenhado, o qual relaciona as soluções propostas e as recomendações sugeridas.

Figura 32 – Um caminho possível



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou atingir quatro objetivos específicos necessários para o propósito maior de investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia.

Diante desse plano e do seu desenvolvimento, entende-se que o primeiro objetivo específico – apresentar a Escola da Assembleia, abordando os aspectos legais que envolvem o seu funcionamento, assim como princípios, preceitos, finalidades, competências, objetivos, cursos, produções acadêmicas, composições, estruturas administrativas e demais características da sua história, do seu passado mais recente e do seu presente – foi atingido com a realização das pesquisas bibliográfica e documental. Enquanto aquela pesquisa apresentou o momento vivido pela Administração Pública e que motivou a criação das escolas de governo, destacou o instrumento normativo que criou essas unidades e expôs pesquisas que tiveram escolas de governo como foco das investigações; essa, coletou as informações necessárias para efetivamente cumprir o objetivo de apresentar a escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Os resultados dessas pesquisas foram apresentados na seção 2.

Conclui-se que o segundo objetivo específico – refletir a respeito da cientificidade do conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia – foi alcançado a partir da apresentação do referencial teórico essencial para a reflexão, realizado na seção 3, e da análise de conteúdo, discussões, interpretações e inferências efetuadas que tiveram como base a literatura pesquisada, os documentos coletados, os questionários aplicados e as entrevistas realizadas.

Depreende-se que o terceiro objetivo específico – elencar as soluções que podem proporcionar visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso em produções acadêmicas – foi satisfeito com a apresentação do referencial teórico acerca das fontes de informação, apresentado na seção 4, e também com as análises da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas.

Compreende-se que o quarto objetivo específico – identificar, quanto aos aspectos de visibilidade e acesso, as soluções que estão sendo utilizadas para promover o conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas das Escolas do Legislativo, bem como o motivo dessas soluções estarem sendo utilizadas – foi conquistado com as aplicações dos questionários e a realização das entrevistas. A pesquisa bibliográfica também colaborou para o

reconhecimento dos ambientes informacionais que apresentam essa finalidade. As informações relativas a esse objetivo encontram-se dispersas nas resoluções dos questionários, nas transcrições das entrevistas e no referencial exposto na seção 4.

Por fim, entende-se que essa pesquisa, em conformidade com o percurso metodológico delineado, atingiu seu objetivo geral ao (1) desenvolver um estudo aprofundado, baseado em uma pesquisa bibliográfica ampla e em uma análise triangulada de dados, e (2) propor um plano de ação com intervenções viáveis para a resolução do problema. As três propostas de intervenção apresentadas são caminhos possíveis, ainda que duas delas necessitem de entendimentos com outros órgãos do legislativo. Além disso, as soluções não são excludentes e podem, em conjunto, resultar em um cenário ainda mais favorável para os aspectos analisados.

Das dificuldades encontradas, o ambiente político apresentou-se como o mais relevante e impeditivo para o atingimento dos objetivos, vez que parece haver grande relação entre esse e o receio na disponibilização de informações. Essa característica resultou em algumas consequências na aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

A coleta de dados, através da pesquisa documental, enfrentou esse problema com a objeção ao fornecimento de documentos, postura que vai de encontro ao promovido pela Lei de Acesso à Informação e outros documentos normativos e recomendatórios. Posteriormente, a resolução dos questionários também foi custosa. Isso deveu-se ao contato com os gestores das escolas do legislativo ter sido realizado exclusivamente à distância – por ligação telefônica, envio de correio eletrônico e comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz. Por fim, nas entrevistas, percebeu-se certas inquietações quanto à exposição de fatos e opiniões por alguns colaboradores de instituições do Poder Legislativo.

Contudo, os obstáculos relatados eram esperados desde o planejamento inicial e foram transponíveis com requerimentos de acesso à informação, recurso à instância superior ao órgão superior detentor das informações, mudança de gestão neste órgão, persistência e a realização de entrevistas presenciais. Entende-se, de toda forma, que seria possível obter um quadro mais completo com a participação mais consciente e efetiva dos gestores das escolas do legislativo.

Observou-se ainda relativa desorganização no armazenamento dos projetos pedagógicos, vez que se pediu um prazo considerado grande para o fornecimento dessas informações e algumas delas não foram encontradas. Evidencia-se, assim, que há a necessidade de melhor gestão desses documentos a fim de ser possível a recuperação e que essa seja de modo célere.

Torna-se importante destacar que o fortalecimento do Poder Legislativo se apresentou como a variável que mais delineou as soluções apresentadas. Esse fortalecimento perpassa pela

Gestão da Informação e do Conhecimento. Entretanto, é evidente como essa subárea da Ciência da Informação pode e deve contribuir para que o Poder Legislativo se fortifique perante os desafios legislativos que já se lançam e que surgirão com as novas questões. Assim, demandas legislativas sobre biotecnologia, transporte autônomo, nanotecnologia, inteligência artificial e tantos outros assuntos da sociedade moderna, exigirão cada vez mais o conhecimento dos servidores públicos.

Nesse sentido, a organização, a visibilidade e o acesso ao conhecimento, os quais podem ser ampliados pelas soluções apresentadas, tornam-se necessárias e oportunas no atual momento.

Espera-se que essa pesquisa, além da sua contribuição de caráter mais pragmático, enriqueça também a base de conhecimentos da sociedade e possa expandir-se, a partir da disponibilidade dessa em acesso aberto.

REFERÊNCIAS

AIRES, Renan Felinto de Farias *et al.* Escolas de governo: o panorama brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 1007–1027, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/30908>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ALESP. **Biblioteca Digital**. 2019a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

ALESP. **Coletâneas Digitais**. 2019b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/coletaneas/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ALMG. Resolução N° 5116/1992, de 11 de julho de 1992. Cria a Escola do Legislativo no âmbito da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Minas Gerais Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 1992. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=RAL&num=5116&comp=&ano=1992>. Acesso em: 2 out. 2018.

ALMG. **DSpace ALMG**: Biblioteca Digital. 2019a. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/121>. Acesso em: 8 ago. 2019.

ALMG. **DSpace ALMG**: Página inicial. 2019b. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ALMG. **DSpace ALMG**: Periódicos de acesso restrito. 2019c. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/2342>. Acesso em: 9 ago. 2019.

ALRN. Resolução N° 003/2003, de 24 de abril de 2003. Dispõe sobre a criação do Instituto do Legislativo Potiguar. **Diário Oficial do Estado**, Natal, 2003. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/assets/ilp/imgs/documentos/3.ATO-DE-CRIaO-DA-ESCOLA.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

ALRN. Resolução N° 037/2008, de 27 de novembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Instituto Legislativo Potiguar. **Diário Oficial do Estado**, Natal, 2008.

ALRN. Ato N° 202/2009, de 17 de agosto de 2009. **Boletim Oficial**, Natal, 2009a.

ALRN. Ato N° 053/2009, de 16 de fevereiro de 2009. **Boletim Oficial**, Natal, 2009b.

ALRN. **Regimento Interno**. Natal, 2009. 2º versão.

ALRN. **Resolução N° 054/2009, de 30 de setembro de 2009**. Altera a estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal, 2009. Disponível em:

http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao//arq5045e39a9e536.pdf. Acesso em: 11 ago. 2018d.

ALRN. **Projeto Pedagógico Institucional**. Natal.

ALRN. **Projeto Pedagógico - Especialização em Administração Legislativa**. Natal.

ALRN. **Resolução N° 050/2012, de 27 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, e adota outras providências. Natal, 2012. Disponível em:

http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao/arq5137700af0057.pdf. Acesso em: 6 ago. 2012.

ALRN. Ato N° 266/2014, 6 de junho de 2014. Aprova alterações e a consolidação do Regimento Interno e dos Regulamentos da Biblioteca “Deputado Márcio Marinho”, da Pós-Graduação Lato Sensu e da Secretaria Escolar do Instituto do Legislativo Potiguar - ILP, tudo em conformidade com a Resolução n° 0050/2012, de 27.11.2012, publicada no Diário Oficial do Estado, Seção Diário da Assembleia Legislativa, de 28.11.2012, e dá outras providências. **Boletim Oficial**, Natal, 2014a.

ALRN. Regimento Interno do Instituto do Legislativo Potiguar. **Boletim Oficial**, Natal, 2014b. 3ª versão.

ALRN. **Regulamento de cursos de pós-graduação lato sensu**. Natal, 2014. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/assets/ilp/imgs/documentos/REGULAMENTO-DA-PoS.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018c.

ALRN. **Regulamento da Biblioteca Deputado Márcio Marinho**. Natal, 2014.

ALRN. **Manual de procedimentos de monografia**. Natal.

ALRN. Resolução N° 035/2016, de 10 de junho de 2016. Revoga as Resoluções n° 003/2003, de 16 de abril de 2003, e 037/2008, de 23 de dezembro de 2008, e dispõe sobre a criação da Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. **Boletim Legislativo Eletrônico**, Natal, 2016a. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/consultaboe/Visualizador.aspx?id=24>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ALRN. **Projeto Pedagógico - Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas**. Natal.

ALRN. Resolução N° 090/2017, de 14 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Boletim Legislativo Eletrônico**, Natal, 2017a. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/consultaboe/Visualizador.aspx?id=395>. Acesso em: 5 jul. 2018.

ALRN. **Projeto Pedagógico - Especialização em Saúde Pública**. Natal.

ALRN. **História**. 2018a. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/p/historia>. Acesso em: 4 jul. 2018.

ALRN. **Histórico**. 2018b. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/escola/p/a-escola>. Acesso em: 5 jul. 2018.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão de conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

ASSIS, Luiz Fernandes de. Educando para a cidadania: A experiência da escola do Legislativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 59, p. 367–385, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a07.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

ATLAS. T. SCIENTIFIC SOFTWARE DEVELOPMENT GMBH. **ATLAS.ti 8 Windows Guia Rápido**. 654.201901 ed. Berlin, 2019. Disponível em: http://downloads.atlasti.com/docs/quicktour/QuickTour_a8_win_pt.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1 esp, p. 1, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BERQUIÓ, Urbano C. Qual o papel de uma escola nacional de administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 237–241, 2012. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/97/93>. Acesso em: 4 out. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo Eletrônico - Governo Digital**. 2019. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/EGD/historico-1/historico>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 6.693/1944, de 14 de julho de 1944. Dispõe sobre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações pública e privada. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei->

6693-14-julho-1944-452525-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.473/1945, de 18 de abril de 1945.** Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1945a. Disponível em: http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/legislacao/decreto_lei_7473_1945.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.461/1945, de 26 de dezembro de 1945. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945,** que dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro, 1945b. Disponível em: http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/legislacao/decreto_lei_8461_1945.pdf

BRASIL. **Decreto Nº 9.032/1946, de 6 de março de 1946.** Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata e o aperfeiçoamento de funcionários da referida carreira, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/legislacao/decreto_lei_9032_1946.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 37.608/1955, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei de nº 200/1967, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 60.602/1967, de 20 de abril de 1967.** Transforma os Cursos de Aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda em Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal do Ministério da Fazenda (CETREMFA), e dá outras providências. Brasília, 1967b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60602-20-abril-1967-401487-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 73.115/1973, de 8 de novembro de 1973. Transforma o Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda, CETREMFA - em Escola de Administração Fazendária - ESAF - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D73115.htm. Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 93.277/1986, de 19 de setembro de 1986.** Institui a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública - CEDAM, e dá outras providências. Brasília, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d93277.htm. Acesso em:

11 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 8.987/1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, 1995a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 19/1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto de 3 de abril de 2000**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Brasília, 2000a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn8917.htm

BRASIL. **Decreto de 18 de outubro de 2000**. Cria, no âmbito do Conselho de Governo, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, e dá outras providências. Brasília, 2000b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/DNN9067.htm

BRASIL. **Lei 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto**. Budapeste, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguese-translation>. Acesso em: 24 set. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Câmara dos Deputados - Sobre a Biblioteca**

Digital. 2019a. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/page/about>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Câmara dos Deputados**. 2019b. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Câmara dos Deputados - Biblioteca Digital - Produção Acadêmica**. 2019c. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Página inicial**: Página inicial. 2019a. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Página inicial**: Publicações Acadêmicas. 2019b. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1456>. Acesso em: 9 ago. 2019.

CAMARGO, Maria Valéria Guimarães Pompêo de. Pesquisador Científico: Avaliação de Produção 1990/1994. *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148–207, 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 4 nov. 2018.

CARVALHO, Andréa Vasconcelos de. **Auditoría de inteligencia**: un método para el diagnóstico de sistemas de inteligencia competitiva y organizacional. 2010. Tese (Doutorado em Sistema de Informação e Documentação) – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2010. Disponível em: <https://zaguan.unizar.es/record/11666/files/TESIS-2013-065.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. **Curso de Direito Administrativo**: parte geral, intervenção do Estado e estrutura da administração. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento no contexto de ambientes organizacionais. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 235–254.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac

São Paulo, 2003.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access in the world and Latin America: A review since the Budapest Open Access Initiative. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33–46, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100033&lng=en&tlng=en. Acesso em: 31 jan. 2019.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: Ibiict, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 2002.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DUARTE, Patrícia. A primeira manifestação pré-histórica do universo religioso. **Último andar**, São Paulo, n. 21, p. 145–162, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/13988>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DURAN, Debora. A educação a distância no processo de formação continuada da administração pública: as contribuições da Revista do Serviço Público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 3, p. 705–736, 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1508/1585>. Acesso em: 1 out. 2018.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13–32.

FERRAREZI, Elisabete; TOMACHESKI, João Alberto. Mapeamento da oferta de capacitação nas Escolas de Governo no Brasil: gestão da informação para fortalecimento da gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 3, p. 287–303, 2010. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/51/47>. Acesso em: 1 out. 2018.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FILATRO, Andréa; MOTA, Natália Teles da. Ambientes virtuais de aprendizagem: desafios de uma escola de governo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, n. 1, p. 109–122, 2013. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/117/114>. Acesso em: 1 out. 2018.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. Pesquisador-Doutorando e sua Produção Científica. *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/paginas/set/16/estatuto-fgv-2013.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Portal FGV - Fundação Getúlio Vargas**. 2018. Disponível em: <https://portal.fgv.br/>. Acesso em: 29 set. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - EBAPE. **EBAPE**. 2016. Disponível em: <https://ebape.fgv.br/>. Acesso em: 29 set. 2018.

GAETANI, Francisco. Escolas de Governo: limites e condicionalidades. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 113–148, 1994. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/803/622>. Acesso em: 4 out. 2018.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças. Fontes de informação ganham adesão nos repositórios institucionais. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de Informação Digital**. Londrina: Eduel, 2016.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique Da; NORONHA, Ilma Horsth. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. *In*: SAYÃO, Luis et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 261–282.

IBICT. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Sistema Eletrônico**

de Editoração de Revistas (SEER). 2019. Disponível em: <http://www.ibict.br/tecnologias-para-informacao/seer>. Acesso em: 11 nov. 2019.

INSTITUTO RIO BRANCO. **História**. 2018. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/historia>. Acesso em: 29 set. 2018.

JESUS, Anderson Macedo de; MOURÃO, Luciana. Conhecimento organizacional em escolas de governo: um estudo comparado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 939-968, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7119/5670>. Acesso em: 19 ago. 2018.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Porto Alegre: Vozes, 1985.

KURAMOTO, Hélio. Acesso Livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/13.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

KURAMOTO, Hélio. Prefácio. *In*: **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: [http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf). Acesso em: 27 nov. 2017.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Automação de bibliotecas: análise da produção via BiblioInfo (1986-1994). *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

MADRUGA, Florian. Escolas do Legislativo: a nova visão do parlamento brasileiro. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 31-34, 2008. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131834/escolas_legislativo.pdf?sequence=3. Acesso em: 2 jan. 2019.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. Gestão da informação: fundamentos, componentes e desafios contemporâneos. *In*: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 27-48.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Alexandre Morgado. A Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 97, n. 2, p. 65-76, 1965. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2828/1659>. Acesso em: 2 out. 2018.

MEADOWS, Anthony J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Regulamento do Instituto Rio Branco**. [s.l: s.n.], 2014. Disponível em: http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/legislacao/portaria-179_2014-regulamento-irbr-1.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOURA, Eurides. ITA: avaliação da produção científica (1991-1995). *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/2743>. Acesso em: 3 ago. 2018.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 ago. 2019.

NOGUEIRA, Maria do Carmo de Castro. Análise do Produto e de Produtor de Trabalhos Científicos em Ciência Espacial. *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Curriculum Vitae: fonte de avaliação da produção científica de uma pesquisadora. In: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

OLSEN, Wendy. **Coleta de dados**: debates e métodos fundamentais em pesquisa social. Porto Alegre: Penso, 2015.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo: tendências e desafios — ENAP-Brasil em perspectiva comparada. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 35-53, 2000. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/324/330>. Acesso em: 1 out. 2018.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 75-88, 2002. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/280/286>. Acesso em: 1 out. 2018.

PÉCORA, Gláucia Maria Mollo. Atividades Acadêmicas de Pesquisador. In: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61-77, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2019.

PINTO, Tales dos Santos. **Pré-história**. 2018a. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/prehistoria.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

PINTO, Tales dos Santos. **As ferramentas na Pré-história**. 2018b. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/as-ferramentas-na-pre-historia.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

POLANYI, Michael. **Personal knowledge**: towards a post-critical philosophy. London: Routledge, 1958. Disponível em: <https://bibliodarq.wordpress.com/2015/09/30/seminario-ranea-i-bibliografia/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

POLANYI, Michael. **The tacit dimension**. New York: Doubleday and Company, 1966.

RANZINI, Milena de Senne; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Capacitação e formação

para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 2, p. 417-438, 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1004/1065>. Acesso em: 30 set. 2018.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 10. ed. Niterói: Impetus, 2013.

SANTOS, Maria Helena de Castro; BRITO, Marcelo. Escolas de governo e profissionalização do funcionalismo público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 119, n. 1, p. 69-99, 1995. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/728/574>. Acesso em: 4 out. 2018.

SENADO FEDERAL. **Sobre a Biblioteca Digital**. 2019a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/page/sobre>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SENADO FEDERAL. **Início**. 2019b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SIGAA. **Portal de Programas de Pós-Graduação (UFRN)**. 2019. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=9196. Acesso em: 28 set. 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Período Paleolítico**. 2018a. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/periodo-paleolitico.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Período Neolítico**. 2018b. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/periodo-neolitico.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SOUZA, Eda Castro Lucas de. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 73-88, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/>

rap/article/viewFile/6428/5012. Acesso em: 11 set. 2018.

SOUZA, Terezinha Batista de. Catálogos on-line: instrumentos plurifuncionais de busca e recuperação da informação. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de Informação Digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 271–298.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **BDJur - Página inicial**. 2019a. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Página inicial**. 2019b. Disponível em: <https://consorciobdjur.stj.jus.br/vufind/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Acervo do Consórcio BDJur**. 2019c. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/105255/Acervo_Consorcao_BDJur.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Perguntas frequentes**. 2019d. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/105255/Perguntas_frequentes.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação de resultados como expressão da função social do pesquisador. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 347-366, 2000. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_515b9da872_0009767.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

TAVARES-SILVA, Tânia; DIAS, Paulo; VALENTE, José Armando. Os suportes de uma comunidade virtual de aprendizagem: uma experiência do Governo do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, n. 2, p. 223-247, 2013. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/122/141>. Acesso em: 1 out. 2018.

TICONTROLE. **Destaques LexML - LexML**. 2019a. Disponível em: <https://projeto.lexml.gov.br/documentacao/destaques-lexml>. Acesso em: 19 out. 2019.

TICONTROLE. **LexML Brasil: Rede de Informação Legislativa e Jurídica**. 2019b. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2019.

TICONTROLE. **LexML: Formulários de Pesquisa**. 2019c. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/busca/search?smode=advanced>. Acesso em: 29 out. 2019.

TICONTROLE. **Descrição do Acervo - LexML Brasil**. 2019d. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/desc_acervo.html. Acesso em: 31 out. 2019.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Apresentação. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de Informação Digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 7-10.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de Informação Digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 13-44.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. *In*: MARCONDES, Carlos H. *et al.* (org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador/Brasília: UFBA; IBICT, 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **JusLaboris**. 2019a. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Coleções**. 2019b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/community-list>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TRZESNIAK, Piotr. Hoje vou escrever um artigo científico: a construção e a transmissão do conhecimento. *In*: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (org.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 15-38.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da Informação como subsídio teórico e prático para o projeto e para a avaliação de recursos, serviços e ambientes informacionais digitais. *In*: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de Informação Digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 45-74.

VIEIRA, Kátia Corina. Produção Científica de Docente/Pesquisador da Área de Ciências. *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913-936, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/64708/62580>. Acesso em: 1 out. 2018.

WITTER, Geraldina Porto et al. Dissertações de mestrado em psicologia clínica (PUCCAMP 1975-1987): análise da estrutura geral do discurso. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 65-79, 1989. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1701/1672>. Acesso em: 26 dez. 2018.

WITTER, Geraldina Porto; FREITAS, Maria Helena de Almeida. Dissertações e Teses de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: Estrutura do Discurso. *In*: WITTER, Geraldina Porto (org.). **Produção Científica**. Campinas: Editora Átomo, 1997.

WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. **Portal BIB-RN**. 2019. Disponível em:
<http://www.rn.portalsiabi.com/home>. Acesso em: 6 nov. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Questionário desenvolvido para aplicação nas Instituições do Poder Legislativo

Questionário – Seção 1

A aplicação desse questionário está inserida na pesquisa "Proposta de ampliação da visibilidade e do acesso à produção acadêmica da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte", a qual tem como objetivo principal investigar possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia, especificamente dos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, buscando a disseminação desse conhecimento existente, mas desconhecido e/ou inacessível.

Os dados coletados nesse instrumento são importantes para conhecer aspectos específicos, relacionados ao contexto dessa pesquisa, das Instituição do Poder Legislativo, incluindo suas Escolas do Legislativo, e das produções acadêmicas desenvolvidas nessa.

Para a participação nessa pesquisa através desse instrumento de coleta de dados, é necessária a sua concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enviado por e-mail, o qual esclarece os objetivos, a importância e o modo como os dados serão coletados nesse estudo, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para você e dá ciência de todos os seus direitos.

Ressaltamos, de toda forma, o compromisso com os princípios éticos informados no referido documento, incluindo o sigilo de sua identificação, a preocupação com o questionado e a preservação dos dados pelo período de cinco anos.

* Questionamento de resposta obrigatória

Você concorda em participar da pesquisa "Proposta de ampliação da visibilidade e do acesso à produção acadêmica da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte"? *

- Sim
- Não

Quanto à Instituição do Poder Legislativo – Seção 2

O objetivo dessa seção é identificar a Instituição participante, bem como garantir a autenticidade do colaborador da Instituição a partir do código de segurança enviado por e-mail e que necessita ser inserido para validação do questionário.

* Questionamento de resposta obrigatória

Em qual Instituição do Poder Legislativo você trabalha? *

O objetivo dessa pergunta é identificar a Instituição participante da pesquisa.

Marcar apenas uma oval.

- Assembleia Legislativa do Acre
- Assembleia Legislativa de Alagoas
- Assembleia Legislativa do Amapá
- Assembleia Legislativa do Amazonas
- Assembleia Legislativa da Bahia
- Assembleia Legislativa do Ceará
- Assembleia Legislativa do Espírito Santo
- Assembleia Legislativa de Goiás
- Assembleia Legislativa do Maranhão
- Assembleia Legislativa do Mato Grosso
- Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul
- Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- Assembleia Legislativa do Pará
- Assembleia Legislativa da Paraíba
- Assembleia Legislativa do Paraná
- Assembleia Legislativa de Pernambuco
- Assembleia Legislativa do Piauí
- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Assembleia Legislativa de Rondônia
- Assembleia Legislativa de Roraima
- Assembleia Legislativa de Santa Catarina
- Assembleia Legislativa de São Paulo
- Assembleia Legislativa de Sergipe
- Assembleia Legislativa de Tocantins
- Câmara dos Deputados
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Senado Federal

Informe o código de segurança fornecido: *

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

Quanto à Escola do Legislativo e sua estrutura – Seção 3

O objetivo dessa seção é obter informações sobre a existência de Escola do Legislativo e de bibliotecas.

* Questionamento de resposta obrigatória

A Instituição que você trabalha apresenta Escola do Legislativo - escola de governo vinculada a uma Instituição do Poder Legislativo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", onde localiza-se a Escola do Legislativo?

Marcar apenas uma oval.

- Na estrutura principal dessa Instituição
- Em estrutura anexa dessa Instituição
- Não tenho conhecimento

A Instituição que você trabalha apresenta biblioteca?

Marcar apenas uma oval.

- Apresenta uma biblioteca, localizada no âmbito da Instituição, mas externo à Escola do Legislativo
- Apresenta uma biblioteca, localizada no âmbito da Escola do Legislativo
- Apresenta duas bibliotecas, localizadas nos âmbitos da Instituição e da Escola do Legislativo
- Não apresenta nenhuma biblioteca
- Não tenho conhecimento

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

Quanto aos cursos de graduação ofertados e às produções acadêmicas finais – Seção 4

O objetivo dessa seção é obter informações sobre a oferta de cursos de graduação e suas produções acadêmicas finais.

* Questionamento de resposta obrigatória

A Escola do Legislativo dessa Instituição oferece ou já ofereceu cursos de graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a Escola do Legislativo exige ou exigiu trabalho de conclusão de curso?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a elaboração desse trabalho de conclusão de curso teve o acompanhamento de professor orientador?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a Escola do Legislativo exija ou tenha exigido trabalho de conclusão de curso, como ocorre ou ocorreu a entrega desse trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Em formato impresso, apenas
- Em formato digital, apenas
- Nos formatos impresso e digital

Caso haja a exigência de entrega do trabalho de conclusão, qual ou quais os destinos desse trabalho de conclusão?

Marque todas que se aplicam.

- O impresso fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Escola do Legislativo
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Instituição
- O digital fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O digital fica disponibilizado em um ambiente *online* do tipo Biblioteca Digital
- O digital fica armazenado na biblioteca da Instituição
- Não tenho conhecimento
- Outro:

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

Quanto aos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados e as produções acadêmicas finais – Seção 5

O objetivo dessa seção é obter informações sobre a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e suas produções acadêmicas finais.

* Questionamento de resposta obrigatória

A Escola do Legislativo dessa Instituição oferece ou já ofereceu cursos de pós-graduação lato sensu (especialização)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a Escola do Legislativo exige ou exigiu trabalho de conclusão de curso?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a elaboração desse trabalho de conclusão de curso teve o acompanhamento de professor orientador?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a Escola do Legislativo exija ou tenha exigido trabalho de conclusão de curso, como ocorre ou ocorreu a entrega desse trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Em formato impresso, apenas
- Em formato digital, apenas
- Nos formatos impresso e digital

Caso haja a exigência de entrega do trabalho de conclusão, qual ou quais os destinos desse trabalho de conclusão?

Marque todas que se aplicam.

- O impresso fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Escola do Legislativo
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Instituição
- O digital fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O digital fica disponibilizado em um ambiente *online* do tipo Biblioteca Digital
- O digital fica armazenado na biblioteca da Instituição
- Não tenho conhecimento
- Outro:

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados e as produções acadêmicas finais – Seção 6

O objetivo dessa seção é obter informações sobre a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu e suas produções acadêmicas finais.

* Questionamento de resposta obrigatória

A Escola do Legislativo dessa Instituição oferece ou já ofereceu cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado ou pós-doutorado)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a Escola do Legislativo exige ou exigiu o trabalho de conclusão de curso (dissertação, tese, relatório, artigo científico ou inovação de uma tecnologia ou produto)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a resposta anterior tenha sido "Sim", a elaboração desse trabalho de conclusão de curso teve o acompanhamento de professor orientador?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

Caso a Escola do Legislativo exija ou tenha exigido trabalho de conclusão de curso, como ocorre ou ocorreu a entrega desse trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Em formato impresso, apenas
- Em formato digital, apenas
- Nos formatos impresso e digital

Caso haja a exigência de entrega do trabalho de conclusão, qual ou quais os destinos desse trabalho de conclusão?

Marque todas que se aplicam.

- O impresso fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Escola do Legislativo
- O impresso fica armazenado na biblioteca da Instituição
- O digital fica armazenado na Escola do Legislativo em um setor como a coordenação acadêmica, a coordenação pedagógica, a secretaria escolar, o arquivo ou outro setor de atividade similar aos citados
- O digital fica disponibilizado em um ambiente *online* do tipo Biblioteca Digital
- O digital fica armazenado na biblioteca da Instituição
- Não tenho conhecimento
- Outro:

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

Quanto às produções acadêmicas finais – Seção 7

O objetivo dessa seção é obter informações sobre meios utilizados para promover a visibilidade e o acesso às produções acadêmicas finais.

* Questionamento de resposta obrigatória

A Escola do Legislativo utiliza quais meios para promover a visibilidade das produções acadêmicas finais?

Marque todas que se aplicam.

- Disponibilização do resumo do trabalho de conclusão em algum meio de comunicação interno, como, por exemplo, Intranet, jornal ou boletim, correio eletrônico
- Disponibilização do resumo do trabalho de conclusão em repositório ou biblioteca digital
- Produção de livro impresso com texto completo ou resumo do trabalho de conclusão
- Produção de livro digital (e-book) com resumo do trabalho de conclusão
- Registro da produção acadêmica em catálogo da biblioteca
- Manutenção de periódico eletrônico com abertura para submissão do trabalho de conclusão
- Outro:

A Escola do Legislativo utiliza quais meios para promover o acesso às produções acadêmicas finais?

Marque todas que se aplicam.

- Disponibilização do texto completo do trabalho de conclusão em algum meio de comunicação interno, como, por exemplo, Intranet, jornal ou boletim, correio eletrônico
- Disponibilização do texto completo do trabalho de conclusão em repositório ou biblioteca digital
- Produção de livro impresso com texto completo do trabalho de conclusão
- Produção de livro digital (e-book) com texto completo do trabalho de conclusão
- Manutenção de periódico eletrônico com abertura para submissão do trabalho de conclusão
- Outro:

Utilize esse espaço para criticar, sugerir, informar ou fazer qualquer observação que julgue importante sobre essa seção.

APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado desenvolvido para realização das entrevistas com responsáveis pelos aspectos de visibilidade e acesso das produções acadêmicas nas Escolas do Legislativo

1. Informação de que a entrevista terá o áudio gravado para que seja possível uma transcrição com maior qualidade e os dados possam ser melhor analisados posteriormente, conforme informado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido enviado por e-mail.
2. Identificação do pesquisador e da pesquisa – objetivo, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e princípios éticos.
3. O questionário aplicado anteriormente identificou que a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] utiliza os meios [inserir os meios utilizados] para tornar visível a produção acadêmica desenvolvida na(no) [inserir o nome da Escola do Legislativo]. Qual o motivo de terem escolhido esses meios e não outros, como [inserir os demais meios presentes no questionário e que não foram marcados], para tornar visível essa produção?
 - a. Então, a escolha desses meios mostra-se acertada?
 - b. Nesse caso, em que você expõe que a escolha da(o) [inserir o nome do ou dos meios] não se mostra acertada, a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] pensa na substituição ou adequação desse ou desses?
4. Como a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] mede a eficiência desses meios?
5. O custo da escolha desse(s) meio(s) torna-se relevante diante da eficiência deles?
 - a. Então, pode-se dizer que a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] assume um compromisso com a sociedade ao tornar visível esse conhecimento?
6. O questionário apontou também que a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] utiliza os meios [inserir os meios utilizados] para que a sociedade tenha acesso à produção acadêmica desenvolvida na(no) [inserir o nome da Escola do Legislativo]. Qual o motivo de terem escolhido esses meios e não outros, como [inserir os demais meios presentes no questionário e que não foram marcados], para tornar visível essa produção?
 - a. Então, a escolha desses meios mostra-se acertada?
 - b. Nesse caso, em que você expõe que a escolha da(o) [inserir o nome do ou dos meios] não se mostra acertada, a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] pensa na substituição ou adequação desse ou desses?
7. Como a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] mede a eficiência desses meios?
8. O custo da escolha desse(s) meio(s) torna-se relevante diante da eficiência deles?
 - a. Então, pode-se dizer que a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] assume um compromisso com a sociedade ao proporcionar o acesso a esse conhecimento?
9. Qual a sua percepção de valor que a(o) [inserir o nome da instituição do Poder Legislativo] dá para a produção acadêmica desenvolvida na(no) [inserir o nome da Escola do Legislativo]?
 - a. Por quê?
10. Qual a importância para vocês de tornar a produção acadêmica dessa Escola do Legislativo visível e disponível para acesso através dos meios que escolherem para isso?

APÊNDICE C – Termo de consentimento para participação na pesquisa através do instrumento de coleta de dados questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, a qual tem como pesquisador responsável Leonardo dos Santos Araujo, servidor efetivo dessa Casa, e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Essa pesquisa pretende investigar possíveis soluções que, caso implantadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), promovam para a sociedade, no contexto amplo do termo, a ciência da existência das produções acadêmicas da Escola da Assembleia, assim como o acesso ao conhecimento inserido nessas.

Os motivos que nos levam a fazer este estudo estão relacionados à possibilidade de contribuir para diminuir o distanciamento entre o conhecimento e a sociedade, tornar os serviços da ALRN mais eficientes, eficazes e efetivos, melhorar o uso dos recursos públicos e preservar a Memória da Instituição.

Caso decida participar dessa pesquisa, você preencherá um questionário disponibilizado na Internet, meio que facilita e agiliza o preenchimento. O link desse questionário será enviado por e-mail para um colaborador de cada instituição participante e que tenha envolvimento com a temática da pesquisa. Serão convidados a participar dessa pesquisa as Assembleias Legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, totalizando 29 instituições do Poder Legislativo, nos âmbitos estadual e federal.

O objetivo da aplicação desse questionário é conhecer aspectos específicos, relacionados ao contexto dessa pesquisa, das referidas instituições, das Escolas do Legislativo e das produções acadêmicas desenvolvidas nessa. O tempo estimado para responder o questionário é de 20 minutos.

Os riscos identificados para a aplicação desse questionário são de baixíssimo impacto aos participantes, podendo acontecer apenas um pequeno desconforto durante o preenchimento pela interação com a tela do equipamento utilizado para responder ao questionário – computador, tablet, smartphone. Porém, caso haja algum desconforto durante o preenchimento do questionário, você deve parar de respondê-lo, no mesmo instante, e pode solicitar, se assim desejar, o questionário impresso para preenchimento manual. O desconforto deve diminuir imediatamente com o repouso da visão.

Dentre os benefícios que podemos proporcionar, identificamos (1) o recebimento dos resultados da pesquisa que pode ajudá-lo nas atividades diárias desenvolvidas no ambiente de trabalho, e (2) a oportunidade de participar de uma pesquisa científica comprometida com o desenvolvimento da sociedade e das instituições governamentais, especificamente do Poder Legislativo.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas entrando em contato com o pesquisador responsável Leonardo dos Santos Araujo. O contato pode ser feito, pessoalmente, no endereço Rua São Tomé, número 398, bairro Cidade Alta, CEP 59025-030, em Natal/RN ou, à distância, enviando correspondência física para o endereço disponibilizado anteriormente, ou correspondência digital para o e-mail leonardo.araujo@al.rn.leg.br, ou ligando para o telefone (84) 98814-6881.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você fornecerá serão confidenciais, divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar, e guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, eles serão assumidos pelo pesquisador responsável.

Se você sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você será indenizado.

Para a retirada de qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa, você pode ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), da UFRN – instituição que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes das mesmas – no telefone (84) 3342-5003, ou enviar correspondência digital para o e-mail cep_huol@yahoo.com.br. Você ainda pode ir pessoalmente à sede do CEP

HUOL, de segunda a sexta, das 07:30h às 12:30h e das 13:30h às 16:00h, na Avenida Nilo Peçanha, 620, no 1º andar, do prédio administrativo, no Espaço João Machado, localizado no bairro de Petrópolis, CEP 59012-300, em Natal/RN.

A participação na resolução do questionário está condicionada a sua concordância em participar da pesquisa.

Este documento pode ser impresso, não havendo nenhuma restrição.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após terem sido esclarecidos os objetivos, a importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal-RN, XX de XXXXXXXXXXXX de 201X.

Leonardo dos Santos Araujo
Pesquisador responsável

APÊNDICE D – Termo de consentimento para participação na pesquisa através do instrumento de coleta de dados entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, a qual tem como pesquisador responsável Leonardo dos Santos Araujo, servidor efetivo dessa Casa, e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Essa pesquisa pretende investigar possíveis soluções que, caso implantadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), promovam para a sociedade, no contexto amplo do termo, a ciência da existência das produções acadêmicas da Escola da Assembleia, assim como o acesso ao conhecimento inserido nessas.

Os motivos que nos levam a fazer este estudo estão relacionados à possibilidade de contribuir para diminuir o distanciamento entre o conhecimento e a sociedade, tornar os serviços da ALRN mais eficientes, eficazes e efetivos, melhorar o uso dos recursos públicos e preservar a Memória da Instituição.

Caso decida participar dessa pesquisa, você participará de uma entrevista, a qual poderá ser realizada presencialmente ou pela Internet, meio que reduz custos e agiliza a realização da atividade. Essa entrevista será realizada com colaboradores, envolvidos com a temática da pesquisa, de Assembleias Legislativas estaduais, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, totalizando no máximo 10 instituições do Poder Legislativo. A entrevista terá o áudio gravado para que os dados possam ser analisados com maior cuidado posteriormente.

O objetivo da realização dessa entrevista é conhecer aspectos específicos, relacionados ao contexto dessa pesquisa, das referidas instituições, das Escolas do Legislativo e das produções acadêmicas desenvolvidas nessa. Contudo, ressalta-se que a especificidade dos questionamentos não atinge questões sensíveis pessoais e profissionais.

O tempo estimado para a entrevista é de 40 minutos, não ultrapassando em nenhuma hipótese o limite de 60 minutos.

Os riscos identificados para a aplicação dessa entrevista são de baixíssimo impacto aos participantes, podendo acontecer apenas um pequeno desconforto pelo tempo que você estará falando. Porém, caso haja algum desconforto durante a entrevista, você pode parar a entrevista e, se assim desejar, continuar em seguida, em um outro momento ou encerrá-la em definitivo. O desconforto, caso apareça, deve diminuir imediatamente com o repouso do ato de falar.

Dentre os benefícios que podemos proporcionar, identificamos (1) o recebimento dos resultados da pesquisa que pode ajudá-lo nas atividades diárias desenvolvidas no ambiente de trabalho, e (2) a oportunidade de participar de uma pesquisa científica comprometida com o desenvolvimento da sociedade e das instituições governamentais, especificamente do Poder Legislativo.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas entrando em contato com o pesquisador responsável Leonardo dos Santos Araujo. O contato pode ser feito, pessoalmente, no endereço Rua São Tomé, número 398, bairro Cidade Alta, CEP 59025-030, em Natal/RN ou, à distância, enviando correspondência física para o endereço disponibilizado anteriormente, ou correspondência digital para o e-mail leonardo.araujo@al.rn.leg.br, ou ligando para o telefone (84) 98814-6881.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você fornecerá serão confidenciais, divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar, e guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, eles serão assumidos pelo pesquisador responsável.

Se você sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você será indenizado.

Para a retirada de qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa, você pode ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), da UFRN – instituição que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes das mesmas – no telefone (84) 3342-5003, ou enviar correspondência digital para o e-mail cep_huol@yahoo.com.br. Você ainda pode ir pessoalmente à sede do CEP

HUOL, de segunda a sexta, das 07:30h às 12:30h e das 13:30h às 16:00h, na Avenida Nilo Peçanha, 620, no 1º andar, do prédio administrativo, no Espaço João Machado, localizado no bairro de Petrópolis, CEP 59012-300, em Natal/RN.

Este documento será impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Leonardo dos Santos Araujo.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após terem sido esclarecidos os objetivos, a importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal-RN, XX de XXXXXXXXXXXX de 201X.

assinatura do participante da pesquisa

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo “Proposta para ampliar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal-RN, XX de XXXXXXXXXXXX de 201X.

assinatura do pesquisador responsável

ANEXO A – Autorização do Comitê de Ética da UFRN para aplicação dos instrumentos de coleta

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Proposta de ampliação da visibilidade e do acesso à produção acadêmica da escola de governo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Pesquisador: Leonardo dos Santos Araujo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09232419.7.0000.5292

Instituição Proponente: Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento - PPGIC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.232.723

Apresentação do Projeto:

Os motivos que nos levam a fazer este estudo estão relacionados à possibilidade de contribuir para diminuir o distanciamento entre o conhecimento e a sociedade, tornar os serviços da ALRN mais eficientes, eficazes e efetivos, melhorar o uso dos recursos públicos e preservar a Memória da Instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar e propor possíveis soluções que proporcionem maiores visibilidade e acesso ao conhecimento desenvolvido e incluso nas produções acadêmicas da Escola da Assembleia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos sendo os benefícios maiores que os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa exequível e que pode trazer novos conhecimentos na área estudada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos presentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Avenida Nilo Peçanha, 620 - Prédio Administrativo - 1º Andar - Espaço João Machado

Bairro: Petrópolis

CEP: 59.012-300

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3342-5003

Fax: (84)3202-3941

E-mail: cep_huol@yahoo.com.br

UFRN - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ONOFRE
LOPES DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.232.723

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1307289.pdf	11/03/2019 12:12:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_02.docx	11/03/2019 12:12:00	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_01.docx	11/03/2019 12:11:50	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_assinada.pdf	07/03/2019 18:40:57	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.docx	07/03/2019 18:38:28	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito
Outros	Folha_de_identificacao_do_pesquisadorassinada.pdf	07/03/2019 18:37:40	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	07/03/2019 18:31:25	Leonardo dos Santos Araujo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NATAL, 29 de Março de 2019

Assinado por:
jose diniz junior
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Nilo Peçanha, 620 - Prédio Administrativo - 1º Andar - Espaço João Machado
Bairro: Petrópolis **CEP:** 59.012-300
UF: RN **Município:** NATAL
Telefone: (84)3342-5003 **Fax:** (84)3202-3941 **E-mail:** cep_huol@yahoo.com.br